

# KRITERION

REVISTA DE FILOSOFIA

JANEIRO/2021

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA DA FACULDADE DE FILOSOFIA E  
CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

## EDIÇÃO ESPECIAL *MEMÓRIA DOIS EM UM*

*Uma efeméride: os 25 anos do Doutorado do PPG em Filosofia da UFMG, Ivan Domingues – Presença e participação, José de Anchieta Correa – Memórias de resistência, Carlos Roberto Drawin – Labirintos da memória: a minha geração e o Departamento de Filosofia, Ivan Domingues – Excertos de um memorial acadêmico, Rodrigo Duarte – Imagens de Kant na FAFICH, Patrícia Kauark Leite – 1968, ontem e hoje, João Carlos Brum Torres – 1968: França, maio e nós - cinquenta anos depois, Ivan Domingues – O movimento estudantil alemão na década de 1960 e a Teoria Crítica da Sociedade: algumas anotações, Rodrigo Duarte – A leveza da primavera de 1968. A Primavera de Praga através do olhar de Milan Kundera, Giorgia Cecchinato – Against Thermidor: Lessons from the Sixties, Jeremy J. Shapiro – Sobre o 68 americano: estrutura e exclusão, ou os limites da New Left, Eduardo Soares Neves Silva – ‘Quarup’: a ‘deseducação’ do público, Sérgio Alcides – As três caravelas de 68, Myriam Ávila*

Janeiro/2021

KRITERION

Edição Especial

**Universidade Federal de Minas Gerais**

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha

Tel.: (31) 3409-5025 • Fax: (31) 3409-5041

CEP: 31270-901 • Belo Horizonte-MG • Brasil

E-mail: [kriterion@fafich.ufmg.br](mailto:kriterion@fafich.ufmg.br)[www.fafich.ufmg.br/kriterion](http://www.fafich.ufmg.br/kriterion)<https://www.facebook.com/pages/Revista-Kriterion/367551710017105>

**K R I T E R I O N**  
REVISTA DE FILOSOFIA

**Kriterion** – Revista de Filosofia do Departamento de Filosofia da UFMG pretende um intercâmbio de publicações de textos filosóficos de pesquisadores do Brasil e do exterior. Publica três fascículos por ano (abril, agosto e dezembro) com uma tiragem de 350 exemplares. Os artigos são submetidos ao exame de dois pareceristas. A revista está indexada nos catálogos internacionais: SciELO (América Latina), Philosopher's Index (USA), MLA International Bibliography (N. York, USA) e Bibliographie de la Philosophie (Louvain, Bélgica), EBSCO e nos nacionais: CCN/IBICT, Pergamum.

**Preparação e Revisão:** Cláudio Nunes de Moraes.

**CONSELHO EDITORIAL**

Leonardo de Mello Ribeiro (Diretor). UFMG - Belo Horizonte/MG, Brasil  
Telma de Souza Birchall (Vice-Diretor). UFMG - Belo Horizonte/MG, Brasil  
Giorgia Cecchinato (Rep. Docente). UFMG - Belo Horizonte/MG, Brasil  
José Raimundo Maia Neto (Rep. Docente). UFMG - Belo Horizonte/MG, Brasil  
Tadeu Mazzola Verza (Rep. Docente). UFMG - Belo Horizonte/MG, Brasil  
Washington Luiz Silva (Rep. Discente). UFMG - Belo Horizonte/MG, Brasil

**COMISSÃO CIENTÍFICA / EDIÇÃO MEMÓRIA DOIS EM UM**

Ivan Domingues (editor convidado). UFMG - Belo Horizonte/MG, Brasil.  
Rodrigo Duarte. UFMG - Belo Horizonte/MG, Brasil.  
Giorgia Cecchinato. UFMG - Belo Horizonte/MG, Brasil.

**CONSELHO CONSULTIVO**

Carlos Roberto Cirne Lima (UNISINOS-RS)  
Danilo Marcondes (PUC-RJ)  
Don Garrett (New York University)  
Edgar da Rocha Marques (UERJ)  
Eliane Escoubas (Université de Paris XII)  
Francisco Javier Herrero Botin (FAJE, MG)  
Hans Georg Flickinger (Universidade de Kasel)  
Jeanne-Marie Gagnebin (UNICAMP)  
José Henrique Santos (UFMG)  
Leiser Madanes (Universidade de Buenos Aires)  
Manfredo Araujo Oliveira (UFC)  
Marcelo Aquino (UNISINOS-RS)  
Miguel Abensour (Universidade de Paris VII)  
Nelson Gomes (UnB)  
Oswaldo Porchat de A. Pereira da Silva (USP)  
Paulo Margutti (FAJE, MG)  
Ricardo Ribeiro Terra (USP)  
Ricardo Salles (UNAM, México)  
Richard A. Watson (Universidade de Washington)  
Roberto Machado (UFRJ)  
Walter José Evangelista (UFMG)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

REITOR: Sandra Goulart Almeida  
VICE-REITOR: Alessandro Moreira

**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

DIRETOR: Orestes Diniz Neto  
VICE-DIRETOR: Bruno Pinheiro Wanderley Reis

**DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

CHEFE: Alice Mara Serra

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha  
Caixa Postal 253 – Cidade Universitária  
Tel.: (31) 3499-5025 - Fax: (55-31) 3499-5041  
31270-901 – Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil  
E-mail: [kriterion@fafich.ufmg.br](mailto:kriterion@fafich.ufmg.br)  
[www.fafich.ufmg.br/kriterion](http://www.fafich.ufmg.br/kriterion)  
<https://www.facebook.com/pages/Revista-Kriterion/367551710017105>

# K R I T E R I O N

REVISTA DE FILOSOFIA  
Fundada em 1947

NÚMERO FINANCIADO COM RECURSOS DO

***Programa de Apoio a Publicações Científicas***



Ministério  
da Educação

Ministério da  
Ciência e Tecnologia



*Publicação realizada com recursos CAPES/PROEX do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFMG.*



# K R I T E R I O N

## REVISTA DE FILOSOFIA

Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

---

### **EDIÇÃO ESPECIAL** ***MEMÓRIA DOIS EM UM***

Janeiro / 2021

ISSN 0100-512 X

KRITERION B.HORIZONTE EDIÇÃO ESPECIAL p. 1-290 Jan./2021

Belo Horizonte

Minas Gerais

Brasil

Solicita-se permuta

Exchange desired

As opiniões expressas em artigos assinados  
são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

## FICHA CATALOGRÁFICA

Kriterion, Revista de Filosofia, v. 1 - , 1947 - Belo  
Horizonte, Departamento de Filosofia da Faculdade  
de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG  
v. ilust. 23 cm. semestral  
Título anterior: Kriterion, Revista da Faculdade de  
Filosofia da Universidade de Minas Gerais.  
1. Filosofia - Periódicos  
CDD  
CDU

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>ARTIGOS</b>	<b>29</b>
<b>UMA EFEMÉRIDE: OS 25 ANOS DO DOUTORADO DO PPG EM FILOSOFIA DA UFMG</b> Ivan Domingues	<b>29</b>
<b>PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO</b> José de Anchieta Correa	<b>41</b>
<b>MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA</b> Carlos Roberto Drawin	<b>63</b>
<b>LABIRINTOS DA MEMÓRIA: A MINHA GERAÇÃO E O DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA</b> Ivan Domingues	<b>79</b>
<b>EXCERTOS DE UM MEMORIAL ACADÊMICO</b> Rodrigo Duarte	<b>95</b>
<b>IMAGENS DE KANT NA FAFICH</b> Patrícia Kauark Leite	<b>125</b>
<b>1968, ONTEM E HOJE</b> João Carlos Brum Torres	<b>151</b>
<b>1968: FRANÇA, MAIO E NÓS – CINQUENTA ANOS DEPOIS</b> Ivan Domingues	<b>179</b>
<b>O MOVIMENTO ESTUDANTIL ALEMÃO NA DÉCADA DE 1960 E A TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE: ALGUMAS ANOTAÇÕES</b> Rodrigo Duarte	<b>207</b>
<b>A LEVEZA DA PRIMAVERA DE 1968. A PRIMAVERA DE PRAGA ATRAVÉS DO OLHAR DE MILAN KUNDERA</b> Giorgia Cecchinato	<b>225</b>

<b>AGAINST THERMIDOR: LESSONS FROM THE SIXTIES</b>	<b>235</b>
Jeremy J. Shapiro	
<b>SOBRE O 68 AMERICANO: ESTRUTURA E EXCLUSÃO, OU OS LIMITES DA <i>NEW LEFT</i></b>	<b>247</b>
Eduardo Soares Neves Silva	
<b>'<i>QUARUP</i>': A 'DESEDUCAÇÃO' DO PÚBLICO</b>	<b>257</b>
Sérgio Alcides	
<b>AS TRÊS CARAVELAS DE 68</b>	<b>273</b>
Myriam Ávila	
<b>Normas para publicação</b>	<b>283</b>



# APRESENTAÇÃO

A revista *Kriterion*, nesse número especial, tem o prazer de trazer a seu público de leitores um dossiê contendo um elenco de artigos, em sua extensão diferente dos *papers* acadêmicos habituais, proveniente da celebração de duas efemérides, a qual teve lugar no Departamento de Filosofia da UFMG, sede da revista, e ocorrida em novembro de 2018.

As efemérides são [i] os vinte e cinco anos de funcionamento do doutorado do PPG-Filosofia da FAFICH-UFMG, cuja criação data de 1993, com sua primeira turma e exame de seleção; [ii] o cinquentenário do ano de 1968, com sua constelação única de eventos de primeira grandeza que eclodiram pelo mundo afora, nos quais a utopia da emancipação humana no sentido amplo e profundo esteve nos corações e mentes de seus protagonistas, inclusive no Brasil. Ora, a geração que esteve à frente da criação do doutorado é a geração dos “soixante-huitards”, como dizem os franceses, ou a geração 68, como se diz aqui no Brasil (“geração meia-oito”) – donde a ideia de juntar as duas efemérides e o título “Memória dois em um” do simpósio.

Além dessa circunstância geracional, a dupla rememoração/comemoração e a decisão de associá-las tiveram como fio condutor a ideia de que as memórias de uma pessoa nunca são totalmente individuais, mas apontam para múltiplos modos de relacionamento entre indivíduos e coletividades e essas podem ser entendidas tanto num sentido mais próximo – o nível do núcleo mais imediato (o de um departamento de filosofia, no caso), da instituição e da própria cidade em que se desenvolvem as ações rememoradas – quanto num sentido mais distante, remetendo a acontecimentos históricos nacionais e/ou internacionais, com suas características próprias ou especiais, dada a sua natureza de evento: por um lado, a luta contra a ditadura militar instalada no Brasil entre 1964 e 1985, num processo longo e difícil que teve em 68 seu ano fatídico (as passeatas, o AI-5 e o início dos “anos de chumbo”); por outro as *riots* e as insurgências contra o *establishment* e ligadas a uma concepção de esquerda renovada na Europa (principalmente na França, na Alemanha e na Tchecoslováquia, só para citar alguns exemplos) e nos Estados Unidos da América (especialmente na Califórnia), sem esquecer o México e o Japão.

O simpósio durou três dias (28, 29 e 30/11) e percorreu uma agenda rica e variada, abarcando mesas-redondas; exibição de documentário (“A greve de Contagem”), seguida de comentários e debates com o público; projeção de fotos, imagens e entrevistas; depoimentos pessoais de ex-doutorandos; elocuições de autoridades universitárias; e incidências variadas, como doenças e impedimentos pessoais, comuns em eventos dessa natureza. Ao acertarmos com a direção da revista *Kriterion* a publicação do dossiê que ora vem a lume, decidimos que iríamos nos limitar àquelas locuções com potencial acadêmico, vale dizer, com o potencial de se transformar em artigo científico e se difundir numa revista com as características da *Kriterion*. Dessa decisão resultou a seleção de 14 comunicações, agrupadas nas três seções consagradas, respectivamente, ao [i] Doutorado em Filosofia – 25 anos; [ii] Mapa da Memória do Departamento – Do Acaiaca ao Campus da Pampulha; [iii] 1968 e o Mundo, abarcando a França, a Alemanha, os Estados Unidos, a Tchecoslováquia e o Brasil. De fato, a expectativa era termos 17 contribuições, com dois artigos dedicados aos vinte e cinco anos do Doutorado, mas não foi possível, havendo a declinação de uma colega, por motivos que não vêm ao caso explicitar aqui. Somem-se ainda duas desistências nas outras seções, fosse por problemas de saúde, fosse por impedimentos de agenda, resultando no fim em 14 contribuições, como ressaltado.

Para fins do dossiê, além do mais, não era o caso de seguir a sequência cronológica das mesas e palestras, resultando em mais de uma reacomodação, de sorte que o dossiê vale pelo dossiê e como dossiê, com sua ordenação própria, fruto da decisão dos editores. E, como tal, prevalecendo sobre o evento e suas circunstâncias parâmetros exclusivamente acadêmicos, e tendo sido permitidos mais de um afastamento e modificação na transformação de uma elocução oral (palestra ou comunicação) num *paper* escrito e feito para publicar em revista acadêmica.

Esclarecidos esses pontos, iremos agora apresentar os artigos, observando as três seções em que eles foram rearranjados:

I - Doutorado em Filosofia da UFMG – 25 anos

II – Memória do Departamento de Filosofia – da Carangola ao *Campus Pampulha*

III – 1968, o Mundo e o Brasil – Política, Filosofia, Literatura e Música.

Fruto da colaboração dos três editores, o que será exibido na sequência é um conjunto de sinopses, consistindo em descrições dos conteúdos, bem como em juízos de valor sobre os pontos considerados relevantes ou de reconhecida originalidade, em vista da publicação, mas nunca o endosso de posições

defendidas nos artigos ou, inversamente, a sua contestação e polemização pura e simples.

## **I - Doutorado em Filosofia da UFMG – 25 anos**

Apenas um artigo foi selecionado, de Ivan Domingues, que esteve à frente do processo de criação do Doutorado (elaboração do projeto, apresentação às instâncias superiores) e de sua implantação efetiva (1º exame de seleção, início do curso). Nele o leitor encontrará, na esteira das decisões tomadas à época do evento, uma visada exclusivamente retrospectiva, atendo-se aos processos de criação, implantação e consolidação do curso de Doutorado. Vale dizer, sem recuar mais aquém do Mestrado já existente e que serviu de ponto de arranque, e sem ir além do passado recente, deixando os dias de hoje assim como os desafios do futuro para a coordenação do PPG em exercício ou efetiva à época do evento.

Sobre o escopo do artigo, chamaríamos a atenção do leitor, além do esforço ou exercício rememorativo, para o empenho analítico visando a compreensão dos desafios e circunstâncias da criação do doutorado, bem como a compreensão dos legados assim como das condicionantes da universidade brasileira no sentido amplo. Ou seja, precisamente, desde a sua criação nos anos trinta do século passado, quando a USP e a Universidade do Brasil foram fundadas<sup>1</sup> – como universidades públicas completas, bem entendido, precedidas de outras iniciativas, algumas efêmeras, como a UDF e a do Paraná, outras mais sólidas, resultando da unificação de algumas faculdades isoladas, como a UFMG, então UMG, criada em 1927 como órgão estadual e federalizada em 1949 – até a reforma por que a universidade brasileira passou no final dos anos 60, abrindo caminho para a implantação da pós-graduação na década de setenta e o papel de grande relevo da CAPES.

Sumarizando ao máximo os tempos fortes dessa saga histórica, teremos então, a passos rápidos, o diagnóstico de que o Brasil chegou tarde à implantação do ensino superior universitário. Diagnóstico a que se chega, colocando-se à parte as poucas faculdades isoladas datadas do Império, e comparando o nosso país

1 Bem entendido, fundadas como universidades públicas completas, precedidas de outras iniciativas, algumas efêmeras, como a Universidade do Paraná, criada em 1912 e fechada depois; outras mais longas, como a Universidade de Manaus, criada em 1909-1910 e descontinuada em 1927, tendo dela restado, finalmente, a Faculdade de Direito, que passou a integrar a Universidade Federal do Amazonas, criada em 1965; outras mais sólidas, resultando da unificação de algumas faculdades isoladas, como a UFMG, então UMG, criada em 1927 como órgão estadual e federalizada em 1949, quando outras faculdades foram agregadas. Some ainda a Universidade do Distrito Federal (UDF) no Rio de Janeiro, criada em 1935 por Anísio Teixeira e incorporada à Universidade do Brasil em 1939.

com outros países da América Hispânica, com as nossas primeiras universidades a se despontar apenas nos anos trinta, como ressaltado. Demais chegou mais tarde ainda à implantação do sistema de pós-graduação, completando o ciclo de estudos, a exemplo de outros países do mundo, e mesmo em comparação com as universidades hispânicas do novo mundo, como a do México e a do Peru.

Quanto à implantação da pós-graduação em filosofia na UFMG, o artigo destaca a implantação do Mestrado em 1974, com o protagonismo do grupo de Louvain, composto por quatro professores, ao qual vai se acrescentar mais um colega, anos mais tarde, tendo sido Padre Vaz o primeiro coordenador, assistido por José de Anchieta Corrêa. O contexto da criação é os “anos de chumbo” pós AI-5, em meio à grande repressão política que se abateu inclusive sobre a universidade brasileira, e, paralelamente, sob os auspícios da CAPES como agência modernizadora e incrementadora do sistema de ensino superior, o que não deixa de ser paradoxal, mas que se enquadrava no projeto desenvolvimentista patrocinado pela ditadura militar: uma modernização conservadora em suma, mas que acabou dando à CAPES uma certa autonomia para implantar o SNPG segundo o figurino internacional. Este foi, portanto, o cenário em que o nosso mestrado foi criado, como mostra o artigo. E o que é importante: no plano interno com o grande protagonismo do grupo de Louvain, como dito, ao qual se associaram professores eminentes e titulados que já atuavam no Departamento, bem como um conjunto de jovens “pratas da casa”, que foram enviados ao exterior um pouco mais tarde, cumprindo programas de doutoramento com bolsas da CAPES – e tudo isso ocorrendo num tempo em que a UFMG era uma universidade local, com sua influência mal ultrapassando as divisas do Estado, e o Departamento de Filosofia estava circunscrito à cidade de Belo Horizonte.

Por seu turno, o Doutorado só será criado cerca de 20 anos mais tarde, quando o ciclo completo de ensino de filosofia finalmente se iniciará na UFMG, e cujo processo de criação e implantação se revelará mais difícil e bem mais longo, conforme mostra o artigo, ao referenciar as principais datas, as dificuldades enfrentadas, os novos protagonistas, o espírito do projeto científico e pedagógico, a consolidação do PPG, sua inserção no cenário nacional e sua internacionalização. Tudo isso o leitor irá encontrar ao longo do artigo, assim como o contraste com o período quando o Mestrado foi fundado, com os principais eventos e nomes assim repertoriados: [i] início das tratativas: 1988, reitorado de Cid Veloso, com José de Anchieta Corrêa como pró-reitor de pós-graduação, que encaminhou o projeto inicial; [ii] a mudança de reitorado em 1990, a crise do projeto inicial devido a parecer negativo e a abertura de diligência em busca de mais informações, gerando a necessidade de reformulação do projeto; [iii] as aposentadorias do Departamento (governo Collor), a chegada de novos

doutores vindos da Europa e “pratas da casa”, a mudança da coordenação, passada a liderança a Ivan Domingues, a recomposição do colegiado de Pós, e a retomada do projeto de criação do Doutorado: em novas bases, assentado em linhas de pesquisa, na esteira da reforma do Mestrado, e levando no Doutorado à implantação de um PhD à inglesa, com ênfase na pesquisa e uma carga menor de créditos obtida em atividades de ensino; [iv] o projeto foi aprovado em 1992 e o curso iniciado, com a primeira turma em 1993, donde o mote da efeméride dos 25 anos, fruto de uma liderança colegiada, com ampla e intensa participação dos representantes do Colegiado: então um pacto institucional foi celebrado com todos os professores e o caminho da consolidação assim como do reconhecimento viu-se aberto, com a forte inserção do nosso PPG no cenário nacional, obtendo as notas mais altas do processo de avaliação da CAPES e se abrindo à internacionalização, que está em curso e é o grande desafio do momento.

Para terminar, o contraste do momento histórico da criação dos dois cursos, Mestrado e Doutorado, não poderia ser mais nítido ou saliente: o Mestrado, os anos de chumbo e a vocação local da UFMG e do nosso PPG, confinado à cidade e com o corpo de professores composto em sua maioria por pratas da casa, com um certo autodidatismo ficando para trás e iniciando entre nós a etapa da especialização do conhecimento, também chamada de profissionalização; o Doutorado, a nacionalização do Departamento e a consolidação do processo de especialização do conhecimento e a internacionalização do PPG em Filosofia da UFMG.

## **II – Memória do Departamento de Filosofia – da Carangola ao *Campus da Pampulha***

Criado em 1939 como uma das seções da antiga Faculdade de Filosofia, então FAFI, cujo modelo institucional no tocante às federais era a Faculdade Nacional de Filosofia da antiga Universidade do Brasil, sediada no Rio de Janeiro. Trata-se de uma época em que não havia departamentos autônomos e suas câmaras respectivas, mas seções e regentes de cátedra, com a congregação e o diretor centralizando tudo. Conforme veremos, esta estrutura será transformada com a Reforma Universitária de 1968, quando haverá a substituição das seções e das cátedras pelos departamentos, e o ponto de corte das contribuições é o início dos anos sessenta e se estende por mais de cinquenta anos, conforme veremos.

Ressalte-se, ao dar o contexto da história do Departamento neste período importante, que a grande liderança era o Prof. Arthur Versianni Vellôso, um dos fundadores da FAFI e à testa da Faculdade como Diretor, quando o nosso

dossiê debuta as suas contribuições. Quanto à Faculdade, espelhada nas seções da velha Faculdade Nacional de Filosofia, composta pelas seções de filosofia, letras e pedagogia, incluindo as didáticas especiais (a velha FAFI tinha todas elas, antes que a FAE, criada pela Reforma Universitária de 1968, anexasse a pedagogia e as didáticas), nessa época incluía disciplinas das humanidades como filosofia, ciências sociais e história, além de um elenco de sessões das Letras, como o inglês e o português, e incluindo entre as ciências a física, a química e a história natural. Com a Reforma Universitária de 1968, haverá a remodelagem da velha FAFI, levando à criação da Faculdade de Letras, assim como a Faculdade de Educação, e a reacomodação das Ciências, em seus primeiros ciclos, nos Institutos Centrais, com o ICEX, o ICB e o IGC na linha de frente. Nesta época, antes da Reforma, havia o Colégio Universitário, mais tarde renomeado Colégio Aplicação, que se ocupava do segundo grau e onde a filosofia era também ensinada. Quanto à seção de filosofia, consistindo apenas no curso de graduação, como já ressaltado, e com turmas pequenas (lembre-se que a primeira turma, formada em 1942, tinha três alunos), ela ainda se encontrava na fase heroica, pode-se dizer. E como tal algo precarizada e ameaçada por todos os lados, vivendo em grande parte da abnegação e generosidade de seus docentes, em especial do Prof. Vellôso, que comandará a vida e as iniciativas da Seção e depois Departamento de filosofia até beirando sua aposentadoria, em 1976. Um pouco antes, a liderança passou para as mãos de José Henrique Santos, que, com o concurso de Padre Vaz e o protagonismo do grupo de Louvain, iniciará a profissionalização do Departamento, levando à criação do Mestrado em 1974 e do Doutorado em 1992, como já ressaltado, onde vamos encontrar o Departamento em nossos dias, com seu ciclo completo de estudos.

Este é, portanto, o contexto das contribuições desta importante seção do dossiê, distribuídas na seguinte ordem de autoria: [i] José de Anchieta Corrêa, recuando ao início dos anos sessenta, quando o Prof. Vellôso era diretor da velha FAFI e de quem o ilustre colega era próximo, dando em seu relato uma importante reconstrução da história de nosso Departamento, então Seção de Filosofia, naquela época; [ii] Carlos Roberto Drawin, que cobre os anos setenta até a sua aposentadoria em 2010, em cujo relato iremos descobrir uma vívida descrição da FAFICH dos anos de chumbo e um pouco antes, tendo sido ele militante da AP, ou Ação Popular, da esquerda católica, e tendo Padre Vaz, a quem Drawin era ligado, como o seu mentor intelectual, como reconhecem suas lideranças, como Betinho; [iii] Ivan Domingues, cujo relato cobre o mesmo período inicial dos anos setenta, focalizando os anos de chumbo e os embates das esquerdas, especialmente as marxistas e não-católicas, com o regime militar, e terminando com suas estadas na Europa para fazer seu PhD na

Sorbonne nos anos oitenta, sua volta ao Brasil e a retomada de suas atividades no Departamento no início de 1990, o desafio da criação do doutorado, como já ressaltado, e seu envolvimento com diversas frentes da filosofia, abarcando o ensino e a pesquisa, até os dias de hoje; [iv] Rodrigo Duarte, também prata da casa, tendo cursado a graduação no Departamento depois de abandonar a engenharia eletrônica da PUC-Minas, realizado seu mestrado em nosso PPG e feito o seu doutorado em Kassel, na Alemanha: em 1990 volta ao Brasil e logo é contratado pela UFMG, depois de habilitado por concurso, e passa a atuar na graduação e pós em disciplinas ligadas à estética e à teoria crítica, assim como em diferentes frentes da pesquisa, passando a ser importante referência nacional e internacional, sobretudo na Alemanha; [v] Patrícia Kauark, num exercício absolutamente singular de memória semiótica, por assim dizer, voltada para duas peças iconográficas associadas à figura do Prof. Vellôso, fundador do Departamento e da velha FAFI, na época diretor da Faculdade: trata-se do busto e da placa do centenário da morte de Kant, datadas de 1962, suas réplicas de fato e então localizados na antecâmara da Biblioteca da velha Faculdade recém-transferida para a mitológica Rua Carangola, em cujo artigo podemos ver um tributo ao mestre Vellôso, como pretende a autora, e nas duas peças iconográficas mais a antecâmara da Biblioteca como peças e lugar sagrados. Transferido o busto e placa de Kant para a Faculdade nova, depois da mudança para o Campus, quando foram reacomodados no jardim interno da Faculdade localizado nas proximidades da Diretoria, podemos ver no artigo, mais do que um tributo ou uma *laudatio*, como sói acontecer, a sua iconização. E desde logo, enveredando o artigo pelos caminhos da “monumentalização” das pessoas e dos lugares (memória dos monumentos, dos grandes homens e dos lugares sagrados), comum em história, e pouco usual em filosofia – donde a originalidade.

Com essas ideias em mente, passemos às sinopses dos artigos, devendo os mesmos ser vistos como guias e convites para ir ao original, não como seu substituto ou resumo de facilitação.

[i] José de Anchieta Corrêa: “Presença e participação” – artigo em que o autor repercorre a própria carreira de professor no Departamento de Filosofia da UFMG, iniciada em 1961, depois de ter passado uns tempos na PUC-Minas e no Colégio Estadual, onde começou sua aproximação do Prof. Vellôso, Presenças constantes ao longo da sua vida, a vocação filosófica e o empenho político se entrecruzaram quando ele foi ativo como Coordenador do Plano Trienal em Minas Gerais nos primeiros anos da atividade, à época do governo João Goulart, quando datam seus laços pessoais com Paulo Freire e Darcy Ribeiro. Em maio de 1964 foi preso no DOPS, Delegacia de Ordem Pública e Social, com várias acusações, entre elas a de “corromper a juventude”, a mesma

acusação que foi feita contra Sócrates. Liberado conseguiu, com a ajuda do colega, professor Henrique Cláudio de Lima Vaz, bem como de autoridades da Igreja, obter uma bolsa de estudos na Universidade Católica de Louvain, na Bélgica. De volta em 1971 dedicou-se ao ensino da filosofia, principalmente a fenomenologia de Merleau-Ponty, trabalhou para melhorar a biblioteca do Departamento e contribuiu ativamente para ampliação e para o fortalecimento do Departamento de Filosofia sendo a sua atividade decisiva para aprovação do projeto de aprovação do Mestrado.

Ao longo desse exercício vivido da memória, com o próprio autor auto-implicado como testemuha direta das coisas que se passaram, o leitor e mais ainda os colegas se surpreenderão em mais de uma oportunidade. E antes de tudo com os episódios biográficos do inquieto mestre, os quais não eram de nosso conhecimento, corriam o risco de tombar definitivamente no esquecimento e cujo resgate, nesse dossiê, proporcionará a ressignificação da “presença e participação” ativas do colega ao longo de três décadas fundamentais da história de nosso Departamento.

[ii] Carlos Roberto Drawin: “Memória de resistência”, ao longo do qual o autor começa por refletir sobre o estatuto filosófico da memória, valendo-se principalmente das contribuições de Paul Ricouer, a quem perturbava o “inquietante espetáculo que apresentam o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá”. A partir desse quadro teórico, Drawin recorda a sua atuação no movimento estudantil belo-horizontino, que teve na FAFICH um dos seus principais esteios – atuação iniciada em 1967, quando fazia graduação de psicologia, a qual o levou posteriormente a ingressar na organização de esquerda AP (Ação Popular), como já referido, no âmbito da qual participou em muitos episódios de combate à ditadura militar, instalada em 1964 no Brasil, a qual entrava numa fase de recrudescimento da repressão em 1968 com a decretação do AI-5. Destaca-se nesse texto não apenas o interesse sócio-político do vívido relato de Drawin, num momento decisivo da história nacional, mas também a sua contribuição para a memória do Departamento de Filosofia da FAFICH – e esta na medida em que narra sobre a sua experiência, inicialmente, de aluno, na década de setenta e, posteriormente, de professor, iniciada no fim da mesma década, até a sua aposentadoria.

[iii] Ivan Domingues: “Labirintos da memória: a minha geração e o Departamento de Filosofia” – como antecipado, o artigo data de 10 anos a mais do ponto de arranque das reflexões de José de Anchieta e coincide, em suas grandes linhas, com a época reportada por Carlos Drawin, tendo início nos anos setenta, quando da entrada do autor como estudante no Departamento de Filosofia, em 1971. Ou seja, nos “anos de chumbo”, como tantas referido



nesse dossiê, quando a velha Faculdade da Rua Carangola estava dividida entre duas correntes que se digladiavam: os partidários da esquerda tradicional, com sua moral puritana e meio estoica, dividida entre a esquerda cristã da AP e os grupúsculos marxistas, cujo espectro ia dos leninistas, passando pelos trotskistas, até os maoístas, num tempo em que o Partidão estava desmoralizado e sentenciado de morte; os adeptos da contra-cultura [contracultura (sem hífen)], com sua moral permissiva e hedonista, que trocava tudo por uma festa – donde esquerda festiva e, também, esquerda “desbundada” –, bem como trocava os livros de Mao e as críticas de Trotsky pelos prazeres do corpo e muito sexo, droga e *rock 'n' roll*.

Daí segue um segundo lapso temporal, quando ocorre a entrada do autor no Departamento, em 1978, como professor. Antes de mais nada, com a obrigação de ensinar a disciplina “Lógica do Pensamento Científico”, lecionada no Primeiro Ciclo por um grupo de jovens professores, motivando a referência carinhosa de José Henrique Santos aos seus cerca de cinco integrantes como os “novos filósofos”, em analogia com os “nouveaux philosophes” franceses: entre outros, referindo-se a André Glucksmann e a Bernard-Henri Lévy, que eram os mais conhecidos e que, como alguns dos colegas da UFMG, não dizemos todos, eram chamados de “filhos de maio de 68”, agora estoicos e totalmente consagrados à academia, tendo passado o hedonismo da vida estudantil e a onda do militância.

Demais, data dessa época mais uma etapa da formação do autor, com o início do Mestrado em 1978, a defesa da dissertação em 1980 e sua ida para a Europa, para fazer seu Doutorado na França, na Sorbonne, quando tem a oportunidade de penetrar em diferentes meios intelectuais franceses, numa experiência densa e variada que se revelará decisiva para a sua formação e a consolidação da sua carreira. De volta ao país, em 1990, o autor se ocupará de corpo inteiro da pós-graduação, tendo sido eleito coordenador da pós-graduação, quando reformará o Mestrado e irá criar o Doutorado, em 1992, como dito e iniciado em 1993, continuando no Departamento até os dias de hoje. Tudo somado, está-se diante do derradeiro representante da geração de 1970 e o último elo da geração atual com a geração anterior, anterior à dos anos setenta, precisamente, da qual o representante nesse dossiê é o Prof. Anchieta, referido supra.

[iv] Rodrigo Duarte: “Excertos de um memorial acadêmico”, em que o autor apresenta trechos do memorial acadêmico apresentado por ele como requisito parcial para obtenção do cargo de Professor Titular junto ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Seu objetivo era gerar uma contribuição que abordasse a memória do referido

Departamento, na medida em que enfocasse a trajetória acadêmica do autor, enquanto ex-aluno dos cursos de graduação e de mestrado e, posteriormente, docente – totalizando cerca de quarenta anos – nessa instituição. O memorial, a partir do qual foi produzido este texto possui mais de cento e trinta páginas com alguns tópicos biográficos do autor, contemplando descrições do modo específico de ser da instituição que o acolheu, e o critério preponderante para a seleção dos trechos aqui presentes foi exatamente o entrecruzamento desses dois momentos indissolúveis.

[v] Patrícia Kauark: “Imagens de Kant na FAFICH” – tendo já nos estendido bastante ao apresentar a colega e destacar a originalidade do artigo, vamos nos limitar agora a por em primeiro plano a sagacidade bem como a inventividade da autora na construção da narrativa das peripécias que cercam a história das peças iconográficas, ao propor as delícias e os suspenses de um gênero literário perto de um conto policial, digno de um Arthur Conan Doyle e seu personagem Sherlock Holmes: no fim da história, iremos descobrir o verdadeiro fio da meada das duas peças, obras do artista plástico Frederico Bracher Júnior por encomenda de Arthur Versiani Vellôso, e especialmente da placa celebrativa, com seu enredo ou *plot* bem mais complicado: exibida originariamente na cidade onde o filósofo nasceu, Kögnisberg, e destruída junto com a cidade no fim da segunda guerra pelas tropas russas, cuja única réplica passou a ser esta encontrada agora no aludido jardim interno da nova FAFICH, acarretando a pergunta onde o artista tinha encontrado o modelo para fazer a sua modelagem e a respectiva cópia – pergunta cuja resposta não forneceremos agora, para não causar *spoiler*, com a esperança de que o leitor tudo descubra, por si mesmo, ao chegar às páginas finais do artigo.

### **III – 1968, o Mundo e o Brasil – Política, Filosofia, Literatura e Música**

Nesta seção do dossiê, e um dos pontos altos do evento, estamos diante da nossa segunda efeméride com suas duas datas icônicas: o ano e o mês, ambos tornados um só no mitológico maio de 68 francês, que, se foi o máximo ou o maior de todos, não foi o único.

O leitor irá descobrir nas evocações e análises dos artigos selecionados reminiscências do maio francês, nas duas contribuições em apreço, assim como em outras, além de alusões, pessoais ou não, relativas ao 68 da Alemanha, da então Tchecoslováquia (Primavera de Praga), dos Estados Unidos, do Brasil – cada qual com seu maio e sua conjuntura política, em plena democracia uns países, mas desconfiados dos limites e distorções da democracia liberal, em pleno regime militar outros, de esquerda ou de direita, pouco importa, fazendo

estes voltarem os olhos para a China ou Cuba, e aqueles, como em Praga, a sonharem com as democracias formais do Ocidente.

Demais, o leitor irá se deparar, numa escala menor, sem que o dossiê pudesse ter desenvolvido, com referências ao ano famoso no Japão, bem como no México, conforme mostrou João Carlos Brum Torres, ao se reportar aos conflitos *entre os* estudantes e o Governo no México que culminaram no chamado “massacre de Tlatelolco”, ocorrido no dia 02 de outubro, a dez dias do início dos Jogos Olímpicos, com 1345 presos e mais de trezentos mortos.

Esses exemplos dão-nos aquela que pode ser considerada a vertente mais emblemática do ano famoso, a saber, a vertente política, com seus vieses, calendários e tempos fortes, da qual se ocupará o dossiê na maior parte dos artigos.

Além dessa vertente, haverá uma segunda, a vertente cultural, tendo como exemplo emblemático a Califórnia, ao dar azo à contracultura e ao revolucionamento dos costumes, desde as relações intrafamiliares, passando pelas relações interétnicas e entre gêneros, até em outros planos da sociedade, como no ensino universitário, no plano pedagógico e nas relações professor/aluno, e mesmo na vida política, em certos segmentos da *New Left*.

Desde então haverá mais de um ano 68 e mais de um epicentro do grande *Quake* que abalou o globo naquele ano fatídico, como em poucos períodos da história da humanidade. Haverá o 68 político, com epicentro em Paris e transcorrido no mês famoso, tendo como ponto alto aquela semana extraordinária que deixou o país de ponta-cabeça e terminando com a fuga de De Gaulle para a Embaixada da França na vizinha Alemanha. Haverá o 68 cultural, tendo como epicentro a Califórnia e a região de São Francisco, com seu viés de contracultura – contra o *establishment* e o *American Way of Life* –, ao qual está associado o movimento *hippie*, o festival de Woodstock, o experimentalismo com o corpo e a mente, a insurgência contra a guerra do Vietnã e outras mais: primeiro nos Estados Unidos, onde tudo começou, e depois se espalhando pelo mundo, até mesmo na França, como reconhecerá seu grande ícone, Cohn-Bendit, ao dizer que o 68 francês muito se espelhou nos Estados Unidos e na Califórnia.

O dossiê dedicou várias seções onde essas duas vertentes do ano famoso são desenvolvidas, em sua especificidade e, também, em seu entrecruzamento. Um excelente exemplo disso é a Tchecoslováquia e a Primavera de Praga, analisada com as lentes do romance famoso de Milan Kundera. Outro exemplo é o Brasil: na impossibilidade de o dossiê poder trazer a lume o balanço do 68 político, como já foi explicado, e que ficaria a cargo de um colega historiador, o leitor nem por isso ficará frustrado, posto que poderá ir a fundo ao se deparar com dois artigos dedicados ao 68 brasileiro, conhecido como o ano que não acabou.

Por um lado, a análise do romance de Antonio Callado, *Quarup*, e portanto pelo viés da literatura, com o autor alinhando o romance com o contexto nacional e a perspectiva delineada por Callado com a figura do intelectual engajado desenhada e assumida por Sartre. Por outro, a análise da música popular brasileira do período, com destaque para o tropicalismo, em que não é difícil de perceber seu enraizamento no modernismo brasileiro, assim como na Semana de 22, e ainda na perspectiva da contracultura, mas não sem deixar de evocar Paris com o famoso “é proibido proibir”.

Terminamos essa breve apresentação, chamamos a atenção para as seguintes referências bibliográficas que consideramos importantes à vista da compreensão das várias faces do ano mitológico de 1968: [1] França: Morin, E. *et al.* 1968 – *A brecha*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018; [2] Alemanha: a coleção em três volumes, organizada por Wolfgang Kraushaar, intitulada *Escola de Frankfurt e movimento estudantil. Da mensagem na garrafa ao coquetel Molotov*, em alemão, e explorada por Rodrigo Duarte em seu artigo, proporcionando o contato do público com essa primorosa fonte em primeira mão; [3] EUA: Searle, J. *The Campus War: A Sympathetic Look at the University in Agony* (Political commentary). Cleveland: World Publishing Company, 1971; [4] Brasil: Ventura, Z. 1968: O ano que não terminou. Rio: Nova Fronteira, 2006. Para uma perspectiva mais ampla, abarcando várias experiências e países, recomendamos a consideração de dois livros de Cohn-Bendit, distanciados 20 anos no tempo, motivando avaliações discrepantes do ano fatídico: *Nós que amávamos tanto a revolução*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987; *Forget 68* (Entretiens). La Tour d’Aigues: Editions d’Aube, 2008. Para uma avaliação dos aspectos filosóficos, recomendamos, além dos livros de Morin, Searle e Kraushaar (este como fonte filosófica e também histórica) suprarreferidos, a obra de Marcuse, uma antologia de fato, *A grande recusa hoje*. Petrópolis: Vozes, 1999.

É claro mais de um autor seguirá um outro caminho e se apoiará em fontes diferentes, diversificando o empenho analíticos e enriquecendo os debates, mais do que paralisando-os e se perdendo em cizânias ou frivolidades estereis.

Os artigos selecionados para esta terceira e última parte do dossiê são: [1] França – [i] João Carlos Brum Torres: 1968, ontem e hoje + [ii] Ivan Domingues: *1968: França, Maio e Nós – Cinquenta Anos Depois*; [2] Alemanha – [iii] Rodrigo Duarte: “O movimento estudantil alemão na década de 1960 e a Teoria Crítica da Sociedade: algumas anotações”; [3] Tchecoslováquia – [iv] Giorgia Cecchinato: A leveza da primavera de 1968. A primavera de Praga através do olhar de Milan Kundera; [4] EUA – [v] Jeremy J. Shapiro - *Against Thermidor: Lessons from the Sixties* + [vi] Eduardo Soares Neves Silva: Sobre

o 68 americano: estrutura e exclusão, ou os limites da *New Left*; Brasil – [vii] Sérgio Alcides: ‘Quarup’: a ‘deseducação’ do público + [viii] Myriam Ávila: As três caravelas de 68.

Em seguida, apresentaremos as respectivas sinopses.

[i] João Carlos Brum Torres: “1968, ontem e hoje” – o artigo divide-se em quatro seções, resultando segundo o autor numa espécie de mosaico, caracterizado pela exterioridade das partes, não havendo entre elas nem sequência linear, nem similaridade, mas sobreposições e justaposições, poderíamos dizer. Assim, **1ª seção**: onde se evoca o “ambíguo significado dos eventos de 1968, em cujo curso as mobilizações e lutas por uma vida mais livre e por uma sociedade mais justa foram acompanhadas e sobrepujadas pela reação conservadora e autoritária”, como mostra o caso da França, com De Gaulle voltando ao poder em junho e o gaullismo vencendo as eleições no ano seguinte. **2ª seção**: na mesma linha, ao longo da qual se relembra das revoltas de 68 nos diferentes países e seus melancólicos desfechos, nas palavras do autor, como na Alemanha, na Tchecoslováquia e no Brasil, mais além da França e de Paris. **3ª seção**: numa outra perspectiva, com foco no pós-68, onde “se chama atenção para o processo de globalização e a difusão planetária do neoliberalismo”: dois grandes eventos que no fundo são um só, em que se tem o anti-68 por excelência e os quais irão promover uma alteração profunda nos dois grandes esteios das sociedades humanas, o Estado e o Mercado, rompendo com o comunitarismo e o associativismo [formulações nossas, dos editores] que marcavam a geração e os movimentos de 1968 e ficando em seu lugar o individualismo e a responsabilização pessoal nos sucessos e nos fracassos nas diferentes esferas da vida. **4ª seção**: concluindo, ao longo da qual se interroga acerca da natureza dos eventos e insurreições históricas, em cuja resposta o autor irá buscar as companhias de Heidegger, Foucault e Ricoeur – e desde logo, pode-se dizer, levando-o a tomar igual distância de Aristóteles e Hegel, na esteira da sua suspeição de que alguma coisa de 68 ficou na memória histórica como seu resultado indelével, e postular a tese segundo a qual há bem universais nos eventos e processos históricos. Universais *sui generis*, com efeito, segundo o autor: por um lado, levando-o a propugnar “o caráter *sui generis* da instanciação dos universais históricos” nos eventos e processos, que são singulares, ao admitir com Ricoeur que esses universais, evocando eventos que se repetem segundo um padrão, são da ordem não da essência ou da substância, posto que acidentais, mas do *plot* (intriga) e da narrativa; e por outro, levando-o a estabelecer, com Heidegger e Foucault, a “vinculação da série aberta dos movimentos insurreccionais ao caráter intrínseca e insuperavelmente problemático da sociabilidade humana”.

Sobre o autor, cabe ainda registrar, como foi lembrado na época do evento, que logo depois de ter sido contratado pela UFRGS, como assistente de Gerd Bornheim, em 1968, ele foi um dos 14 professores expurgados daquela universidade, por força do AI-5, quando o país era governado por uma junta militar, com Costa e Silva doente e o país mergulhado num dos anos mais tenebrosos de sua história. Foi nesse contexto que ele foi para Paris, com bolsa do governo francês, quando foi parar em Vincennes, em plena efervescência, como se maio continuasse ainda, tendo sido, portanto, uma testemunha direta daquela época, acolhido calorosamente por Châtelet e sendo por um período próximo de Deleuze e de seu círculo. É, portanto, com esse *background* pessoal que ele foi convidado para o evento e agora selecionado para o dossiê, lembrando que o autor voltou para o Brasil em 1974 e foi reintegrado à UFRGS em 1979, quando a lei da Anistia promoveu em todo o país a volta dos professores compulsoriamente aposentados.

[ii] Ivan Domingues: “1968: França, Maio e Nós – Cinquenta Anos Depois” – com formação francesa, como João Carlos B. Torres, mas tendo ido para Paris dez anos depois, o autor não teve por lá experiência direta do maio de 68, nem de seus estertores, apenas no Brasil. Contudo, frequentou a vida e a cena intelectual francesa, com a universidade mais distensionada e também menos elitista, tudo isso por efeito de maio, levando à implosão a velha Sorbonne, paralelamente ao crescimento estonteante da população universitária, especialmente em Paris, com milhares de estrangeiros vindos de diferentes pontos do globo. No mesmo compasso, no plano político, a França tinha deixado o gaullismo para trás e era a vez, em termos de esquerda, não mais do antigo Partido Comunista Francês, já em decadência, nem mesmo da *New Left*, que nunca chegou ao poder, porém do Partido Socialista, com ar de *Old Left* e Mitterrand, dominando a cena francesa por uns bons 15 anos. Este é, pois, o contexto político e de sua interrogação acerca do significado do maio francês, com sua constelação de sentidos e suas várias vertentes: política, cultural e filosófica. No entanto, tendo vivido diretamente o 68 brasileiro, com um olho em Paris e outro na Califórnia, tal situação levou o autor a buscar na conclusão do artigo as interfaces do 68 francês e do 68 brasileiro.

Quatro foram os questionamentos levados a cabo: [1] como compreender a explosão de maio, as barricadas do *Quartier Latin* e tamanha radicalidade com o país de ponta-cabeça, num contexto como o francês de então, com a nação mais rica e o estado de bem-estar social em plena implantação, e justamente num momento em que a França estava no auge dos “Trinta anos gloriosos”?; [2] na linha de John Searle em *The Campus War* tendo por foco Berkeley, o 68 norte-americano e a Califórnia, qual foi o significado filosófico do 68 francês

e o que a filosofia poderia dizer sobre 1968 e o maio famoso?; [3] ao fim e ao cabo, ao considerar o mundo ocidental, qual foi o 68 que venceu, o de Paris e da política, ou o da Califórnia e da contracultura?; [4] passados cinquenta anos, como 68 interpela o autor hoje, como brasileiro, e pessoalmente, ele que fazia parte da geração 68 e assistiu aos estertores do ideário político de maio nos anos setenta e sobretudo 80?

Para respondê-las, no tocante à França, o autor cuidou, por um lado, de dar lastro empírico às suas análises, levando-o a buscar o embasamento de suas reflexões no interior do próprio movimento, ao explorar documentos dos grupos ativistas (coletivo 22 de março, etc.) e registros assim como livros de suas lideranças: Cohn-Bendit, especialmente; por outro, tratou de recensar as principais interpretações fornecidas pela intelectualidade francesa, ao perguntar pelo sentido ou o significado do mês famoso, a exemplo de Morin, Castoriadis, Lefort, Aron, Alan Renault & Luc-Ferry e outros, tendo como contraponto Searle para os EUA e Marcuse para a Alemanha.

[iii] Rodrigo Duarte: “O movimento estudantil alemão na década de 1960 e a Teoria Crítica da Sociedade: algumas anotações” – tendo realizado seu doutorado na Alemanha, com grande familiaridade com a cultura e a filosofia alemãs, o autor se propõe neste artigo a analisar o 68 alemão através do prisma da Teoria Crítica da Sociedade (ou TCS), sua área de especialidade e como ele deixa claro no título do artigo. Com esse intuito, ele repassa, numa ordem aproximadamente cronológica, os acontecimentos mais marcantes no relacionamento entre os expoentes da chamada “Escola de Frankfurt”, à qual a TCS está vinculada – especialmente Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse, dentre outros – e os estudantes politicamente organizados da Universidade Johann Wolfgang Goethe, sediada na cidade alemã que deu nome àquela corrente de pensamento. O texto procura mostrar que esse relacionamento sempre foi marcado por certa ambiguidade, na medida em que os principais líderes do movimento estudantil daquela instituição, dentre os quais se destaca Hans Jürgen Krahl, se consideravam inspirados pelos representantes da TCS em termos teóricos, ao mesmo tempo em que se sentiam traídos por eles (excetuando-se talvez por Marcuse) no tocante ao posicionamento e à atividade política.

A fonte trabalhada é antes de tudo o livro, organizado por Wolfgang Kraushaar, com três volumes, intitulado *Escola de Frankfurt e movimento estudantil. Da mensagem na garrafa ao coquetel Molotov*, cujo primeiro tomo contém uma profusão de imagens, fotos e charges, exibidos largamente pelo autor em sua comunicação no colóquio. Agora, no artigo será a vez dos dois volumes restantes, com análises, depoimentos e registros dos principais acontecimentos

que tiveram naquela cidade alemã, com a Universidade e o famoso Instituto a ela ligado no epicentro dos acontecimentos.

Nesse cenário, com o autor cuidando de oferecer em seu relato uma descrição objetiva e fiel dos acontecimentos, atenta aos dois lados de uma história que terá um desenlace trágico, o ponto alto é a invasão do Instituto para a Pesquisa Social, no tempo em que Adorno era diretor. Contudo, mesmo antes da invasão, com o movimento estudantil mais e mais radicalizado, era comum na Universidade e no próprio uma espécie de *bullying* político que vitimava autoridades e professores conhecido como “go-in”: palavra inglesa consistindo num “phrasal verb” que, como todo verbo dessa natureza em inglês tem mais de um significado, podendo ser usado na acepção de “entrar” num recinto, “entrar em acordo”, “entrar numa receita” (ingrediente), e que como *bullying* consistia em “entrar na sala de aula”, sem pedir a autorização e questionar, mesmo atacar frontalmente o professor. Adorno no curso de 1969 foi vítima constante desses *go-ins*, tendo sido o mais famoso deles o dia em que um grupo de estudantes com seios à mostra o provocaram com carícias e cenas eróticas, de modo que nessa sucessão de *go-ins* ele não conseguia dar mais aulas, cancelou os cursos e quando Instituto foi invadido chamou a polícia. Depois de todos esses episódios, desgastado e deprimido, Adorno sofreu um infarto fulminante e faleceu em agosto de 1969.

Tudo isso o leitor poderá seguir no livro. A acrescentar que uma outra vertente do 68 alemão, ao cabo desse processo de radicalização dos estudantes e fora da universidade, foi o surgimento do Grupo Baader-Meinhof, um grupo ultra-radical terrorista, fundado em 1970 e atuante até os anos 90. Esta é outra face do 68 alemão à diferença do francês e tendo como paralelo, até um certo ponto, nos EUA os Panteras Negras.

[iv] Giorgia Cecchinato: “A leveza da primavera de 1968. A primavera de Praga através do olhar de Milan Kundera.” – citando Aristóteles, que disse na *Poética* que a arte é mais universal do que história, pois – relembra a autora – a história limita-se a fatos particulares, enquanto a poesia ultrapassa esse limite e tem como objeto o universal, ao visar um gênero ou um caráter, como nas tragédias. Por isso um romance, uma obra de literatura nos oferece um olhar particular, visando este ou aquele personagem, esta ou aquela trama, em um ambiente ou em outro, e que tem porém valor universal. Nas páginas do romance “A insustentável leveza do ser” são relatados, a partir do ponto de vista dos protagonistas, os fatos dramáticos da repressão russa da Primavera de Praga. Em 1968 o partido comunista tcheco, dirigido por Alexander Dubček e apoiado pela maioria da população, inaugurou um movimento de reformas e democratização que foi brutalmente reprimido pelos russos e a história de amor dos protagonistas – Tomas e Tereza – tomou rumos inesperados. Uma das



imagens mais marcantes do livro é a das belas jovens de Praga provocando os soldados russos com beijos e curtíssimas minissaias. A liberdade dos costumes foi um dos elementos que a Primavera de Praga teve em comum com o Maio de '68, mas houve muitas diferenças que levaram os jovens de Paris e de Praga a não se entender quando usavam a mesma palavra: Liberdade.

Este ponto é essencial e foi desenvolvido pela autora no fim do artigo, quando ficam evidenciados o choque de perspectivas e as simetrias inversas contrapondo as primaveras francesa e tcheca. **Choque de perspectivas:** “Os jovens de Praga – lembra a autora – tinham ideias diferentes das dos estudantes ocidentais com relação ao que seria uma ‘sociedade boa’. Os franceses lutaram contra tudo: contra o *establishment*, a democracia parlamentar, os partidos políticos. Os estudantes de Praga, queriam isso tudo! Nunca acreditaram que a democracia ocidental estivesse exausta.”. **Simetria inversa:** lembra a autora que “tanto Maio de ‘68 e a Primavera de Praga pareciam se mover em paralelo, mas de fato dirigiram-se para direções opostas [...]”. E acrescenta: “do ponto de vista cultural, enquanto o Maio francês queria a revolução com base em um projeto político, a Primavera de Praga indicou o caminho oposto. Segundo Milan Kundera: ‘Maio de 68 – questionou o que chamamos de cultura europeia e seus valores tradicionais. Pelo contrário, a Primavera de Praga foi a apaixonada defesa da tradição cultural europeia no sentido mais amplo e abrangente do termo (defesa do cristianismo e da arte moderna, proibida pelo regime)’”.

[v] Jeremy J. Shapiro: “Against Thermidor: Lessons from the Sixties” – em seu artigo, o autor parte de uma metáfora sobre as cores que os períodos possuem, assinalando que o momento anterior aos anos sessenta – anos que, segundo ele, se iniciam por volta de 1965 e terminam em 1974 – poderia ser simbolizado pela cor cinza, já que – não apenas simbólica, mas até mesmo materialmente, como os uniformes dos jovens estudantes da High School – tudo nele era acinzentado. Quando, finalmente se entra na década de sessenta, as coisas ficaram coloridas – roupas, carros, relações interpessoais e, de um modo muito peculiar, a política. Isso porque a esquerda – a *New Left*, especificamente – ingressou numa fase mais arejada, em que não apenas a exploração do proletariado pelo capital, mas também a opressão das mulheres pelos homens (inclusive da esquerda tradicional), a destruição da natureza, o abuso de animais, dentre outras coisas, passaram a fazer parte dos movimentos mais radicais de oposição aos poderes constituídos.

O título do texto, à primeira vista hermético, remete ao artigo “Progress and Freud’s Theory of Instincts”, no qual Marcuse desenvolve a noção de “thermidor psíquico”, segundo a qual há forças psicológicas no indivíduo que obstam a sua emancipação e, para Shapiro, o significado da “nova esquerda”

teria sido exatamente procurar reverter o poder exercido nas pessoas por essas forças. Ressalte-se que a palavra é de origem francesa e encerra ao menos dois significados principais: [1] o 11º mês do calendário republicano, que caía sobre a estação quente, entre julho e agosto (themidor vem do grego “thermon” e significa calor, e próximo do francês “thermes”, com suas estações e águas tépidas); [2] algo antigo, estilo antigo, à moda depois do thermidor, referente ao período que se seguiu à queda de Robespierre [09 do termidor ou 27 de julho], seguida de uma reação contra o período anterior e da volta dos setores moderados e liberais da burguesia ao poder. Ao ser retomado por Shapiro, na esteira de Marcuse, não é certamente a volta da burguesia liberal que está em jogo, mas algo como a volta de forças psíquicas recalçadas ou o efeito rebote, no sentido freudiano, e contra a qual se insurge Shapiro.

Contra a volta ao cinzento, ao fim e ao cabo, podendo a mensagem final do artigo ser lida no sentido de que a *New Left* barrou a volta do antigo ou velha política e ficou mais colorida com os movimentos feministas e de outras minorias no curso dos anos setenta-oitenta e nas décadas adiante.

[vi] Eduardo Neves Soares Silva: Sobre o 68 norte-americano: estrutura e exclusão, ou os limites da *New Left* – em contraste com o estadunidense Shapiro, que focalizou em seu artigo sua experiência pessoal no ambiente norte-americano, bem como seu alinhamento político com a *New Left*, com Marcuse ao fundo de suas reflexões, o autor brasileiro se ocupará em sua análise do pós-68 dos *yankees* e com outra ordem de preocupações. Antes de tudo, a preocupação de se afastar das narrativas digamos canônicas dos 68 franceses, alemães e norte-americanos, tendo como chave analítica a relação entre teoria e prática visada na ótica dos protagonistas, com seus tensionamentos e pontos cegos, entrando na agenda de discussão as pautas dos movimentos feministas e afrodescendentes.

Dois autoras se revelam essenciais para as análises ensejadas: Jo Freeman, conhecida intelectual feminista, além de ativista política desde os tempos que estudava em Berkeley, quando associou a agenda das mulheres norte-americanas ao movimento pela ampliação dos direitos civis – e desde logo abrindo caminho para a chamada segunda onda do movimento feminista, a supor que a primeira onda ficara com os direitos civis, como no caso das sufragistas (direito ao voto), e a qual se notabilizaria pela pauta digamos moral e doméstica, em sua luta pela igualdade de gênero. Haveria uma terceira ou mais, em que prevalece uma agenda pós-gênero, mas ela é tratada pelo autor, que não se viu compelido a fazê-lo, ao se ater ao conhecido *paper* da autora, mais tarde professora da Universidade Estadual de Nova York, a saber: “The Tyranny of Structurelessness”, publicado em 1971. De Angela Davis, ligada a Marcuse desde os tempos que estudava em

Berkeley e neste sentido uma frankfurtiana, renomada ativista – um verdadeiro ícone – tanto da causa das mulheres quanto dos afrodescendentes, tendo sido militante dos *Black Panthers*, e autora do livro essencial *Women, race and class*, publicado em 1981, que irá marcar profundamente a agenda das feministas negras e mais além, deixando a abordagem marxista tradicional das classes sociais no chão: além de sofrer os condicionamentos de classe, a mulher negra americana sofria opressões de gênero e de raça, e desde logo sua pauta não é a mesma da mulher branca. Especificamente, de Angela Davis o autor cita “Marcuse’s legacies”, que veio a lume no terceiro volume da obra do filósofo alemão, publicada postumamente, em 2005, com 6 tomos e intitulado o terceiro *The new left and the 1960’s – Collected papers of Herbert Marcuse*.

Trata-se, portanto, do mesmo período coberto por Jeremy Shapiro, que, como foi dito, é discípulo de Marcuse, como aliás Angela Davis, autorizando-nos a pensar que se trata, no caso do capítulo de Davis, do reconhecimento de seu legado para a *New Left*. Contudo, não é essa a tese do autor, que, no final de seu artigo, ao seguir os passos de Angela Davis, mais do que falar dos limites da nova esquerda, como está no título, sentenciará que “o 1968 americano foi a sentença de morte da *New Left*.”.

[vii] Sérgio Alcides: ‘Quarup’: a ‘deseducação’ do público – o artigo gravita em torno de duas ideais axiais, tendo o Brasil no centro das preocupações, tanto do romancista quanto do próprio autor, donde a linha de convergência. As duas ideias são “quarup” e “deseducação”, vindas com aspas no título: a primeira, termo indígena da região do Xingu, onde vivem os caiapós e outros povos aparentados e que falam dialetos do macro-jê, portanto diferente do tupi-guarani, e grafado também com k (kuarup), o qual designa um ritual religioso em homenagem aos mortos, centrado na figura do demiurgo *Mawutzinin*, ou o primeiro homem, e que o romancista toma como a metáfora do Brasil; a segunda, em alusão aos romances de educação alemães (*Bildungsroman* na língua de Goethe), cujo modelo, pode-se dizer, é o clássico *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, com sua mensagem de elevação espiritual, e que será objeto de uma desconstrução da parte de Antônio Callado, com seu propósito de oferecer ao leitor brasileiro o *anti-bildung*. Nas palavras de Callado, o romance narra a expedição ao centro geográfico do Brasil e ao longo dele “seu personagem Nando parte de uma concepção de mundo barroca, sofisticada, e vai despojando-se dela em busca de um contato mais direto com a realidade”. O resultado, conforme Alcides, é um novo experimento literário, de aprendizado, com efeito, mas em que o herói ao passar por sucessivas provas pessoais “se deseduca” até estar pronto para o enfrentamento – no caso, armado – da realidade. São anos de “desaprendizado”: a narrativa de *Quarup* não aspira ao teor “espiritual” ou

metafísico que caracteriza o romance de formação. Trata-se da politização da consciência, formadora de “outro tipo de Homem Brasileiro”.

Publicado em 1967, *best-seller* em 1968 e o livro mais vendido do Brasil na década de 1970, “o romance marcou o ambiente cultural e o debate público sobre o papel da intelectualidade diante da crise política vivida no Brasil desde o golpe militar de 1964”. Tendo como personagens centrais, o padre Nando, depois *défroqué*, e a sua parceira Francisca, segundo Alcides o livro está marcado em sua composição por uma ambiguidade de fundo: por um lado, a utopia de um país melhor e mais justo; por outro, o desencanto e o pessimismo com o destino do Brasil. Selecionado pelo dossiê para reverberar em seu artigo o 68 brasileiro, ao cruzar a literatura com a política, o autor mostra o vívido contraste da recepção de um livro que foi *best-seller* e hoje esquecido. Outro achado de suas análises consistiu em estabelecer que “a pesquisa sobre a sua primeira recepção mostra que o polo desencantado inicialmente não despertou tanta atenção quanto o apelo ao engajamento político do intelectual, no sentido proposto por Jean-Paul Sartre.”. Em abono a essa importante ilação, o autor cita “Présentation des Temps Modernes”, datado de 1945 e publicado em *Situations, II. Littérature et engagement*. Como se sabe, Sartre tinha visitado o Brasil em 1960, tendo permanecido nessas paragens três meses, e gozava de grande influência na intelectualidade brasileira daquele período, e é então em sua obra literária e em seu inigualável ativismo de intelectual engajado em que Callado se inspira para fazer de *Quarup* o romance *engagé* e o *anti-bildung* brasileiro.

[viii] Myriam Ávila: “As três caravelas de 68” – também selecionado pelo dossiê para pensar o 68 brasileiro pelo viés das artes, a autora – para retomar o sugestivo título – navega nas complexas ondas político-sociais que deram um caráter único ao ano de 1968 no Brasil, quando um grupo de artistas veio balançar toda a cena cultural brasileira, obrigando-a a um rearranjo total, estético e ideológico. Tudo somado, o texto que resultou dessas reflexões identifica três vertentes artísticas plenamente delineadas em 68: a vanguardista, a populista e a tropicalista, aqui comparadas às três caravelas de Colombo – Santa Maria, Pinta e Nina, cabendo o papel de nau capitânia à última, em cujo comando estava o navegador genovês, como lembra a autora – e festejadas numa canção caribenha que Caetano e Gil retomam em versão bilíngue no LP *Tropicália*. Porém, na mais viva dessas vertentes, a tropicalista, ao contrário da viagem intencionada das caravelas de Colombo, o que está em jogo “não, não é uma estrada, é uma viagem [...] que não tem sul nem norte”, como diz a canção dos Novos Baianos, “Ferro na Boneca”. Hoje, o empreendimento tropicalista nos causa admiração ainda pela disposição de enfrentar pela aposta na criação e

na cultura, um cenário político que parecia não oferecer nenhuma perspectiva de superação.

Sobre esse cenário, menos de um ano depois do último festival da Record, antes do AI-5, Caetano Veloso e Gilberto Gil foram presos pela ditadura, em São Paulo, 14 dias depois de o ato famoso entrar em vigor, em seguida transferidos para o Rio de Janeiro e soltos dois meses mais tarde. De volta a Salvador, foram novamente detidos e proibidos de tudo, dar shows, etc., não só eles, mas também Chico Buarque, tornando a vida pessoal e artística deles impossível e forçando-os a tomar o caminho do exílio. Em meados de 1969 Caetano e Gil se mudam para Londres e só voltam para o Brasil em 1972.

Mais uma vez assistíamos ao cruzamento da arte e da política, desta vez não pelo lado reluzente do intelectual sartreano engajado e com todo o protagonismo, mas pelo *dark side* da repressão do pensamento e da criatividade.

Concluindo, como ressaltado antes, duas matrizes estavam em jogo no 68 brasileiro; a da Califórnia e a contracultura; a de Paris e os encantos da política radical de esquerda. No caso do tropicalismo parece que foi a vertente californiana que prevaleceu, com seu experimentalismo, sua crítica aos costumes e suas cores reluzentes, como notou Shapiro, e cuja mensagem transgressora estava exibida nos muros de Paris com os dizeres “é proibido proibir” e também entre nós como mote do Tropicalismo. Em sua origem estavam Caetano Veloso, o festival da canção da Globo de 1968, a música com a letra famosa interpretada por ‘Os mutantes’ e o discurso iconoclasta do músico baiano desancando todo mundo.

-x-x-x-

Aqui terminamos a apresentação do dossiê, com os autores e os artigos em primeiro plano, e, também, com os contextos específicos e as informações necessárias para embasamento e conforto dos leitores da *Kriterion*.

Depois da publicação, o dossiê seguirá seu livre curso e irá integrar o Espaço da Memória do Departamento de Filosofia da UFMG, que está em processo de implantação.

*Os Editores*

Maio de 2020



# ARTIGOS

## ***UMA EFEMÉRIDE: OS 25 ANOS DO DOUTORADO DO PPG EM FILOSOFIA DA UFMG***

*Ivan Domingues*

Universidade Federal de Minas Gerais  
domingues.ivan3@gmail.com

**RESUMO** *O objetivo é a celebração da efeméride, estendendo-se o período dos 25 anos desde a época da fundação, em que eu estive à frente como coordenador, até o ano 1998, à ocasião do evento, com o Doutorado consolidado e em um novo ambiente intelectual. Demais, o artigo visa reconstituir o contexto da fundação, ao contrastar a história do PPG em suas etapas fundamentais: primeira, a criação do Mestrado em 1974, com Pe. Vaz como primeiro coordenador, em plenos “Anos de chumbo”; segunda, a criação do Doutorado em 1993, numa conjuntura política diferente, em plena democracia, governo Itamar Franco. Por fim, além de reconstituir o percurso das lideranças e dos grupos que estiveram na linha de frente do PPG nesses diferentes períodos, o artigo elucida um ponto importante na história do próprio Doutorado, um pouco antes de sua criação, num momento em que o projeto estava em diligência na Administração Central da UFMG, exigindo sua remodelagem e uma nova repactuação interna.*

**Palavras-chave** *PPG em Filosofia da UFMG, criação do Mestrado, criação do Doutorado, 25 anos.*

**ABSTRACT** *Our aim is to celebrate the 25 years of PPG's Doctorate Program at UFMG, remembering the period since its foundation, when I was the Coordinator, until 1998 at the time of this event, with a consolidated Doctorate/PhD in a new intellectual environment. Besides, the paper aims at*

*reconstructing the context of the foundation by contrasting the PPG history in its two main stages: first, creation of the Master's Degree in 1974, with Father Vaz as its first Coordinator, right in the middle of the "Years of Lead"; second, creation of the Doctorate Degree/PhD in 1993, in a different political conjuncture, in full democracy, the Itamar Franco administration. Finally, in addition to the reconstruction of leadership and group courses that stood in the PPG front lines in these different periods, the paper throws some good light on an important point linked to the history of the Doctorate/PhD itself, shortly before its creation, at a time when the project was under investigation at UFMG Central Administrative Office, requiring its remodeling and a new internal arrangement.*

**Keywords** *UFMG Philosophy PPG; Creation of Master's Degree; Creation of Doctorate/PhD; 25 years' celebration.*

Começo pela efeméride e a significação que a data tem para mim, ao cabo de tanto tempo.

Antes de mais nada, por mais de um motivo, como veremos, minha satisfação em participar da celebração dos 25 anos é imensa, ladeado de colegas e pessoas amigas, com as quais compartilhei a experiência e delineamos o percurso. De fato, a satisfação não poderia ser maior, com a carga de emoção que a acompanha, pelo fato de minha *alma mater*, como dizem os americanos, ser a UFMG, onde fiz a minha graduação nos anos 70 e nela ter feito meu Mestrado, com a dissertação defendida em 1980.

As coisas não pararam aí: depois foi a vez do concurso para professor, na época auxiliar de ensino, que hoje não existe mais, quando eu entrei, e a palavra é essa mesma, entrei e pela segunda vez, agora como professor, juntamente com mais três colegas, Pedro Athos, Paulo Margutti e Carlos Drawin. Todos nós, pratos da casa, contratados para atuar no Primeiro Ciclo de Ciências Sociais, em plena ditadura militar, com o AI-5 aterrorizando o mundo da política lá fora e o Decreto 477, seu braço universitário, ameaçando estudantes e professores aqui dentro. Em suma, eram os anos de chumbo e todos tínhamos medo, mas éramos ousados e eu lia Marx, como gosta de lembrar Carlos Drawin, passando boa parte do tempo fazendo esquemas do livro III de *O capital*, os quais iriam ser aproveitados depois em minha Dissertação de Mestrado, e referidos todos nós, nós recém-chegados que lá atuávamos, carinhosamente por José Henrique Santos como “os novos filósofos”, em alusão aos franceses.



Sobre o Primeiro Ciclo, tendo na época como coordenadora Ângela Mascarenhas, cujo legado para a história do nosso Departamento foi decisivo e todo mundo reconhece, ressalto que o “Básico”, como também era chamado, estava em expansão naqueles anos e lá já atuavam Fernando Portella, Alexandre Vivacqua, Aparecida Andrés e Ricardo Fenati quando fomos contratados para lecionar Lógica do Pensamento Científico. Ou seja, algo como uma introdução à filosofia da ciência, com uma certa inflexão para as ciências humanas e sociais, a exemplo de outras semelhantes no Brasil, como na PUC-RJ, como vim a descobrir depois, quando me vi às voltas com a crise da PUC de 1979 e descobri um padrão de ensino parecido, com apostilas e tudo mais, fazendo lembrar, de tão usadas que eram, as “sebentas” do Brasil Colônia.

Eu poderia passar horas e mais horas conversando com vocês sobre esses tempos, mas não posso, hoje é o dia de celebração do Doutorado e é à parte da tarde que está reservada lembranças como esta, quando iremos tratar da memória do Departamento. O ponto que eu quero ressaltar agora e ao qual vou voltar mais tarde é que a minha *alma mater* é a UFMG, onde entrei em 1978, de onde nunca mais saí e onde acabo de concluir em 2018 quarenta anos de carreira. Por isso, e por outras coisas, posso dizer sem reservas que “sou UFMG”, à qual com orgulho pertencço e com respeito à qual reconheço a dívida inestimável de ser o que sou, somando-se à minha formação profissional no Mestrado, como estudante e bolsista da CAPES, a minha licença como professor em 1981, e novamente como bolsista da CAPES, para fazer o meu Doutorado, na França, Sorbonne, Paris I.

Estou comentando essas coisas autobiográficas para dar a vocês uma ideia do contexto em que o nosso Doutorado foi criado, bem como uma ideia do ambiente ou do quadro em que eu entro nesta história como primeiro coordenador.

O contexto é a nossa pós-graduação, fundada em 1974, com Pe. Vaz como primeiro coordenador e grande protagonismo de um número pequeno de professores, com José Henrique Santos na linha de frente e, junto com ele, um pouco depois, o grupo de Louvain, como eram chamados José Anchieta, Hugo César, Walter Evangelista e Hugo Amaral, aos quais um pouco mais tarde vai somar-se Sebastião Trogo. Saliente-se que o contexto é os anos de chumbo pós-AI-5, cujo significado já foi ressaltado, com todo mundo com muito medo e uma sensação de grande precariedade, como o medo de nosso Departamento um dia fechar as portas: como tínhamos na época, senão por um ato de força, como o que levou a ditadura fechar o curso de filosofia da Federal de Sergipe por 21 anos, como se sabe, ao menos por precarização e aviltamento, com o MEC bem como as universidades escolhendo e priorizando

as engenharias e as ciências naturais – temor que estava na mente de todo mundo, levando José Henrique e outras lideranças a moldarem a estratégia do espriamento do Departamento por toda a Universidade, para se fortalecer e melhor se defender. Porém, meio invisível, ao menos para o conjunto das humanidades, estava em curso já naquela época, patrocinado pelo regime militar com seu projeto desenvolvimentista de modernização conservadora do país, o processo de implantação do Sistema Nacional de Pós-Graduação da CAPES, o SNPG como passou a ser conhecido, e foi neste cenário que os primeiros Cursos de Mestrado no país foram criados, nos anos 70, começando pelas ciências duras, e depois os Doutorados, nos anos 80. Paralelamente, o CNPq implantou o sistema de bolsas, a PQ e outras, e em conjunto com a CAPES passou a enviar levas de estudantes e professores para o exterior em busca de treino e formação, com o propósito de formar e ampliar o nosso corpo de pesquisadores, professores-pesquisadores ao fim e ao cabo, com o título de Doutor ou PhD: os nossos PhDeuses, como passaram a ser referidos pelas más línguas, como alguns de meus colegas de então, que não se davam conta de que uma pequena revolução estava em curso, quando o Brasil finalmente pôs fim ao déficit institucional de séculos, séculos de atraso em suma, atraso não só frente à Europa, com seus primeiros títulos de *doctor* e *magister* criados na Idade Média, e mesmo em comparação com a América hispânica, com o Peru, o México e a Colômbia (então reino de Granada) tendo universidades com o ciclo completo de estudos desde o início da Colônia. E *déficits* e *gaps* inclusive em relação a nós mesmos, ao se falar de filosofia e teologia, e não da medicina ou do direito, se consideramos que ao menos em oito colégios dos jesuítas, como o de Salvador, do Rio de Janeiro e do Maranhão, o título de Mestre e Doutor era concedido naquelas duas disciplinas – situação que será revertida com a expulsão dos jesuítas por Pombal, em 1759, e a filosofia só voltará a ser ensinada como ensino superior autônomo no início do século XX. No começo de tudo, com a criação da Faculdade de São Bento em São Paulo, em 1908; seguida da fundação da USP e da FFLCH em 1934; vindo em seu encaicho o sistema das Federais, que será consolidado um pouco depois e cujo modelo foi a Universidade do Brasil, criada em 1937; e tudo terminando com a fundação de algumas PUCs logo na sequência, iniciando-se pela PUC-RJ em 1940 e da qual o jesuíta Pe. Leonel Franca foi o primeiro reitor. Contudo, todo esse processo então criado, no curso do século XX, e a todos os títulos decisivo, não significou o fim do *gap* e do *déficit*, mas o início do fim, porque o fim mesmo só se consumou nas décadas finais do século XX, quando os Mestrados e os Doutorados foram criados, e assim o ciclo completo do ensino superior foi implantado nessas paragens – como a Universidade de Paris, a

dupla inglesa Oxford & Cambridge, Bolonha e Pádua na Itália, Salamanca e Alcalá na Espanha ou Coimbra em Portugal, e ainda como a de San Marcos no Peru e a Real Universidad del México, e vários séculos antes.

Este foi então o contexto mais amplo e o ambiente da UFMG em que foi criado o Doutorado: à diferença do Mestrado, criado em 1974, em plenos anos de chumbo e do reino do AI-5, como dito – mas ainda assim o marxismo era ensinado, meio às escondidas, com Luiz de Carvalho Bicalho e hoje nome de auditório, ex-partidão ou PCB, mais tarde um dos fundadores da UnB junto com Darcy Ribeiro, além de eminente sartreano, amante de Bach, simpático e amigo de todo mundo, da velha e da nova geração, a quem me refiro com tantas loas em reconhecimento por ter sido o orientador da minha Dissertação de Mestrado, consagrada a *O capital*, de Marx –, à diferença do Mestrado, repito, o Curso de Doutorado foi criado em outro momento e em outro ambiente.

Andando a passos rápidos, criado em 1992 e implantado em 1993, não mais nos anos de chumbo, mas em plena democracia, quatro anos depois de promulgada a nova Constituição, e, portanto, em ambiente mais livre e atmosfera mais arejada. Todavia, a mudança de contexto e o ambiente mais descontraído não significaram frouxidão ou facilitação. Todo mundo que já pôs os pés na UFMG sabe que as coisas por aqui não são fáceis e ninguém facilita nada, ao menos no que tange a certas iniciativas e experiências ligadas à docência e à pesquisa, com as instâncias superiores zelando pela tradição e a mediania, digamos assim, com todo o conservadorismo que isso implica, à diferença da UFRJ, onde imperam os extremos, do lixo e do luxo – quem quiser ver, basta visitar o Fundão. O certo é que, quando o processo de criação do Doutorado foi iniciado, em 1988, na época do reitorado de Cid Velloso e que era de esquerda e amigo nosso, a então Pró-Reitoria de Pós-Graduação, depois de estar por uns tempos nas mãos de José Anchieta, no início de sua gestão e que tinha patrocinado a proposta, a então Pró-Reitoria, repito, e o seu novo titular não aceitaram, tal como fora apresentado, o projeto do novo curso e resolveram baixar diligência, em busca de esclarecimentos e mais informações<sup>1</sup>: informações sobre o corpo docente, a estrutura do curso, a área de concentração, a relação com o Mestrado, e acerca do domínio conexo, como

1 Precisando as datas e as pessoas: o reitorado de Cid Velloso transcorreu no período 1986-1990, precedido pelo de José Henrique Santos, entre 1982 e 1986; durante a sua gestão dois foram os Pró-Reitores de Pós-Graduação: [i] Ivan Moura Campos, do DCC, por um curto período, entre agosto de 1986 e abril de 1987, depois do interinato por alguns meses de José de Anchieta Correa, que tinha sido Pró-Reitor de P-G na gestão de José Henrique Santos; [ii] Ana Lúcia Gazzola, que sucedeu o colega do DCC e ficou no comando da Pró-Reitoria, entre abril de 1987 e março de 1990, continuando mais dois anos à testa do órgão no reitorado de Vanessa Pinto Guimarães, até junho de 1992, quando foi concluído o processo de criação do nosso Doutorado. Mais à frente darei mais informações sobre o tópico.

a terra de ninguém era chamada – terra de ninguém, ou seja, tudo aquilo que sobrava e não cabia na área de concentração, algo como o lugar dos restos. Então o projeto entrou em crise, o grupo colapsou e não havia mais *esprit de corps*, como dizem os franceses.

Entretantes, em 1990, houve a mudança do reitorado, com Vanessa Pinto Guimarães como Reitora, e Evando Mirra de Paula e Silva, engenheiro brilhante e refinado, como Vice-Reitor: nosso amigo, que já cooperava com colegas no nosso Mestrado, mais tarde presidente do CNPq, inventor da Plataforma Lattes, um dos sócios do restaurante Taste-Vin, meu parceiro na criação do IEAT e hoje falecido. Como era de se esperar, com a mudança do reitorado vieram as mudanças políticas, inclusive na formatação das políticas de pós-graduação, em sintonia com as novas ênfases e políticas da CAPES, com seu protagonismo decisivo nesse nível do ensino superior, como todo mundo sabe. Neste novo cenário, sem quebra de continuidade da gestão anterior, a Pró-Reitoria de Pós ficou sob o comando de Ana Lúcia Gazzola, depois Vice-Reitora, em seguida Reitora, e na minha opinião e de muitos colegas a mais importante Pró-Reitora de Pós-Graduação que a Universidade já teve. Nada menos do que a responsável direta por ter arquitetado uma política sumamente exitosa que terminou por colocar a UFMG no *ranking* das universidades *tops* do Brasil no ensino de pós-graduação, Mestrado e Doutorado. Numa ocasião eu disse isto a ela, quando ela era Reitora, e ela não gostou, pensando que eu estava diminuindo suas realizações como Reitora. Mas eu não estava diminuindo, eu apenas estava dizendo e reconhecendo seus feitos extraordinários como Pró-Reitora: a pessoa certa para o momento certo, uma tempestade perfeita, e o resultado aí está, com a nossa Pós consolidada e muito bem ranqueada – até quando eu não sei, pois há sinais de que a UFMG bateu no teto e iniciou a curva descendente, com a queda dos padrões no *staff* administrativo assim como em outras áreas, levando muitos cursos a deixarem a graduação no limbo e a pós-graduação fraturada e exposta aos estragos do taylorismo acadêmico. Contudo, vou parando por aqui; hoje é dia de celebrar e não de queixar.

Digo então, retomando o fio da meada, que este foi então o novo contexto e o ambiente político quando o nosso Doutorado foi criado, em meados de 1992, e começado a funcionar, com a primeira turma, em março de 1993 – donde a efeméride e esta mesa. Sumariando tudo, três foram os tempos fortes: [i] a diligência parada e sem sequência, com o grupo colapsado e sem coesão, e agravando tudo, ao se somar à situação de fato, em meio a desconfianças e negativismos, para dentro e para fora, a sensação de crise e a impressão de falta de norte ou rumo; [ii] o novo reitorado, a minha chegada da França, depois de concluir o meu Doutorado, com meus 39 anos (naquele tempo, no Brasil, à

diferença da Europa e da América do Norte, as pessoas se titulavam mais tarde, levando anos e anos, e o próprio Mestrado era mais exigente e um monstro que assustava as pessoas), e a passagem do bastão da coordenação e da incumbência de criar o Doutorado à minha pessoa: quem conversou comigo, em nome da velha guarda, foi o colega Sebastião Trogo, ex-coordenador e hoje aposentado, morando em Juiz de Fora, com seus quase 90 anos – e eu, mal chegado, aceitei, sem calcular nada e sem pensar que tudo poderia terminar num tremendo fracasso pessoal; [iii] a reapresentação do projeto do Doutorado, depois de pavimentado o caminho com a Reitoria, ou seja, Ana Lúcia Gazzola, de fato um novo projeto, formatado para atender à diligência da Pró-Reitoria e suas solicitações – projeto esse que foi amadurecido e cumpriu todo um ciclo, depois de negociado com a velha guarda nos quadros de uma crise difícil, olho no olho, em vista da necessidade de mudanças profundas no desenho institucional e de acomodar os novos doutores que estavam chegando comigo: Newton Bignotto primeiro, Paulo Margutti em seguida e um pouco depois Rodrigo Duarte, somando-se-lhes os quatro jesuítas que já apareciam no projeto anterior, para aumentar a massa crítica, com base em acordo assinado pelos dois reitores, abarcando Marcelo Perine, Marcelo Fernandes de Aquino, Werner Spaniol e Pe. Vaz, então aposentado, e incluindo ainda os colegas colaboradores, como Fábio Wanderely, José Henrique Santos e Evando Mirra.

Encerrando esse tópico tão importante de nossa memória, ressalto que o novo desenho institucional que saiu dessas negociações difíceis, levadas a cabo pelo novo Colegiado – desenho esse que só saiu inteiro das negociações porque ele já estava presente antes e em torno do novo pacto institucional que se deu, resultando num novo *design* e levando à reformatação do Mestrado –, não era outra coisa senão o modelo das linhas de pesquisa, aliado ao projeto de implantar uma pós-graduação de pesquisa, nos moldes de um PhD à inglesa. Foi o que foi feito, num processo que no fim foi exitoso, tendo o projeto recebido parecer favorável entusiasmado do então colega da PUC-RS e ex-UFRGS Carlos Roberto Cirne Lima, ao pôr fim à diligência, e em cujas aprovação e consecução duas pessoas foram essenciais e mesmo decisivas, ambas de minhas relações pessoais: Hugo Amaral, professor do Departamento e na época Diretor da Faculdade, que no modo de ver foi o melhor diretor que a Faculdade já teve desde Arthur Versiani Vellôso, que é uma lenda para nós; e Ana Lúcia Gazzola, já referida, que não era exatamente minha amiga, mas com quem eu me dava bem e tinha uma aderência institucional impressionante e uma capacidade de trabalho extraordinária, fazendo dela um verdadeiro trator quando ela foi

Reitora, tamanho era o ímpeto com que fazia as coisas<sup>2</sup>. Repito então que foi isto que foi feito e acrescento agora que foi o que deu certo: o projeto das linhas de pesquisa e o *design* do PhD à inglesa, com foco na pesquisa e carga aula de cursos relativamente baixa, de fato não tal qual ou exatamente como na Inglaterra, mas ajustado às nossas circunstâncias culturais e históricas, como a existência em nossos meios de Mestrado e Doutorado independentes.

Reconhecido isso, eu gostaria de acrescentar que estamos celebrando hoje os 25 anos de Doutorado, com o nosso PPG sempre muito bem ranqueado no sistema da CAPES, funcionando em plataforma nacional, com vários colegas reconhecidos e premiados, como Patrícia Kauark, que ganhou em 2012 o prêmio Louis Liard, área de filosofia, da Académie des Sciences Morales e Politiques, da França, e eu mesmo, agraciado com o Prêmio FUNDEP, área de humanidades, em 2005. Aos professores somam-se os estudantes, com alunos e alunas do nosso Doutorado premiados pela CAPES e a própria Universidade, sem contar as premiações da ANPOF, que também contam, e devendo ser adicionado ainda, como mais um sinal de que as coisas deram certo, depois de décadas de esforço, o fato notório de nosso PPG como um todo já se encontrar, hoje, em pleno processo de internacionalização. Ao olhar para trás, podemos ver nessa história de sucesso, com seus problemas e tudo, um feito da aliança da velha guarda do Departamento com a nova geração dos recém-chegados na época, nos anos 90, como no meu caso, recém-desembarcado que teve a insensatez de pegar pelas mãos um projeto em crise e eu mesmo sem experiência institucional adensada e exercitada – uma nova geração hoje, depois de cumprir o seu ciclo, já próxima do ocaso da vida, com muitos colegas já aposentados, e tendo sobrado apenas eu mesmo, hoje sozinho e o sênior do Departamento, depois de ter cumprido o papel de elo entre as duas gerações. Ao olhar para a frente, modificando mais de uma vez a perspectiva, individual e coletiva, para me re-situar e visualizar ou antever o que nos espera mais adiante – de olho no futuro, ao considerar os desafios que os novos tempos nos apresentam, tendo a filosofia brasileira chegado onde chegou e com a velha geração cedendo o passo para a nova, ao cumprir a lei do tempo e o ciclo da vida, que é da lei da vida, e como já tinha ocorrido com a minha geração –, duas imagens me vêm à mente.

2 Ainda sobre o papel de Anna Lúcia Gazzola, cujo papel foi fundamental no processo de criação do nosso Doutorado, com quem acertei as coisas como coordenador e quem deu as diretrizes do *design* de PhD à inglesa, lembro que de fato a criação formal do novo Curso por ato do CEPE, com a força da expressão nessas circunstâncias, de formalidade alta e mesmo muito alta, foi consumada em 30/06/1992, tendo Anna Lúcia se afastado da PRPG cerca de 10 dias antes, em 21/06; contudo, não sem antes, vencidas as barreiras interpostas ao antigo projeto, ter aprovado tudo, em seu novo formato, na Câmara de Pós-Graduação, onde tudo começa nessas matérias, e em sua gestão.

Uma primeira, que vem de uma conversa que tive há uma data com Guido de Almeida, a quem muito admiro e com quem compartilho muitas coisas dentro e fora da filosofia, lembrando que ele estudou no nosso Departamento e ensinou em nossa Pós por algum tempo, depois de demitido em meio ao *affaire* da crise da PUC-RJ no final dos anos setenta e antes de se transferir para a UFRJ: a imagem, compartilhada por ele e por mim, é que quando chegamos da Europa e passamos a ocupar os espaços em nossas pós-graduações, éramos poucos, cada um de nós podia idealizar seu caminho pessoal e todo mundo tinha o mundo a ganhar. Hoje, tudo mudou, somos mais, não tanto quanto os europeus e norte-americanos, mas bem mais do que décadas atrás, e as coisas ficaram competitivas, as pessoas mais acotoveladas e não há mais espaço para todo mundo ou espaço sobrando. Neste novo cenário, o risco é a fratura do *ethos* acadêmico e as relações ficarem mais esgarçadas: como já tinha acontecido com a minha geração, que chegava, será preciso repactuar as relações e a nova geração criar regras ainda mais exigentes e ao mesmo tempo mais *fairs* para um ambiente mais competitivo, num país onde as instituições ainda continuam frágeis, havendo o risco de, se não fizerem nada, colocarem tudo a perder, e ninguém quer isso.

Uma segunda imagem que me vem da leitura da biografia de Bertrand Russell e está ligada à ideia de solidão geracional: indagado sobre o seu estado de alma, já beirando os 100 anos, sobre o seu entorno e as suas inquietudes, Russell respondeu que o sentimento invencível que o acompanhava ao atingir a idade tão propecta era o de “solidão geracional”, tendo todos seus amigos ido embora e ele ficado sozinho, sem ninguém para compartilhar – numa relação horizontal, segundo ele – as coisas da vida.

Digo então, quanto a mim, que é algo parecido que estou vivendo na minha experiência atual do Departamento, ao fazer meu balanço pessoal quando o Doutorado está celebrando os 25 anos e eu atingi uma idade bem maior, embora não tão propecta quanto a de Bertrand Russell, com alguns amigos e colegas de geração tendo já ido embora, mas continuando muitos outros ainda vivos, e muito bem vivos, como o meu amigo Carlos Drawin, aqui presente e que falará de coisas parecidas na mesa de hoje à tarde, consagrada à memória do Departamento.

Voltando aos 25 anos, ao considerar a minha experiência pessoal, e já podendo me aposentar, a minha sensação é de desconforto, ao ver alargar o *gap* geracional: com respeito aos alunos, que vem crescendo ano após ano, eles com a mesma idade, com pouco mais de 20 na graduação, e eu cada vez mais velho; com respeito aos colegas, eles em sua maioria na faixa dos 40-50 e eu bem mais, sem ninguém atrás de mim e já faltando colegas nas faixas

intermediárias, um pouco mais abaixo, como Newton Bignotto, ele mesmo já aposentado. O resultado é o desconforto crescente e uma certa dificuldade de comunicar, por causa dos *gaps* e da falta do solo da experiência comum compartilhada e compartilhável, com tudo meio de esquelha.

Sobre esse ponto, a compensar essa sensação de desconforto, poder-se-ia dizer que o ofício da docência é uma das raras ocupações humanas em que se pode dar a reciclagem do conhecimento e a reatualização das habilidades, com o mestre aprendendo com o pupilo e o mais velho com o mais novo, e vice-versa. Tudo isso é verdadeiro, em princípio, e deve ser considerado. O problema é que estou no Brasil, e o Brasil não é para amadores, como dizia Antônio Carlos Jobim. Em tudo que fazemos, e não só no ensino superior, a questão é que o custo Brasil é demasiado e nos deixa todos nós exaustos, exigidos por todos os lados, com um *staff* que já era ruim e que vem decaindo mais ainda, e com nossas vidas piorando sem cessar com as pseudo-facilidades do *self-service* da Internet. Neste cenário difícil, aquilo que nos é mais sagrado e ao qual nos entregamos como um verdadeiro sacerdócio, para usar uma imagem já em total desuso, vem-se desmanchando, com os colegas do ensino fundamental das periferias espancados pelos alunos e ameaçados pelos pais de armas em punho. O contraste é com a Coreia e o Japão e ele não poderia ser maior. Na Coreia, no antigo palácio real, de fato constituído por vários palácios ou casas reais, há um pavimento de dois andares onde o antigo imperador recebia lições de seus mestres, o imperador sentado no andar de baixo e o mestre sentado numa cadeira alta no andar de cima, imagem essa que condensa e diz tudo o que os coreanos pensam da educação e do ensino até hoje, quando eles não têm mais imperador e continuam reverenciando seus mestres, como em poucos lugares do globo. Não muito diferente, no Japão é mundialmente conhecido o ritual que diz respeito à relação do imperador com os súditos e os professores: ao passar o imperador diante de uma multidão ou de um cidadão, cabe a este ou à multidão fazer o gesto de reverência, baixando a cabeça e movendo o corpo para trás; já ao cruzar o imperador com um ou mais professores, quem faz a reverência é o imperador.

Para terminar, eu gostaria de compartilhar com os colegas e os estudantes aqui presentes, ao me referir ao nosso ambiente atual, em meio a coisas boas e ruins, duas rumações filosóficas que eu fui levado a fazer ao me ver desafiado por essa situação, ao viver num país difícil como o nosso e ao atingir uma idade bastante dilatada, perto da aposentadoria. A primeira rumação é que, para eu poder trabalhar e me ocupar com satisfação da filosofia, eu finjo o tempo todo que estou na Suécia, que tudo está bem no meu entorno, e dou um jeito de evadir e experienciar aquilo que Hegel na Introdução à *História*



*da filosofia* chamou de “migração interior”, levando o intelectual a buscar a solidão interior ou a paz da alma, sem a qual não há pensamento nem ofício do intelecto possíveis, como a docência e a pesquisa. A segunda ruminção, a qual formulei pela primeira vez no meu livro *O fio e a trama – reflexões sobre o tempo e a história*, e ao longo da vida venho repetindo e comentando nos meus cursos, e que pode ser resumida numa única frase, ao dizer que “O tempo é mais metafísico do que o espaço” – e eu quero dizer com isso que o tempo é filosoficamente mais denso, enquanto o espaço fixa e congela, o tempo cambia e muda, adensando a experiência humana, inclusive a experiência de cambiar o espaço e mudar de localidade, que pressupõe o tempo.

Ora, é algo parecido que, mais uma vez, estou experienciando pessoalmente, aqui hoje, ao celebrar os 25 anos de Doutorado, os efeitos e os mistérios do tempo, com o ontem, o hoje e o amanhã perfilados em face de minha mente, ao me dirigir a vocês.

Ao falar dessas coisas, em meio às nostalgias do ontem, às preocupações com o presente e às esperanças no futuro, não estou me despedindo de vocês, mas celebrando uma data importante e compartilhando feitos de vulto, como foi a criação do nosso Doutorado, os quais já fazem parte da memória do nosso Departamento, eu que estou quase tombado e já sou memória.

Neste dia especial, portanto, eu não vim aqui para comunicar minha aposentadoria que se avizinha e já está no horizonte, mas para celebrar e dizer que conseguimos realizar uma coisa bonita como obra coletiva de duas gerações e o desafio é conservar e cuidar do futuro.

Concluindo, nossa vida é aqui, não precisamos ir para o Japão, nem trabalhar como os coreanos. Finjam que estão na Suécia e mantenham viva a chama da esperança, pois um dia a Suécia poderá estar aqui, menos gélida e mais solar, como aqui nos trópicos.

Esta é a esperança, que por índole é otimista, e esta é, pois, a minha mensagem, ao pensar nos próximos cem anos.

Vida longa à Pós e ao Doutorado



## ***PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO***

*José de Anchieta Correa*  
Faculdade de Ciências Médicas (Belo Horizonte) /  
Universidade Federal de Minas Gerais  
anchietabh@terra.com.br

**RESUMO** *O intuito do autor é traçar a história do Departamento de Filosofia por sua própria experiência pessoal. Os encontros com o professor Arthur Versiani Velloso e Padre Henrique Cláudio de Lima Vaz foram decisivos para sua carreira no Departamento. Do mesmo modo, o doutorado em filosofia na Universidade de Louvain, na Bélgica, orientado pelo Prof. Alphonse De Waelhens, representou uma etapa fundamental do seu percurso filosófico. A fenomenologia de Merleau-Ponty, que foi o tema do doutorado, continuou norteando as atividades didática e política do autor, nas quais sempre foi fiel ao mote fenomenológico: “compreender o homem e o mundo senão a partir de sua facticidade”. O artigo reconstrói ainda aspectos políticos de sua carreira, no Ministério da Educação, na década de 1960, Seção de Minas Gerais, bem como a experiência de suas prisões em Belo Horizonte, à época da Ditadura Militar, antes de sua partida para a Bélgica.*

**Palavras-chave** *Departamento de Filosofia, encontros com Arthur V. Velloso e Padre Henrique C. L. Vaz, doutorado na Universidade de Louvain, Bélgica; a centralidade da Fenomenologia e de Merleau-Ponty em sua formação, sua atuação no Ministério da Educação e suas prisões, época da ditadura militar, na década de 1960.*

**ABSTRACT** *The author's aim is to trace back the Philosophy Department's history through the eyes of his personal experience. His encounters with Arthur Versiani Velloso and Father Henrique Claudio Lima Vaz were crucial for his career at the Department. Likewise, his Philosophy PhD advised by Professor*

*Alphonse De Waelhens in the University of Louvain, Belgium, was a fundamental stage in his philosophical pathway. Merleau-Ponty's phenomenology, his doctorate thesis, remained on his teachings and political activities. He always was loyal to the phenomenological motto "Understand the man and the world from their own facticity". The paper reconstructs some political aspects of his career; in the Education Ministry, in the decade of 1960, Minas Gerais Section, as well as the experience of his arrests in Belo Horizonte, during the years of Military Dictatorship, prior to his leaving for Belgium.*

**Keywords** *Department of Philosophy; Encounters with Arthur V. Velloso and Father Henrique C. L. Vaz; PhD studies at the University of Louvain, Belgium; Centrality of phenomenology and Merleau-Ponty in his background; His career in the Education Ministry and his arrests, under Military Dictatorship, in the decade of 1960.*

Minha presença no Departamento de Filosofia da UFMG se inicia em 1961. Nomeado Técnico de Educação pelo Ministro de Educação, fui lotado na Inspeção de Ensino Seccional de Minas Gerais. Todavia, encaminhei ao Senhor Ministro da Educação um pedido de transferência para a UFMG. Argumentava, nesse pedido, a natureza de minha formação profissional, bacharel e licenciado em Filosofia, e minha situação profissional de professor universitário na Universidade Católica de Minas Gerais. Analisado pelos órgãos competentes, o pedido foi aceito pelo senhor Ministro, e feita minha transferência. Na Universidade Federal, fui lotado como assistente na Disciplina Didática das Ciências Sociais, da Professora Alayde Lisboa. Em 1962, o Professor Edgard de Godoi da Matta Machado, professor de Lógica do Departamento de Filosofia, eleito deputado federal, tendo de se ausentar da Universidade para dedicar-se a seus compromissos políticos, me convidou e indicou para substituí-lo na disciplina de Lógica. Tempos depois, havendo um remanejamento interno nas disciplinas do Curso de Filosofia, passei a ser responsável pela disciplina Metafísica Especial, na cadeira de Filosofia Geral. Esse remanejamento ocorreu juntamente com o convite feito pelo Professor Padre Clóvis, professor catedrático de Filosofia Geral, para substituí-lo na disciplina. Padre Clóvis justificou esse convite, dizendo precisar de um professor que assumisse suas aulas, pois teria de se ausentar para cuidar de sua saúde. Acrescentou estar muito cansado, além de sofrer, por parte dos alunos, frequentes reclamações no tocante às suas

aulas. Pessoalmente, além de temeroso de aceitar esse convite, coloquei para ele várias objeções acerca da responsabilidade de substituir um catedrático. Informei-lhe ainda já estar trabalhando com a Professora Alayde Lisboa. Pe. Clóvis me respondeu estar ciente de minha situação na Universidade, mas argumentou que meu lugar era no Departamento de Filosofia. Tranquilizou-me, dizendo que não me preocupasse, pois estava certo de que os alunos iriam ficar muito contentes com essa substituição. Padre Clóvis, participando da vida política do Município, tendo sido eleito Vice-Prefeito da Capital, há muito se distanciava do Departamento de Filosofia. Precisava, com frequência, faltar às aulas, descuidando-se de seu preparo. Chegava a dar respostas jocosas a questões maldosas dos alunos. “Qual a essência da cobra, professor?” Padre Clóvis, irônico, respondia “a essência viperina”.

O Departamento de Filosofia tinha somente dois catedráticos ou professores titulares – Arthur Versiani Velloso e o Padre Clóvis de Souza e Silva. Por falta de uma política acadêmica nesse setor, essa realidade permaneceu assim por longo tempo, até que veio a ser inteiramente reformulada.

O professor Arthur Versiani Velloso, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, me recebeu com toda a deferência e, de imediato, insistiu para que eu me compromettesse a buscar uma bolsa de estudos na Europa para fazer uma pós-graduação. A seriedade desse seu compromisso para com o projeto de desenvolvimento acadêmico no Departamento de Filosofia, levou o Professor a criar um Curso de Doutorado no Departamento. Como requisito inicial, foram definidos exames de línguas estrangeiras e exames de conteúdo em Filosofia Contemporânea. Candidato ao Curso e esperando que o programa de doutorado fosse realmente instalado, submeti-me e fui aprovado nesses requisitos. O Professor Velloso continuava trabalhando e acreditando na concretização desse doutorado. Como prova disso, tenho comigo uma declaração dele, datada de 26 de agosto de 1962, para constar como prova de *curriculum* em concurso do Colégio Estadual, assim redigida: “Atesto, para efeito de concurso, que José de Anchieta Corrêa está inscrito para doutoramento em Metafísica”. Na verdade, de minha parte, além da inscrição no referido Curso, havia apenas um requerimento meu, pedindo ao Departamento ser liberado para uma futura bolsa de estudos na França. O que aquela declaração afirmava era a determinação do Professor Velloso em criar um Curso de pós-graduação no Departamento de Filosofia. Em acréscimo e, ao mesmo tempo, lembrava-me o compromisso de prosseguir minha formação superior em Filosofia.

Minha relação com o professor Velloso datava da época em que fora seu aluno no Colégio Estadual. Os cursos de segundo grau no Colégio Estadual se dividiam em Clássico e Científico. A disciplina Filosofia era lecionada em

ambos. Eu estava inscrito no curso Científico, destinado aos alunos que iriam prosseguir sua formação em Medicina e também em Engenharia. As aulas de Filosofia do Professor Velloso, solenes e eruditas, eram uma grande novidade. O Professor Velloso gozava de grande prestígio no Colégio Estadual, entre professores e alunos. Não havia aluno que desejasse faltar às suas aulas. Todavia, o professor Velloso, irônico, insinuava que para nós, futuros “pedreiros” e “enfermeiros”, suas aulas não teriam grande valor e até mesmo nos poderiam causar desconforto. Com seriedade, justificava sua afirmação, dizendo que, no âmbito da Filosofia, nessa *flos sophorum*, duas figuras eram determinantes – Thomas de Aquino e Kant. Era preciso, pois, conhecê-los. Antes de escrever o nome de Kant, desenhava no quadro uma rosa e, para melhor compreensão de nós, “cientistas”, acrescentava  $H_2SO_4$ . Kant seria, pois, para nós e para o universo do conhecimento e também para a Filosofia, o ácido sulfúrico da inteligência humana, isto é, aquele elemento que destruiria todas as certezas anteriormente adquiridas.

Certa vez, o professor Velloso, de volta às aulas, vindo de uma licença para prestar concurso para a cátedra de Filosofia no Colégio Estadual, havia enfrentado uma banca composta por maioria de orientação tomista. Para ser aprovado, fora obrigado a defender teses escolásticas. Ao iniciar a aula, declarou, então, solenemente, “voltemos ao nosso velho Kant”. A turma, mesmo sem muito se dar conta do significado da afirmação, aplaudiu a declaração.

Eu tinha especial prazer em assistir às aulas de filosofia e procurava fazer os trabalhos com esmero. De certa feita, depois de ter lido os trabalhos apresentados pela turma, o Professor Velloso, ao entregar a um aluno seu trabalho, disse com ironia “muito bom, esse já conhecia”. Eu fiquei ao mesmo tempo orgulhoso e constrangido. O trabalho era cópia de um texto meu já entregue ao Professor. A pedido do colega, eu lhe emprestara meu texto para lhe servir de referência ao fazer o seu. Todavia, ocorrera que o colega simplesmente copiara meu texto, já conhecido pelo Professor. Mais tarde, aprovado em primeiro lugar no concurso público do Colégio Estadual para professor de Filosofia, eu exerci a função de seu assistente. Em certa ocasião, o professor Velloso, demonstrando a confiança em mim depositada, me chamou e pediu para que me ocupasse das aulas da turma em que seu filho estava inscrito. Minhas relações com o Professor Velloso foram sempre de admiração e respeito. Admiração e respeito que, no Departamento de Filosofia, só aumentaram.

Minha dedicação ao Departamento foi sempre total e prazerosa. Morando quase vizinho à Fafich, tinha nela minha segunda casa. Nesse tempo, início dos anos de 1960, grandes mudanças políticas e sociais ocorreram no país. A mais significativa delas foi causada pela renúncia do presidente eleito, Jânio

Quadros. O vice-presidente, João Goulart, fora do país, foi obrigado a voltar da China para assumir o cargo. Sua volta causou grave comoção entre as forças políticas conservadoras e também no próprio Exército. Novas regras de governança foram editadas para permitir a investidura de João Goulart na presidência da República.

Um dos primeiros atos do novo Presidente foi solicitar ao professor Darcy Ribeiro a elaboração de um Plano Trienal de Educação para o período de 1963/1965 e convidar o professor Paulo Freire para seu ministério, assumindo os novos rumos da educação no Brasil.

Em 1961, técnico em educação do Ministério da Educação, eu havia recebido, com grande alegria, a indicação para trabalhar com o Professor Paulo Freire. O Professor e sua esposa acabavam de chegar a Brasília e estavam instalados em um apartamento de um hotel. Lá mesmo, sentados em cadeiras e até na cama do apartamento, ouvíamos o Professor apresentar suas ideias e falar sobre seu Plano de Alfabetização. Qual não foi minha admiração e alegria ao reconhecer, naquela exposição do Professor Paulo Freire, a presença de ensinamentos filosóficos vindos, sobretudo, da Fenomenologia. O professor Paulo Freire demonstrava ter, com os princípios da Fenomenologia, uma comprovada intimidade — considerava o sujeito do conhecimento não isoladamente e definido apenas por sua nomeação. O modo de ser do sujeito era definido por suas relações com o outro, com as coisas, com a natureza, numa palavra, com o mundo em torno do sujeito. Reconhecia, pois, como na reflexão fenomenológica, que as ideias e as palavras nascidas na mente passam pela língua, ou seja, pelo corpo. Falando da ancoragem da cultura na existência concreta do povo, confirmava a afirmação de Merleau-Ponty, segundo a qual se a tarefa da Fenomenologia é falar das essências, todavia é, sobretudo, para “recolocar as essências na existência, pois não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra forma que a partir de sua ‘facticidade’”. Para mim, pessoalmente, o desenvolvimento da exposição do Professor Paulo Freire lembrava os temas dos cursos de Filosofia Contemporânea lecionados no Convento dos Dominicanos em Belo Horizonte. Sem citar Emmanuel Mounier, filósofo francês, expoente do Personalismo, fundador da Revista *Esprit*, sua exposição evocava o diálogo estabelecido por Mounier entre os valores cristãos e as análises sociais da realidade fundadas no marxismo. A todos nós, Paulo Freire convidava a ler o mundo a partir de sua realidade concreta, lá onde nascem os comportamentos, os gestos e as palavras, expressões das práxis dos sujeitos e matrizes da cultura de um povo. E só assim, a partir daí, conhecer a história dos sujeitos, fundada em seus valores e em suas memórias de vida. Tudo isso dito em uma linguagem simples e coloquial. O contexto da realidade

vivida naquele quarto de hotel, aliado à serenidade e à escuta interessada de sua esposa, acompanhando sua exposição como se a ouvisse pela primeira vez, faziam a magia do encontro.

Uma das palavras-chave do método de alfabetização de Paulo Freire para os trabalhadores na construção de Brasília não poderá vir a ser outra senão a palavra *tijolo*. *Tijolo*, esse objeto que passava a cada minuto pelas mãos de cada operário construtor de Brasília, fazendo-lhes sentir seu peso, sua rugosidade e o cheiro da terra de que era feito. E eram tantos os tijolos à sua vista, que chegavam quase a cegar a visão. *Tijolo*, palavra viva a nomear seu trabalho, a possibilitar seu ganha-pão, produzindo, a cada dia, uma nova e inesperada obra de arte.

Como não querer continuar a aprender com Paulo Freire a decifrar e a valorizar a cultura do povo e a me conduzir com determinação e justiça nas tarefas do ensino e da educação?

Entretanto, tive de me sujeitar a trocar a participação na equipe de Paulo Freire pelo trabalho no Plano Trienal de Educação. Foi com grande surpresa que constatei ter sido nomeado Coordenador do Plano Trienal de Educação, representante do Governo Federal em Minas Gerais. A necessidade de deixar o Projeto Paulo Freire era assim inevitável, fato que muito me entristeceu.

O deputado federal Bento Gonçalves, meu amigo, foi quem me inteirou do processo que resultou em minha escolha para Coordenador do Plano Trienal em Minas Gerais. Na efervescência daquele momento, muitas correntes e lideranças políticas reivindicavam o cargo, o que resultou na indicação de meu nome, que não pertencia a nenhum partido. Sendo membro da Ação Católica, professor da UFMG e da PUC-MG, eu exercia uma liderança nos meios acadêmicos e educacionais. Os reitores da Universidade Católica e da Universidade Federal de Minas Gerais, o professor Aluísio Pimenta e Dom Serafim Fernandes de Araújo, haviam igualmente referendado meu nome. Sendo meu contrato na UFMG de 24 horas semanais, nada me impedia de assumir o cargo. Recebi de ambas Universidades todo o apoio para a concretização dessa missão.

O Plano Trienal de Educação (1963-1965), promovido pelo Governo João Goulart, idealizado pelo professor Darcy Ribeiro e sua equipe, foi inspirado no plano de política educacional posto em prática pela Holanda após o fim da Segunda Guerra Mundial. O Plano Trienal de Educação propunha a expansão e o aperfeiçoamento de nossa educação primária, média e superior: construir novas escolas; apoiar o desenvolvimento científico e o ensino das ciências nas escolas secundárias; fortalecer a presença da pesquisa nas Universidades; promover a implantação da dedicação exclusiva para os professores, em todos os níveis. O Plano seria financiado com recursos orçamentários calculados em parcelas



percentuais provenientes da Receita Tributária Federal, acrescidos dos recursos a serem obtidos por intermédio de financiamentos nacionais ou estrangeiros. A coordenação do Plano, por força das novas regras que permitiram a posse do Presidente João Goulart, seria, então, compartilhada e exercida conjuntamente por dois coordenadores, o primeiro indicado pelo Governo Federal, e o segundo indicado pelo Governo Estadual.

A importância dada ao Plano Trienal pelo Governo Federal ficou claramente expressa pelo convite feito a todos os coordenadores do Plano no país para uma reunião conjunta em Brasília com o Presidente da República. A reunião transcorreu em clima de informalidade, conduzida com simpatia e determinação pelo Presidente João Goulart, também conhecido como Jango. Ele declarou, de início, com simplicidade e humildade, a importância dada por seu governo ao Plano Trienal. Referindo-se à extensão territorial do País, afirmou ser-lhe impossível acompanhar pessoalmente e julgar os trabalhos dos Coordenadores. Insistia, assim, no fato de que os recursos, mesmo sendo vultosos, não seriam suficientes ainda para resolver o problema da educação no país, era necessário haver o maior cuidado com a lisura e fidelidade da Administração na aplicação do orçamento. Todavia, os coordenadores teriam autorização para fazer as modificações que julgassem necessárias no Plano, uma vez justificadas e aprovadas pelo Professor Darcy Ribeiro.

Registro apenas dois fatos para ilustrar minha conduta na direção do Plano. O Plano tinha viaturas para o desenvolvimento dos trabalhos. Havia, pois, a necessidade de alugar garagem e contratar motoristas. Em face da necessidade de economizar o máximo possível, determinei contratar só um motorista para servir aos Coordenadores. Assim, os engenheiros, arquitetos e demais servidores que necessitassem viajar para inspeção das obras ou por outra função administrativa, deveriam, eles mesmos, sendo todos motoristas, dirigir as viaturas. Quanto ao aluguel de garagens, conversei com minha sogra, dona Rita, que me autorizou a guardar um dos veículos nos jardins da casa. Quanto aos demais veículos, solicitei e fui atendido pelos padres dominicanos a guardá-los nas propriedades do Convento. Com essa economia de gastos, poder-se-ia comprar para as escolas parte dos equipamentos necessários e não contemplados no Plano. O segundo fato se refere às diferentes situações existentes entre as escolas a ser construídas, situadas no sul do Estado, e as escolas situadas no norte do Estado. A construção das primeiras se desenvolvia no prazo previsto, sendo os recursos destinados a essas Escolas liberados com maior rapidez. As segundas, situadas acima de Curvelo, tinham o andamento das obras e os recursos a serem liberados para sua execução estavam também retardados. As razões para esses fatos precisavam ser conhecidas e avaliadas.

Em visita pessoal às cidades onde ocorriam essas dificuldades e retardos, logo constatei que, nessas localidades, não havia mão de obra especializada para a construção de tetos com lajes, como preconizava o plano. O custo do cimento e do ferro, para chegarem a essas localidades, era bem mais alto do que os praticados pelo mercado, e seu envio, mais demorado. Constatei igualmente que, nessas cidades, a construção de casas com laje de cimento armado era uma exceção, ou melhor, inexistia naquele momento. As casas do prefeito, do juiz e do vigário, por exemplo, como as demais, não possuíam cobertura de laje. As coberturas eram feitas de armações de madeira, e o forro do teto feito com taquaras entrelaçadas de bambu. Propus, então, ao Professor Darcy Ribeiro que fosse autorizada a substituição de tetos de laje por coberturas artesanais tais como as existentes e praticadas naquelas localidades. Isso significava uma grande economia de custos que poderia ser utilizada em outra rubrica do orçamento. Tal modificação foi aprovada pelo Professor Darcy Ribeiro e pelas instâncias superiores. Algumas rubricas no orçamento sofreram, então, as correspondentes alterações. Tais alterações, sem a devida análise, deram motivo a acusações levianas contidas no Inquérito Policial Militar da Promotoria da 4ª Região Militar contra a lisura de minha conduta pessoal. Acusaram-me, injusta e levemente, de haver desviado o dinheiro, assim poupado, em proveito de organizações comunistas. Em regime de ditadura, essas acusações sem provas são feitas à conveniência do acusador.

Em abril de 1964, foi instaurado o Golpe Militar. Em consequência, respondi a vários inquéritos e, em maio de 1964, fui preso no DOPS, Delegacia de Ordem Pública e Social.

A equipe do Plano Trienal de Educação de Minas Gerais, constituída por técnico-engenheiros e arquitetos e economista, escolhidos pelo Coordenador e pelo pessoal administrativo, era uma equipe responsável, coesa, entusiasta; trabalhava sempre discutindo os projetos e analisando criteriosamente seu processo de execução. Registro dois fatos para demonstrar o cuidado da Coordenação na conduta para bem executar o programado, economizando sempre que possível, em favor das prioridades fundamentais.

O primeiro fato. O Plano possuía três viaturas necessárias à execução dos trabalhos, em particular, em visitas às cidades onde as escolas estavam sendo construídas para orientação e fiscalização das obras. Havia, pois, a necessidade de contratar motoristas e alugar garagens. O Plano, como um novo serviço público e não uma nova autarquia, não criava uma nova carreira de funcionários, nem de espaços próprios e especializados para seu funcionamento. Determinei, diante dessa situação, contratar apenas um motorista para servir à Coordenação. Assim os demais servidores que necessitassem de viajar par inspeção das obras

ou para outras funções administrativa deveriam, eles próprios, sendo todos motoristas possuidores de habilitação necessária, assumir a tarefa de dirigir os veículos. Quanto ao aluguel de garagens, busquei para tanto encontrar soluções não onerosas para o Plano. Conversei com minha sogra, D. Rita, que me autorizou a guardar uma das viaturas nos jardins de sua residência. Quanto às duas outras viaturas, solicitei aos padres dominicanos a autorização para guardá-las nas propriedades do Convento, no bairro da Serra. Com essa economia de gastos, poder-se-ia comprar para as Escolas a ser construídas pelo Plano, parte dos equipamentos escolares necessários e não contemplados no Orçamento.

O segundo fato se refere às diferenças peculiares constatadas entre as escolas a serem construídas, situadas no sul do Estado e aquelas situadas no norte do Estado. O andamento da construção das primeiras desenvolvia-se no prazo previsto, em consequência tinham os recursos a elas destinados liberados com a maior rapidez. Quanto às segundas, situadas acima da cidade de Curvelo, seus projetos estavam retardados, atrasando a liberação normal dos recursos. Era preciso encontrar as causas para tal situação. Em visita a essas cidades, constatamos, primeiro, que nessas localidades não havia mão de obra especializada para a execução dos projetos e, segundo, o material necessário, cimento e ferro para a construção de tetos com lajes, não eram encontrados nessas localidades – demoravam um tempo maior para lá chegar e tinham custos elevados. Constatamos, igualmente, que a construção de casas com lajes de cimento armado era uma exceção, ou melhor, inexistia naquele momento. As casas do Prefeito, do Juiz e do Vigário, por exemplo, como as demais, não possuíam cobertura de laje. As coberturas eram feitas de madeira, e o forro do teto feito com taquaras de bambu entrelaçadas. Propus, então, ao professor Darcy Ribeiro, que fosse autorizada a substituição das coberturas de laje por coberturas artesanais, tais como as existentes e praticadas naquelas localidades. Isso significava uma grande economia de custos que poderia ser utilizada em outra rubrica do orçamento. Essa modificação foi aprovada pelo professor Darcy Ribeiro e pelas instâncias superiores. Algumas rubricas no Orçamento sofreram, então, as correspondentes alterações. Tais alterações, sem a devida análise, deram motivo a acusações levianas contidas no Inquérito Policial Militar da Promotoria da Quarta Região Militar contra a lisura de minha conduta pessoal. Acusaram-me injusta e levianamente, de haver, com essa mudança, desviado o dinheiro assim poupado em proveito de organizações comunistas. Em regime de ditadura, essas acusações sem provas são feitas à conveniência do acusador.

Inúmeros depoimentos afirmando minha conduta e meus ideais de Justiça

e liberdade e meu apreço aos ideais democráticos e a lisura de minha conduta na qualidade de Coordenador do Plano Trienal de Educação 1963/1965 foram firmados e anexados pelo meu advogado ao processo junto ao Inquérito Policial Militar – IPM, junto à Promotoria à Quarta Região Militar. A promotoria não os considerou. O original dessas manifestações está em meu poder com firmas reconhecidas e aberto à consulta. Abaixo transcrevo alguns desses depoimentos.

1. Depoimento do Professor Artur Versiani Velloso, Professor Catedrático da Cadeira de História da Filosofia, em 08 de maio de 1964. Trechos:

“Declaro que conheço o professor José de Anchieta Corrêa, que leciona a cadeira de Metafísica na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais e que não professa nenhuma ideologia extremista ou subversiva, sendo, ao contrário, católico praticante e de excelente formação moral”.

2. Depoimento da Professora Alayde Lisboa de Oliveira, catedrática de Didática Geral e Especial da Faculdade de Filosofia de Universidade de Minas Gerais, em 08 de maio de 1964. Trechos:

“Declaro que o Professor José de Anchieta Corrêa foi meu aluno de Didática e, posteriormente, meu auxiliar de ensino, desde 1961, revelando-se idôneo, cumpridor de dever, dedicado, estudioso, tendo-se mantido dentro de ideais democráticos, não me constando igualmente que exercesse qualquer atividade subversiva”.

3. Depoimento dos alunos Hugo César da Silva, Vera Alice Cardoso, Sônia Viegas, Luiz Junqueira Vilela, entre outros, do Curso de Filosofia da Universidade de Minas Gerais:

“Os abaixo-assinados, alunos do Curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, vêm, por meio deste, informar a quem se interesse que o professor José de Anchieta Corrêa, nosso mestre, merece nossa irrestrita confiança quanto a seus ideais de Liberdade, Justiça e verdade, demonstrando sempre suas virtudes morais bem como sua capacidade intelectual. 18 de maio de 1964”.

4. Depoimento de José de Faria Tavares, Secretário da Educação do Estado de Minas Gerais e Representante do Governo Estadual na execução do plano Trienal de Educação de Minas, no período 1963/1964. Trecho:

“O professor José de Anchieta Corrêa, na qualidade de coexecutor, zelou cuidadosa e patrioticamente, pela legal e fiel aplicação da verba recebida, não lhe podendo ser atribuída nenhuma ação, ou mesmo manifestação de desejo de dar outros fins à verba recebida, que não aqueles consignados pelo Conselho Estadual de Educação. A própria estrutura do Plano e suas funções, que eram restritivamente de coexecutor de um plano já elaborado, não permitiam nenhuma outra interpretação que a especificamente expressa no Plano a executar”.

“As prestações de contas do período em que funcionou como coexecutor o Professor José de Anchieta Corrêa estão todas aprovadas pela autoridade competente para tal fim designada. Em 27 de abril de 1965”.

5. Depoimento de Aspásia Vieira Ayer, inspetora de ensino, representante do MEC, que me sucedeu na coexecução do Plano Trienal de Educação.

“Declaro, a pedido do Dr. Agenor de Sena, que, como Representante do MEC na execução do Plano Trienal de Educação, nada encontrei em desabono da conduta do Prof. José Anchieta Corrêa, que ali estava investido das mesmas funções. Houve correta aplicação dos dinheiros públicos, cuja prestação de contas tivemos já oportunidade de encaminhar ao MEC, em Brasília.

Não constatei nenhum desvio de recursos, que foram devidamente aplicados, de acordo com o Plano de Aplicação de 1963, que foi executado em 1964. Em 17 de maio de 1965.

6. Depoimento de Dom João de Resende Costa, arcebispo da Diocese de Belo Horizonte e de Dom Serafim Fernandes de Araújo, Bispo auxiliar da Diocese.

“Declaramos que conhecemos o Professor José de Anchieta Corrêa. Trata-se de católico praticante ligado a movimentos apostólicos, não nos constando nada que o desabone. É professor da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica há 3 anos”. Em 21 de agosto de 1964”.

Para finalizar esse rol de depoimentos acerca de minha conduta em defesa da liberdade e do respeito à Justiça, afirmando meus ideais democráticos, registro finalmente a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, datada de outubro de 1971, arquivando meu processo na Justiça Militar, por falta de provas e fundamentos jurídicos.

Em síntese: em outubro de 1970, o STF – Supremo Tribunal Federal – anulou meu processo, procedente do STM – Superior Tribunal Militar, por falta de provas.

Em 03 de junho de 1964, foi firmado um Termo de Custódia, assinado pelo General de Brigada Manoel Francisco Pacheco, pelo Capitão escrivão, Antônio Carlos Thompson Thomé, pelo responsável pelo DOPS, David Hazan, delegado de Vigilância Especial, pelo Professor João Camilo de Oliveira Torres e também por mim assinado. O Termo de Custódia declarava “fica em liberdade, provisoriamente, tendo a cidade de Belo Horizonte por *ménage*, o senhor professor JOSÉ DE ANCHIETA CORRÊA, que se acha à disposição da Justiça Militar, até que haja um pronunciamento em contrário. O senhor JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TÔRRES, professor, residente à Rua Cristina, n. 1352, nesta cidade, por sua livre e espontânea vontade, fica responsável, perante a Justiça Militar, pelo fiel cumprimento do estabelecido neste termo”.

Em 13 de junho de 1964, pela Portaria 17/64, o Tenente-Coronel Expedito Orsi Pimenta, nomeado Interventor na Faculdade de Filosofia da então U. M. G, “resolve, por medida de precaução, afastar temporariamente, até que se completem as investigações, o Professor JOSÉ DE ANCHIETA CORRÊA, Instrutor de Ensino Superior, lecionando a disciplina Metafísica Especial, da cadeira de Filosofia Geral, de suas atividades nesta Faculdade, deixando claro nesta portaria que esse afastamento não poderá ser tomado como punição, não importando inclusive suspensão dos direitos de recebimento dos vencimentos normais a que faz jus o referido Professor durante o período de afastamento”.

Em 24 de novembro de 1964, o Promotor da 4ª. Região Militar, Joaquim Simeão de Faria Filho, exarou contra minha pessoa a seguinte denúncia assim descrita:

José de Anchieta Corrêa desde, pelo menos, o ano de 1962, vem tentando, deliberada e conscientemente, mudar a ordem política e social estabelecida na Constituição, mediante ajuda e subsídio de organização estrangeira de caráter internacional: professor universitário e secundário, na cadeira de Filosofia, também pôs em prática a parte mais nefasta da guerra psicológica: a ‘comunização’ (*sic*) do amanhã, a preparação das mentalidades que lhe cabia dirigir, como reservas da Pátria, para implantação, mais cedo ou mais tarde, de uma doutrina espúria e ‘incondividente’ (*sic*) com a formação de nossa nacionalidade: além de professor, tinha nas mãos a execução do Plano Trienal de Educação: de posse de vultosas verbas, deu execução à infiltração para politização marxista, num dos campos mais férteis de proliferação; e por último, mas não finalmente, é membro fundador da A. P. (Ação Popular), organização que constitui a reserva do Partido Comunista, conforme já estabeleceu (*sic*) nossos organismos de segurança, fundador, pois, – e confesso – solapador da segurança externa nacional.

Em consequência dessa denúncia, voltei a ser preso no DOPS. Lá encontrei também meu colega e amigo professor Moacyr Laterza, escritor, filósofo especialista em Estética e Filosofia da Arte no Departamento de Filosofia. Moacyr, sentado numa sala em meio a uma montanha de livros “subversivos” recolhidos de bibliotecas particulares, guardava, entretanto, seu bom humor diante do absurdo da situação. Em minha cela, encontravam-se o diretor da Faculdade de Arquitetura da UFMG, Professor Sílvio de Vasconcelos, e os sociólogos Simon Schwartzman e Marcos Rubinger, professores da Universidade Federal de Minas Gerais. Desta feita, o tempo de prisão no DOPS foi curto e fui, em seguida, levado para a Penitenciária de Neves. Ao contrário do que se possa imaginar, lá na Penitenciária fui muito bem tratado pelos presos. Um dia, por ocasião da fuga de um preso, fomos chamados e colocados fora da cela, em um espaço aberto, sentados no chão. Ao meu lado, estava outro preso “amigo”. Esse preso sempre me convidava a tomar sol a seu lado e de outros detentos e me socorrera quando a comida servida estava intragável. Aproveitando a

ocasião, ele me interpelou cochichando baixinho: “ô, Meu, dá logo a sua. Cê é barra mais pesada de nós tudo. Tá pegano 35 anos”. E continuou – “eu, por roubo, tô pegano 10 anos, aquele ali, 15, por tentativa de homicídio. Dá logo a sua!”, terminou dizendo. Felizmente, a reunião foi desfeita, e não precisei dizer o que não sabia e assim ficar sujeito a perder o prestígio conquistado. Não dormi naquela noite e pela manhã, alegando motivo de saúde, pedi a presença de meu advogado, Doutor Agenor de Senna Filho, que não demorou a chegar e me interpelou sobre as razões de sua convocação. Explico-lhe a situação, e doutor Agenor, a custo, me revela ser verdadeira a informação que me fora dada pelo preso. O promotor militar da 4ª R. M. pedira para mim, no total, uma pena de 35 anos. Dez anos por ter tentado mudar a ordem pública e social, com auxílio de potência estrangeira de caráter internacional (*sic*), dez anos por corromper a juventude, inculcando-lhes ideias comunistas não condizentes com os ideais da pátria, cinco anos por participar da fundação da AP (Ação Popular) e dez anos por malversação do dinheiro público a favor da politização comunista.

Os reitores da UFMG, Professor Aloísio Pimenta, o reitor da Universidade Católica, Dom Serafim Fernandes de Araújo, bem como os professores Emanuel Brandão Fontes, Vice-Diretor em exercício da Faculdade de Filosofia, Arthur Versiani Velloso, Aláide Lisboa de Oliveira e os alunos do Curso de Filosofia, encabeçados por Hugo César da Silva, e, entre eles, a querida professora Vera Alice Cardoso, foram unânimes em declarar que eu não professava nenhuma ideologia extremista ou subversiva, sendo, pelo contrário, católico praticante e de excelente formação moral. Os originais dessas declarações estão em minha posse. E uma cópia dessas declarações foi entregue para ser juntada ao processo. Todavia, obviamente, eliminada.

Voltava sempre da prisão, em seguida à concessão dos *habeas corpus* pelo STM, para o Departamento de Filosofia da UFMG a fim de cumprir minhas obrigações de professor. Desta feita, voltei com uma determinação a mais – buscar os meios necessários para sair do país. Solicitei ao Padre Henrique Cláudio de Lima Vaz, meu colega professor no Departamento, e a Dom Serafim Fernandes de Araújo, indicação e recomendação para obtenção de uma bolsa de estudos na Universidade Católica de Louvain, na Bélgica. O professor Edgard da Matta-Machado redigiu uma recomendação ao doutor Alceu de Amoroso Lima para que, indo ao Rio, me levasse à presença do Núncio Apostólico no Brasil, Dom Sebastiano Baggio. Dom Baggio, na ocasião, forte candidato a ser eleito papa, também aprovou e postulou minha demanda de uma bolsa de estudos em Louvain. Dom Baggio fez mais. Autorizou incluir meu nome, o de Heloisa, minha esposa e de Rodrigo e Marcelo, meus filhos, na relação dos nomes dos bispos entregues ao seu secretário para providenciar a expedição de

passaportes para viajar e participar do Concílio Vaticano II. Passaportes eram o que me faltava para viajar para a Bélgica. Depois de um tempo de análise por Louvain, esse pedido obteve sucesso e, em 15 de julho de 1966, viajei com minha família rumo a Louvain. Lá permaneci como bolsista até julho de 1971, tendo concluído o doutorado em filosofia orientado pelo eminente filósofo Alphonse De Waelhens.

Quando cheguei a Louvain, quase todas as vagas para orientação de tese em Filosofia Contemporânea já estavam preenchidas. Procurei o Professor De Waelhens, que me acolheu com toda a simpatia e elogiou minha decisão em trabalhar Merleau-Ponty. Todavia, o Professor De Waelhens não tinha mais como aceitar minha demanda de orientação, uma vez que suas vagas já estavam preenchidas. Havia ainda seus demais compromissos acadêmicos e suas publicações programadas para o ano. Diante de minha decepção, decorrido um tempo que a mim me pareceu longo, lembrou-se que tinha um tema que desejaria muito que fosse pesquisado e até então não houvera candidato que o aceitasse. O tema era *se os dados científicos sobre os quais Merleau-Ponty trabalhara eram ainda válidos*. Se aceitasse esse objeto de pesquisa, me aceitaria como seu orientando. Informou, ainda, que me daria um segundo orientador, um cientista seu amigo, professor George Thinès, que me ajudaria na pesquisa. Não havia mais dúvidas, era este o caminho a seguir para trabalhar sobre Merleau-Ponty, orientado pelo Professor De Waelhens. Esse objeto de pesquisa me levou a frequentar cursos no Instituto de Psicologia e na Faculdade de Medicina da Universidade de Louvain, sem descuidar das disciplinas e seminários específicos do Instituto Superior de Filosofia. Essa situação vai definir meu futuro trabalho em Filosofia, jamais separado de outros saberes.

De posse do título de doutor em Filosofia pela Universidade de Louvain, voltei ao Departamento com todo o entusiasmo, esperando contribuir na instalação de um projeto de pós-graduação no Departamento, política tão almejada pelo professor Velloso. Na programação das disciplinas, comecei propondo um curso sobre o texto de Merleau-Ponty *A Estrutura do Comportamento*. A bibliografia do livro contém 25 obras, das quais 23 tratam de temas científicos, ou seja, não filosóficos. Melhor seria começar por trabalhar o livro *Fenomenologia da Percepção*, não a partir do prefácio, mas voltando-se a ele depois de trabalhado o texto principal. Esse Prefácio, na verdade, é um posfácio. Texto denso e complexo que merece ser lido, com maior proveito, após terminada a leitura do texto principal da *Fenomenologia da Percepção*. O Prefácio é uma resposta de Merleau-Ponty à estranheza de seus examinadores neokantistas que não reconheceram a novidade de seu pensamento. Uma nova filosofia aí se iniciava – a Filosofia do Corpo. No texto denso e complexo do



Prefácio, Merleau-Ponty, de maneira clara e definitiva, afirma seu modo de compreender a Fenomenologia de Husserl:

... a fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela, resumem-se em definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas a fenomenologia é também uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo senão a partir de sua “facticidade”.

Um parêntese: qual não foi meu espanto e decepção, quando encontrei, na primeira tradução brasileira, esta afirmação - “repõe as essências na existência” – convertida e traduzida por “substitui as essências na existência”. O verbo francês *replacer*, em português, recolocar, havia sido trocado pelo verbo *remplacer*, em português, substituir.

Merleau-Ponty “não pensa que se possa compreender o homem senão a partir de sua facticidade”, afirmação sempre refletida e trabalhada por mim e recebida com grande simpatia nos encontros com os não-filósofos – psicólogos, médicos e arquitetos. Os textos estudados dialogavam com suas especialidades, falavam de problemas que lhes eram próximos. Assim, na Arquitetura, o auditório foi imediatamente envolvido, sentindo-se diretamente interpelado quando lhes proponho refletir sobre o espaço da casa e o espaço urbano, a partir da seguinte tese: *o espaço afetivo é radical e fundante, anterior ao espaço geométrico*. Essa boa recepção me levou a ser, várias vezes, chamado a trabalhar na Escola de Arquitetura. Essa presença da filosofia não separada da não filosofia marcou igualmente meus trabalhos e cursos para psiquiatras e psicanalistas. Assim foi no Campo Lacaniano, no Campo Freudiano, na Associação Mineira de Psiquiatria, no Hospital André Luiz e no Hospital Raul Soares. Essa nova compreensão do modo de existir da Filosofia, a partir da não-filosofia, levou, em consequência, esses profissionais a uma grande procura dos cursos oferecidos pelo Departamento de Filosofia. Essa procura só aumentou depois da instalação do Mestrado.

No trabalho para a instalação do Mestrado, minha participação foi intensa. Meu primeiro trabalho foi, além de outras tarefas burocráticas, o de analisar currículos dos professores que viriam compor a massa crítica do futuro Mestrado. Seguiu-se a tarefa de estabelecer contatos com órgãos superiores da Universidade para conhecer suas diretrizes acadêmicas acerca da instalação de programas de pós-graduação. Um novo trabalho se impôs: fazer contato e conhecer outros cursos de pós-graduação em filosofia em outras Universidades. Enfim, tudo formatado, era preciso enviar a documentação necessária à análise e aprovação do Conselho de pós-graduação da Universidade e dos órgãos

competentes do Ministério da Educação. É bom lembrar que, assim como para a aprovação dos cursos de ciências são requeridos laboratórios de pesquisa, para o mestrado em filosofia, a existência de uma boa biblioteca é imprescindível. Não só de professores competentes e graduados necessita um curso de pós-graduação; necessita, igualmente, dispor de uma boa biblioteca para consulta e pesquisa. Nosso Departamento, além de fazer uso da importante Biblioteca da Faculdade, tem uma biblioteca própria. O Professor Velloso sempre teve o maior cuidado com esse requisito, zelava particularmente por dotar o Departamento de Filosofia de uma boa biblioteca. Certa vez, o professor Velloso me chama para comunicar que acabara de comprar, no original, em latim, o importante acervo dos livros da Patrística. Para quem o Velloso compraria essa coleção, senão para futuros pesquisadores em um programa de pós-graduação? Para essa compra, não havia, na ocasião, verba programada, caberia ao Professor Velloso o trabalho de consegui-la. Não era a primeira vez que semelhante situação se apresentava, necessitando agir e buscar recursos não disponíveis. Assim, com a determinação do professor Velloso, foi formada a Biblioteca de Filosofia do Departamento. Trabalhei ainda junto à competente e dedicada bibliotecária, Ana Elisa, para produzir um relatório completo do acervo da Biblioteca do Departamento. Além de produzir esse relatório, Ana Elisa e eu trabalhamos para estabelecer uma relação dos livros de filosofia contemporânea a ser comprados para completar o acervo. A possibilidade de estabelecer intercâmbio com outras bibliotecas foi objeto de estudo, igualmente mencionado no relatório. Esse relatório, produzido com todo o cuidado, foi de imenso valor para a aprovação de nosso projeto de mestrado.

Padre Henrique de Lima Vaz foi o professor designado e nomeado à frente da proposta de autorização para funcionamento do Mestrado em Filosofia. Não havia como ser diferente. Padre Vaz era o filósofo mais reconhecido e citado pela comunidade acadêmica entre nós, no Brasil e no exterior. Assim, com prazer e dedicação, trabalhei auxiliando o Padre Vaz nas tarefas de preparação do processo de aprovação do Mestrado. Padre Vaz, além de sua notória competência, exercia sua tarefa com prudência e humildade. Economizava seu tempo a favor do projeto de Mestrado, livrando-se de tarefas puramente burocráticas.

Na tarefa de programar e estabelecer as condições necessárias para aprovar o Mestrado, viajei para conhecer outros programas de outros Departamentos, fora da UFMG. Nesses Departamentos, encontrei professores que manifestaram o desejo de vir trabalhar conosco. O Reitor da Universidade, na ocasião, professor José Henrique Santos, deu-me condições e carta branca, para negociar com esses Departamentos, a possível vinda desses professores para o nosso

Programa. Assim ocorreu a vinda dos professores doutores Tereza Calvet e José Chasin para o nosso Programa.

No tocante à política de seleção dos candidatos ao Mestrado, propusemos algumas modificações, aprovadas pelo Departamento e pelo Conselho de Pós-graduação da UFMG, para que professores das Universidades do Norte e Nordeste tivessem condições especiais para se inscrever no Mestrado. A aprovação desses candidatos estaria condicionada à obrigação de, além de cursar as disciplinas do curso, cursar também e ser aprovados, no mínimo, em duas disciplinas de Filosofia Contemporânea, a juízo do Colegiado, oferecidos pelo Departamento. O domínio requerido de uma língua estrangeira, quando necessário, deveria ser comprovado por um professor também designado pela Coordenação do Mestrado, no decorrer do primeiro ano do curso. Essa proposta foi muito bem acolhida e deu bons resultados.

É preciso registrar ainda a importante participação do Professor Doutor Célio Garcia no Colegiado do Mestrado de Filosofia. Célio, professor do Departamento de Psicologia, mantinha bom diálogo com as questões filosóficas e prontamente aceitou participar da equipe de professores do Mestrado de Filosofia. Foi, sobretudo, um grande parceiro nos trabalhos para a efetivação de intercâmbios com Instituições estrangeiras, sobretudo com a França. A vinda de professores estrangeiros enriquecia a vida do Mestrado, oferecendo seminários, trocas de informações e possibilidade de atualização em suas especialidades, dando-nos maior visibilidade no âmbito da Universidade e trazendo novos alunos para nossos cursos. Citemos, entre os professores estrangeiros visitantes, o professor Claude van Reet, belga, que atuava na Universidade de Paris, e Wolfram Hogrebe, especialista em Filosofia Alemã, trazido por iniciativa do Professor Marçal. Entretanto, foi a presença do Professor Michel Foucault que obteve, entre nós, a maior repercussão por sua notável e importante figura de filósofo contemporâneo francês. Suas teses causaram grande impacto entre professores e alunos. Fez críticas inclusive à Fenomenologia. Tradutor de seus cursos, acompanhei, pessoalmente, o Professor Michel Foucault em suas andanças pela Universidade e, igualmente, em entrevistas e contatos com a imprensa. Eu, além de professor da disciplina de Fenomenologia do Curso, traduzia suas aulas e, conseqüentemente, ouvia suas críticas à Fenomenologia. Perguntei, então, a Foucault sua opinião sobre Merleau-Ponty. Respondeu-me fazendo elogios ao filósofo, dizendo tê-lo tido como um mestre. *De seu poço, tirara muitas águas* (tradução livre de suas palavras).

No tocante à produção e transmissão do saber, minhas pesquisas, aulas e orientações de mestrado giraram sobre o pensamento dos principais filósofos contemporâneos, destacando, entre eles, a obra de Merleau-Ponty,

objeto de minha dissertação de doutorado, e da obra de Michel Foucault, em particular, na orientação das dissertações de alunos da FALE-UFMG. Vale dizer que acompanhei Michel Foucault em suas palestras e visitas aos hospitais psiquiátricos André Luiz e Santa Clara, tendo atuado como seu intérprete.

Traduzi *A Estrutura do Comportamento*, de Merleau-Ponty, tendo escrito o prefácio da edição brasileira. O conteúdo de meus cursos sobre Merleau-Ponty no Mestrado tratava, sobretudo, do nascimento, construção e importância da Fenomenologia para a História da Filosofia Contemporânea. Trabalhei, também, temas relativos à problemática da cidade, ou seja, sobre a definição de estrutura urbana e sobre o *ethos* urbano. E, ainda, temas relativos à Ética e à Bioética. Orientei dissertações de mestrado de filósofos e não filósofos e, sobretudo, de psicólogos.

Em outra vertente de minhas atividades, fui eleito membro do Conselho de Extensão, para o período de janeiro de 1971 a janeiro de 1975, e membro dos Conselhos de Pós-graduação e de Ensino e Pesquisa, no período de agosto de 1973 a janeiro de 1975. Exerci o cargo de Pró-Reitor de pós-graduação, no período de setembro de 1985 a agosto de 1986.

Além disso, minhas participações nos Conselhos Superiores da Universidade e no exercício da função de Pró-Reitor de Pós-graduação serviram para melhor promover e articular o Departamento com as instâncias políticas e acadêmicas superiores, levando a uma maior participação do Departamento no todo da Universidade. Trabalhei e defendi novas vagas para novas contratações necessárias à implementação definitiva da Pós-graduação entre nós.

Em 1981, fui eleito Presidente Nacional da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas, SEAF, com a presença da Professora Marilena Chauí, da USP, e do professor José Henrique Santos, da UFMG.

Em 1984, fui nomeado pelo Dr. Tancredo Neves, Governador do Estado de Minas Gerais, membro do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, período 1984-1988. Essas duas funções, Presidente da SEAF e membro do Conselho Estadual de Educação, propiciaram uma presença maior do Departamento de Filosofia em um horizonte para além da própria UFMG.

Fui eleito Chefe do Departamento de Filosofia da UFMG para o período de 1989-1990. No exercício do cargo, propus dinamizar a vida do Departamento, possibilitando um maior intercâmbio de trabalho entre professores e alunos pela comunicação e discussão do conteúdo das disciplinas e das pesquisas oferecidas no Curso. Tal intercâmbio, além de revelar a qualidade e a riqueza da produção dos conhecimentos filosóficos no Departamento, possibilitaria ainda uma maior articulação entre si dos diferentes programas das disciplinas e ofereceria aos alunos uma visão interdisciplinar do Curso.

Em tese, minha proposta foi muito bem aceita. Na ocasião, foi sugerido que, em uma próxima reunião, eu, como sujeito da ideia, fosse o primeiro a apresentar minha linha de trabalho, dando conhecimento do conteúdo dos meus programas de ensino e de minhas pesquisas. Como no momento me ocupava da cadeira de Ontologia, expus o conteúdo do ensino dessa disciplina e o enfoque das pesquisas. Apresentei também a bibliografia a ser consultada e trabalhada pelos alunos. A reunião decorreu sem grandes questionamentos. Algumas perguntas me foram feitas, e apenas dois professores fizeram comentários, em diálogo com o conteúdo de suas disciplinas. O professor Padre Orlando Vilela declarou que esta reunião foi uma das melhores e mais interessantes das quais até então participara.

Outra proposta que ousei encaminhar, na qualidade de Chefe do Departamento, foi a de assistir, com o consentimento do professor da disciplina, uma de suas aulas e conhecer a participação dos alunos. O acolhimento da proposta não foi muito generoso. O dia da visita terminava sempre postergado. Finalmente, compareci a três aulas de professores com os quais mantinha maior relação pessoal. Na qualidade de ouvinte, me assentava entre os alunos, evitando fazer intervenções que não me fossem apresentadas. Ocorreu, em uma das aulas da qual participava, pedir licença e dialogar com um aluno, fazendo comentários sobre sua escolha do tema e do filósofo. O aluno em questão, depois da aula, me procurou para discutir melhor sua proposta. Chegamos à conclusão de que era melhor mudar de filósofo para desenvolver seu tema. Isso feito, ele recebeu o título de mestre. Compreendi que intervenção e interação dessa ordem, se benéficas e necessárias, precisam ser trabalhadas com bastante cuidado e paciência, aceitando, *a priori*, que esse consentimento fosse por algum professor negado, ou, simplesmente, adiado. O Departamento para tanto precisa ter uma vida de equipe bem consolidada, o que, com raras exceções, não era a tradição da nossa Universidade.

Nos Conselhos Superiores, trabalhei para dar mais vagas de professores ao Departamento de Filosofia, visando aumentar nossa massa crítica. Esse trabalho teve bom êxito. Foram oferecidas mais duas vagas de professores ao Departamento. Na qualidade de professor decano da Congregação, substituindo, por um curto período, o Diretor da Faculdade de Filosofia, determinei que essas duas vagas fossem oferecidas e disputadas em um só concurso. O processo de escolha seria assim agilizado, e o Departamento passaria logo a contar com mais dois professores doutores em filosofia, como exige a política de recrutamento de professores para cursos com nível de mestrado ou doutorado. Esperava que essas duas vagas fossem disputadas por vários professores, não só de Minas, mas também de outros Estados. Todavia, essa não foi a

realidade. Não houve candidaturas de outras universidades fora do Estado de Minas Gerais, e foram poucos os candidatos que se apresentaram. Realizado o concurso, apenas o professor Francisco Javier Herrero, possuidor da titulação de doutor em Filosofia, foi aprovado. O resultado do concurso, levado às instâncias superiores da Universidade, foi amplamente discutido, aprovado e ratificado. O Departamento recebeu assim mais um professor doutor para compor sua massa crítica. E a segunda vaga foi, mais tarde, em novo concurso, ocupada pelo professor doutor Rodrigo de Paiva Duarte, vindo da Alemanha.

Após ter cumprido meu mandato de chefe de Departamento, requeri minha aposentadoria por tempo de serviço. Isso não significou ausência da vida do Departamento, uma vez que continuei e continuo a aceitar orientações de dissertação.

Concluindo: em 1991, após minha aposentadoria da UFMG, fui convidado e prestei concurso público, tendo sido aprovado em primeiro lugar, para professor titular de Ética Médica na Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais. Exerci o cargo até o ano de 2011, quando me aposentei na qualidade de professor emérito.

Em síntese, estava longe de compreender o significado e o alcance que a aceitação do tema proposto pelo Professor De Waelhens – “Se os dados científicos sobre os quais Merleau-Ponty trabalhara eram ainda válidos” – para a dissertação do doutorado traria para minha compreensão da filosofia e para uma nova orientação de minhas futuras pesquisas. Foi pelas lições do Professor De Waelhens, cuja tese de que “só há filosofia da não-filosofia” era longamente discutida, e na frequentação dos seminários sobre a obra de Merleau-Ponty, em que claramente se demonstrava que “a filosofia não é um discurso separado”, que esta tese tomou corpo. Por esse caminho, o filósofo ensaia pensar o mundo, o outro e a si mesmo e conceber suas relações.

Minhas aulas, pesquisas e textos publicados, segundo essa orientação, seguiram essa trilha.

### **Sobre o tema do espaço:**

Texto e depoimento “A cidade”. *Revista de Arquitetura, Arte e Meio/ambiente*. Belo Horizonte, Ano II, n. 22, Jan/Fev 1980.

“Um estudo da cidade”. *Textos SEAF*, Ano 2, n. 3, Jan/Dez 1981.

“A Carnalidade do Tempo”. *Cadernos de Arquitetura*. PUC-MG, maio 1986.

“Em torno da dinâmica espaço-tempo”. In: Lucia Leitão e Luiz Amorim (eds.) *Casa nossa de cada dia!*. Recife, Editora Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

“A linha e o compasso”. *Arquitetura e Urbanismo*, 54. São Paulo, jun/jul 1994.

### **Sobre o tema da ética e da bioética:**

“Da deontologia à bioética”. In: *Deontologia Médica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

“Morte: enigma e iluminação”. *Cadernos de Bioética*. Belo Horizonte: dez, 2000.

“A relação Médico-Paciente e a Produção do Saber”. *Cadernos de Bioética*. PUCMG, dez/1995.

“O Presente da Velhice: Reflexão filosófica sobre a velhice”. In: *Cirurgia Geriátrica*, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

“Morte: enigma e iluminação”. *Cadernos de Bioética*, Belo Horizonte, dez, 2000.

“Morte”. São Paulo: Editora Globo, 2008.

### **Sobre o tema em torno de Merleau-Ponty:**

“Évolution de la notion de corps à la notion de chair chez Maurice Merleau-Ponty”. Revista *Kriterion*, Vol. XIX jun 1972.

”Introdução: por que Merleau-Ponty?”. In: Monclar Valverde (ed.). *Merleau-Ponty em Salvador*, Sinop: Editora Arcadia, 2008.

“De Jaspers a Merleau-Ponty”. In: *Psicose entre nós*. Associação Mineira de Psiquiatria, 1990.

“O corpo: invenção de minha história”. *Tempo Presença*, Rio de Janeiro, março/abril 2002.

### **Sobre outros temas:**

Prefácio do livro *Na companhia de Foucault*. Isabel F. Passos e Fábio Belo (eds.), Belo Horizonte: FALE UFMG, 2004.

“Cultura capitalista se diz realizada e decreta fim da história”. *Cadernos*, n. 4 dez, 1991 (publicação da associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte).

“A Loucura e o Imperialismo da Razão”. *Cadernos PUC-MG*, fev. 1992.

“Marina Nazareth”. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1989.





# ***MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA***

*Carlos Roberto Drawin*  
Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte /  
Universidade Federal de Minas Gerais  
carlosdrawin@yahoo.com.br

**RESUMO** *A primeira parte do artigo contém uma reflexão sobre o estatuto filosófico da memória, valendo-se principalmente das contribuições de Paul Ricouer, a quem perturbava o “inquietante espetáculo que apresentam o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá”. A partir desse quadro teórico, recorda-se a sua atuação no movimento estudantil belo-horizontino, que teve na FAFICH um dos seus principais esteios — atuação iniciada em 1967, a qual o levou posteriormente a ingressar na organização de esquerda AP (Ação Popular), no âmbito da qual participou em muitos episódios de combate à ditadura militar, instalada em 1964 no Brasil, a qual entrava numa fase de recrudescimento da repressão em 1968 com a decretação do AI-5. Destaca-se nesse texto não apenas o interesse sócio-político do relato, mas também a sua contribuição para a memória do departamento de filosofia da FAFICH, na medida em que narra sobre a sua experiência, inicialmente, de aluno e, posteriormente de professor.*

**Palavras-chave** *movimento estudantil, Ação Popular, ditadura militar no Brasil.*

**ABSTRACT** *The first part of the article contains a reflection on the philosophical status of memory, taking into account mainly the contribution of Paul Ricouer on the matter; to whom the “disquieting spectacle that present the excess of memory here as well as the excess of forgetting there” were equally disturbing. Relying on this presupposition, the author remembers that his activities in the student’s movement in Belo Horizonte, whose main base*

*was the Faculty of Philosophy and Humanities (FAFICH), began in 1967, just before he joined the leftist organization AP (Ação Popular — Popular Action), where he participated in many episodes of fight against the military dictatorship that had begun in 1964, in Brazil, and reached its summit in 1968 with the increasing of repression of opposition's movements after the AI-5 decree. The contribution to the memory of the Department of Philosophy of the UFMG is related to the fact that the narrative comes from someone who was firstly a student and thereafter a professor of this department.*

**Keywords** *students' movement, Ação Popular, Brazilian military dictatorship.*

Por ocasião da comemoração dos cinquenta anos de maio de 1968, convergente com os vinte e cinco anos de fundação do doutorado em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, fui honrado pelos organizadores do evento com o pedido de partilhar algumas lembranças de velho “faficheiro”. Agora eu as registro por escrito neste dossiê a ser publicado em número especial da Revista *Kriterion*. Na época me foi pedido um depoimento, palavra carregada de ressonâncias algo sombrias, pois na ditadura quem era chamado a depor já ia colocando as “barbas de molho”, expressão pertinente, até mesmo fisicamente, para os jovens esquerdistas de antanho inspirados pela revolução cubana. Sem garantias jurídicas, sujeito ao arbítrio autoritário, o depoente não gozava de amparo legal, já se sabia suspeito e, até mesmo, retido no cárcere.

Felizmente os tempos são outros, as lutas não foram vãs e o depoimento solicitado apenas se refere ao “depositar” algumas poucas lembranças, talvez um pouco distorcidas, na mesa comum na qual os jovens de ontem e os de hoje possam comungar a mesma repulsa pelas violências do poder. Comunhão somente possível se os fragmentos trazidos não se esgotarem no vão saudosismo, tão caro aos velhos, na fixação psicológica por uma juventude irremediavelmente naufragada no *gros temps* das “ilusões perdidas”. Os velhos são dados a “tresler”, como se costumava dizer, chegados a engrolar tolices, sandices e despropósitos. Contudo, nos ensina o “Houaiss”, “tresler” também é “ler de trás para diante, ler às avessas” e talvez, então, se possa pensar da pertinência de tomar o passado pelo presente, não para embolar o tempo, e sim para discernir nas perplexidades e sonhos de hoje a presença dos sonhos

e perplexidades de ontem. Forma-se, assim, o entretecido do presente de uma ausência na qual se mesclam os combates vitoriosos e das esperanças fraudadas.

Em meu depoimento, precário e lacunar, o “quem” da narrativa pouco importa, não passa de fulguração brevíssima da vida já vivida, o “quê”, porém, ainda não é irrelevante, pela simples razão de poder ou pretender assinalar “os elementos nomotéticos presentes na idiografia” e, por conseguinte, traçar o vínculo necessário “entre o contexto e a dimensão do vivido, em torno da ideia de dialética do social”, dialética esta a ser definida “como uma relação complexa, não identificável aprioristicamente” (FERRAROTTI, *apud* DOSSE, 2015, p. 248).

O meu depoimento contém algumas evocações daquele *annus mirabilis* que foi 1968 do modo como vivido nos espaços da cidade e, sobretudo, na antiga Fafich – a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, fundada em 1939 e agora já octogenária e venerável. Nela ingressei como estudante no Curso de Psicologia e algumas décadas depois eu me aposentei como professor de filosofia. Os muitos anos de docência forjaram hábitos bem arraigados como o desejo de expor e debater ideias e, por isso, não me foi possível deixar de acompanhar as memórias esparsas com algumas considerações teóricas.

Na abertura de seu monumental tratado ensaístico sobre a memória, a história e o esquecimento, Paul Ricoeur registrou como advertência:

Perturba-me o inquietante espetáculo que apresentam o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá, sem falar da influência das comemorações e dos erros de memória – e de esquecimento. A ideia de uma política da justa memória é, sob esse aspecto, um dos meus temas cívicos confessos (RICOEUR, 2077, p. 17).

A preocupação de Ricoeur faz sentido, pois há uma política da memória nem sempre guiada pela ideia regulativa da justiça, porque a memória é sempre seletiva, seja involuntariamente, porque as evocações não nos surgem apenas espontaneamente, ou como fruto da intencionalidade consciente, seja voluntariamente, porque lembrar e dizer comporta sempre algum risco, não só para os donos do poder, mas também para as crenças hegemônicas e até mesmo para aquelas que lhes são aparentemente opostas. Bem observa a historiadora canadense Régine Robin:

O passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente. Por esse passado, normalmente distante, mais ou menos imaginário, estamos prontos para lutar, para estripar o vizinho em nome da experiência anterior de seus ancestrais. Embora surja uma nova conjuntura, um novo horizonte de expectativa, uma nova sede de fundação, nós o apagamos, esquecemos, remetemos à frente de outros episódios,

voltamos, reescrevemos a história, inventamos, em função das exigências do momento e das antigas lendas (ROBIN, 2016, p. 31).

As duas citações anteriores indicam a complexidade do ato mnêmico em suas múltiplas dimensões: voluntária e ativa, resultado do esforço consciente, e involuntária ou passiva, suscitada por algum gatilho associativo, como na vivência proustiana da “Madeleine”; ora espontânea, emergindo facilmente na superfície dos nossos relatos, ora recalçada, apenas despontando, frágil e penosamente, em nossas lembranças e falas; às vezes factual, quando o recordado é endossado pela pretensa objetividade historiográfica e quase sempre fantasiosa, quando a força da imaginação plasma nossos afetos em fatos; individual, por um lado, ao predominar o caráter subjetivo de nossa inserção no mundo e trabalho coletivo, no reconhecimento da primazia de sermos sempre uns com os outros, participantes de um destino comum; desejosa do refúgio no passado, como protesto ou recusa do presente; corajosa ao testemunhar no presente as complicitades do passado. Todos esses aspectos da memória, em suas diferenças e contradições, conjugam-se em tensão sem encontrarem o apaziguamento da síntese. Todos esses aspectos dizem respeito não apenas à recordação, mas também à sua alma gêmea e obscura, o esquecimento. Se entre eles há interpenetração e não síntese é porque não há astúcia racional capaz de proceder à mediação total das diferenças geradas pelo tempo. Por isso, adverte Ricoeur, há que “renunciar a Hegel” e resistir à *hybris* da suprassunção (*Aufhebung*) pela dolorosa consciência da impossibilidade de traduzir o tempo na inteligibilidade da história (RICOEUR, 2010, p. 329-351).

Nem mesmo é recomendável tudo recordar, como se fosse libertação colocar todo o vivido em palavras, como se a nós coubesse dissolver o enigma do tempo sem deixar resíduo algum em nossas narrativas. Há nas vidas passadas e presentes algo sempre indizível e é bom que assim seja, porque há na impotência do compreender e do narrar a germinação do futuro, os limites da memória não apontam apenas para baixo, para a incontornável condição de sermos finitos, apontam também para cima ou, se quisermos, para a frente, por serem signos de transcendência, razões inauditas de esperança. Se tudo lembrássemos nada poderíamos perdoar e sem perdão entregaríamos o amanhã apenas à desconfiança e ao medo.

Como observa Domenico Jervolino, comentando a obra ricoeuriana:

O esquecimento é o emblema da vulnerabilidade própria à condição histórica daqueles seres humanos que nós somos, enquanto ele é em primeiro lugar sentido como um atentado à confiabilidade da memória e a memória, deste ponto de vista, é uma luta contra o esquecimento. Por outro lado, uma memória sem esquecimento, uma memória que não se esquecesse de nada, seria um espectro ameaçador, a última figura daquela

reflexão total que é tarefa constante da hermenêutica ricoeuriana desmascarar e dissolver (JERVOLINI, 2011, p. 106).

O perigo reside aqui no esquecimento manipulado, na lembrança impedida, na memória aviltada. O perdão não se confunde com a conveniência, o que ocorre se o ato de perdoar não for hipotecado pela exigência da justiça. Esta o torna dificultoso e comprometido com árdua travessia, a da denúncia das injustiças, opressões e violências infligidas e sofridas. O esquecimento bem pode ser cômoda negação da responsabilidade pelas “dores do mundo” e o perdão torna-se, então, mera levandade para com o sofrimento dos injustiçados, revelando-se como confortável descaso para com o conflito e a luta. A celebração do amor à vida não contradiz, antes supõe a assunção da responsabilidade e a imputação da culpa (RICOEUR, 2007, p. 465).

Em meio aos seus descaminhos e riscos a memória não oferece alternativa à fluidez e corrosão do tempo senão a força configuração narrativa, pois a transcrição narrativa de nossas ações é a atividade mediadora entre o mundo vivido, desde sempre atravessado pela linguagem, e as novas interpretações e iniciativas visando a sua refiguração com o compromisso de torná-lo humanamente habitável. Assim, o “viver para contar”, título da deliciosa autobiografia de Gabriel García Márquez, não visava encerrar a sua vida na trama de um tempo definitivamente perdido, antes queria o redescobrir, por saber que o “círculo mimético” não se fecha em si mesmo, porque contar pode fazer da “imitação da vida” uma forma de repúdio à escuridão do presente, nela abrindo pequenas frestas de luz pelas quais entrevemos as lutas do passado. Trata-se de contar para viver não fazendo da repetição o registro morto do já feito, mas lançando no tempo uma aposta na reiteração diferencial do sentido (RICOEUR, 2010 a, p. 56-147)

A memória coletiva é imprescindível para a construção do destino comum dos povos, os povos amnésicos são destinados a reviverem no presente os horrores do passado sem poder reivindicar o álibi de uma época que não poderia ultrapassar o limite imposto por sua consciência possível. Assim, por exemplo, não há como alegar inocência quando a escravidão de ontem se reencarnou no continuado massacre das periferias urbanas de hoje, a atingir quase sempre os jovens excluídos, pobres e negros. A memória individual também é imprescindível para a construção da identidade de cada um, quer na afirmação de sua singularidade, quer em sua abertura à alteridade.

Freud concebia o psiquismo como um “aparelho de memória”. Para ele a consciência perceptiva é um fluxo vertiginoso e contínuo a custo interrompido pelo esforço da atenção. De qualquer forma as nossas vivências se esvaem com incrível rapidez, mas não desaparecem sem deixar rastros. Não fluem apenas para

trás, desaparecendo no aquém do presente, porque deságuam no inconsciente e nele elas deixam marcas indeléveis, como nas cachoeiras a queda incessante das águas escava as pedras. Para além do imediato vivido tudo é memória e esta não é mero “quarto de despejo”, porão onde deixamos e esquecemos os objetos mortos e abandonados. A memória tem vida e retorna numa fantasmagoria que assombra e perturba o domínio egóico da linguagem intencional, da razão controlada e da ação voluntária. O retorno do recalcado cobra o preço dos sintomas, das compulsões, angústias e passagens ao ato. Ao rejeitarmos o balanço das perdas acabamos por mergulhar na melancolia e deixamos de viver a vida possível, sem nela discernir potencialidades insuspeitadas. Sem a retomar o passado nos atolamos na inibição e no ensimesmar-se, na tristeza e na desolação. O combate à melancolia só é possível por meio do luto, por meio do trabalho de reelaboração das perdas e fracassos, de modo a liberar novamente o Eu para seus investimentos libidinais e despertá-lo outra vez para o interesse do mundo (FREUD, 2010, p. 171-194)

Certamente a vida passa deixando dolorosa trilha de perdas. Difícil não as ver. O mesmo ocorre nas coletividades, mas aí, desprovida do agulhão do sofrimento individual, a visão torna-se turvada pelas manipulações dos poderosos de hoje, aqueles que não têm muito a temer da memória passiva (mneme), mero registro do já ocorrido, mas muito temem a reminiscência (anámnese) enquanto memória ativa a assinalar nas lutas idas as que ainda virão. Se eles se dão ao luxo de escarnecer as vítimas de ontem o fazem por medo dos combatentes de hoje.

Deixemos as ideias para ir às revivescências. Fui aluno do antigo Colégio Loyola, dirigido pelos padres jesuítas sob a firme orientação da *Ratio Studiorum* na qual convivia a severa disciplina, a valorização da inteligência e o estímulo espiritual. O colégio de então não admitia meninas e nele não lecionava nenhuma professora, daí é fácil imaginar as muitas fantasias e inibições suscitadas pelas saias ausentes, sobretudo para aqueles, como eu, proveniente de uma casa gerida por pai de forte tradição luterana e alemã na qual a generosidade e o acolhimento não incluíam a frouxidão dos costumes e a menor menção às tentações da sexualidade. No colégio, por meio da prática dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola, descobri as duas vertentes de minha vocação: o gosto pelas especulações e pelas literaturas, sendo por elas continuamente alimentado por meio de leituras vorazes, constantes, mas muito dispersas. A elas logo se somou o interesse pela política agulhoado pela indignação com relação à desordem do mundo. Fui aluno medíocre, tirava notas péssimas, pois ao invés de estudar matemática lia Sartre e no lugar do futebol preferia o trabalho social numa favela próxima.

O aluno exemplar do colégio era aquele de bom desempenho nos estudos formais, os possíveis herdeiros da fortuna e dos empreendimentos familiares, normalmente voltados para os cursos de medicina e engenharia. Só não fui convidado a me retirar do colégio simplesmente por ser considerado pelos formadores como extremamente sério e candidato muitíssimo viável para o ingresso das fileiras jesuíticas. De fato acalentei esse ideal até o término do ensino médio quando, desorientado e pressionado a escolher, fiz o vestibular, ainda não unificado, para o Curso de Psicologia, profissão e ciência que eu desconhecia por completo.

Tais digressões pessoalíssimas não respondem à pretensão de dar relevância a uma vida desimportante, não obstante, podem servir como preâmbulo para avaliar o choque por mim sofrido, estudante tímido e clerical que eu era, ao entrar no prédio da Rua Carangola que sediava um leque de cursos muito diversos – da Filosofia à Química, da Matemática às Ciências Naturais – todos voltados à formação de professores (ARREGUY, 2014, p. 13-16). Corria, então, o remoto ano de 1967 e a ditadura civil-militar, após as turbulências que se seguiram ao golpe de 1964, abandonava a máscara da democracia e do caráter transitório do regime para assumir o seu rosto autenticamente autoritário e o seu projeto de permanecer longamente no poder. Todavia, a efervescência cultural anterior ao golpe, retornava com intensidade no teatro, no cinema, nas ciências humanas, na filosofia, nos costumes e nas discussões acaloradas e fundia todas essas contrastantes posições e exaltados sentimentos no mesmo cadinho da revolta contra o regime. Para mim, a Fafich era impactante, mas o fazia de diferentes modos: nos estudos do Curso de Psicologia; no clima político em crescente radicalização e nos primeiros sinais de contracultura.

Apesar do espaço apertado para a convivência de tantos cursos – quando cheguei lá ainda permaneciam os departamentos de Ciências Sociais, Psicologia, Educação, História natural, Geografia, Letras, Comunicação, História e Filosofia – com eles eu não interagía academicamente, pois as disciplinas da psicologia já eram muitas e abrangiam largo espectro de conhecimentos: da Neuroanatomia à Antropologia Cultural, da Estatística à Psicologia Experimental. Pouco se falava de filosofia e contra ela havia a animosidade gerada pela afirmação algo adolescente do caráter científico e independente dos saberes psicológicos e estes eram muito fragmentários e mesmo antagonísticos em seus pressupostos, métodos e consequências. Alguns professores adeptos estritos do “behaviorismo” não escondiam sua aversão pela literatice filosófica ou pela carência de rigor da psicanálise. Sobre a qual, aliás, recebi apenas escassas e superficiais informações em algumas das disciplinas centrais do currículo, como a Psicopatologia e a Psicologia da Personalidade. Alunos vindos da rígida formatação do ensino

médio, nós ficávamos perdidos em meio às polêmicas acres e às teorizações desencontradas. No meu caso, coração inquieto e ardendo por especulações elevadas e fascinantes sobre a alma humana, não tardei a me decepcionar com a aridez e o prosaísmo das teorias psicológicas difundidas pelas dezenas de apostilas de procedência americana. Mas se a decepção não tardou, logo foi largamente compensada pela atmosfera febril da política.

A reação do Movimento estudantil logo após o golpe de 1964 foi ambígua. Os universitários eram poucos e pertenciam à elite do país e esta havia recebido com entusiasmo a derrota do comunismo, do populismo de esquerda e o afastamento ameaça “vermelha”, representada pela agitação social, e as reivindicações das classes trabalhadoras. O incêndio emblemático da União Nacional dos Estudantes, no momento mesmo do golpe, significou o alijamento das lideranças estudantis de esquerda. Os atos de exceção iniciais pareciam ser instrumentos necessários à purificação da política, corrupta e corruptora, e do saneamento de uma cultura conspurcada por uma intelectualidade alheia à tradição religiosa e familiar dos brasileiros. Assim acreditavam as classes médias, embaladas pela retórica ideológica do poder militar supostamente transitório e democrático. Todavia, os militares associados aos interesses geopolíticos do grande capital logo mostraram que vieram para ficar, sem concessões aos ideais políticos do liberalismo. Os estudantes, a franja mais sensível das classes médias, não demoraram a “sentir o golpe”, ou seja, a perceber o caráter golpista e francamente reacionário da tomada do poder pela direita. Ainda em novembro de 1964 a Lei Suplicy desautorizava as expectativas da liberdade e autonomia universitárias. Em seguida vieram os Atos Institucionais dois e três (AI-2 e AI-3), instaurados em outubro de 1965 e em fevereiro de 1966, com os objetivos de controlar o Congresso, cercear o Judiciário, instalar o bipartidarismo e as eleições indiretas. Posteriormente vieram o Decreto Aragão, proibindo a UNE e outras entidades estudantis, como as uniões estaduais, as revelações dos acordos MEC-Usaid e o Relatório Atcon, estes últimos indicando a clara interferência norte-americana na política educacional da ditadura. Com as sucessivas decepções com relação às intenções do regime, o segmento liberal do Movimento Estudantil foi obrigado a recuar e as lideranças de esquerda, atravessadas por inúmeras querelas e divergências quase esotéricas, passa a protagonizar a luta contra o regime. Com o avanço das medidas ditatoriais é desencadeando, no decorrer do ano de 1966, um ciclo cada vez mais radicalizado de manifestações de rua e repressão policial (VALLE, 2008, p. 31-39).

Neste ano eu não estava ainda na Fafich e não tinha a menor consciência acerca das divergências ideológicas e estratégicas da esquerda. Movido



apenas pela indignação moral participei com exaltação das passeatas e em dois momentos estive bem próximo da prisão. A primeira vez quando, acudados pela polícia, nos refugiamos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e por lá ficamos, cercados e ameaçados, até a obtenção de nossa liberação graças às negociações de um grupo de deputados. Algum tempo depois, invadimos a Faculdade de Direito da UFMG, onde ficamos novamente sitiados pela polícia, durante aproximadamente 15 horas. Horas de grande tensão e insegurança, que remediávamos nos preparando para a invasão com paus e pedras e algumas poucas garrafas de coquetéis Molotov. Acabamos outra vez liberados em decorrência da intervenção do governador do Estado e do Arcebispo de Belo Horizonte.

Em março de 1967, a minha entrada no Curso de Psicologia da Fafich coincidiu com a posse do general Costa e Silva na presidência da República. Apesar de alguns acenos pouco críveis de redemocratização, a pressão militar sobre o governo aumentou consideravelmente. Como acabei de relatar, eu já havia participado das manifestações estudantis no meu último ano do Ensino Médio, mas não era ainda um militante. A transformação ocorreu quando fui me inteirando das organizações de esquerda atuantes sob a superfície do Movimento Estudantil e de suas entidades aceitas como legais, o Diretório Central dos estudantes (DCE) e os Diretórios Acadêmicos. No confronto ideológico o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o chamado “partidão”, era visto com desconfiança, tido por excessivamente moderado e conciliador. A ele nos opúnhamos, autênticos revolucionários: o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Ala Vermelha, dissidência do PCdoB, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop) e, finalmente, a Ação Popular (AP), organização à qual logo aderi. A Ação Popular, fundada antes do golpe, em 1962, se originou da crescente inclinação à esquerda dos universitários católicos provenientes, sobretudo, da Juventude Universitária Católica (JUC). Com o apoio de parte significativa da hierarquia católica ao golpe e com o silêncio atemorizado dos bispos mais progressistas, que deixaram ao desabrigo muitos líderes católicos presos, a Ação Popular se distanciou não só da instituição eclesial, como também das concepções cristãs. Quando eu fui cooptado pela organização, trabalho designado no jargão da época como “ampliação”, o processo foi bem simples: leitura e discussão do Documento Base, adesão firme às teses e diretrizes ali propostas, adoção de um nome de guerra, o meu foi “Omar”, participação em uma “célula” e em eventuais encontros mais amplos e, de não menor importância, a submissão às orientações práticas e teóricas das coordenações regional e nacional conforme os princípios do “centralismo democrático”, que propunha, após a discussão pelas bases da organização, a

necessidade de total obediência dos militantes após a tomada de decisão por parte da cúpula dirigente (MEDEIROS FILHO, 2014, p. 251-258).

Para mim a Fafich acabou cindida em duas: a acadêmica, com a já mencionada chatice da pretensão científica e técnica da psicologia, e a revolucionária, comprometida com o combate pela derrubada do regime militar e a posterior implantação do socialismo, para nós, único caminho aceitável para a verdadeira humanização do ser humano. Ao invés de ler as irrelevantes apostilas traduzidas do inglês, melhor era ler Marx, Engels, Lênin, Trotsky, a quem repudiávamos por seu esquerdismo, e os textos maoístas, os quais eram objetos de nossa veneração. Nesta outra Fafich corria o autêntico sangue da vida e em breve correria também o sangue da morte. Nós nos acreditávamos verdadeiros agentes da revolução socialista e nos víamos prestes a descer em triunfo de alguma “Sierra Maestra” das proximidades.

O grupo pertencente à Ação Popular foi escolhido, em eleição acirrada, para conduzir o Diretório Acadêmico da Fafich. Eu era parte da diretoria, presidida por Waldo Silva, e ajudava na preparação das manifestações, aderindo à perspectiva do enfrentamento sem tréguas do regime militar. Toda tentativa de diálogo, defendida por outras correntes do movimento, era considerada espúria, adesista e inexoravelmente fadada ao fracasso. Esta era a orientação da Ação Popular representada no nível nacional por Luis Travassos, então presidente da UNE. No final de 1967, a vinda do ditador Costa e Silva a Belo Horizonte nos pareceu ocasião bastante propícia para o desmascaramento dos propósitos hipócritas da ditadura. Luis Travassos veio do Rio para liderar o movimento em Belo Horizonte e eu fui designado para compor a sua comissão de segurança, o grupo encarregado de protegê-lo, e foi quando caí preso. Caí literalmente, com um soco na cara dado por um agente do antigo DOPS, mas devo dizer que após alguns safanões e ameaças físicas, ao contrário de Plínio Arantes, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, fui levado incólume à minha cela onde permaneci por quase trinta dias e fui processado pela Lei de Segurança Nacional com a acusação ridícula de incitar à rebelião.

O tempo preso foi de leitura, algumas bastante piedosas, e de reflexão pessoal, mas também de discussão política com outros companheiros presos e muita ansiedade com o que iria nos acontecer. A minha prisão foi branda, os “anos de chumbo” ainda não tinham chegado, a Polícia Federal, onde prestei depoimento, nem se inteirou de minha militância na Ação Popular. Fui beneficiado por um *Habeas Corpus* impetrado pelo admirável advogado Jair Leonardo Lopes, por quem desde então nutri grande respeito e admiração.

Deixando a prisão voltei à Fafich incendiária e às tarefas da mobilização. O assassinato do estudante Edson Luís no Rio de Janeiro em 28 de março de 1968

foi o estopim para o verdadeiro acirramento na luta contra o regime militar. As primeiras reações à morte do estudante foram de comoção das classes médias, repúdio por diversas instituições e parte da mídia e bem breve retrocesso da repressão. Mas logo a repressão voltou a recrudescer com a proibição no dia 1º de abril de qualquer manifestação política em todo o país. A decisão das lideranças de enfrentar a polícia e não apenas repetir a tática consagrada da fuga produziu a reação furiosa das forças repressivas. Em Belo Horizonte nas passeatas de abril e maio a polícia militar chegou a atirar contra a multidão e por pouco a situação não saiu de controle e não houve um massacre. O mesmo ocorreu em todo país – alguns mortos, dezenas de presos e feridos – apesar da simpatia popular e da frente de oposição reunida na chamada passeata dos 100 mil, realizada em junho daquele ano. No segundo semestre de 1968 organizamos o encontro clandestino, na União Estadual dos Estudantes (UEE) no prédio da rua Carangola. A reunião foi denunciada, a polícia cercou o prédio e o invadiu parcialmente, ocupando o 1º andar, onde se situavam a biblioteca e os setores administrativos. O diretor da faculdade, professor Pedro Parafita de Bessa, pioneiro da psicologia em Minas Gerais e eminente por sua competência e por sua integridade moral, estava ausente, convocado que fora para uma reunião na Secretaria de Segurança. Quando retornou o prédio já estava sob cerco, ele, porém, reagiu firmemente contra a pretendida invasão e consciente da má-fé de sua convocação pelas autoridades policiais, expediente usado para afastá-lo da faculdade. A sua firmeza pagou o preço de sua aposentadoria compulsória e da brusca interrupção de sua carreira em outubro de 1969.

No início de outubro de 1968, quando houve a invasão parcial do prédio, ficamos acuados nos outros andares, nos protegendo com frágeis barricadas e retendo o elevador no último andar, e assim permanecemos por quase doze horas, pois a polícia aceitou deixar todos livres desde que fossem efetuadas as prisões dos estudantes nomeados numa lista que incluía todos os membros do Diretório Acadêmico. A proposta recusada e depois de longas negociações, com intervenção de Brasília, que não desejava um novo desgaste como o ocorrido recentemente com a invasão da Escola de Medicina da UFMG, optou por liberar todo mundo. Eu saí com o apoio de um frade dominicano, Frei José Renato, grande amigo que me abrigou por alguns dias no Convento dos Dominicanos.

Mas o meu temor crescia e participei muito tangencialmente da preparação do célebre 30º Congresso da UNE previsto para outubro de 1968, em São Paulo. Eu avisei meus companheiros que não iria ao congresso e por isso não fiquei sabendo de sua localização no sítio de Ibiúna. Como se sabe, na manhã de 12 de outubro o congresso caiu e toda liderança do Movimento estudantil foi presa. Dois meses depois foi decretado o Ato Institucional nº 5

(AI-5) e mergulhamos, como diz a canção, no tempo sem sol. Eu não fui ao congresso da UNE e me afastei da Ação Popular por diversos motivos. Eu já tinha sido preso, fichado e processado e estava realmente acovardado. O medo me acompanhava constantemente e com ele convivi por alguns anos, mesmo quando o movimento de massa tinha refluído completamente. O arbítrio do AI-5 poderia atingir qualquer um considerado suspeito. Muitos companheiros tinham optado pela luta armada, com a qual eu não concordava e considerava como uma opção política militarmente inviável. Em Minas Gerais alguns conhecidos participavam do “Comando de Libertação Nacional” (Colina), que depois se uniu à “Vanguarda Popular revolucionária”, formando em 1969 a “Vanguarda Armada Revolucionária Palmares” (VAR-Palmares). Eu nada tinha a ver com tudo isso, sequer estava de acordo com a opção pelas armas, mas temia que minhas relações circunstanciais pudessem redundar em prisão e tortura.

Eu me afastei também, deve-se repetir, por convicção. Há um pequeno episódio a merecer evocação. Antes do AI-5, em momento de grande radicalização, combinamos uma agitação no centro da cidade, na Avenida Paraná, bem no final da tarde, quando os trabalhadores esperavam, em dezenas de pontos ali localizados, os ônibus para retornar às suas casas depois de longo dia de trabalho. Éramos algumas dezenas de estudantes, nós a vanguarda, e aos berros iniciamos a agitação e a distribuição de panfletos. O povo permaneceu amedrontado e indiferente diante daqueles meninos aparentemente ricos e certamente excêntricos. Pouco depois soaram as sirenes da polícia e nós fugimos. Para mim foi uma espécie de tomada de consciência da inviabilidade daquele caminho de luta. Depois vieram as trevas. Muitos presos e torturados, moças violentadas por policiais, muitos exilados, alguns antigos militantes meio enlouquecidos. Não me reconciliei com a Fafich acadêmica. Continuei o meu percurso na psicologia, mas as disciplinas mais técnicas dos últimos períodos me pareciam tolas e sem lastro teórico. Por outro lado, comecei a descortinar a Fafich contracultural, anteriormente vedada pela rigorosa moral da militância de esquerda. Nela não entrei com expectativa ou leveza, pois também não acreditava na mixórdia de sexo, drogas e *rock'n roll*, temperada com fortes doses de espiritualidade oriental, e continuava ainda apegado ao juízo satírico segundo o qual tudo aquilo não passava do velho *panem et circenses* da alienação. Embora, deva-se dizer, a dor da desesperança estimulasse o consumo alcoólico em quantidades industriais e convidasse a frequentes porres monumentais.

Concluí na descrença o meu curso de psicologia. A interdição política do futuro em meio ao alarido do milagre econômico não me lançou apenas num tempo de perdição, porque por imenso acaso iniciei a minha docência

numa faculdade do interior do Estado e comecei a me dedicar intensivamente ao estudo das teorias psicológicas e à sua fundamentação filosófica. Fiz o vestibular para o Curso de Filosofia e somente, então, redescobri a Fafich acadêmica. O tédio de antes se converteu no deslumbramento com os novos mestres e suas aulas expositivas instigantes e sapientes. Diante deles eu me sentia fascinado pelo saber a ser adquirido e, simultaneamente, muitíssimo inibido pelo sentimento da mais espessa ignorância. Não me refiro àquela socrática, agulhão da busca e sim aquela outra bem mais prosaica de perceber o quão superficial e arrogante era o meu conhecimento. A minha recordação de todos aqueles mestres está perpassada pela etimologia selvagem da palavra, na cifração “cor dare”, o “dar novamente o coração” no momento de trazer à memória minha impagável gratidão: Sônia Viegas, Ângela Mascarenhas, José Henrique Santos, José de Anchieta Corrêa, Antônio Cota Marçal, Padre Orlando Vilela, Sebastião Trogo, Moacir Laterza e ao professor de teoria marxista e grande amigo Luiz de Carvalho Bicalho, a quem, por seus cabelos brancos, chamávamos carinhosamente de “grande chefe nuvem branca”. Dentre todos devo destacar o nome do Padre Henrique Cláudio de Lima Vaz, a quem tive a honra saudar como “mestre incomparável” na solenidade em que recebeu o título de Professor Emérito da UFMG. Com ele aprendi a estudar sempre e sistematicamente, a resistir aos encantos dos modismos intelectuais, a cultivar a grande tradição do pensamento filosófico sem se deixar seduzir pela fugacidade dos “paradoxos brilhantes”. Tive o privilégio de acompanhar com assiduidade os seus cursos ordenados e abrangentes sobre Ética histórica e sistemática, Filosofia da Natureza, Antropologia Filosófica, assim como disciplinas monográficas lecionadas com clareza e erudição sobre a Física de Aristóteles, as três “Críticas” kantianas e a minuciosa e penetrante explicação do sistema hegeliano. Poucos anos após minha reconciliação com a Fafich acadêmica e estudiosa tive a sorte de ser aprovado em concurso para professor do Departamento de Filosofia da UFMG com a destinação de lecionar no Ciclo Básico de Ciências Sociais. Passei a integrar uma equipe de excepcional valor constituída pelos professores Ricardo Fenati, Ivan Domingues, Pedro Athos, Paulo Margutti, Lucia Las Casas e Fernando Portela. A eles devo acrescentar ao menos alguns outros colegas que ingressaram no Departamento de Filosofia em outros concursos e nos eram muito próximos: Newton Bignoto, Telma Birchal e Rodrigo Duarte.

O declínio da ditadura já se anunciava e o Movimento Estudantil emergia depois de longo período de amordaçamento e – apesar do clima adverso, com o fechamento temporário do Congresso nacional – foi realizado em junho de 1977, em Belo Horizonte o IIIº Encontro Nacional dos Estudantes. A discussão

política aberta retornou ao prédio da Rua Carangola e em 1979, no congresso de Salvador, a União Nacional dos Estudantes foi reconstruída. Do lugar de professor observava com lonjura e carinho a movimentação dos estudantes, embora sem entender as novas correntes como a “Liberdade e Luta” (Libelu) e “Convergência Socialista”, dentre outras. Mas me engajei na campanha pela anistia, participando da diretoria do Centro Brasil Democrático, presidido em Minas Gerais pelo saudoso professor Edgar Godói da Mata Machado e estava também intimamente vinculado a um grupo inspirado pela Teologia da Libertação, então animado e sustentado pelo grande teólogo jesuíta João Batista Libânio.

Lecionei disciplinas filosóficas no Ciclo Básico, no Curso de Psicologia e, depois, no currículo de graduação do Curso de Filosofia, mas minha atuação foi discreta, porque mesmo tendo sido por muitos anos membro efetivo da Câmara Departamental e, depois, Chefe de Departamento, eu permaneci como *outsider* em relação ao intenso processo de transformação do Departamento de Filosofia proveniente da criação do Doutorado e de sua integração ao Sistema Nacional de Pós-Graduação. As correntes de pensamento que me formaram, como a Fenomenologia, as Filosofias da Existência e o Marxismo associado à Teoria Crítica da Sociedade, eram todas de origem continental e cederam espaço às filosofias de procedência anglo-saxônica. O ímpeto da especialização e do aprofundamento dos estudos foi prevalecendo em todas as áreas e após alguns anos de estagnação no número de docentes muitos concursos para o magistério se sucederam e novos colegas foram chegando e trazendo conhecimentos que eu sequer suspeitava. O fio das gerações mantido pela conversão dos antigos alunos em novos professores foi se esgarçando e um novo *ethos* se impondo. Eu já estava de saída, iniciando a minha trabalhosa aposentadoria, mas reitero o dito em minha aula inaugural, feita logo após minha retirada da universidade pública: aos que estão vindo sejam bem-vindos e sejam recebidos como um dom, o dom do Outro.

Muito me orgulho de ter contribuído um pouco, mesmo secundariamente, na construção do Departamento de Filosofia da UFMG, que desde algum tempo excele na crescente comunidade filosófica brasileira e já se projeta a nível internacional.

Qual o valor dessas lembranças esparsas e já meio esquecidas nas quais foram omitidos tantos nomes importantes e eventos marcantes? Quase nada, se pensarmos, como registrei no início, acerca do “quem” diz, se perguntarmos pelo sujeito destas evocações. Alguma coisa, talvez, se pensarmos no “quê” se diz, no bruxulear biográfico a testemunhar o destino de nossa pátria. Palavra de pronunciado sabor cívico, tão usada e abusada por supostos patriotas, por

aqueles que jamais a amaram e nem querem saber de sua grandeza e destino. Creio ser hora de resgatá-la neste momento de tantas e tão pesadas nuvens no horizonte, quando os novos herdeiros do ódio e do arbítrio não cessam de tramar a destruição da universidade e do pensamento crítico, desprezam o povo e gostariam de vê-lo definitivamente silenciado. Que a filosofia saiba honrar sua tradição de resistência e as minhas palavras – “tão ‘pobrinhas’, coitadinhas”, como um dia disse o poeta – sejam acolhidas no mesmo espírito de esperança de liberdade e recusa da submissão.

### Referências

- ARREGUY, Clara. “Fafich”. Belo Horizonte: Conceito editorial, 2014.
- DOSSE, François. “O desafio biográfico. Escrever uma vida”. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- FREUD, Sigmund. “Luto e melancolia”. In: “Obras Completas”. V. 12. Tradução e notas de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- JERVOLINO, Domenico. “Introdução a Ricoeur”. São Paulo: Paulus, 2011.
- MEDEIROS FILHO, Barnabé. “1964: o golpe que marcou a ferro uma geração”. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2014.
- RICOEUR, Paul. “A memória, a história o esquecimento”. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RICOEUR, Paul. “Tempo e narrativa. V.1: a intriga e a narrativa histórica”. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010 a.
- RICOEUR, Paul. “Tempo e narrativa. V.3: o tempo narrado”. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010 b.
- ROBIN, Régine. “A memória saturada”. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.
- VALLE, Maria Ribeiro do. “1968: o diálogo é a violência. Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil”. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.







# ***LABIRINTOS DA MEMÓRIA: A MINHA GERAÇÃO E O DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA***

*Ivan Domingues*  
Universidade Federal de Minas Gerais  
domingues.ivan3@gmail.com

**RESUMO** *O artigo fornece a avant-première da celebração dos oitenta anos da Faculdade bem como do Departamento, criados ao mesmo tempo em 1939 e federalizados em 1949. Mais especificamente, trata-se de um exercício memorialístico, consistindo em minhas lembranças pessoais, organizadas em torno de quatro tópicos: [i] a minha chegada ao Departamento para fazer a graduação, na velha FAFICH, na rua Carangola, em 1971; [ii] o ambiente do Departamento nos anos 70 e 80, quando o Mestrado foi criado e o Curso de Graduação puxava o carro, havendo grande abertura para atividades de extensão; [iii] a criação do Doutorado nos anos 90, as mudanças de escala das atividades do Departamento, os feitos mais importantes da nossa Pós e os principais desafios da atualidade; [iv] a questão da Memória do Departamento, a precariedade dos registros, a corrosão das lembranças pessoais, as iniciativas em curso para preservá-las e a necessidade de criar a sala da memória.*

**Palavras-chave** *Departamento de Filosofia da UFMG, Criação e Federalização, Minha Geração, Graduação e Ambiente do Departamento nos Anos 70, Criação do Mestrado, Mudança para o Campus, Criação do Doutorado, Questão da Memória.*

**ABSTRACT** *The paper gives everyone the avant-première of the celebration of FAFICH's eightieth anniversary as well as the Philosophy Department, created at the same time in 1939 as the School and federalized*

*in 1949. More specifically, the paper is a memorial exercise, consisting of my personal memories, assembled around four topics: (i) my arrival at the Department to do the undergraduate course in the old FAFICH at Carangola Street in 1971; (ii) the Department atmosphere during the 70's and 80's when the Master's Degree was created and the Undergraduate course was at its peak, opening up many opportunities for extension activities; (iii) creation of the Doctorate Program/PhD in the 90's, the change of scale in the Department activities, the most important achievements of our Graduation level and the main challenges nowadays; (iv) the Department memory issue, the lack of registered records, the erosion of personal memories, the ongoing initiatives to preserve them, and the need to create our Memory Hall.*

**Keywords** *UFMG Philosophy Department; Creation and federalization; My generation; Undergraduation course and the Department atmosphere in the 70's; Creation of Master's Degree; Moving to the Pampulha Campus; Creation of Doctorate / PhD; Memory issue.*

Nosso Departamento celebrará 80 anos em 2019 e as duas mesas que serão consagradas nesta tarde à Memória de sua história recente, a graduação e a pós-graduação incluídas, deverão ser vistas como a *avant-première* de uma eventual celebração futura: nesta tarde, atendo-nos a três gerações; no próximo ano, se ocorrer, com um escopo bem maior, ao recuar o exercício mnemônico até a época heroica da fundação, num tempo em que nem mesmo o termo Departamento existia, mas Seção, Seção de Filosofia, com Arthur Versiani Vellôso na linha de frente.

A ideia, quando idealizamos as mesas, era dar a cada um de nós toda autonomia ao tratar do assunto, considerando a trajetória pessoal, os *feelings* pessoais e as próprias lembranças arquivadas ao longo do tempo e que agora estarão de volta em nossas falas, ao celebramos os 25 anos do Doutorado e os 50 anos de 1968.

No meu caso específico, tendo compartilhado com Carlos Drawin, que é meu amigo, muita coisa da história do Departamento ao longo de quatro décadas, quando iniciamos a carreira de professor, e portanto bem mais do que os 25 anos do Doutorado – e eu que sou prata da casa, havendo realizado minha Graduação e o Mestrado na mitológica FAFICH da Rua Carangola –, a ideia é recuar minhas lembranças até o início dos anos 70, quando entrei

no Curso de Graduação e anos depois no de Mestrado, e em seguida subir no curso do tempo, até os nossos dias. Tudo somado, serão cinquenta anos, o que não é pouca coisa, e fatalmente muito daquilo que foi vivenciado e considerado importante um dia tombou nas águas do *Léthé* ou delas bebeu e hoje está esquecido. Este é o meu caso. Mas quem garante que alguém não vai lembrar e o recalcado não irá voltar um dia?

Ao fazer essa caminhada, vou retomar alguns pontos já tratados na mesa desta manhã, expandir os registros e as análises, cruzando a história do Departamento e o ano de 1968, e ir além, bem mais além, ao considerar os anos 90 e as duas primeiras décadas do século XXI – tudo isso com bastante liberdade, ao sabor de minhas lembranças pessoais, e sem ter combinado nada, antes, com ninguém.

O tom que vou dar à minha fala será bastante coloquial, como vocês vão notar, mas com a circunspeção requerida pela circunstância de um evento celebrativo e de uma maneira organizada, por tópicos, um total de quatro, como segue:

[i] a minha chegada ao Departamento para fazer a graduação, na velha FAFICH, na rua Carangola, em 1971;

[ii] o ambiente do Departamento nos anos 70 e 80, quando o Mestrado foi criado e a Curso de Graduação puxava o carro, havendo grande abertura para atividades de extensão;

[iii] a criação do Doutorado nos anos 90, as mudanças de escala das atividades do Departamento, os feitos mais importantes da nossa Pós e os principais desafios da atualidade;

[iv] a questão da Memória do Departamento, a precariedade dos registros, a corrosão das lembranças pessoais, as iniciativas em curso para preservá-las e a necessidade de criar a sala da memória.

Começo então pelo [i] primeiro tópico: a minha chegada ao Departamento e o Curso de Graduação em Filosofia.

Andando a passos largos, digo então:

Como antecipado, eu entrei no Departamento em 1971, numa época em que a Graduação funcionava em dois turnos, o diurno e o noturno, e eu escolhi o noturno. É importante ressaltar, para vocês entenderem o viés de minhas lembranças e o meu “lugar de fala”, como se diz hoje, que eu não nasci em Belo Horizonte, mas no interior, nas proximidades da capital, em Pedro Leopoldo: antes separada de Belo Horizonte, como quando eu decidi fazer filosofia e me mudei para a capital; hoje cidade-dormitório e parte da área metropolitana.

Pois bem, em Pedro Leopoldo, desde jovem, em plena adolescência, eu fui muito ligado a um grupo de esquerda católica, conhecido como JUPEL, com o qual Carlos Drawin tinha ligações, mas mais refratárias. JUPEL, ou seja, Juventude pedroleopoldense, com influência marcadamente dominicana, cabendo ressaltar a proeminência de Frei Mateus Rocha, cujo nome está associado à JUC, JOC e JEC, tendo como braço político a antiga AP<sup>1</sup>. Mais do que qualquer outro agrupamento – até mesmo a JEC, que congregava os estudantes secundaristas, e a maioria dentre nós era secundarista, liderada porém por universitários ligados de uma maneira ou de outra à JUC –, a JUPEL marcou profundamente minha formação pessoal, como já tive a oportunidade de reconhecer em depoimentos e em entrevistas, bem como em matérias de minha lavra pessoal publicadas recentemente num jornal de Pedro Leopoldo, ao celebrar os cinquenta anos da JUPEL. E o que é importante: celebrar justamente o ano de 68, ao comemorar o jubileu de ouro do grupo, e como, aliás, nós no Departamento ao celebrarmos amanhã e depois o ano de 1968.

Então, foram essas bagagens que eu trouxe para o Departamento quando decidi fazer filosofia na UFMG: as bagagens da esquerda radical e o espírito ou a alma de 68, como passei a me referir a mim mesmo desde então, e foi esse ambiente que eu encontrei no Departamento em companhia de meus colegas e mais ainda na velha FAFICH.

O ponto é que, sobre as tais bagagens, se em Pedro Leopoldo e na JUPEL eu me sentia um tanto dissidente, não sendo exatamente um católico, mas meio ímpio, com tendências ateias, materialistas e o marxistas – estes, um tanto incipientes, com efeito –, ao chegar a Belo Horizonte e no ambiente da FAFICH o pouco que restava da teologia da libertação da JEC/JUC e da AP católica foi embora. No mesmo passo, logo eu troquei os documentos de base (da AP, no caso), o Vaticano II e o método de Paulo Freire, que nos havia chegado em Pedro Leopoldo pelo dominicano frei Mateus, conforme acabo de comentar, logo eu os troquei – repito – pelos meus três Ms que eu descobri na Rua Carangola, como eu já disse numa entrevista, no Departamento de

1 Precisando as siglas: AP = Ação Popular, na origem ligada à esquerda católica, tendo Pe. Vaz como um dos seus mentores, conforme reconhece Betinho, e mais tarde juntando-se à sigla primitiva mais duas letras, M e L = Ação Popular Marxista Leninista, finalmente nos anos setenta incorporada ao PC do B; JUC = Juventude Universitária Católica. JOC = Juventude Operária Católica e JEC = Juventude Estudantil Católica, tendo Frei Mateus como grande inspirador e criadas por ele em Minas Gerais. No tocante a Pedro Leopoldo, a influência de Frei Mateus foi indireta, através de terceiros e admiradores, não digo exatamente discípulos, tendo sido através do frade que o método de Paulo Freire chegou até nós e chegou a ser praticado por membros do grupo. Por fim, ressalto que o nome de Frei Mateus está associado à UnB, tendo ele sido um dos seus fundadores, ao lado de Darcy Ribeiro, e chegado a ocupar os cargos de Reitor e Vice da Universidade recém-fundada.

Filosofia, de algum jeito, bem como no famoso “murinho” da Faculdade, a saber: Marx, Mao e Marcuse.

Ao dizer essas coisas, eu resumo a questão política com a qual me deparei naqueles anos iniciais de minha formação, num ambiente pesadamente marcado pela repressão – eram os anos de chumbo e todo mundo tinha medo – juntamente com a resistência ativa e meio anárquica da esquerda radical, não exatamente católica, mas em sua maioria maoísta e trotskista. Eu meio vacilante entre as duas vertentes e em cujas montantes, ao descer o rio do tempo, vamos encontrar em suas águas profundas as duas principais matrizes do ano 1968 que estamos celebrando como segunda efeméride: uma, a Califórnia e a contracultura; outra, Paris e a política – matrizes essas que não são exatamente uma novidade, o próprio Cohn-Bendit as assinala ao reconhecer a influência de Berkeley no maio de 68 francês, e das quais vamos tratar amanhã e depois, especificamente, em duas mesas a elas consagradas.

Penso que uma e outra eram as duas vertentes que estavam em jogo naqueles anos e que dominavam a cena do movimento estudantil dentro e fora da filosofia: de um lado, a esquerda festiva, a Califórnia, São Francisco, a revolução dos costumes e a tríade “Sexo, Drogas e Rock’n roll”, tendo como ícone o mitológico festival de Woodstock, que teve lugar em agosto de 1969 nas imediações de Nova York e prestes a fazer cinquenta anos; de outro, a esquerda dita séria e radical, com Paris, o maio famoso, o álcool e o filme *A chinesa*, de Godard, na linha de frente, sonhando com armas, sequestros e o Araguaia, uns lendo Lênin e Mao e outros Trotsky e Mandel – a minha tese, a qual vou comentar na mesa sobre o 68 na França, cujo epicentro é maio, à diferença do Brasil, que é dezembro do AI-5, o fatídico dia 13, é que a Califórnia e São Francisco venceram, com a revolução dos costumes, que nunca mais foram os mesmos, inclusive no Brasil.

Quanto a mim, pessoalmente, muito embora a questão política, da ditadura, dos anos de chumbo e da resistência, armada ou não, estivesse sempre nos horizontes e na cabeça de todo mundo, minhas considerações finais sobre esta matéria não poderiam ser mais claras, depois de decantadas as hesitações e de ver firmadas as decisões ao longo do tempo: é que, cedo, por gosto pessoal e vocação profunda, não podendo me contentar com as certezas ideológicas, que exigem rendição total, eu fui levado a trocar a militância e a guerrilha que nunca tive e fizera, mas que me assombravam, pelos estudos e os bancos da academia. Desde então, a filosofia e a crítica, em que eu vejo o cerne do ofício do intelectual, ficaram em primeiro plano, para nunca mais sair. Não obstante, continuei com alma 68, indelével e persistente, a acompanhar minhas escolhas e afinidades eletivas, dentro e fora da filosofia. Ao lado de

mim, como ao longo de minha vida, estava Carlos Drawin que, desde os tempos de Pedro Leopoldo, despertava a minha inveja e ele mesmo estava certo de sua precedência e seu *status* superior diante de todos nós, por ter sido preso, e nós não. Dentro do Departamento, conhecido pelo indiferentismo político e alienação arraigada, havia o Centro de Estudos Filosóficos, no qual atuei como estudante e do qual fui presidente, com muitas iniciativas que questionavam o dia a dia do Departamento, como o conservadorismo, em meio aos arroubos juvenis contra a hierarquia e o autoritarismo, aliás em plena sintonia com o espírito de 68.

Lembro-me então que foi neste cenário que realizamos um evento com ampla participação dos estudantes e grande preocupação dos professores, cujo foco era justamente as relações pedagógicas e a didática defasada. Entrementes, enquanto nos ocupávamos de outras frentes na organização do evento, solicitamos ao colega Carlos Volney Soares, que já anunciava o grande artista em que logo se tornará e hoje é professor aposentado da EBA, a confecção de um cartaz de divulgação. O cartaz provocou imenso furor entre os estudantes e, ao mesmo tempo, grande escândalo entre os professores: nada menos que “O Pensador” de Rodin sentado sobre um vaso sanitário.

Passado tanto tempo, ao voltar a esse episódio impactante e seu cartaz iconoclástico do qual infelizmente nada restou, mais uma vez, em meio às solicitações dos dois eventos celebrativos dos 25 anos do Doutorado e dos 50 anos de 1968, eis que – e justamente fazendo o liame de Carlos Volney com outros acontecimentos importantes da história do Departamento e da própria Faculdade – me veio à mente o mitológico Congresso de Ibiúna, que ocorreu em outubro de 1968 na cidade com o mesmo nome, no interior de São Paulo: Congresso da UNE, para sermos mais precisos, que terminou com 800 estudantes presos. Ora, conforme vim a confirmar depois, lá estava presente, nesse Congresso famoso, o nosso Carlos Volney, que estudava no Departamento, bem como na Escola Guignard, chamado pelos amigos e colegas mais chegados de Da Vinte, e adivinhem por quê. Estou comentando essas coisas, para desfazer a ideia de que em Ibiúna não tinha ninguém da filosofia; tinha Carlos Volney, que lá estava como delegado do DA da Escola Guignard, do qual ele era o Presidente. O certo é que Volney não apenas estava lá, mas foi preso, dividiu cela com Valdo Silva, João Batista dos Mares Guia e o futuro professor do Departamento de Psicologia, Romualdo, tendo eles feito greve de fome e sido liberados uma semana depois.

Terminando com os liames, ressalto que, entre os estudantes que participaram das várias reuniões preparatórias do dito Congresso ocorridas nas dependências da Faculdade – lideradas pela UEE [União Estadual de

Estudantes], que era proibida – e que foram presos naqueles tempos funestos, pré-AI-5 e de resistência, estava Carlos Drawin, aqui ao meu lado. É isto, Drawin, que certamente irá comentar daqui a pouco, em seu depoimento, a invasão da FAFICH pela Polícia Militar no dia 05 de outubro, a uma semana do Congresso, com 700 pessoas sitiadas, ele lá dentro, no subsolo, e sua prisão depois, quando foi levado para o DOPS. Deixo para ele os detalhes deste episódio famoso que depois fez história e é lembrado por todo o mundo de minha geração.

Quanto ao mais, acerca da política, quase nada mais eu teria a dizer: diferentemente da USP, onde houve 22 cassações e aposentadorias pelo AI-5, como nos casos de Bento e Giannotti, precedidas pela aposentadoria de Cruz Costa em 1965, deixando o Departamento combalido, ou como no caso da UFS, em Aracaju, com o Departamento inteiro fechado por duas décadas, o nosso teve um professor compulsoriamente afastado, porém continuou em sua trajetória ascendente, em meio a muito medo, mas atuante. E o que é importante: com a Faculdade vigiada e alunos perseguidos, como Magda Neves, que foi expulsa com base no Decreto 477, alguma coisa como o AI-5 para a academia e os estudantes. Quanto aos professores da UFMG, levantamentos recentes registram 17 docentes aposentados por força do AI-5, dos quais 3 da Faculdade, incluindo o ex-diretor Pedro Parafita de Bessa, que tinha resistido à invasão do Prédio um ano antes. Destes três aposentados, o professor do Departamento afastado foi Guido Antônio de Almeida em setembro de 1969, junto com 14 colegas de diferentes unidades, quando ele estava na Alemanha, fazendo doutorado: a acusação era de cunho moral, mais do que político, lançada por uma colega da FAE, ao dizer que em suas aulas, desde os tempos do Colégio de Aplicação ele vinha corrompendo os jovens ensinando a moral de Sartre – a moral da liberdade –, que pregava o amor livre. Algo como um marxismo *avant la lettre* ao anunciar os dias de hoje e por isso, mesmo licenciado, ele foi aposentado. Luiz de Carvalho Bicalho, que nos anos cinquenta fora dirigente máximo do Partido Comunista em Minas Gerais, e que poderia ter sido mais um, foi poupado nessa leva, por estar desligado do Partido, e continuou nos anos setenta ensinando Sartre e Marx – tempos de minha Graduação, quando dele me aproximei, tendo sido ele depois meu orientador de Mestrado e de quem fui amigo até o fim de seus dias.

Deixando a política de lado e passando para o [ii] segundo tópico, quando vão misturar as minhas duas perspectivas, como aluno, Graduação e Mestrado, e como professor do Departamento, contratado em 1978, conforme comentei nesta manhã, gostaria de ressaltar cinco coisas que irão marcar profundamente sua história no período: iniciada na década de 40 e se estendendo aos anos

70-80, ao fazerem a transição da época heroica – desde a sua fundação, na época da Casa de Itália e do Acaiaca, com Vellôso na linha de frente, como foi lembrado, e isto até os anos 60 – àquela que poderia ser chamada de fase da estabilização institucional e de sua maturidade, sem a necessidade de heróis e fundadores, atingida quando o Doutorado foi criado, no início dos anos 90.

De saída, o fato notório e a todos os títulos essencial de o Departamento naqueles tempos, anos 70, ser antes de tudo um Curso de Graduação, maior do que hoje, com mais de trinta professores, uma boa parte sem DE, funcionando em dois turnos, manhã e noite.

Associado a este, dois traços ou características fundamentais definiam o corpo de professores da época. Por um lado, a sua componente clerical e católica, não digo de todos eles, mas de um segmento expressivo, como os padres Vilella e Clóvis, somando-se-lhes os chamados *défroqués* e ainda laicos simpatizantes, incluindo entre estes Vellôso – a lembrar que, a despeito de seus *bullyings* recorrentes contra as beatas da Igreja da Boa Viagem, Vellôso era católico e em filosofia alinhado ao espiritualismo francês, à *la* Bergson, um dos seus filósofos preferidos, em cuja corrente bastante ampla ele acomodava Kant e Schopenhauer – e sendo o maior expoente de todos os clérigos o Pe. Vaz, contratado por Velloso em 1965, e desde então atuou no Departamento até se aposentar, em 1985 (outras biografias falam em 1964-1986, como as da Unisinos e a da Wikepedia). Por outro lado, a sua componente autodidata e diletante, bem entendido, não no sentido de seus representantes não terem frequentado escola e universidade, aprendendo a filosofia por si mesmos e por seus próprios meios, mas autodidata e diletante pela metade, por assim dizer, vindos de outras áreas e consagrando-se à filosofia integral ou paralelamente: provenientes da medicina, uns; do direito, outros, como aliás Vellôso; e de seminários católicos, outros, com a filosofia funcionando, como nos tempos da segunda escolástica e na Idade Média, nos velhos moldes da *ancilla theologiae*.

Acrescento então, e este ponto é decisivo, que esta situação era característica não só de nosso Departamento, mas de quase todos, à exceção da USP e da UNICAMP, de São Paulo, que nasceram e cresceram de um outro jeito, e à diferença do nosso, da UFRJ e da UFRGS, para ficarmos com os mais conhecidos: todos eles criados a partir de fins dos anos 30 e sobretudo no curso dos anos 40, do jeito como puderam, como Cursos de Graduação, com poucos estudantes e formando pouquíssimos no início, cerca de meia dúzia em São Paulo, três no primeiro ano na UFMG, entre eles Luiz de Carvalho Bicalho, e meia dúzia no segundo; sem escala e massa crítica, num tempo em que as universidades eram um grande colégio, consagradas ao ensino de uma habilidade, não havia curso completo de Pós-Graduação,



nem de Mestrado, menos ainda de Doutorado, e isso por mais de trinta anos; no entanto, havia doutores, mas eles eram poucos, logo transformados em regentes de cátedra, em suas diferentes proveniências, uns vindo de outras áreas, como o Direito, ou do exterior, depois de concluírem seus doutorados em Louvain e na Gregoriana de Roma, ou através do instituto do doutorado direto e, por vezes, da livre-docência, um e outro conferidos pela congregação da Faculdade, que montava as bancas e controlava tudo; este expediente não era uma exclusividade da Filosofia, havendo a mesma coisa na Medicina, no Direito e na Engenharia, nem era uma exceção da UFMG, havendo a mesma coisa na UFRJ e também na USP, como nos casos de Cruz Costa (1942) e Lívio Teixeira (1944), e sendo na UFMG este os casos de Vellôso, de José Henrique Santos (depois de passar dois anos na Alemanha) e de Luiz de Carvalho Bicalho (Livre-docente).

Tal situação caracterizada pelo autodidatismo e o diletantismo não condenavam o Departamento nem à mediocridade, nem à marginalização. Nada disso. Daqui a pouco, ao concluir o tópico vou falar do Mestrado, que significará uma inflexão e o início de uma mudança profunda neste estado de coisas. Agora ao comparar o Mestrado, criado em 1974, com a Graduação, não é exagerado ou incorreto dizer que o Departamento era, nestes tempos, antes de tudo um Departamento de Graduação, e como tal um Departamento sumamente atuante e uma presença viva na vida da cidade. O sinal disso eram seus cursos de extensão, com as aulas e os auditórios cheíssimos, e a solicitação dos nossos professores em eventos e iniciativas da cidade, fora dos muros da academia, digamos assim, e também por diferentes áreas do conhecimento da própria Universidade: em áreas das humanidades, notadamente, ao darmos vazão à estratégia toldada para os anos de chumbo, em que todo mundo vivia ameaçado pelo arbítrio e seus atos de força, na fase mais dura do regime militar, visando tal estratégia –idealizada por José Henrique Santos, então na chefia, depois Vice-Reitor e Reitor da Universidade – o espraiamento de nossas atividades didáticas por toda a UFMG, para nos preservar e nos fortalecer, como foi comentado nesta manhã. Um outro sinal, já nos anos 80 e antes mesmo da fundação da ANPOF, foi a presença da SEAF (Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas) em nosso Departamento, com o protagonismo de Anchieta, Sônia Viegas (que foi a presidente da SEAF-MG), contando com a presença constante de Pe. Vaz como conferencista, além de outras eminências como Lebrun, em suas estadas em São Paulo, que uma vez foi convidado pela seção mineira para proferir uma conferência sobre Nietzsche: eu estava por aqui na época e fui à conferência, guardando até hoje em minha memória que ela foi instigante, beirando o espetacular, com Lebrun na melhor de sua forma; contudo, de fato, antes da conferência,

Lebrun não estava tão à vontade assim, pois conforme eu vim a saber mais tarde, através do pessoal de São Paulo, de fato Lebrun estava apreensivo, pois tinham dito a ele que Pe. Vaz iria à conferência... e a fama de Vaz como *scholar* já corria o país, tendo chegado aos ouvidos de Lebrun, que temia a presença dele, Vaz. Até hoje não sei se Pe. Vaz foi à conferência, imagino que não, mas esta história circula e deverá ser reavivada e integrar a memória de nosso Departamento.

Por último, a quinta coisa que eu gostaria de comentar tem como vedete e grande protagonista, não mais Lebrun e a conferência sobre Nietzsche, mas a criação do Mestrado, como dito, em 1974.

Como é sabido, a criação não foi um ato isolado, mas organicamente ligado ao processo de implantação do SNPG da CAPES, tendo como arcabouço jurídico o famoso parecer Sucupira – de autoria de um alagoano ilustre que todo mundo prezava e hoje nome da conhecida plataforma da CAPES, para horror e resistência dos coordenadores de Pós –, nos quadros da Reforma Universitária de 1968 – olha o ano famoso aí de volta –, acerca do qual haveria muito ainda o que dizer, mas que, por falta de tempo, não vem ao caso acrescentar mais nada, só registrar a sua importância.

Sobre o nosso Mestrado e seu impacto na vida do Departamento, depois de tê-lo comparado com a Graduação, quando ele foi algo diminuído, às dimensões de quase um anexo, podem ser apontados em seu favor – e, portanto, realçados – três processos e seus resultados de uma maneira ou de outra associados à sua criação. Primeiro, a criação do Mestrado abriu as portas para a instauração de um processo novo e irresistível que levou ao fim do autodidatismo e da improvisação e, paralelamente, ao início da filosofia profissional entre nós e, como em outros lugares do mundo, caracterizada – para o bem ou para o mal – pelo gosto e o cultivo de uma filosofia técnica. Segundo, a clientela do Mestrado, composta por nossos estudantes, egressos da graduação, com a vocação de formar as pratas da casa com o potencial de um dia serem contratados e passarem a atuar em nosso Departamento e alhures, ou então de continuar com a formação das pratas da casa já contratadas, como foram o meu caso e os de Carlos Drawin, Newton Bignotto, Telma Birchal, Rodrigo Duarte, Lívia Guimarães e outros tantos mais, somando-se-lhes o contingente vindo de universidades e faculdades de Belo Horizonte, bem como do interior do Estado. Terceiro, a centralidade do grupo de Louvain que desde a criação do Mestrado passou a ter um papel de grande relevo no Departamento e mais ainda na Pós: estou pensando em Hugo Amaral, José de Anchieta Correa, Hugo César e Walter Evangelista, que estudaram em Louvain, como Balthazar no Sul e Landim no Rio, por outros meios, sem o

apoio da CAPES e do CNPq, conforme vou explicar daqui a pouco, e em sua maioria tendo Jean Ladrière como orientador, considerado uma verdadeira lenda.

Ainda sobre o grupo de Louvain, à exceção de Hugo Amaral e José de Anchieta, que eram ligados à UFMG quando foram para lá, Anchieta depois de preso pela ditadura, além do acolhimento desses colegas em um momento difícil da história de nosso país, e não só de Minas Gerais, é preciso ressaltar a ajuda de várias ordens ministrada pela Universidade belga: ela mesma católica e havendo nessas ações a mediação bem como o protagonismo de entidades católicas brasileiras. Este é ponto e deve ser ressaltado, assim como a situação de precariedade vivenciada por alguns desses colegas, visto que, conquanto importante tal ajuda, mas de pequena monta, tal situação forçava vários deles a se virarem como podiam, a exemplo de Walter Evangelista, que segundo consta ganhava a vida ou seu sustento, por algum tempo, fazendo limpeza no aeroporto de Bruxelas. Eu teria muito ainda o que dizer sobre o grupo e sua atuação decisiva na constituição do Mestrado, ao aumentar a necessária massa crítica exigida pela CAPES, mas vou parando por aqui, ficando a recomendação de que vale a pena e é absolutamente o caso de a gente abrir um grande espaço para o grupo em apreço, ao criarmos uma sala da memória, como vou propor ao concluir a minha fala.

Por fim, terminando o tópico, eu gostaria de lembrar que o primeiro coordenador do Curso de Mestrado foi Pe. Vaz, que chegou ao nosso Departamento pelas mãos de Vellôso, ambos conterrâneos de Ouro Preto. Tal se deu num tempo em que Pe. Vaz morava em Nova Friburgo, atuando já algumas décadas no Seminário dos Jesuítas na serra fluminense e depois condenado ao silêncio obsequioso pelas autoridades da Igreja, em razão de seu envolvimento com a JUC e a AP. Foi nesse cenário adverso que Vaz foi contratado e aqui exerceu a segunda parte de seu magistério em filosofia por cerca de 20 anos, atraindo uma legião de admiradores e passando a ser o grande nome da filosofia de Minas Gerais e de nosso Departamento. Então, nada mais natural, com o prestígio e o reconhecimento que ele tinha em diferentes meios, não só locais e *interna corporis*, mas também nacionais e mesmo internacionais, do que dar-lhe a primazia de número 1 e fazer dele o primeiro coordenador, contando que ele aceitasse. E o que de fato ocorreu, ao dar início com a criação do Mestrado à segunda fase da história do Departamento: a que estou chamando de fase institucionalizada e caracterizada pela difusão da filosofia técnica, a qual irá pôr fim ao diletantismo e à improvisação da fase heroica.

Passo agora ao [iii] Doutorado, em relação ao qual serei mais breve, posto que já falei demais dele, hoje, pela manhã. Vou limitar-me a ressaltar quatro tópicos, ao voltar aos impactos advindos de sua criação, considerando as mudanças proporcionadas, a recomposição dos grupos que passaram a constituir o núcleo duro da Pós-Graduação, os feitos ou as realizações mais importantes que lhe podem ser atribuídas e os principais desafios da atualidade. Primeiro, as mudanças, e antes de tudo mudanças de escala, acarretando novos patamares das atividades do Departamento: nacional, inicialmente, desde a contratação de professores até o nosso corpo discente, pondo fim ao provincianismo que na origem o caracterizava, e internacional, finalmente, há algum tempo e que define a nossa agenda atual. Segundo, a recomposição do corpo docente e do núcleo duro da pós-graduação, pondo fim à endogenia, bem como ao autodidatismo, quatro grupos em suma: 1 - a velha guarda, que em fins dos anos 80 e no início dos anos 90, depois das aposentadorias, era representada sobretudo pelo grupo de Louvain, já referido e dilatado com a inclusão de Sebastião Trogo, que estudou na Universidade de Lovaina em outro momento, como bolsista da CAPES, e tendo também Jean Ladrière como orientador; 2 - o grupo da Paraíba, composto por Thereza Calvet, José Chasin e Ester Vaisman, que foram transferidos de João Pessoa para cá, através de uma engenharia institucional sempre complexa para casos como esses – e com um tal volume de transferidos, não um, mas três indivíduos, da qual participou José Henrique Santos, que era Reitor na época –, com o objetivo de aumentar a massa crítica da Pós, exigida para criação do Doutorado; 3 - o contingente dos novos doutores, vindos de outros países da Europa, dos Estados Unidos e do próprio Brasil (USP), em boa parte já professores do Departamento, mas não exclusivamente, contando-se entre eles eu mesmo, vindo da França (lembro-lhes que fui eu quem abriu a porteira, antes ninguém ia para lá, só para Louvain e Roma, e foi Giannotti quem ajudou a abrir a porteira, ao me dar a carta de recomendação), e depois foram as vezes de Newton Bignotto, Paulo Margutti, Livia Guimarães, Rodrigo Duarte e Telma Birchal; 4 - o grupo dos jesuítas, composto por quatro professores: Marcelo Perine, Marcelo de Aquino, Werner Spaniol e Pe. Vaz, então aposentado, e que foram atraídos com o mesmo intuito de aumentar a massa crítica. Terceiro, os principais feitos ou realizações: por um lado, para ficarmos com as mais inequívocas, o ranqueamento do nosso PPG no topo do sistema de avaliação da CAPES, no início com 5 estratos e atualmente com 7, aparecendo a UFMG com nota 5 no 1º sistema e recentemente com 6-7, quando todo mundo passou a olhar a UFMG em fins de 1990 como a gente olhava a UFRGS no início daqueles anos, como modelo a ser seguido; por outro lado, as premiações dos nossos

doutores, na UFMG e especialmente na CAPES, tendo sido o nosso programa o único do Brasil a ser laureado com o Grande Prêmio CAPES Teses, em Filosofia e em 2011, especificamente, e o agraciado foi Lincoln Frias, com a tese *A ética do uso e da seleção de embriões*, orientada por Telma Birchall. Quarto, acerca dos desafios e especialmente os novos, eles são inúmeros e de complexidades diferentes, contando, além da internacionalização, a necessidade de nos prepararmos para novas agendas da pesquisa, sem perder a nossa identidade e o enraizamento na tradição: assim, a questão do gênero e das minorias, a par da abertura para temas e pesquisas interdisciplinares, como o que levou o PPG a ser agraciado com o Grande Prêmio CAPES Teses.

Por fim, [iv] a questão da Memória do Departamento, a precariedade dos registros, a corrosão das lembranças pessoais, as iniciativas em curso para preservá-las e a necessidade de criar a sala da memória. Todas elas de grande relevância, só que não tenho mais tempo e por isso serei brevíssimo, quase que taquigráfico. Sobre a memória, a precariedade dos registros e a corrosão das reminiscências, todo mundo sabe como cuidamos mal da nossa memória coletiva e deixamos acabar em chamas a fina flor do nosso patrimônio, como bem o mostra o exemplo do incêndio do Museu Nacional. Nada mais natural, portanto, que o mesmo ocorra com a Filosofia e o nosso Departamento, com o pouco que temos guardado em arquivos mortos, e estes, para sorte nossa, estão amarelados, mas guardados, e não destruídos pelas traças e pelo fogo.

Ao pensar na precariedade dos registros, e pior ainda na inexistência pura e simples deles, sempre me vem à mente o exemplo de Michel Foucault, hoje uma sumidade mundial que por aqui esteve nos anos 70. Precisamente, em 1973, na FAFICH, algum dia entre 29 e 31 e maio, segundo os registros, Rua Carangola, no auditório do sub-solo da velha Faculdade, totalmente tomado e saindo gente pelo ladrão, quando falou da morte do homem e do seu último livro. Recentemente, quando eu fui atrás de alguma documentação e de ao menos uma foto daquele momento único da passagem de Foucault em Belo Horizonte – eu que estava lá, junto com Carlos Drawin, e o contexto da busca de tal registro era o livro que eu estava escrevendo sobre Foucault e *As palavras e as coisas* –, descobri para minha decepção, por mais que procurasse, que não havia uma única foto e nada que pudesse documentar sua passagem pela Faculdade. Simplesmente, naquela época não havia celulares e a inflação de imagens dos dias de hoje, quando o problema é de triagem e de seleção, ao passo que para o passado é o oposto que ocorre e impera. Vem a ser o problema do resgate e da preservação, e neste quadro é necessário e mesmo urgente, como mostra o exemplo de Foucault, que a gente faça alguma

coisa no Departamento e na Faculdade, senão nada sobrar e nenhuma história poderá ser contada sobre nós mesmos.

Por outro lado, passado algum tempo, desde quando entrei para o Departamento, eu venho notando as pessoas mais concernidas e algumas iniciativas de preservação da memória estão em curso. Para ficar com alguns exemplos do meu conhecimento, temos o busto de Kant e a placa que dele faz parte, cuja história absolutamente singular – hoje a “original”, depois que a verdadeira, que estava na antiga Königsberg, agora Kaliningrado, foi destruída na segunda guerra mundial – está sendo resgatada por Patrícia e a quem lhe foi dada a honra de publicar uma matéria especial sobre o mesmo busto na revista *Kant Studien*. Tem mais: há os registros acerca de Arthur Versiani Vellôso, o nosso *founding father* e cuja memória José Henrique Santos e Rodrigo Duarte ajudaram a preservar, ao consagrar-lhe dois estudos publicados na revista *Kriterion*, respectivamente em 1992 e 1997<sup>2</sup>. E há ainda o livro que eu mesmo estou supervisionando sobre Luiz de Carvalho Bicalho, ao atender a uma solicitação da filha dele, Solange, instada pelo ex-Reitor Cid Veloso, já falecido, devendo a Editora UFMG publicar o livro daqui a uns tempos com o apoio do nosso PPG. Some-se a isso tudo os vários volumes, da lavra pessoal de Sônia Viegas, e que as filhas dela editaram, com a ajuda de nosso saudoso colega, Marcelo Pimenta.

2 Ainda sobre Arthur V. Vellôso, seu papel de *Founding father* e seu legado filosófico, ressalto que eu mesmo já me ocupei do mestre em *Filosofia no Brasil: legados e perspectivas*, que veio a lume em 2017 pela Editora UNESP e com a segunda edição a sair em breve. As referências são encontradas sobretudo no 4º Passo: Os anos 1930-1960 e a instauração do aparato institucional da filosofia ... Ao longo das mesmas o leitor irá deparar-se com as duas faces – qual um Janus bifronte – do filósofo mineiro, a saber: a iluminista e solar do kantiano, ao se dar a missão de educar as mentes e espalhar as luzes pelas montanhas e os geraes das Minas; a sisuda e católica, em que trata de acomodar a segunda escolástica e o espiritualismo francês. No plano político, diretamente ligado ao seu papel de fundador do Departamento (denominado nos tempos heroicos, até o início dos sessenta, Seção de Filosofia) bem como da velha FAFI, esta junto com outros colegas, será preciso considerar o seu alinhamento ao fascismo, num tempo, antes da segunda grande guerra, em que toda intelectualidade ou era comunista ou era fascista, senão integralista, como Dom Helder e muitos outros. Este assunto espinhoso eu já tratei no livro e pretendo a ele voltar na segunda edição, assim como no *paper* sobre mestre Vellôso, como era chamado em seu círculo, que pretendo publicar em breve, no qual o *Founding father* será o foco principal. Nestas duas ocasiões, deverei acrescentar a informação, compartilhada por José Henrique Santos, seu pupilo e sucessor na Academia Mineira de Letras, segundo a qual na entrada do prédio onde funcionava a então FAFI à rua Tamoios, testemunhando o alinhamento ideológico-político dos fundadores da velha Faculdade, havia uma placa de bronze com a frase “Il Duce ha sempre ragione”. O chefe tem sempre razão, fazendo lembrar o mantra do comércio, mas que no caso de Mussolini era outra coisa no mundo da política que estava em jogo (comando e obediência). Segundo José Henrique, a informação acerca da placa lhe foi passada por Luís de Carvalho Bicalho, então aluno da Faculdade, primeira turma, mais tarde colega, e o ano era 1939. Contudo, não vem ao caso entrar em detalhes acerca desse assunto desconfortável nos limites desse artigo, que visa celebrar a efeméride dos 25 anos do Doutorado de Filosofia, ao reconhecer os legados do Prof. Vellôso. Como dito, a ele vou voltar em próximo *paper*, assim como na segunda edição do livro *Filosofia no Brasil*. Fica apenas registrado aqui o essencial e a informação adicional de que o livro de José Henrique Santos, a sair em breve pela Loyola, terá o título de *O paraíso perdido*.

Foi pensando nessas coisas, entusiasmado com os dois eventos e as duas efemérides que estamos celebrando, ao aproveitar pois o embalo, que eu gostaria de propor à Câmara do Departamento a criação, em algum lugar – pode ser o gabinete da *Kriterion*, razoavelmente grande, e em coabitação com a revista, ou em outro espaço, a verificar – da sala da memória do nosso Departamento. Parece que a Diretoria quer fazer alguma coisa parecida para a Faculdade; se é verdade, a nossa sala poderia ser transferida para lá. Se não, ficaria aqui, com a gente, e todo mundo iria gostar.<sup>3</sup>

3 Sobre a sala da memória e a possível iniciativa paralela da própria Faculdade, um pouco depois do evento, pude confirmar que é isso mesmo: está planejada pela Diretoria a implantação de um Espaço da Memória da FAFICH no segundo andar da Biblioteca, com projeto do setor responsável da Reitoria já aprovado. Sobre outras iniciativas, cabe ressaltar a publicação do livro de autoria de Miriam Campolina, publicado em 2019 pela Conceito Editorial e intitulado *Sônia Viegas – Uma pensadora da cultura*.







# ***EXCERTOS DE UM MEMORIAL ACADÊMICO***

*Rodrigo Duarte*  
Universidade Federal de Minas Gerais  
rodrigoantonioduarte@gmail.com

**RESUMO** *O artigo apresenta trechos do memorial acadêmico apresentado pelo autor como requisito parcial para obtenção do cargo de Professor Titular junto ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Seu objetivo era gerar uma contribuição que abordasse a memória do referido Departamento, na medida em que enfocasse a trajetória acadêmica do autor; enquanto ex-aluno dos cursos de graduação e de mestrado e, posteriormente, docente – totalizando cerca de quarenta anos – nessa instituição. O memorial, a partir do qual foi produzido este texto, possui mais de cento e trinta páginas com alguns tópicos biográficos do docente, contemplando descrições do modo específico de ser da instituição que o acolheu, e o critério preponderante para a seleção dos trechos aqui presentes foi exatamente o entrecruzamento desses dois momentos indissolúveis.*

**Palavras-chave** *memória, carreira acadêmica, ensino de filosofia.*

**ABSTRACT** *The article presents passages extracted from Rodrigo Duarte's academic memorial, issued as a partial requirement to earn the position of Full Professor at the Department of Philosophy of the Faculty of Philosophy and Humanities of the Federal University of Minas Gerais. Its goal was to produce a contribution to the memory of the aforementioned department while focusing the academic itinerary of its author as its former undergraduate and graduate student as well as its faculty member – a period of circa forty years linked to this institution. The academic memorial, from which the article was generated is a more than hundred thirty pages text, in which some biographical topics converge with a narrative on the specific condition of the institution that*

*hosted its author for so a long time and the intertwining of both features was the strongest criterium to the selection of the passages.*

**Keywords** *memory, academic carrier, teaching of philosophy.*

As páginas que se seguem, como sugere o título dado a este texto, foram extraídas do memorial acadêmico apresentado pelo seu autor em maio de 2006 como requisito parcial para inscrição em concurso público para preenchimento de uma vaga do cargo de Professor Titular junto ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. A ideia de proceder desse modo a fim de gerar uma contribuição que abordasse a memória do referido Departamento surgiu a partir de uma dupla constatação: em primeiro lugar, a de que, embora o objetivo de memoriais desse tipo seja antes de tudo focar a trajetória acadêmica do candidato à vaga do concurso, no caso de alguém que – como o autor destas linhas – foi ex-aluno dos cursos de graduação e de mestrado e depois veio a ser docente dessa instituição, boa parte das atividades acadêmicas pessoais descritas no texto se refere ao próprio ambiente intelectual em que elas se desenvolveram.

Além disso, constata-se também que, com as raras exceções daqueles que são efetivamente publicados, os memoriais produzidos com o objetivo de concursos desse tipo ficam prejudicados em virtude do esquecimento dos pares e das gerações posteriores, soterrando partes importantes da memória das instituições e das pessoas que nelas atuam, atuaram ou atuarão.

O memorial a partir do qual foi produzido este texto é bastante extenso, com mais de cento e trinta páginas, nas quais alguns tópicos biográficos do autor se entremeiam com descrições do modo específico de ser da instituição que o acolheu, com poucas interrupções, por mais de quarenta anos, primeiro na qualidade de aluno e, posteriormente, na de professor. O texto original se encontra dividido em quatro capítulos, cada um com cerca de trinta páginas. O primeiro deles, denominado “Anos de aprendizado” enfoca o início da graduação em filosofia do autor, reportando-se também ao contexto prévio que o levou a esse começo. Essa parte se encerra com seus últimos passos no Brasil antes de embarcar para a Alemanha a fim de iniciar o seu doutorado na Universidade de Kassel. O segundo capítulo, intitulado “Doutorado na Alemanha” é talvez aquele em que o elemento autobiográfico seja mais relevante, pois, mesmo já tendo o autor deste texto conhecido esse país antes de iniciar lá o seu

doutoramento, o choque cultural, que só um residente pode experimentar, teve impactos importantes não apenas na tese que redigiu e defendeu, mas também no tipo de trabalho acadêmico que ele veio a realizar depois de retornado ao Brasil. O terceiro capítulo, chamado “Consolidando a carreira”, como o nome diz, relata as experiências desde o retorno da Alemanha, ainda sem uma colocação profissional definitiva, até o momento em que o autor conquistou posição suficientemente sólida para se arriscar em voos mais altos. A consequência dessa disposição está descrita no quarto e último capítulo, “Experiências acadêmicas no mundo globalizado”, no qual se mencionam, dentre outras coisas, os aspectos considerados mais relevantes da experiência do autor na University of California at Berkeley, de seus principais retornos à Alemanha com objetivos acadêmicos – especialmente os relacionados com o projeto de pesquisa cooperativo com a Bauhaus Universität de Weimar – e de sua intensa atividade no centenário de Adorno, em 2003.

De todo esse – bem amplo – escopo do memorial original foram extraídas apenas as considerações que, de um modo ou de outro, possam ser significativas para a memória do Departamento e do Programa de Pós-Graduação de Filosofia. Desse modo, foram deixados de lado os tópicos que se referem mais diretamente à biografia intelectual do autor (gênese dos seus livros, artigos, palestras, organização de congressos, coordenação de projetos de pesquisa etc.) e às atividades de formação que produziram algumas dezenas de mestres e doutores, ao longo dos seus trinta anos de atividades docentes na UFMG.

Para este conjunto de excertos foi proposta uma nova organização do material, que ficou dividido em três seções: a primeira, denominada “Ex-estudante de engenharia eletrônica inicia o curso de filosofia” foi extraída do primeiro capítulo do memorial e enfoca o período do autor como aluno de graduação do Departamento de Filosofia da FAFICH-UFMG. A segunda, também extraída do mesmo capítulo do memorial, possui o auto-explicativo título “Recém-formado em filosofia na UFMG ingressa no mestrado do mesmo departamento”. A terceira seção, intitulada “Recém-doutor chega da Alemanha à procura de trabalho (e encontra...)”, foi extraída do terceiro capítulo do memorial e enfoca o recomeço da carreira acadêmica do autor, com ênfase no início do seu trabalho como docente do Departamento de Filosofia da FAFICH-UFMG. A quarta e última seção, com o título “Uma carreira consolidada segue o seu curso...”, foi extraída do quarto capítulo do memorial e enfoca, dentre as atividades acadêmicas do autor, aquelas que apontam para tópicos que possam ser considerados relevantes para a memória da instituição até a primeira metade da década de 2000.

Teve-se o cuidado de não modificar em nada o texto original do memorial, com exceção da correção de erros de digitação, diferenças em relação à ortografia vigente até 2006, ou evidentes falhas na sua revisão final. Daí, por exemplo, a conservação de sua característica de um relato sempre na primeira pessoa do singular. Além disso, a indicação de que o texto destes excertos não prossegue como se encontra no original é feita com “(...)”, o que, apesar dos esforços no sentido de uma edição mais homogênea, não eliminou, de modo algum, o caráter de “montagem” que este texto assumiu. Contudo, o seu autor espera, com ele, contribuir para a recuperação de parte da memória do Departamento de Filosofia da UFMG.

### **Ex-estudante de engenharia eletrônica inicia o curso de filosofia**

Em março de 1980, depois de um caminho bastante tortuoso, cujas principais estações mencionarei adiante, iniciei meus estudos de graduação em filosofia na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. O primeiro período do curso ocorria no chamado “Ciclo Básico de Ciências Sociais”, frequentado pelos alunos iniciantes de quase toda a faculdade e ainda pelos de Letras e Direito. Das cinco disciplinas recomendadas para esse semestre, só uma era especificamente filosófica, a “Introdução à filosofia”; as outras eram de introdução, respectivamente, à Política, Sociologia, Economia e à Epistemologia das ciências humanas (essa se intitulava “Lógica do Pensamento Científico” e era oferecida pelo Departamento de Filosofia a todos os cursos participantes desse ciclo introdutório). Apesar da ansiedade que tínhamos em começar logo a estudar os assuntos específicos do curso que escolhêramos frequentar, a vivência do “Básico” – onde convivíamos com primeiranistas de quase todos os cursos de humanidades – era muito interessante e enriquecedora. Até hoje lembro-me muito bem de algumas das pessoas que conheci naquela época entre os estudantes de Sociologia, Letras ou Direito – com alguns dos quais ainda me encontro esporadicamente.

Tive o privilégio de ter como professora de Introdução à Filosofia a saudosa Sônia Viegas, por quem, já na primeira aula, passei a desenvolver enormes admiração e estima. Desde o princípio, ela dosava muito bem reflexão séria com um bom humor que nos fazia sentir totalmente à vontade mesmo diante de uma situação totalmente nova, que comportava ao mesmo tempo muita esperança e muita apreensão. Não era um programa acadêmico, mas, mediante uma engenhosa distribuição das matérias, nos estimulava a pensar por conta própria não apenas em questões de nossa vida pessoal, mas naquelas que potencialmente dizem respeito a todos nós: humanidade, mundo, natureza,

Deus etc. Especificamente para essa matéria – ao contrário das turmas gerais do “Básico” –, o grupo não era grande: éramos no máximo uns dez alunos, dos quais dois não apenas seguiram todos os passos da formação completa e da docência em filosofia, como também se tornaram meus amigos até o presente. Refiro-me a Lívia Guimarães e José Luiz Furtado; a primeira veio a ingressar como professora assistente no Depto. de Filosofia no final dos anos oitenta e atualmente ainda é uma querida colega de trabalho e o último, desde o início da década de noventa, é professor na Universidade Federal de Ouro Preto, tendo sido um dos fundadores do Depto. de Filosofia nessa instituição. José Luiz não me era desconhecido, embora só tenha me aproximado dele nos tempos da graduação em filosofia. Como eu, ele tinha tido um percurso complexo até chegar ao ponto de começar o curso de filosofia e nossos caminhos tinham se cruzado numa das estações desse percurso.

Filosofia era a segunda graduação que eu iniciava, sendo que a primeira – como sói acontecer nos casos de mudança de curso – era em uma área de conhecimento totalmente diferente: engenharia eletrônica. Meu início no curso de filosofia marcava, na verdade, o fim de um processo longo e doloroso e uma fase de novas e grandes perspectivas, apesar da insegurança que inspirava sob o aspecto profissional, principalmente no que tange às condições materiais de vida.

(...)

No período em que lecionei no INETEC conheci José Luiz Furtado, que – já assinei – veio posteriormente a ser meu colega na graduação em filosofia, como um irrequieto e politicamente engajado professor do ensino médio de eletrônica, que, como eu, se sentia ali um pouco deslocado. Isso porque, após ter iniciado o curso de Engenharia de Telecomunicações em Itajubá, estudava então Ciências Sociais, também na PUC de Belo Horizonte e, como eu soube depois, já aspirava a iniciar seus estudos de filosofia.

Nesse mesmo período em que eu começara os estudos de engenharia eletrônica, a partir do aprendizado na música, surgiu em mim também grande curiosidade por questões de teoria geral das artes, o que já sinalizava em direção ao interesse que vim a desenvolver, já na graduação em filosofia, pela estética.

(...)

Inspirando-me numa paixão mais recente, a leitura de livros de história da filosofia, comecei a nutrir o desejo de ingressar nesse domínio, o que, a princípio causou grande surpresa nos meus familiares (e até em alguns dos meus amigos). De minha família, preocupada com minha saúde física e mental, tive a compreensão e o incentivo (ainda que não sem uma ponta de apreensão) para abandonar, no sexto período, o curso de engenharia eletrônica e, com toda a paciência, me preparar para novo vestibular, estudando sozinho em apostilas

que consegui emprestadas. Deveria começar tudo novamente do zero, pois, além de as transferências entre áreas diferentes na PUC serem na época muito difíceis, eu sabia que na UFMG encontraria um curso de filosofia melhor e mais estimulante (minha demanda era por uma filosofia inteiramente leiga, sem qualquer ponta de influência da teologia, o que certamente não era o caso na PUC).

(...)

Lembro-me que, quando fui me inscrever para o vestibular de filosofia da UFMG, encontrei-me com José Luiz Furtado fazendo exatamente a mesma coisa e apreciamos muito essa coincidência.

Em dezembro de 1979 e janeiro de 1980 prestei vestibular para filosofia na UFMG, fui aprovado e, em março iniciei o curso, cujo primeiro período descrevi acima. Seria enfadonho descrever em detalhes as matérias cursadas, de acordo com cada semestre – informações que, aliás, encontram-se no meu histórico escolar. Por isso vou apenas mencionar aquelas disciplinas e professores que tiveram um impacto maior em minha formação e influenciaram as minhas opções acadêmicas posteriores. Mais uma vez, tive a sorte de ter novamente Sônia Viegas como professora na disciplina de Cultura Grega, a qual era oferecida sempre paralelamente ao curso de História da Filosofia Grega, a cargo do Prof. Sylvio Barata. Nesse mesmo período tive também Lógica com Paulo Margutti, com quem desde então tenho – até o presente – uma relação de grande respeito e estima.

No terceiro período, dentre as matérias que cursei estavam Filosofia da Ciência, com Ricardo Fenati, História da Filosofia Moderna, com Ângela Mascarenhas e História da Filosofia Medieval, com o Padre Orlando Vilela. O Curso do Prof. Fenati era ao mesmo tempo bem esquematizado e rico em detalhes e nos dava a sensação de estarmos realmente aprendendo alguma coisa sobre a pré-história da situação atual de domínio quase absoluto da ciência natural sobre todos os outros âmbitos da cultura. A professora Ângela ministrava um curso também muito interessante, no qual éramos obrigados a pensar junto com ela, reconstruindo os passos que levaram Descartes ao cogito e seus sucessores a abordarem esse novo paradigma com o objetivo de estabelecerem seus pensamentos próprios. Padre Orlando Vilela deveria ministrar um curso panorâmico sobre a Filosofia Medieval, da Patrística à Escolástica; mas tendo lançado recentemente seu conhecido livro sobre o amor de Heloísa e Abelardo, centrou seu curso principalmente nesse assunto, de modo que, mesmo tendo adquirido um déficit com relação ao pensamento medieval em geral, lembro-me com muita simpatia da paixão com que ele falava horas a fio sobre tal assunto. Esses três professores, com quem cursei também outras disciplinas ao longo do

curso, me causaram profunda e duradoura impressão, sendo que com Ricardo Fenati tenho até a presente data um relacionamento afetuoso e – como não poderia deixar de ser – bem-humorado. Com a Profa. Ângela perdi o contato após a sua aposentadoria (ocorrida quase à mesma época em que ingressei, como professor, no Depto. de Filosofia da UFMG). Senti muito a perda do Padre Orlando Vilela, quando ele, após sofrer um câncer, nos deixou, em 1986.

De um modo geral, tive bons professores ao longo do curso de graduação em Filosofia, mas antes de encerrar essa descrição um tanto impressionista, gostaria de mencionar dois professores que muito me influenciaram quando já me encontrava na segunda metade do curso. O primeiro deles foi José Henrique Santos, que, exatamente quando eu cursava a graduação em Filosofia, cumpria mandato de Vice-Reitor e, portanto, estaria dispensado de suas atividades didáticas. Eu o ouvi pela primeira vez proferindo palestra num simpósio comemorativo aos 200 anos de publicação da *Crítica da Razão Pura*, mas também tive o privilégio de ser seu aluno numa situação excepcional que descreverei a seguir: provavelmente porque gostava muito de lecionar, mesmo fazendo parte da alta administração da UFMG, uma vez ele dividiu com a esposa, a supramencionada Profa. Ângela Mascarenhas, um curso sobre Idealismo Alemão para os graduandos, o que foi para mim uma experiência inesquecível. O Prof. José Henrique já era desde aquela época nacionalmente conhecido e, além do aprendizado que tive com ele, principalmente de Kant e de Hegel, foi para mim muito importante ouvi-lo sobre suas experiências de estudo na Alemanha, uma vez que, já naquela época, eu pensava seriamente em fazer pós-graduação nesse país. O outro professor que me influenciou muito nesse período foi Walter Evangelista, com o qual cursei consecutivamente duas matérias. A primeira era uma disciplina obrigatória: Filosofia das Ciências Sociais, para a qual o Professor Walter tinha um esquema bastante cerrado, baseado em Louis Althusser. Mesmo nunca tendo sido um entusiasta de Althusser, confesso que a sistematização de seu pensamento feita pelo professor me impressionou muito e, para mim, tinha a vantagem de o autor focalizado ser um pensador marxista. É certo que, com o Prof. José Henrique eu tinha aprendido a ver Marx numa conexão íntima com o Idealismo Alemão e, mesmo não sendo essa de modo algum a orientação adotada por Althusser, era bom estar em contato com alguém que exortava a “Ler o Capital”. O outro curso do Prof. Walter que frequentei era uma disciplina optativa de leitura da Ideologia alemã, de Marx e Engels, onde aprendi a conhecer uma característica que considero – até hoje – altamente positiva no professor: sua abertura ao diálogo com perspectivas diferentes da sua própria. Era sabido que Evangelista tinha uma leitura bastante restritiva do texto de Marx, totalmente determinada por sua adesão ao ponto de vista althusseriano. No entanto, tínhamos um bom

diálogo com ele, adotando, já à época, uma perspectiva de leitura de Marx mais conectada à tradição filosófica, especialmente de Kant e do Idealismo Alemão.

(...)

Quando eu iniciava o segundo período, surgiu uma vaga para monitor da disciplina oferecida pela filosofia no “Básico”, “Lógica do Pensamento Científico”. Fiz o teste de seleção e passei em primeiro lugar, ficando, portanto com a vaga. Era um trabalho interessante, pois auxiliávamos os professores na preparação e distribuição de seus materiais didáticos, e os apoiávamos em sala de aula na ocasião de discussões em grupo, por exemplo. Eventualmente, até mesmo ficávamos temporariamente na condição de professor quando se tratava de aplicar provas e estudos dirigidos. Ficávamos também de plantão para o atendimento dos alunos da disciplina, que, em geral, só apareciam mais no final do semestre, de modo que podíamos usar boa parte desse tempo para ler e estudar, o que era muito bom. À época não havia restrição de tempo de monitoria para um mesmo estudante e eu fiquei nessa função até o fim do curso de graduação, ganhando um salário que não era farto, mas certo e, como eu já disse, era uma sinalização importante para meus familiares de que era possível vir a ganhar a vida como profissional de filosofia.

Com essa mesma intenção, me candidatei a uma bolsa de pesquisa de um certo “Prêmio Mannesmann” que existia à época como resultado de um convênio entre o Departamento de Filosofia da UFMG e a empresa siderúrgica alemã. A causa imediata desse convênio era o fato de que um professor do Departamento, Antonio Cota Marçal, após se doutorar em filosofia na Alemanha, dividia seu tempo entre o ensino na UFMG e o cargo de assessor da diretoria da Mannesmann do Brasil. A partir disso, instituíram-se duas bolsas-prêmio por ano para os alunos do Departamento que apresentassem projetos sobre filósofos alemães. Sob a forte influência dos então ainda recentes cursos de História da Filosofia Moderna e Lógica, e movido por uma grande curiosidade pessoal, apresentei um projeto sobre a linguagem universal em Leibniz, juntamente com minha colega Wiliane Viriato Rolim, a quem eu convencera a se interessar pelo filósofo e por esse tema. Era um exame de seleção muito difícil pois havia uns cinco projetos (pelo menos um deles, pelo que me lembro, era de aluno do mestrado) e eram apenas duas bolsas. Felizmente conseguimos uma das bolsas e pudemos iniciar no segundo semestre de 1981 a pesquisa, sob orientação do Prof. Paulo Margutti, com quem, como mencionei acima, cursara Lógica. Encontrávamos semanalmente com o orientador e trabalhávamos bastante, com uma divisão do trabalho que se mostrou, desde o início, muito eficiente: eu tinha um vislumbre mais teórico do trabalho a ser desenvolvido, mas era muito tímido e, de certo modo, ainda era meio novato no departamento. (...) Dessa pesquisa resultou



meu (nosso) primeiro trabalho acadêmico, intitulado “A noção de *characteristica universalis* em Leibniz” que só não foi também meu primeiro texto acadêmico publicado porque um artigo que eu tinha escrito sozinho, depois de terminada a redação do texto sobre Leibniz, saiu antes, no livro *Ecologia e cultura*, que eu próprio organizara reunindo textos de colegas preocupados em relacionar as ciências humanas com a reflexão sobre a problemática ambiental (isso será retomado adiante).

É importante também assinalar que, antes mesmo de iniciar o curso de graduação em filosofia (mas já talvez pensando nele), iniciei o aprendizado de alemão no Goethe Institut de Belo Horizonte. A decisão de iniciar o estudo desse idioma, que a princípio não parecia muito justificada, já que a principal influência filosófica no Departamento de Filosofia da UFMG era francesa, mostrou-se totalmente acertada quanto mais eu progredia no curso de graduação. Especialmente depois que cursei a supramencionada disciplina de Idealismo Alemão, dividida pelos Professores José Henrique e Ângela, ficou claro que era o tipo de filosofia que mais me interessava, o que me animou no estudo do Alemão, fazendo de mim um aluno muito atento e aplicado.

(...)

O ano de 1982 foi então marcado por um *tour de force* para eu me formar: cursei ao longo do ano onze disciplinas (quando o normal seriam oito) e entrei com um pedido no colegiado para a incorporação, como disciplinas científicas ou optativas, de todas as matérias que eu tinha frequentado no curso de Engenharia Eletrônica, cujo conteúdo fosse minimamente compatível com o perfil exigido para esses dois tipos de disciplina. Uma parte delas foi aceita, o que inteirou o número de créditos suficiente para que eu pudesse me formar no fim do ano. (...)

### **Recém-formado em filosofia na UFMG ingressa no mestrado do mesmo departamento**

O exame de seleção ao Mestrado em Filosofia era, já à época, bastante difícil. Havia, em geral, menos candidatos do que agora (cerca de trinta, contra os quase cem de hoje), mas, em compensação eram dez textos que deveriam ser lidos e poderiam ser cobrados para a prova escrita mediante o sorteio de um deles. Lembro-me, na época, que todos temiam que fosse sorteado o prefácio à Fenomenologia do espírito, que era um dos textos da lista. Naturalmente, foi esse difícil texto o sorteado e eu, como os outros candidatos, fiz o que pude para responder às questões de modo convincente. Aparentemente, minha proposta de trabalho, apesar de um tanto inusual, foi bem recebida pela banca e, apesar de ter – imprudentemente – escolhido o idioma alemão para a prova de língua

estrangeira instrumental, obtive uma nota total bastante boa. Disseram à época que eu tinha sido aprovado em primeiro lugar, mas eu estava tão feliz de ter sido aprovado que para mim não importava a classificação: nunca fui à secretaria conferir se fui mesmo classificado em primeiro lugar.

Iniciei o Mestrado no primeiro semestre de 1983 cursando duas disciplinas: “Marxismo”, com o Prof. Luiz Bicalho, e “Idealismo alemão”, com o Padre Henrique Cláudio de Lima Vaz. Embora eu conhecesse ambos os professores de nome, ter aulas com eles era uma grande novidade. No que tange a Luiz Bicalho, aconteceu de, no meu período de graduação, não ter havido oportunidade, fosse pelo horário das aulas, fosse pela temática do curso, de me matricular em suas disciplinas. Quanto ao Padre Vaz, aquele ano era o de seu retorno à UFMG, depois de um período lecionando em Nova Friburgo e no Rio de Janeiro. Não havia nada mais oportuno agora do que cursar as cadeiras oferecidas por ambos, uma vez que, a partir de uma tendência já aqui mencionada, meu enfoque da obra de Marx passaria naturalmente por uma conexão com a filosofia clássica alemã.

O curso do Prof. Bicalho era uma leitura, quase que parágrafo a parágrafo de *O Capital*, seguindo paralelamente a um hercúleo trabalho que ele realizava à época de resumir literalmente toda a obra monumental de Karl Marx. Era, portanto, uma série de cursos, que, por sorte minha, começara quando ingressei no mestrado e que se estendeu pelos três semestres de cursos habitualmente obrigatórios para chegar ao ponto de defender a dissertação (trinta e dois créditos, contra os atuais dezesseis, aqui na UFMG). Ainda hoje posso dizer que conheço bem o *opus magnum* de Marx em virtude do trabalho realizado àquela época, no qual eu cotejava a tradução portuguesa do texto integral de *O Capital* e os resumos fornecidos em fotocópias por Bicalho com o texto original em alemão. Era uma turma bastante heterogênea, com alunos de outras áreas, tais como Antropologia e Medicina, por exemplo, além dos da própria Filosofia, sendo que o denominador comum era o interesse pela obra de Marx. Nesse três semestres tive tempo para reconhecer em Luiz Bicalho um grande ser humano ao lado de um intelectual engajado, já com certa idade e membro histórico do hoje extinto Partido Comunista Brasileiro, inclusive no período de maior repressão à esquerda por parte do regime militar de extrema direita. Reconheci também nele alguém incrivelmente aberto, pois nossas interpretações de certos trechos de *O Capital* por vezes divergiam completamente (acho que eu já era um pouco “frankfurtiano”, sem o saber) e mesmo assim – após discussões acaloradas – ele se mantinha a mesma pessoa carinhosa e atenciosa; o mesmo professor dedicado de sempre. Nem é preciso dizer que essa série de cursos foi decisiva para a concepção final e a redação do trabalho de mestrado, sendo uma consequência direta do curso a delimitação que introduzi no projeto: em vez

de focar o tema da natureza em toda a obra de Marx, a dissertação deveria abordar preponderantemente *O Capital*.

A outra série de cursos (também de três) que frequentei e que teve uma influência enorme na elaboração do trabalho escrito foi “O problema da essência em Kant e Hegel”, a cargo do Padre Vaz. O primeiro curso enfocava especialmente a Crítica da razão pura e tinha como objetivo – tanto quanto consigo sobre isso me recordar – mostrar que, a partir do seu “giro copernicano”, a filosofia de Kant estabeleceu uma nova concepção de essência, totalmente dessubstancializada: uma vez que a “coisa em si” é incognoscível e a essência deveria possuir o atributo da cognoscibilidade, aquilo que Kant chama na *Primeira crítica* de “fenômeno objetivo” assumiria o lugar outrora – na filosofia pré-crítica – ocupado pelo termo “essência”. Assim como o curso do Prof. Bicalho era uma leitura orientada e seguida de (interessantes) discussões acerca de *O Capital*, o do Padre Vaz acabava sendo um poderoso guia na abordagem da difícil obra prima de Kant, com a diferença que esse tinha mais características de uma *aula magna* e, embora o professor respondesse amavelmente todas as questões que lhe fossem colocadas, ele não parecia gostar da idéia de que discussões muito longas sobre determinado tópico comprometessem a magistral aula que ele preparara com tanto cuidado, e que o levava a preencher várias vezes o quadro negro com iluminadores esquemas e diagramas.

Nos dois semestres subsequentes, Padre Vaz se ocupou da essência em Hegel e, nesse caso, não havia nenhuma tese própria que servisse de chave de leitura da Ciência da lógica: era mesmo uma leitura detalhada de sua “Lógica da essência”, na qual as obscuras interconexões de conceitos feitas por Hegel iam se tornando mais compreensíveis a nossos olhos, à medida em que o professor preenchia sucessivamente vários quadros negros com os signos e palavras que nos ajudavam a entender aquela obra, que se mostrava de muito mais difícil compreensão do que a *Crítica da razão pura*. Também essa série de cursos teve um grande impacto na concepção do que viria a ser minha dissertação de mestrado, pois aquela intuição que eu tinha sobre a riqueza de se ler Marx em conexão com o Idealismo Alemão era agora uma certeza e isso se refletiu no modo como vim a organizar definitivamente o trabalho escrito que foi à defesa.

Antes de eu abordar a estrutura definitiva da dissertação de mestrado, eu gostaria de mencionar um acontecimento de alta relevância em minha trajetória intelectual, cuja origem se encontrava na minha situação econômica ainda frágil, apesar de ter obtido bolsa de mestrado da CAPES. Depois de, se não me engano, nove anos sem qualquer contratação, o Departamento de Filosofia da UFMG abria concurso público para provimento de duas vagas de professor auxiliar, i.e., que poderia apenas com graduação em filosofia ter o direito de

se inscrever. Acontece que em todos esses anos praticamente duas gerações de alunos – alguns deles muito bons – se sucederam, sem que ninguém fosse absorvido pela instituição como docente. Era natural, então, que houvesse uma concorrência enorme para essas duas vagas e, de fato, quando se encerraram as inscrições havia, se não me falha a memória, dezoito candidatos, a metade dos quais estava realmente no páreo para alcançar as duas classificações. Resolvi me inscrever ao concurso, mesmo sabendo da enorme dificuldade em obter uma das duas vagas e na condição bastante desfavorável de ser o único recém-formado, apenas iniciando o mestrado, dentre colegas que se encontravam na fase final do curso – portanto portadores do diploma de “pós-graduação *lato sensu*” (à época, a conclusão dos créditos do mestrado dava direito ao título de “especialista”).

(...)

O concurso consistia de prova escrita sobre um dos dez pontos propostos, a ser sorteado no início de sua realização, prova didática, também sobre um dos mesmos dez tópicos escolhido em sorteio independente, e prova de títulos. Dos dezoito candidatos iniciais (dos quais sobraram uns treze que compareceram às provas) seis foram aprovados, sendo que eu estava entre eles, em quinto lugar, portanto não entre os dois primeiros – meus atuais caríssimos colegas Newton Bignotto e Telma Birchall –, que merecidamente ocuparam as duas vagas anunciadas no edital do concurso. Esse quinto lugar teria me deixado inconsolavelmente desanimado caso minha média final não tivesse sido: nove! É claro que eu senti muito não estar entre os dois primeiros colocados, mas a situação supramencionada de acúmulo de bons candidatos ao longo de nove anos explicava bem o resultado: as notas das provas de “performance” (escrita e didática) praticamente se equivaliam, tendo sido a prova de títulos o grande diferencial: pesara contra mim não ter ainda concluído os créditos do mestrado, portanto, ainda não ser “especialista” (o que todos os outros candidatos eram) e também não ter ainda qualquer experiência didática em filosofia.

(...)

No início de 1985 me inscrevi para a seleção de professor substituto para o Departamento de Filosofia da UFMG, cujo destino, no entanto, seria lecionar no Ciclo Básico a disciplina “Lógica do pensamento científico”, na qual eu atuara por dois anos e meio como monitor. Fui escolhido para a vaga, por um período de um semestre sem possibilidade de renovação, já que os contratos de professores substitutos à época assim o determinavam. A remuneração era condizente com a tarefa e eu tinha a possibilidade de lidar com um alunado mais bem preparado, dentre o qual havia também calouros de filosofia, o que talvez diminuísse minha frustração de até então só ter lidado com estudantes de outras áreas.

(...)

Esse tópico remete ao tema da orientação no mestrado: quando eu iniciei o mestrado havia no departamento dois professores que trabalhavam bastante com a obra de Marx e que, portanto, poderiam me orientar: os supramencionados Walter Evangelista e Luiz Bicalho. Esse último só vim a conhecer mais de perto quando já estava cursando o Mestrado e, como era importante, já durante o exame de seleção – especialmente na entrevista – nomear um possível orientador, eu havia pedido ao Prof. Walter que me permitisse citar seu nome como alguém disposto a me orientar, com o que ele simpaticamente concordou. Desse modo, iniciei o Mestrado sob a orientação do Prof. Walter, temendo, no entanto, que ele viesse a considerar meu tema – a questão da natureza em Marx – como excessivamente “idealista”, já que ele implicava certas discussões sobre “ser” e “essência” que, do ponto de vista althusseriano, sequer seriam consideradas como válidas. Foi nessa época que reencontrei, recém-chegado da França, Ivan Domingues, que conhecera como professor do Departamento atuante principalmente no Ciclo Básico, na época em que era monitor da disciplina “Lógica do pensamento científico”. O Mestrado do Prof. Ivan tinha sido sobre a questão da renda da terra em Marx, o que possuía uma conexão direta com o tema que me interessava para minha dissertação. Após algumas conversas com Ivan Domingues, cheguei à conclusão que a pessoa mais indicada para me orientar seria ele e não Walter Evangelista, com o qual um desentendimento teórico que pudesse comprometer a realização a contento de meu projeto, no meu entender, à época, seria apenas uma questão de tempo. Por outro lado, eu temia que o Prof. Walter, que tão prontamente atendera meu pedido para ser meu orientador, se sentisse ofendido com minha intenção de mudança – situação que, eu sabia, não é incomum no meio acadêmico. Procurei Walter para conversar sobre isso e vi-o liberar-me para solicitar a Ivan Domingues que fosse meu orientador com a mesma candura com que aceitara, quase um ano antes, que eu o citasse como possibilidade de orientação para o meu projeto perante a banca do exame de seleção ao Mestrado. Fiquei permanentemente grato ao Prof. Walter, primeiramente, por ter me acolhido como possível orientando; depois, por, talvez também pressentindo diferenças substantivas que adviriam de leituras quase antagônicas do texto de Marx, me deixar à vontade para procurar um orientador cujo enfoque da questão que me interessava fosse mais próximo do meu próprio.

A orientação dada por Ivan Domingues era extremamente eficiente e rigorosa, funcionando à base de entrega, por mim, de textos (capítulos ou trechos deles) escritos, os quais após certo tempo eram implacavelmente corrigidos e comentados em reuniões muito produtivas, nas quais o orientador apontava tanto

para as faltas quanto para os excessos do material entregue e me obrigava a complementar, diminuir ou mesmo repensar o já feito. Ao longo desse processo foram se tornando claras algumas diferenças de ponto de vista entre mim e o orientador sobre o alcance da concepção de natureza em Marx, mas nada que tenha comprometido o andamento da orientação e – principalmente – sua finalização. Retornarei a esse ponto quando relatar a sessão de defesa de minha dissertação de mestrado.

(...)

Eu estava com os primeiros capítulos de minha dissertação rascunhados e já pensava seriamente na continuidade dos estudos num curso de doutorado, desejando muito que esse se desse na Alemanha – país que, a meu ver, produzira nos últimos duzentos anos uma das mais interessantes e profundas filosofias e que, não por acaso, já me era conhecido até mesmo no seu difícil idioma. Nesse particular a ajuda de Vals e Cirne Lima me foi de grande utilidade, pois ambos me apresentaram, quase que simultaneamente (sinceramente não me lembro qual deles, com pequena diferença de tempo foi o primeiro a fazer isso) Hans Georg Flickinger, do qual Vals já tinha me falado, por ocasião de uma palestra que dera recentemente em Belo Horizonte, como um possível orientador para mim na Alemanha, mais especificamente em Kassel, cidade em cuja universidade ele era professor. É interessante observar que, até hoje, Vals e Cirne Lima relatam história quase idêntica sobre como chegaram a me apresentar ao professor alemão, sendo que ambos estão igualmente corretos: como já disse, eu próprio não sei qual dos dois me apresentou primeiro a Flickinger.

(...)

Como assinalei acima, o primeiro semestre de 1985 foi de enorme atividade, pois além de todas as aulas que estava ministrando (na FAFICH, na Faculdade Izabela Hendrix e na Newton Paiva), as quais totalizavam quase trinta horas semanais, eu estava com minha dissertação por terminar e o único jeito de fazê-lo era ocupar também meus fins de semana com o trabalho de redação, o que de fato fiz, terminando o trabalho ao fim do semestre letivo, de modo que o Prof. Ivan pôde ler o trabalho e sugerir as correções e modificações a tempo de eu entregar as cópias exigidas para a defesa um pouco depois do início do segundo semestre letivo desse mesmo ano. Desse modo, no dia 24 de outubro 1985 ia finalmente à defesa minha dissertação de mestrado intitulada “O conceito de natureza n’O Capital”, composta de cinco capítulos, nos quais eu primeiramente situava a idéia de filosofia em momentos-chave da tradição filosófica (capítulo 1), recapitulava a concepção de natureza em Feuerbach e no jovem Marx (capítulo 2), para depois abordar o tema da natureza em *O capital* sob dois aspectos do processo de trabalho: considerado “abstratamente” (capítulo

3) e inserido na atividade produtiva fabril, típica do moderno capitalismo pós-revolução industrial (capítulo 4); num quinto e último capítulo, minha intenção era investigar até que ponto o conceito marxiano de natureza seria útil para uma abordagem da questão ecológica, típica do século XX e ainda desconhecida de Marx no século XIX.

A banca era composta, além de Ivan Domingues como orientador, do Prof. Luiz Bicalho e do Prof. Padre Vaz. Esse foi o primeiro a arguir, tendo feito muitos elogios ao trabalho, apontando a seguir para o que ele considerava uma falta importante: segundo ele o conceito marxiano de natureza era caudatário de duas tradições opostas na filosofia européia, a saber, a empirista, plasmada na Economia Política Inglesa, e a racionalista, oriunda principalmente da influência, sobre Marx, do Idealismo Alemão. A primeira tinha a ver com uma concepção de *natura naturata*, a segunda com a de *natura naturans*. A instigante questão do Padre Vaz era que eu abordara em minha dissertação quase que exclusivamente a concepção oriunda do empirismo britânico, deixando quase intacta a outra vertente. Após concordar com ele sobre a ênfase que eu dera na concepção de *natura naturata*, por entender que essa era a predominante em *O capital*, eu procurei mostrar que na minha adesão à interpretação de Alfred Schmidt em seu excelente livro *Der Begriff der Natur in der Lehre von Marx (O conceito de natureza na doutrina de Marx)* havia elementos para uma abordagem da *natura naturans* em Marx, que eu deixara um pouco de lado, entretanto, pensando já numa temática para trabalhar numa tese de doutorado.

O Prof. Bicalho, o qual ressaltou bastante os aspectos positivos da dissertação, fez uma arguição voltada para muitas minúcias relativas à interpretação de passagens de *O capital*, chamando também a atenção para termos estranhos em português, que eu usara no intuito de tentar manter uma precisão em nossa língua que fosse correspondente à do original alemão. Lembro-me claramente da enfática rejeição de Bicalho à minha tradução de *Bedürfnis* por “carecimento”, para não haver confusão com o termo “necessidade” – em alemão *Notwendigkeit* –, que aparece frequentemente em *O capital* com o sentido de necessidade lógica.

Em sua arguição, Ivan Domingues explicitou sua diferença de ponto de vista para comigo sobre a concepção de natureza em Marx, argumentando que essa era limitada a um ponto de vista meramente econômico, deixando de fora tudo que não pudesse ser integrado ao processo produtivo, especialmente do sistema capitalista. Como nas outras ocasiões em que havíamos discutido esse assunto, reiterei que a abordagem feita por Alfred Schmidt, que – ex-orientando de Horkheimer e Adorno – já incorporava uma crítica ao ponto de vista iluminista, do qual o próprio Marx talvez não escapara, e que isso para mim seria, na pior das hipóteses, um importante tópico para a continuidade de

minhas investigações num possível doutorado. Minhas respostas às questões colocadas foram aparentemente satisfatórias para a banca, pois tive nota máxima dos três examinadores e um convite do Padre Vaz para publicar a dissertação na recém-criada “Coleção Filosofia” das Edições Loyola, o que, naturalmente, me deixou radiante de felicidade.

(...)

No início de agosto de 1986 eu já estaria viajando para a Alemanha, mas, antes disso, experienciei uma enorme alegria que foi ver minha dissertação publicada em forma de livro, ao qual o editor deu o nome de *Marx e a natureza em ‘O Capital’*. O lançamento foi uma bela festa no dia 31 de julho desse ano, na qual compareceram todas as pessoas mais queridas – do meio acadêmico e de fora dele –, dentre as quais vários alunos e alunas. A vendagem de exemplares do livro foi excepcional para um autor ainda desconhecido: cerca de 120 livros, tendo havido também boa repercussão na imprensa local.

Essa memorável reunião encerrou um período de minha carreira, no qual as coisas começavam a dar certo e – confesso – por mais que a viagem à Alemanha para iniciar o doutorado fosse também a realização de um antigo sonho, não foi sem pesar que deixei Belo Horizonte e alguma repercussão conquistada pelo meu trabalho, para aportar em terras que, mesmo não sendo totalmente desconhecidas a mim, não deixavam de me ser estranhas. E a perspectiva de nelas residir por um período de quatro anos me causava certo desconforto.

### **Recém-doutor chega da Alemanha à procura de trabalho (e encontra...)**

No final de janeiro de 1990 cheguei a Belo Horizonte para recomeçar a vida no Brasil. Como já assinalei, nada havia de definitivo no campo profissional e a situação política no país era muito desanimadora com a vitória de Fernando Collor de Melo na disputa pela Presidência da República. (...)

No meio da situação confusa que marcou meu retorno ao Brasil, tive sorte num ponto: o supramencionado concurso para professor na UFMG, cuja inscrição se encerrava no dia 31 de janeiro de 1990, tinha tido todos os seus prazos dilatados em quinze dias em virtude da mudança da FAFICH da Rua Carangola, no Bairro Santo Antonio, para o Campus da Pampulha. Era exatamente o tempo que eu precisava para atualizar meu *curriculum vitae* e juntar o maior número possível de documentos comprobatórios, de modo a poder me inscrever no concurso. Tudo correu a contento quanto à inscrição e eu passei a estudar, nos sessenta dias que me restavam até a realização do concurso, até doze horas por dia os dez tópicos do seu temário, que era filosofia contemporânea e incluía desde Positivismo Lógico até Hermenêutica, passando por Fenomenologia e Ontologia Fundamental, dentre outros.



(...)

Para o concurso, além de mim, estavam inscritos mais um recém-doutor e um mestre (isso era possível, já que se tratava de uma vaga para professor assistente). Havia bastante tensão no ar, por parte dos membros do Departamento de Filosofia da UFMG, relativa à realização desse concurso, pois era o primeiro que se fazia após um outro certame que tinha dividido muito o grupo no tocante ao seu resultado, com reflexos sensíveis na própria performance do Departamento. No entanto, o concurso transcorreu sem problemas, sendo que a situação me foi favorável na medida em que meu concorrente com doutorado, após ser contemplado com uma bolsa de recém-doutor, havia desistido de concorrer à vaga de professor e o outro candidato não oferecia um risco substancial à minha aprovação em primeiro lugar. Desse modo, a partir de meados de abril de 1990 eu era um membro virtual do Departamento de Filosofia da UFMG, aguardando minha contratação definitiva pela instituição. Lembro-me de, diante da demora em ser definitivamente contratado, ainda ter ficado um pouco receoso de alguma coisa dar errado, principalmente porque o recém-empossado Collor de Melo vociferava em alto e bom som contra toda a administração pública federal ameaçando a suspensão *sine die* de todas novas contratações, mesmo dos aprovados em concursos.

(...)

Após minha efetivação na UFMG, que ocorreu apenas no início de julho de 1990, iniciei imediatamente minhas atividades didáticas, tanto no curso de graduação de filosofia quanto na pós-graduação que, na época, incluía apenas o mestrado. Meu primeiro curso na graduação era uma disciplina de Ética, obrigatória para os alunos de Filosofia, embora estivesse sempre repleta de pessoas de outras áreas que se matriculavam em disciplina isolada ou eletiva, buscando no Departamento de Filosofia um tipo de conhecimento que não encontravam em seus âmbitos de origem. Esse era um curso panorâmico, no qual o professor deveria começar com Platão e Aristóteles e terminar pelo menos às portas da filosofia contemporânea. Minha versão da matéria terminava com Nietzsche, passando pelas reflexões éticas dos epistemólogos do século XVII, dos moralistas do século XVIII, dos idealistas (alemães) do século XIX e de Marx. Como a experiência foi bem sucedida, esse curso me foi atribuído ainda muitas vezes ao longo de meus mais de quinze anos de UFMG e ainda hoje sou cogitado para ofertá-lo, o que faço, quando é o caso, mantendo a estrutura básica, mas flexionando-o, a cada vez, de modo diferente. Desde então além desse curso, já ofereci para nosso curso de graduação História da Filosofia Moderna (especialmente Idealismo Alemão), Estética, Antropologia filosófica, Teoria do conhecimento, além de várias disciplinas optativas e de disciplinas

(principalmente de Estética) para os cursos de graduação em Arquitetura, Música e Belas Artes.

Pelo fato de ser, à época, o único docente do Departamento especializado em Teoria Crítica da Sociedade, logo me foi proposto oferecer um curso sobre esse assunto no Mestrado em Filosofia, o que veio a ser minha primeira disciplina num curso de pós-graduação *stricto sensu* em filosofia. O curso se chamava “Etapas rumo a uma Teoria Estética em Theodor W. Adorno” e procurava mostrar como o filósofo partiu de uma noção mais geral, de Teoria Crítica da Sociedade, tributária do programa horkheimeriano, para atingir, em sua maturidade filosófica, uma versão dessa teoria totalmente permeada pelo elemento estético. A turma não era muito grande, com cerca de oito pessoas, mas era excelente e eu tive pela primeira vez a experiência de lecionar para alunos cujas questões sistematicamente (e não apenas ocasionalmente como já me ocorrera) me levavam a refletir e a aperfeiçoar minha abordagem do pensamento adorniano.

Minha chegada ao Departamento de Filosofia da UFMG coincidiu com um período de muitas mudanças em sua estrutura. Por um lado, as ameaças de Collor de Melo de retirar direitos assegurados do funcionalismo público, sob o pretexto de que eram privilégios, estimulava os colegas mais antigos a requerer precocemente suas aposentadorias. Por outro lado, no período de aproximadamente um ano chegaram dois novos professores e outros três ou quatro retornavam de suas licenças para doutoramento no exterior ou no país. Isso ocasionou uma rápida alteração na correlação de forças do departamento, de modo que, não apenas aos que já eram docentes da instituição e apenas retornavam do período de qualificação, mas também àqueles que, como eu, eram recém-admitidos, foi atribuída muita responsabilidade não apenas didática, mas também em termos de administração acadêmica.

Talvez o exemplo mais eloquente desse processo tenha sido a eleição de Ivan Domingues, recém-chegado da França, para a coordenação do Mestrado, a qual, até então, sempre estivera nas mãos de representantes da geração anterior. A mim, por exemplo, coube, com menos de um ano de docência na UFMG, um assento no colegiado de Pós-Graduação, que me legava grande responsabilidade na gestão colegiada do mestrado. Isso porque havia não apenas as matérias de rotina acadêmica, sempre à espera de uma decisão, mas também questões substanciais a serem discutidas e equacionadas, como, por exemplo, a reformulação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Essa era necessária, porque o programa possuía uma “área de concentração”, que era “filosofia contemporânea”, e vários “domínios conexos”, que era o nome dado ao temas de ensino e pesquisa que não se encaixavam propriamente na

rubrica principal do programa, mas que eram uma realidade no mesmo. No caso do programa da UFMG, havia, em virtude de práticas individualistas de pesquisa que se sedimentaram ao longo de décadas, uma enorme diversidade de “domínios conexos”, que mal se relacionavam com a “área de concentração” do programa. Muitas discussões foram feitas à época, envolvendo todos os docentes do curso, sem que houvesse uma solução que satisfizesse a todos os participantes. Como até hoje ocorre na estruturação ou reestruturação dos programas de pós-graduação, a resposta veio da combinação de um critério então já adotado pela USP, que era o de adotar como área de concentração simplesmente “Filosofia”, com uma prática de origem nas ciências “duras” – que começava a fazer carreira em certas subáreas das ciências humanas – que era de estruturar os programas a partir de “linhas de pesquisa”. Desse modo, o problema supramencionado foi resolvido por uma estrutura, na qual a área de concentração “Filosofia” abrigaria algumas linhas de pesquisa que se formariam a partir das aglutinações de trabalhos individuais que também tivessem enraizamento em certa tradição de investigações no departamento. Assim, foram formadas, de imediato, quatro linhas de pesquisa: “Filosofia social e política”, “Lógica e filosofia da ciência”, “Filosofia e teoria psicanalítica” e “Marxismo”. É importante ressaltar que esse tipo de estruturação em linhas de pesquisa que atualmente é muito comum entre os programas de pós-graduação *stricto sensu* em filosofia ainda não existia, tendo sido o programa da UFMG, que eu saiba, o primeiro a adotá-la, já em 1991.

Diante da temática que trabalhara até então, eu me preparava para aderir à linha “Filosofia social e política”, quando Ivan Domingues me procurou e me perguntou: “por que você não articula a criação de uma linha de pesquisa em estética?”. No fundo, era tudo que eu queria, mas eu não tinha pensado seriamente nisso antes por não ter certeza de poder, como novato, me mexer desenvoltamente nessa direção. Mas, afinal de contas, a Estética sempre fora uma preocupação teórica de ilustres professores do Departamento de Filosofia da UFMG, tais como Sônia Viegas e Moacyr Laterza, sendo que, desde 1969 até aquela época existira na FAFICH o “Laboratório de Estética”, criado por esse último e, pelo menos até recentemente, único no Brasil.

(...)

A criação dessa linha de pesquisa era muito importante para mim, pois, como já relatei anteriormente, eu próprio já havia me interessado bastante por Estética, a ponto de ela ocupar todo um capítulo de minha tese de doutorado e de eu abordá-la já no primeiro curso que ofereci no Mestrado. Foi assim que, tendo eu contactado as então professoras de Estética do Departamento, Maria Eugênia Dias de Oliveira e Maria José Campos, delas obtendo resposta positiva,

foi criada a quinta linha de pesquisa dentro da nova estrutura, denominada “Estética e filosofia da arte”.

A partir de então, boa parte de meu trabalho filosófico passou a girar em torno da estética, o que, por um lado, era muito bom, pois como já assinalai, meu interesse pela estética vinha de longa data e acredito que havia, de minha parte, certa “demanda reprimida” no sentido de abordar mais amplamente esse assunto. Por outro lado, eu estava me comprometendo com um âmbito da filosofia que sempre esteve um pouco à margem das discussões que determinaram o fio condutor da história do pensamento, embora a maioria dos grandes filósofos de todos os tempos tenha tido preocupações afeitas à estética (Exemplos: Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Hume, Kant, Hegel, Schopenhauer, Marx, Nietzsche, Wittgenstein, Heidegger, Adorno, Marcuse etc.). Na prática, isso significava que eu, que praticamente recomeçava minha carreira depois de mais de quatro anos, fazia uma opção também um pouco arriscada, por algo que não pertencia ao *mainstream* da filosofia – pelo menos no Brasil.

(...)

Minha opção pela estética, materializada na criação da linha de pesquisa “Estética e filosofia da arte”, levando também em conta minha preocupação com a criação de um espaço institucional para meu trabalho nessa área, me levou à aspiração de disputar meu primeiro cargo em administração acadêmica: a direção do Laboratório de estética da FAFICH. Esse laboratório, idealizado em 1969 por Moacyr Laterza, tinha como objetivo dinamizar as aulas das disciplinas Estética e História da Arte. De 1970 a 1976, o Laboratório de Estética foi dirigido pelo próprio Moacyr Laterza, período em que, ao lado da promoção de cursos de extensão que sempre foram sua marca registrada, iniciaram-se também as atividades de pesquisa, visando organização de acervo bibliográfico e fotográfico do Laboratório, sobre temas de filosofia da arte e sobre a arte mineira. (...) Mas o fato é que a ocasião parecia propícia a uma retomada do trabalho de pesquisa com ênfase no enfoque filosófico, agora possivelmente associado às atividades da recém-criada linha de pesquisa de estética, do Mestrado em Filosofia. Motivado por isso, me apresentei como candidato único à direção do laboratório, tendo felizmente sido eleito pelo conselho do órgão e tido minha postulação aceita pelo então Diretor da FAFICH, Hugo Pereira do Amaral.

Desde fins de 1991 até 1993, o Laboratório de Estética foi dirigido por mim com uma obsessão de aproximá-lo ao máximo das atividades da linha de pesquisa “Estética e Filosofia da Arte”, embora não tivesse descurado também das atividades de extensão, que, como já assinalai, eram uma tradição desse órgão.

(...)

Mas no que tange à organização de eventos, havia de minha parte a preocupação de concretizar algo de caráter mais acadêmico, aproveitando a proximidade do Laboratório de Estética ao trabalho da linha de pesquisa em Estética. Essa proximidade, aliás, já tinha gerado um fruto importante, que foi o grupo de pesquisa “Hermenêutica da Obra de Arte”, fundado na época em que se iniciou minha gestão no Laboratório de Estética e que deu origem ao atual Grupo de Pesquisa em Estética (GPE). A partir da supramencionada preocupação, organizei, com apoio das professoras de estética do departamento e de alguns membros do conselho diretor do Laboratório, o “Colóquio Nacional Morte da arte, hoje”, realizado de 15 a 18 de abril de 1993. Esse evento, que foi o primeiro de uma série que já conta com sete realizações, teve grande sucesso, apresentando palestras de filósofos nacionalmente reconhecidos como Gerd Bornheim, Ernildo Stein, Benedito Nunes e Jeanne Marie Gagnebin e atraindo estudantes de pesquisadores de todas as regiões do país, não apenas para apresentarem suas comunicações nas três sessões paralelas das tardes, mas também apenas para assistir ao colóquio. (...)

Quando mencionei acima que o Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFMG despontava como um dos melhores do país, eu tinha em mente também o processo de implantação do Doutorado em Filosofia a ele associado, que tinha acabado de ser recomendado pela CAPES e se preparava para iniciar suas atividades. É importante ressaltar que, desde que eu era estudante de graduação em filosofia na UFMG, se ouvia falar no projeto de um Doutorado em Filosofia, que, até o início da década de 1990 mal tinha saído do papel. A supramencionada reestruturação do Mestrado com uma área de concentração, “Filosofia”, e cinco linhas de pesquisa, que efetivamente funcionavam e estimulavam as atividades de pesquisa e produção intelectual, facilitou muito a elaboração de um projeto consistente de Doutorado em Filosofia, cujo trabalho “braçal” foi dividido entre todos os membros do colegiado de pós-graduação, do qual eu fazia parte, capitaneados por Ivan Domingues, então coordenador do respectivo programa. Lembro-me de que até mesmo a redação dos itens exigidos pela CAPES para constar no projeto era dividida entre nós, havendo uma cooperação efetiva e uma divisão realmente equânime do trabalho. Desse modo, desde 1993, um dos mais antigos Mestrados em filosofia do Brasil – iniciado em 1974 – passava a ser um programa completo de pós-graduação em Filosofia, com os níveis de Mestrado e Doutorado.

(...)

Até o segundo semestre de 1993 minha experiência em administração acadêmica se limitara ao cargo de diretor do Laboratório de Estética, de secretário da ANPOF e à participação como membro titular na Câmara Departamental e

no Colegiado de Pós-Graduação do respectivo programa do Departamento de Filosofia. Quase ao final do ano, um grupo de colegas tentou me convencer de que não haveria opção melhor para o Departamento do que minha candidatura à sua chefia. A princípio relutei bastante, mas acabei por me convencer dos argumentos dos colegas e fui eleito para um mandato de dois anos, de novembro de 1993 a novembro de 1995. Era um cargo de muito maior responsabilidade do que os que eu assumira até então, pois eu teria que gerir uma unidade acadêmica composta de uns vinte e seis docentes à época e de três servidores administrativos. Eu me empenhei ao máximo para fazer jus à confiança que os colegas do departamento em mim depositaram e tinha como motivação a idéia de que, onde eu não pudesse ajudar efetivamente o trabalho acadêmico dos professores e alunos, eu deveria me esforçar pelo menos por não atrapalhar.

(...)

No que tange à minha intenção de, “pelo menos, não atrapalhar” o trabalho acadêmico dos colegas e dos estudantes, lembro-me de tentar restringir ao máximo o tempo gasto com reuniões, procurando, de certo modo, erigir uma espécie de “escudo” protetor entre a administração central da Universidade – sabidamente muito burocratizada – e as atividades filosóficas do Departamento, de modo que essas não fossem mortalmente contaminadas pelo furor organizacional daquela. Não posso dizer que tenha sido um chefe centralizador: eu pretendia estar sempre presente, atuante, sem, por outro lado, oprimir colegas e estudantes com exigências que os desviassem da atividade-fim da universidade, i.e., a produção e a difusão de conhecimento. No meu juízo, não deixava de levar à câmara departamental a discussão de qualquer problema que me parecesse substantivo, mas, observando os preceitos mais básicos da moralidade na administração pública, simplesmente ignorava qualquer exigência da reitoria que me parecesse descabida ou ociosa, que representasse uma sobrecarga nas atividades-meio em detrimento da supra-aludida atividade-fim da academia.

(...)

Nessa fase de minha carreira, que considero o momento de sua consolidação, houve ainda uma importantíssima experiência acadêmica, que foi minha atuação como coordenador de uma proposta apresentada ao PROIN (Programa de Integração entre Pós-Graduação e Graduação), da CAPES, aprovada para desenvolvimento no ano de 1996. Essa proposta foi elaborada principalmente por mim e minha colega Lívia Guimarães, embora no desenvolvimento do projeto tenham participado também José Raimundo Maia Neto e Paulo Margutti. Ela visava à integração da comunidade de estudos nucleada na Graduação em Filosofia com o Programa de Pós-Graduação, já que o diagnóstico que fizemos era o de que aquela ainda não se beneficiara inteiramente da reforma desse,

a qual dera origem às linhas de pesquisa e, conseqüentemente, a uma rotina de trabalho acadêmico em que os docentes-pesquisadores não trabalhavam isoladamente, mas sempre de modo articulado com seus colegas e alunos, com excelentes reflexos na produção intelectual do programa como um todo.

O nome dado ao projeto, “Melhoria do Curso de Graduação em Filosofia a partir de Experiências bem sucedidas na Pós-Graduação” já denotava o objetivo principal de nossa proposta para o PROIN, que foi, a partir das bem-sucedidas experiências com o trabalho das linhas de pesquisa na pós-graduação, desenvolver e estimular novas experiências pedagógicas visando à melhoria do curso de graduação. A redação da proposta refletiu uma discussão deflagrada no departamento como um todo, na qual houve adesão de três grupos distribuídos entre duas das – à época – cinco linhas de pesquisa da Pós-graduação, a saber: Linha de Estética e Filosofia da Arte e linha de Lógica e Filosofia da Ciência (subgrupos de Lógica e de Estudos sobre o Ceticismo, respectivamente).

Minha ação no âmbito desse projeto pode ser dividida em um aspecto mais institucional, uma vez que sua coordenação dependia não só de interações com os diversos docentes participantes, mas também de negociações com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFMG. O apoio dessa última ao projeto foi decisivo, materializando-se também na concessão de vagas para monitores de pós-graduação, sem os quais sua realização não teria sido possível. No que tange à esfera do Departamento de Filosofia, nos três eixos trabalhados, o envolvimento dos professores foi mais do que satisfatório, tendo os mesmos se prontificado não só a colaborar na sua realização, mas também a empregar o material produzido e ajudar na avaliação.

Além desse aspecto mais institucional, e considerando que um dos três eixos a serem trabalhados era o da estética, havia uma parte em que eu tinha que localizar pontos de estrangulamento e propor soluções não apenas nas disciplinas de estética oferecidas aos alunos do Departamento de Filosofia, mas também aos cursos de Estética em várias áreas da UFMG, pelas quais ele se responsabiliza, tais como as Escolas de Belas Artes, de Música e de Arquitetura. Isso sem contar que, como já assinalei acima, sempre houve uma tradição de extensão universitária associada ao âmbito da estética em nosso Departamento, de modo que as soluções propostas poderiam ter um impacto positivo também nesse tipo de atividades.

Na verdade, as idéias que me ocorreram foram, pelo menos em parte, fruto de atividades de extensão da FAFICH que tiveram participação do Departamento de Filosofia. Refiro-me especialmente aos Cursos de Especialização em História, Sociologia e Filosofia, que surgiram no início da década de 1990 por força de convênio da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais

com nossa Faculdade e que tinham como objetivo capacitar, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, professores formados em ciências humanas para lecionar adequadamente as disciplinas contempladas no curso, principalmente no ensino secundário. Propositadamente, esses cursos eram oferecidos no norte de Minas Gerais, de modo a atrair mestres de áreas especialmente carentes, embora fossem abertos a todos os professores da rede pública do Estado.

A partir de minha experiência como professor desse curso em duas de suas edições (uma em Montes Claros, outra em Diamantina), cheguei à conclusão que, especialmente tendo em vista um grupo quase leigo em filosofia, mas também o alunado em geral, havia uma enorme carência de material didático eficiente para lecionar estética e filosofia da arte. Desse modo, constatando que essa falta não dizia respeito apenas àquele público específico dos cursos no Norte de Minas, mas ao ensino universitário em geral, propus como objetivo principal do eixo relativo à estética de nosso Projeto PROIN a elaboração de um material didático de alta qualidade e de características totalmente inéditas no ensino de Filosofia no Brasil.

Esse material se comporia de: 1) um livro-texto de Estética, contendo trechos de passagens clássicas da matéria, com conteúdo adequado principalmente às necessidades dos alunos de graduação em Filosofia, mas que não excluísse sua utilização por outros tipos de público; 2) um vídeo produzido na FAFICH, no qual houvesse uma apresentação correta, porém sensorialmente atraente da disciplina estética, abordando tanto aspectos de sua constituição ao longo da história da filosofia quanto os principais desafios teóricos por ela enfrentados na atualidade.

(...)

O trabalho de editoração do livro, correspondeu, no entanto, a uma pequena fração do necessário para a produção do vídeo. Meu modelo para sua realização eram os excelentes documentários que eu assistia na televisão cultural pública alemã, sobre os quais relatei acima. Mas eu teria que obter o efeito desejado com recursos muito mais modestos do que os que os produtores alemães possuíam. Para isso, procurei ajuda de duas colegas do Departamento de Comunicação da UFMG, Miriam Christus e Patrícia Moran, a primeira, professora de telejornalismo, a segunda de vídeo-produção. Depois de várias reuniões com ambas, ficou acertado que eu escreveria um texto que serviria de espinha dorsal para o conteúdo do vídeo, enfocando a estética desde o seu surgimento até a abordagem das questões contemporâneas, a partir do qual as colegas produziriam o roteiro e Patrícia Moran, autora de vários trabalhos muito elogiados na área, dirigiria o vídeo. O trabalho, desde os primeiros encontros até a finalização do vídeo durou vários meses, mobilizando uma produtora,



quatro atores, uma locutora, um cinegrafista e um editor. Ao resultado final, dei o nome de *Aisthesis* ao que deveria ser um vídeo de apresentação da estética, no qual a plasticidade se aliasse, tanto quanto possível, à precisão conceitual, sem que o aspecto didático fosse descuidado.

(...)

### **Uma carreira consolidada segue o seu curso...**

(...)

Alguns meses depois de retornar dos Estados Unidos fui sondado por colegas para assumir a função de vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, na chapa encabeçada por Javier Herrero, o que aceitei prontamente, levando em conta principalmente que eu não deveria ter mais trabalho do que já tinha como membro do colegiado do referido programa. O que eu não imaginava era que teria que assumir, poucos meses depois, inteiramente a Coordenação do Programa Pós-Graduação, pois havia uma pendência jurídica, relativa à condição de estrangeiro que Herrero ostentava à época (...): ele teve que deixar a coordenação e o candidato natural para sucedê-lo era eu, que inclusive já havia assumido provisoriamente suas funções e fui posteriormente eleito coordenador com plenos poderes. Não que eu excluísse anteriormente a possibilidade de vir a coordenar o Programa, ao qual eu tinha me dedicado bastante e que já era muito conceituado em todo o Brasil. Mas não estava nos meus planos fazê-lo tão imediatamente. Porém, uma vez que tudo apontava na direção de eu assumir essa tarefa, eu a abracei, levando para meu segundo mandato de muita responsabilidade no âmbito da Filosofia o mesmo princípio que orientara minha gestão como chefe do Departamento: administração é atividade-meio e, como tal, não deve nunca atrapalhar a atividade-fim da universidade que é a produção e a difusão de conhecimentos. O corolário disso era (e é) que, a exemplo do que afirmei no tocante ao meu período na chefia do Departamento, onde não fosse possível ajudar a atividade acadêmica, era minha obrigação pelo menos não atrapalhar.

(...)

No todo, tentei prosseguir com o mínimo possível de sobressaltos e, pelo que me lembro, o único projeto mais ambicioso durante esse período foi o procedimento relativo aos mestrandos “intempestivos”. Esses eram alunos que, por razões diversas, não tinham defendido suas dissertações dentro do prazo e haviam perdido o direito de serem religados ao programa por um mero ato administrativo do colegiado, com a finalidade exclusiva de defenderem seus trabalhos de conclusão (o religamento só era efetuado mediante a apresentação

da dissertação). Diante da insistência de pedidos de mestrandos com data de desligamento mais recente e levando em consideração o princípio jurídico da isonomia, o colegiado de pós-graduação do programa chegou à conclusão que, se esse direito fosse dado àqueles alunos, ele deveria também ser concedido a todos aqueles que, desde a fundação do Mestrado, em 1974, tinham deixado de defender suas dissertações e tinham sido (a princípio) irrevogavelmente excluídos do Programa. O primeiro passo era obter anuência da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, que, mesmo um pouco relutante a princípio, acabou concordando com o procedimento. Num segundo momento, procurei obter a concordância da Diretoria de Avaliação da CAPES, que enviou um fax cujo texto era um primor de ambiguidade: não desaconselhava totalmente o procedimento mas também não o recomendava. Como era difícil decifrar o que dizia o Prof. Adalberto Vasquez, então diretor de avaliação da CAPES, chegamos a conclusão que pelo menos ciente de nosso projeto ele estava.

Com isso, iniciou-se um processo que teve alguma coisa de “épico”: fizemos um cadastro de todos os mestrandos que, desde 1974, não tinham defendido as dissertações e tentamos localizá-los para comunicá-lhes que eles teriam uma segunda chance. Muitos não chegaram a receber nossa correspondência, pois tinham mudado de endereço, possivelmente até de cidade ou país; alguns, como soubemos através de parentes, infelizmente já haviam falecido. De qualquer modo, entre mestrandos de desligamento mais recente e aqueles emersos de um passado mais remoto, vinte e cinco dissertações foram defendidas num período de um ano e meio.

Como em boa parte dos casos o tempo médio de titulação desses mestrandos era elevadíssimo e o fomento por parte da CAPES – ao que se dizia – dependia diretamente desse índice, optamos por não computar essas defesas no campo próprio do *software* Coleta-CAPES, que fazia automaticamente o cálculo levando em consideração a primeira matrícula da(o) mestrand(a) e sua data de defesa, mencionando os dados completos das defesas na parte de comentários por extenso do formulário eletrônico. É importante observar que a parte final desse longo processo foi competentemente apoiada pela secretária Andréa Baumgratz (...). Posso considerar uma vitória pessoal ter conseguido que ela tenha vindo trabalhar conosco, pois, sabedores de sua competência, outros Departamentos da FAFICH também estavam na disputa por seus serviços.

Apesar de já ter assumido a coordenação do PPG, nesse mesmo ano de 1997, pude dar continuidade à série de eventos de estética, encabeçando a organização do “Colóquio Internacional Luzes da Arte”, dedicado aos cinquenta anos de publicação da *Dialética do esclarecimento* de Adorno e Horkheimer. O evento se realizou na FAFICH, de 16 a 19 de setembro de 1997, com a participação de duas

centenas de interessados, dos quais aproximadamente cinquenta apresentaram trabalhos. Entre os palestrantes principais se encontravam Christoph Türcke e Gerhard Schweppenhäuser. Desse último eu já conhecia e admirava o trabalho; tive muito prazer em conhecê-lo pessoalmente e identificar nele uma pessoa generosíssima, além de um intelectual de primeira linha. Christoph Türcke eu conhecera muito rapidamente ainda no meu tempo de doutorando na Alemanha, por ocasião da palestra que ele proferiu num pequeno evento em Kassel, dedicado à *Dialética do esclarecimento*. Depois disso, tive o prazer de reencontrá-lo em 1993, como professor visitante da PUC do Rio Grande do Sul, no IV Seminário internacional "Ética do discurso e filosofia latino-americana da libertação", em São Leopoldo e de convidá-lo para uma palestra na UFMG no ano seguinte. Como relatarei adiante, o contato que estabeleci com ambos os colegas alemães a partir desse evento de 1997 foi extremamente frutífero não apenas em termos intelectuais, mas também institucionais.

(...)

Antes de mais nada, devo dizer que data dessa época minha amizade com Gerhard Schweppenhäuser, que, a partir de então, passou a ser uma referência para mim não apenas em termos acadêmicos, mas também humanos. Filho de um dos mais ilustres representantes da Teoria Crítica ainda vivos, que fora inclusive assistente de Theodor Adorno – Hermann Schweppenhäuser –, Gerhard se revelou como o interlocutor filosófico ideal, pois, embora três anos mais jovem do que eu, já era um intérprete de Adorno, reconhecido na Alemanha e com vários livros e artigos publicados em reputados veículos internacionais. Sua colocação acadêmica era como assistente na área de estética da Universidade Bauhaus de Weimar, que, por coincidência, estava à procura de uma instituição latino-americana de prestígio com a qual pudesse estabelecer um intercâmbio frutífero e duradouro.

A partir dessa situação, eu e Gerhard tivemos a idéia de elaborar uma proposta para ser apresentada ao PROBRAL, um consórcio entre a CAPES e o DAAD para apoiar projetos de pesquisa cooperativos, através dos quais pesquisadores de instituições do Brasil e da Alemanha pudessem trocar experiências e somar forças em iniciativas conjuntas de investigação, nas quais a formação de novos pesquisadores pudesse também ser contemplada através de estágios de pesquisa (do tipo "sanduíche", por exemplo) e das atividades didáticas, em ambos os países, dos docentes envolvidos (eu e Virginia Figueiredo do lado brasileiro; Gerhard Schweppenhäuser, Olaf Weber, Christoph Türcke e Rudi Baur do lado alemão).

Desse modo, passei alguns dias em Weimar, nos quais eu e meu parceiro alemão formatamos a base do projeto, redigindo conjuntamente em alemão

suas diretrizes gerais e vislumbrando as atividades a serem desenvolvidas. O projeto veio a se chamar “Mudança de forma na autonomia estética. Indústria cultural, cultura popular e Arte numa consideração intercultural” e colocava como objetivos teóricos tanto a checagem da permanência do poder interpretativo da teoria crítica da indústria cultural estabelecida por Horkheimer e Adorno na década de 1940, quanto a abertura da possibilidade de desenvolvidos dessa teoria, onde isso se fizesse necessário. Como atividades práticas principais estavam a oferta de seminários conjuntos em Belo Horizonte e Weimar, associados ou a estágios de pesquisa ou à participação em eventos em ambas as sedes do projeto.

Nesse mesmo ano de 1998 o projeto foi aprovado por ambos os lados – alemão e brasileiro – e já no início de 1999 pudemos contar com os recursos postos à disposição pelas agências participantes, que incluíam passagens aéreas para docentes e doutorandos, diárias para aqueles e bolsas de curta duração para esses, além de uma pequena taxa de bancada para gastos cotidianos com o projeto.

(...)

O balanço que faço dos três anos de vigência do projeto cooperativo com a Bauhaus Universität de Weimar é totalmente positivo: dele resultou um convênio permanente da UFMG com a instituição alemã, no qual atualmente não apenas a área de filosofia, mas também outras áreas de nossa universidade estão incluídas. Além disso, tivemos a oportunidade de publicar no Brasil vários textos dos colegas alemães participantes e também de publicar alguns de meus textos em veículos alemães. Os cursos oferecidos pelos participantes do projeto no Brasil e na Alemanha tiveram muito sucesso, tendo havido também um pequeno intercâmbio discente direto (meus doutorandos Romero Freitas e Eduardo Soares fizeram estágios “sanduíche” em Weimar e a aluna Corina Römer esteve em Belo Horizonte por algumas semanas colhendo dados para seu trabalho de conclusão de curso). Além das supramencionadas publicações, houve a produção de um livro em alemão, organizado por mim, Gerhard Schweppenhäuser e Oliver Fahle, intitulado *Massenkultur. Kritische Theorien im interkulturellen Vergleich* (“Cultura de Massas. Teorias críticas numa comparação intercultural” – Lit Verlag, 2003).

### À guisa de conclusão

A história relatada nestes excertos não terminou no início de 2006, após finalizado o memorial acadêmico a partir do qual eles foram compostos, assim como não finalizou até agora – catorze anos depois. Mesmo que o autor deste texto tenha prosseguido na sua carreira acadêmica, tendo continuado com as

habituais ações de pesquisa, ensino, orientações e extensão (registradas no seu CV Lattes), além de outras atividades mais específicas, não seria incorreto dizer que o período referido no memorial corresponde aos momentos mais decisivos de sua vida profissional e intelectual – quase todas intimamente relacionadas à história do Departamento de Filosofia nesse período.

Dentre as mencionadas “atividades mais específicas”, poder-se-ia incluir, dentre outras, a de presidente da Associação Brasileira de Estética (de 2006 a 2014), de chefe do Departamento de Filosofia (pela segunda vez, de 2006 a 2008), de coordenador do PPG-Filosofia (também pela segunda vez, de 2009 a 2011), de membro do Comitê Assessor do CNPq para a área de filosofia (de 2011 a 2014), de Pró-Reitor de Pós-Graduação da UFMG (de 2014 a 2016) e de coordenador do lado brasileiro do projeto cooperativo entre o PPG-Filosofia da UFMG e a área de Estética da Université Paris 1 - Panthéon-Sorbonne, “Estética contemporânea: diálogo de culturas”, apoiado pelo consórcio CAPES-COFECUB (de 2018 a 2021), sendo que todas elas sempre estiveram direta ou indiretamente ligadas à pertença do autor destas linhas ao Departamento de Filosofia da FAFICH-UFMG.

O empenho em transformar, por meio de impiedosos cortes, um texto que tinha um objetivo acadêmico-administrativo em algo mais legível, pelo menos no que tange às suas dimensões, se insere nos esforços atuais do Departamento de Filosofia da FAFICH-UFMG, mais especificamente de sua “Comissão da memória”, no sentido de recuperar e valorizar a sua própria história. Na publicação deste texto reside a esperança de seu autor de contribuir, de algum modo, para essa importante iniciativa.



# ***IMAGENS DE KANT NA FAFICH<sup>1</sup>***

*Patrícia Kauark Leite*  
Universidade Federal de Minas Gerais / CNPq  
pkauark@gmail.com

**RESUMO** *Este trabalho pretende reconstituir as histórias em torno da placa e do busto de Kant que compõem o monumento da FAFICH em homenagem ao filósofo alemão. Ele tem os seguintes objetivos: em primeiro lugar, mostrar a relação entre o monumento e as ideias que nortearam a criação da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais por parte de um dos seus fundadores, Prof. Arthur Versiani Velloso; e, em segundo lugar, registrar a autoria dessas obras pelo artista plástico Frederico Bracher Júnior na iconografia internacional de Kant.*

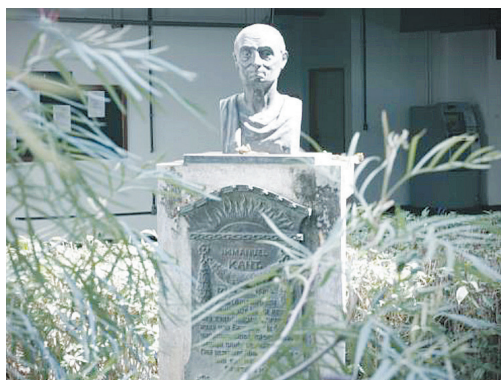
**Palavras-chave** *monumento Kant da FAFICH-UFMG, busto de Kant, placa de Kant, Arthur Versiani Velloso, Frederico Bracher Júnior.*

**ABSTRACT** *This work aims to reconstruct the histories around the plaque and the bust of Kant that compose the FAFICH monument in honor of the German philosopher. It has the following objectives: firstly, to show the relationship between the monument and the ideas that guided the creation of the Faculty of Philosophy of Minas Gerais by one of its founders, Prof. Arthur Versiani Velloso; and, secondly, to register the authorship of these works by the plastic artist Frederico Bracher Júnior in Kant's international iconography.*

**Keywords** *Kant Monument of FAFICH-UFMG, Bust of Kant, Kant Gedenketafel, Arthur Versiani Velloso, Frederico Bracher Júnior.*

1 Este artigo é resultado das atividades do Projeto *Kant in South America*, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) e do programa de pesquisa e inovação Horizon 2020, da *European Union*, no âmbito do contrato de subvenção Marie Skłodowska-Curie Nº 777786. Ele é uma versão para o português, contendo mais fotos, do original: Patrícia Kauark-Leite, "A Truly Cosmopolitan Philosopher: Images of Kant in Belo Horizonte", *Kant-Studien*, forthcoming.

Quem visita a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), no campus da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, encontra por lá vestígios marcantes da presença simbólica do filósofo de Königsberg, Immanuel Kant. Uma das mais significativas marcas dessa presença é o monumento em sua homenagem, localizado no jardim principal da Faculdade. Ele compreende um busto de bronze do filósofo alemão, colocado em um pedestal de concreto, e uma placa de bronze na sua parte frontal, onde se lê, na língua original do filósofo, a famosa frase conclusiva de sua *Crítica da razão prática*: “Duas coisas enchem o ânimo de admiração e de reverência sempre renovadas e crescentes quanto mais frequente e continuamente a reflexão se ocupa delas: o céu estrelado sobre mim e a lei moral em mim”<sup>2</sup>. O busto, de 57 cm de altura, é uma réplica de um dos bustos feitos na época de Kant. E a placa, de dimensões 97 cm por 47 cm, é uma réplica da famosa *Kant-Gedenktafel*, feita pelo artista alemão Friedrich Lahrs (1880-1964) e colocada no muro externo do castelo de Königsberg, em 1904, por ocasião da comemoração do centenário da morte de Kant. Além do busto e da placa, há ainda dois quadros do filósofo alemão, expostos hoje no interior da biblioteca da faculdade. Trata-se de reproduções, em grande escala, feitas por artistas locais, das pinturas originais a óleo, *Kant und seine Tischgenossen* (Kant e seus companheiros de mesa), de Emil Doerstling, de 1892/93, e do retrato a óleo de Kant, de Georg Döbler, realizado em 1791 e perdido após o fim da Segunda Guerra Mundial.



Monumento Kant FAFICH- UFMG (Foto de Cláudio Valentin)

2 Immanuel Kant, *Kritik der praktischen Vernunft*, 1788: “Zwei Dinge erfüllen das Gemüt mit immer neuer und zunehmender Bewunderung und Ehrfurcht, je öfter und anhaltender sich das Nachdenken damit beschäftigt: Der bestirnte Himmel über mir und das moralische Gesetz in mir.” (*Crítica da razão prática*, tradução de Monique Hulshof. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2017.)





Reprodução de *Kant und seine Tischgenossen* (Kant e seus companheiros de mesa), de Emil Doerstling, 1892/93. Autor e data não identificados (Acervo FAFICH-UFMG – Foto da autora)



Reprodução do retrato a óleo de Kant, de Georg Döbler (1791), feita pelo artista E. Baracciutti, em 1961 (Acervo FAFICH-UFMG – Foto da autora)

Não é possível dissociar as imagens de Kant que se encontram hoje na FAFICH do nome do Professor Arthur Versiani Velloso (1906-1986). Todas elas foram por ele encomendadas, nos anos de 1961-62, quando era diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. A época coincide justamente com inauguração do prédio próprio da faculdade, na rua Carangola, 288, quando ela teve sua sede transferida do Edifício Acaiaca, no centro da cidade, para o novo endereço, no tradicional bairro Santo Antônio, em Belo Horizonte.

Um detalhe curioso em relação à placa de Kant, observado por Heiner Klemme, professor na *Martin-Luther Universität Halle-Wittenberg*, em visita à nossa faculdade, foi o fato da placa original ter sido destruída durante os bombardeios à cidade de Königsberg, em 1945, e uma cópia muito semelhante ter aparecido no Brasil, mais precisamente na Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, em 1962, em uma era pré-digital. Qual teria sido o modelo para a réplica da placa de Kant presente na faculdade que levou o artista a reproduzir fielmente em 1961-62 o original destruído durante a Segunda Guerra Mundial? Este trabalho pretende, assim, reconstituir um pouco das histórias em torno da placa e do busto de Kant, que compõem o monumento da FAFICH, bem como buscar registrar essas obras na iconografia de Kant. Vamos nos ater nesse artigo apenas à origem do monumento composto pela placa e pelo busto.

## 1. O monumento e suas referências

Não encontramos no acervo administrativo da FAFICH qualquer referência nem à confecção nem à inauguração do monumento. O único registro sobre a origem do monumento vem de um relato de um ex-aluno do Professor Velloso, Antonio Ribeiro de Almeida, que publicou no *blog Blocos on line, Portal de literatura e cultura* um texto em memória ao seu mestre. Assim ele nos conta:

(Arthur Versiani Velloso) (e)ra um kantista e como admirador de Emmanuel Kant viajou duas vezes à Alemanha para realizar, em Koenisberg, com o corpo docente da universidade, a famosa “stoa” kantiana ao túmulo do mestre alemão. Tal era sua admiração por aquele filósofo que mandou fazer, em Belo Horizonte, uma réplica, em granito, da sua pedra tumular onde estão gravadas as imortais palavras com que é concluída a *Crítica da Razão Prática*.<sup>3</sup>

Esse relato, no entanto, não condiz com os fatos. Sem dúvida alguma, Velloso foi um estudioso e admirador de Kant e foi ele o autor da encomenda das obras. Porém, há nessa breve descrição uma série de equívocos. Deixando de lado o fato menor sobre o material da réplica, que é na realidade de bronze e não de granito, a história da viagem de Velloso à cidade natal de Kant não é verossímil. É pouquíssimo provável que ele tenha viajado a Königsberg antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 01 de setembro de 1939, e antes mesmo da criação da Faculdade, em 21 de abril de 1939. Antes da

3 Antonio Ribeiro de Almeida, “Memórias do meu mestre de filosofia”. In: *Blocos on line, Portal de literatura e cultura*, s/d. Disponível em: <<http://www.blocosonline.com.br/literatura/prosa/dp/dp02/dp020715.htm>>.

guerra não havia propriamente um corpo docente da Faculdade constituído e assim Velloso não poderia ter viajado antes da guerra “com o corpo docente da universidade”. Há relatos por parte de sua filha, Sandra Velloso<sup>4</sup>, e por conhecidos dele de suas viagens à Alemanha, todas elas realizadas após o fim da guerra. Além disso, antes da segunda guerra, Königsberg situava-se nos confins do estado alemão, na província da Prússia oriental, e não era um destino turístico de fácil acesso. Assim não é de modo algum verossímil que Velloso tenha viajado para Königsberg antes da guerra com a intenção de realizar um monumento em homenagem a Kant para uma Faculdade que nem sequer existia. Após a guerra, a suposta viagem de Velloso a Königsberg seria ainda menos provável. A cidade, que havia sido quase que completamente destruída pelos bombardeios, foi anexada, em 1946, à União Soviética, sob o nome de Kaliningrado. Se Velloso tivesse supostamente ido à antiga Königsberg, atual Kaliningrado, após a segunda guerra, que sob o domínio russo deixou de ser um destino turístico, tendo se transformado em uma base militar, de acesso muito restrito, ele não teria encontrado nem a placa nem o busto, por terem sido ambos destruídos durante os bombardeios.

Em segundo lugar, quando Velloso nasceu, em 1906, já não existia mais a famosa *Stoa Kantiana*. Este foi o nome dado à arcada aberta construída do lado externo da Catedral de Königsberg, em 1809, de aproximadamente quarenta e dois metros de comprimento por cinco metros de largura, para abrigar os túmulos dos professores da Universidade Albertina, dentre eles o de Kant. Ao final da *Stoa*, em uma sala em forma de capela, encontrava-se a lápide de Kant e junto um pedestal com o busto que foi produzido pelo artista Carl Friedrich Hagemann (1772-1806). A *Stoa Kantiana* original sobreviveu até 1880, quando ocorreu a exumação dos ossos de Kant. Nesse ano, uma nova capela neogótica foi erguida sobre uma nova tumba, que guardava um caixão em metal com os restos mortais do filósofo, que continuava ainda a ser chamada de *Stoa Kantiana*, mas sem as características arquitetônicas do antigo *hall* dos professores. Em 1924, no ducentésimo aniversário do nascimento de Kant, no lugar da capela gótica, um novo monumento fúnebre foi erguido, e que permanece lá até os dias de hoje. Ele foi projetado pelo artista Friedrich Lahrs, o mesmo da *Kant-Gedenktafel*. O mausoléu de Kant foi a única estrutura a sobreviver aos bombardeios durante a Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, a *Gedenktafel* de Kant nunca pertenceu ao mausoléu fúnebre e, portanto, não é verdade que a placa da FAFICH seja uma réplica da sua pedra tumular. A única

4 Agradeço a Sandra Velloso pela entrevista concedida e pelas informações prestadas sobre a vida de seu pai Arthur Versianni Velloso.

relação entre a placa e o túmulo de Kant é que ambas foram projetadas pelo mesmo artista. Porém, até a destruição do castelo, com os bombardeios, em 1945, eles se situavam a uma distância de aproximadamente um quilômetro um do outro: a placa situada no muro do castelo e o mausoléu contíguo à catedral de Königsberg.

Não deixa de ser curioso o processo de difusão desse relato fantasioso do ex-aluno de Velloso. Ele serviu como fonte a duas publicações oficiais da própria UFMG, em reportagens comemorativas do centenário de nascimento do fundador da Faculdade de Filosofia, e reproduzem a mesma história sem lastro factual sobre a origem do monumento da FAFICH<sup>5</sup>. Assim, vamos aos fatos, que serão aqui apenas parcialmente reconstituídos e interpretados de acordo com o material que encontramos.

## 2. O monumento e projeto iluminista de Arthur Versiani Velloso

O monumento foi colocado inicialmente no prédio da Rua Carangola, no ano de 1962, por ocasião de sua inauguração, e ali permaneceu até 1990, quando a Faculdade foi transferida para o atual prédio, no campus da UFMG, no bairro da Pampulha. No prédio da rua Carangola, a estátua de Kant se situava solitária e solenemente na antecâmara pouco iluminada da Biblioteca da Faculdade. Como guardiã de um templo, ela parecia assistir de maneira impassível e discreta aos acontecimentos angustiantes da vida universitária durante os anos de chumbo do regime ditatorial militar imposto ao país, que perseguiu, prendeu e baniu muitos de seus alunos e professores. Ocupando hoje um lugar na faculdade ao ar livre, a estátua acompanha agora com sobriedade os movimentos por mais liberdade que a faculdade protagoniza.

A meu ver, não foi por mero acaso ou apenas por admiração intelectual que Velloso encomendou a estátua e a placa com a famosa frase de Kant. É certo que ele foi um grande admirador e estudioso da filosofia de Immanuel Kant, tendo publicado vários artigos sobre o filósofo alemão na revista *Kriterion*<sup>6</sup>,

5 Cf. Regis Gonçalves, "O semeador de Filosofia", *Boletim UFMG*, nº 1515, Ano 32, 26.01.2005 e *Notícias online UFMG*, Minas celebra centenário de Arthur Versiani Velloso, quinta-feira, 26 de janeiro de 2006, às 9h01 (<https://www.ufmg.br/online/arquivos/003073.shtml>): "Apaixonado pela filosofia e adepto incondicional do pensamento de Immanuel Kant, viajou duas vezes à Alemanha para realizar, em Koenisberg, com o corpo docente da universidade, a famosa *stoa* kantiana ao túmulo do mestre alemão, mandando fazer, em Belo Horizonte, uma réplica em granito da sua pedra tumular".

6 Cf. Arthur Versiani Velloso, "Idealismo crítico e realismo crítico", *Kriterion*, n. 3, 1948, 281-296; A propósito do sesquicentenário de Kant, *Kriterion*, n. 27-28, 1954, 18-24; "O Kant de Ruysen", *Kriterion*, n. 33-34, 1955, 186-194; "Informação sobre o idealismo", *Kriterion*, n. 67, 1973-74, 60-122, "Doutrina ético-jurídica de Kant", *Kriterion*, n. 69, 1976, 52-91; "Doutrina ético-jurídica de Kant – II (conclusão)", *Kriterion*, n. 70, 1976, 52-100.

bem como um livro, em 1956, intitulado *A vida de Kant*<sup>7</sup>, em que presta uma homenagem comovente ao sesquicentenário do filósofo de Königsberg. No entanto, ao encomendar um monumento a Kant para ser colocado na biblioteca, o espaço mais nobre da Faculdade, situada na entrada principal do prédio, Velloso quis com ele simbolizar o projeto iluminista em curso para a cidade de Belo Horizonte, do qual era um dos principais protagonistas.

A fundação da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais foi resultado do trabalho altruísta e hercúleo de Velloso e de muitos outros professores, como Braz Pellegrino, Lúcio dos Santos (seu primeiro diretor), Padre Clóvis de Souza e Silva e José Lourenço de Oliveira, impulsionados pelo sonho de criar uma faculdade voltada para o que eles chamavam de “conhecimento desinteressado”. A ideia de um saber desinteressado, que quer significar a valoração do saber genuíno voltado para a busca desinteressada pela verdade, sem se preocupar com qualquer aplicação prática ou utilitária, não estava distante do projeto filosófico kantiano. A expressão “conhecimento desinteressado” expressa nela mesma um entrelaçamento entre a dimensão epistêmica do conhecimento e sua dimensão ética. Do ponto de vista da ética kantiana, um dos fundamentos da ação moral é justamente o desinteresse pelo útil. Nesse sentido, uma ação é julgada moral se for uma ação movida não por um interesse do que é mediatamente bom ou útil, mas exclusivamente pelo senso de dever, que busca tão somente o mais elevado interesse do bem moral. Assim, há na expressão do ideal da Faculdade, usada pelos seus fundadores, uma conotação kantiana implícita, se pensarmos na dimensão moral envolvida no saber intelectual, como ação que visa a busca pelo conhecimento sem qualquer fim utilitário e a ser praticada como dever, tendo em vista apenas o bem moral. O próprio Velloso afirma em um de seus artigos que “o primeiro dever do homem não é o de ser rico, hígido ou atleta, mas o de ser bom e justo, como o primeiro dever de um povo seria o de ser culto e educado”<sup>8</sup>.

7 Arthur Versiani Velloso, “A Vida de Kant”, Belo Horizonte: Itatiaia, 1956.

8 Velloso, Honra ao homem, *O Diário*, 03 de maio de 1958.



Arthur Versiani Velloso, ao lado de Braz Pellegrino, Lúcio dos Santos (1º. Diretor), Padre Clóvis de Souza e Silva e José Lourenço de Oliveira, em foto do dia 06 de maio de 1939, quando foi instituído o Primeiro Conselho Técnico Administrativo da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais (Acervo FAFICH-UFMG)

Os dizeres da *Gedenktafel*, que compõem o monumento, não deixam também de expressar essa supremacia da dimensão ética sobre a dimensão epistêmica ou da razão prática sobre a teórica, que Velloso tanto prezava, entrelaçadas pelo sentimento estético do sublime. A frase conclusiva da *Crítica da razão prática*, reproduzida no monumento, é reveladora do fato de que, por mais que a ciência avance na compreensão do mundo, há algo na experiência cosmológica relacionada ao incomensurável e ilimitado que os conceitos científicos não conseguem exprimir e que só o sentimento estético do sublime é capaz de revelar. Esse sentimento diante do incomensurável da natureza, que nos causa admiração e espanto, suscita em nós, ao mesmo tempo, a consciência da nossa própria finitude e insignificância diante dela. A dimensão moral da experiência do dever é que é capaz de elevar o homem a uma condição superior e de resistência em relação àquela condição de insignificância em que se via diante da onipotência da natureza, pois só ele é capaz de atribuir-lhe um *telos* e, assim, de conferir-lhe sentido. Leonel Ribeiro dos Santos analisa com profundidade o significado da frase de Kant. Em suas palavras:

Há na vivência cosmológica algo que os conceitos não captam, que as palavras não exprimem e que só a contemplação silenciosa deixa sentir. Para além do que o entendimento possa compreender a respeito do sistema do mundo, mesmo valendo-se das analogias da imaginação sempre o cosmos subsiste como objeto de admiração pela sua grandeza e incomensurabilidade, proporcionando à imaginação

o “esquema” para a ideia do infinito. Mas, por outro lado, perante esta grandeza e incomensurabilidade, sente-se o homem reduzido à sua insignificância e como que aniquilado enquanto ser material e sensível, ao mesmo tempo ganha consciência da sua condição e dignidade moral, que o eleva infinitamente acima de todo o universo e graças à qual somente, o próprio universo recebe um sentido final. Esta antinomia que exhibe a essência do sentimento do sublime, está admiravelmente expressa na conhecidíssima passagem da Conclusão da *Crítica da razão prática*, que consagra a inequívoca e íntima relação que existe entre a experiência cosmológica e a experiência da moralidade, como vivências originárias ou sentimentos – respectivamente, de admiração (*Bewunderung*) e de respeito (*Ehrfurcht*) – imediatamente ligados com a consciência da própria existência.<sup>9</sup>

Sem dúvida, Velloso identificou na inscrição da placa a síntese do que pretendia implementar com o seu projeto voltado para a educação científico-literário-filosófica dos saberes desinteressados. A criação da Faculdade de Filosofia resultou do projeto político iluminista de professores visionários em promover pela educação a maioria intelectual dos cidadãos montanhese da província mineira. Com forte vocação para o ensino e a formação de professores do ensino secundário e que passou a ofertar pela primeira vez na cidade e no estado de Minas Gerais cursos de graduação em Filosofia, Letras e nas áreas científicas básicas, ela foi sem dúvida um acontecimento de grande expressão para o desenvolvimento educacional e intelectual do estado. Além do ensino propriamente dito, a Faculdade, desde a sua criação, adquiriu um lugar de destaque no cenário cultural da cidade. Uma série de conferências e seminários dos mais variados temas filosóficos, literários e científicos passaram a ser ofertadas pela primeira vez à população provinciana de Belo Horizonte pelos seus professores e Velloso se destacava como um dos palestrantes mais frequentes. Os jornais locais passaram também a dedicar espaços generosos aos professores da faculdade para a publicação de artigos de natureza eminentemente acadêmica. Algo inusitado na vida cultural mineira. A Faculdade de Filosofia de Minas Gerias, na Belo Horizonte dos anos quarenta do século passado, buscava, pela ilustração, contribuir para a saída do mineiro provinciano de sua menoridade intelectual. Também a pesquisa não ficou à parte das atividades da faculdade. A criação da Revista *Kriterion*, a mais antiga revista de Filosofia do país, e criada pelo professor Velloso, em 1947, logo se firmou como um veículo de difusão de ideias dos professores e pesquisadores da Faculdade.

9 Leonel Ribeiro dos Santos. “Metáforas da razão ou economia poética do pensar kantiano”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, pp. 451-2.

Além de ter contribuído ativamente para a criação e consolidação da Faculdade de Filosofia, Velloso foi um professor generoso e dedicado, formando gerações de estudantes. Como bem observou José Henrique Santos, em seu artigo “Elogio de Arthur Versiani Velloso”, tal como Kant, ele exerceu o magistério como forma de vida: “Seguia de bom grado a opinião de Kant de que é melhor ensinar a pensar do que ensinar pensamentos, e que a filosofia não se aprende, o que se aprende é a filosofar, como se lê na Arquitetônica da Crítica da Razão Pura”<sup>10</sup>. A distinção kantiana entre “aprender Filosofia” e “aprender a filosofar” promoveu uma virada na definição do conceito em uso corrente pelos contemporâneos de Kant. Com base nessa distinção, ele desenvolveu um conceito de iluminismo próprio, não tanto vinculado ao significado puramente lógico da revelação material da verdade, mas como um programa político de obtenção por parte dos cidadãos da capacidade de usar sua própria mente. Em suas palavras: “Pensar por si mesmo significa procurar em si mesmo (isto é, em sua própria razão) a suprema pedra de toque da verdade; e a máxima de pensar sempre por si mesmo é o esclarecimento (*Aufklärung*)”<sup>11</sup>. Velloso procurou, em seu magistério, exercer essa máxima kantiana de que a filosofia se exerce pelo exercício genuíno da razão e não pela apreensão de uma verdade filosófica ditada por algum sistema de pensamento. Preocupado com a formação do jovem filósofo brasileiro, Velloso chegou a escrever dois livros sobre o ensino de filosofia<sup>12</sup>. Assim não foi apenas movido por um sentimento de empatia pela filosofia de Kant que Velloso encomendou o monumento da FAFICH. Mais do que uma doutrina a ser admirada, o programa iluminista kantiano deveria refletir o espírito da recém-criada Faculdade de Filosofia e da própria Universidade de Minas Gerais, à qual veio a ser incorporada em 1948.

Vale lembrar que a forma e o lugar central que o monumento Kant é atualmente exposto no jardim principal da FAFICH foi uma iniciativa do professor Hugo Pereira do Amaral, que dirigiu a Faculdade nos primeiros anos de seu funcionamento no atual prédio, localizado no Campus UFMG, da Pampulha. Ele solicitou, em 1991, que fosse construído o atual pedestal de concreto no jardim central para abrigar as duas peças em homenagem a Kant: o busto e a placa. Se não fosse o reconhecimento do professor Hugo Amaral

10 José Henrique Santos, “Elogio de Arthur Versiani Velloso”, *Kriterion* 85, 1992, p. 123.

11 Immanuel Kant, “O que significa orientar-se no pensamento?»: “Selbstdenken heißt den obersten Probestein der Wahrheit in sich selbst (d.i. in seiner eigenen Vernunft) suchen; und die Maxime, jederzeit selbst zu denken, ist die **Aufklärung**.” (WDO, AA 08: 146)

12 Arthur Versiani Velloso. “A Filosofia e seu estudo”. Rio de Janeiro: Agir, 1947; \_\_\_\_\_. “Introdução à história da filosofia”. Rio de Janeiro: Agir, 1947; \_\_\_\_\_. “O estudo da filosofia”. Belo Horizonte: Edições Júpiter, 1968.



para com o legado de Velloso, talvez o busto e o placa tivessem permanecido até hoje abandonados em algum depósito do novo prédio que passou a abrigar a faculdade.

### 3. O artista: Frederico Bracher Júnior

Velloso confiou a Frederico Bracher Júnior (1920-1984) a confecção do busto e da placa em homenagem a Kant. Bracher Jr. nasceu no Rio de Janeiro, em 1920, e morreu em Belo Horizonte, em 1984. Ele foi um artista múltiplo: pintor, desenhista, muralista, escultor, gravador, violinista, compositor, *luthier*, professor de desenho, pintura, escultura e de violino. O busto em bronze de Kant que realizou foi primeiramente esculpido em argila e depois um molde de gesso foi realizado e enviado para fundição. Conforme relato de sua esposa e filho, a fundição do busto e da placa, bem como de outras esculturas em bronze de Frederico Bracher Junior, foi realizada na *Zani Fundição Artística e Metalúrgica*, no Rio de Janeiro, uma das mais importantes empresas de confecção de obras de arte em metal do país, fundada pelo artista ítalo-brasileiro Amadeu Zani (1869-1944).

Em 1980, o busto em gesso de Immanuel Kant de autoria de Bracher Jr. foi exposto no Palácio das Artes, em Belo Horizonte, na retrospectiva em comemoração aos 50 anos de vida artística de Bracher Jr. Nessa exposição foram recriadas partes do *atelier* do artista com seus objetos, mesa de xilogravura, mesa para esculturas, cavaletes, violinos de sua própria autoria, junto a moldes de esculturas, entre elas a de Kant. Frederico Bracher Jr. também produziu bustos de personalidades importantes da vida pública da cidade, como os de Hilton Rocha, Waldomiro Magalhães Pinto, Artur Guimarães e Felício Rocho. É também de sua própria autoria uma pintura a óleo de natureza morta com o busto de Kant em seu *atelier*.

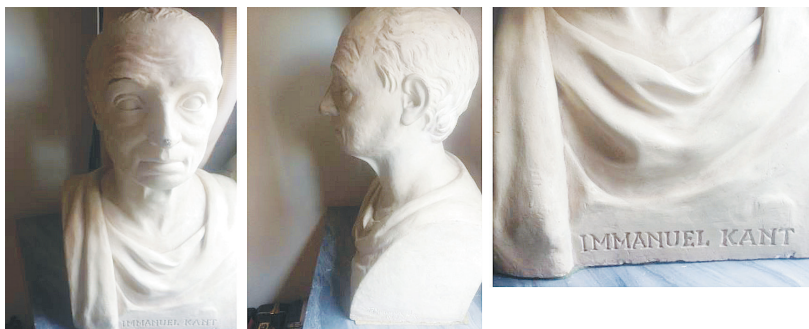
Com certeza Bracher Jr. recebeu de Velloso fotografias que lhe serviram de modelo para realizar, em Belo Horizonte, em 1962, as reproduções do busto e da placa de Kant. Mas qual a origem das fotos? De que modo a foto da placa destruída em 1945 poderia ter chegado em Belo Horizonte nas mãos de Velloso? Qual dos bustos originais de Kant foi aquele que Frederico Bracher buscou reproduzir e onde estava ele localizado após a guerra? As fotos às quais Bracher Jr. teve acesso para fazer as suas obras se perderam. Assim o que faremos aqui é apresentar as hipóteses que consideramos mais plausíveis.



Frederico Bracher Jr. em seu atelier com o seu busto de Kant em gesso (Acervo da família)



Natureza-morta com busto de Kant. Pintura a óleo de Frederico Bracher Jr. (Acervo da família)



Detalhes do busto de Kant em gesso de Bracher Jr., 1962 (Acervo da família)

#### 4. O busto e seu original

Vamos primeiro à história do busto original do qual o da FAFICH é uma cópia. A hipótese original era a de que a réplica realizada por Bracher Jr. teria como base o busto de Kant de Königsberg, que esteve exposto na capela fúnebre de Kant. Tal busto foi obra do escultor alemão Carl Friedrich Hagemann (1772-1806), que trabalhou como assistente do renomado escultor Johann Gottfried Schadow (1764-1850), em seu estúdio em Berlim.

Há muitos relatos escritos da produção desse busto por parte de amigos e conhecidos de Kant na época. Destaco, em especial, os relatos feitos pelo físico e companheiro de mesa, a quem Kant confiou a execução do seu testamento após a sua morte, Christian Friedrich Reusch<sup>13</sup>, pelo jurista e também seu companheiro de mesa, Johann Georg Scheffner (1736-1820)<sup>14</sup>, pelo médico de Königsberg, Johann Christoph Mortzfeld<sup>15</sup>, e mesmo em artigo severamente crítico do jornal de Leipzig, *Zeitung für die elegante Welt*, em 1803, que afirma ser a visão da escultura desagradável e que “o busto de Kant sugere que a imbecilidade da velhice é um objeto triste para a escultura”<sup>16</sup>. Há mesmo uma nota do próprio Kant sobre a ida de Hagemann a Königsberg para a execução da encomenda reproduzida por Reusch, em seu livro sobre Kant e os companheiros de mesa<sup>17</sup>. Segundo contam, Schadow teria sido contratado para realizar o busto por um conselheiro do governo de Königsberg por solicitação dos amigos e admiradores de Kant, que gostariam de homenageá-lo em vida. Ele então envia seu assistente Hagemann para realizar o trabalho e este chega em Königsberg, em janeiro de 1801, para preparar o modelo do busto a ser executado. Kant contava, na ocasião, com a idade de 77 anos. Seu amigo Scheffner relata em seu livro de memórias que quando perguntado por Hagemann se deveria reproduzi-lo fielmente, Kant teria lhe respondido em tom de brincadeira: “Você não pode

13 Christian Friedrich Reusch, *Kant und seine Tischgenossen*, Königsberg: Tag & Koch, 1849.

14 Johann Georg Scheffer, *Mein Leben, wie ich*, Johann George Scheffner es selbst beschrieben, vol. 2, Leipzig, 1823.

15 Johann Christoph Mortzfeld, *Fragmente aus Kants Leben. Ein biographischer Versuch*, Königsberg: Hering und Haberland, 1802, p. 107-8, 132.

16 *Zeitung für die elegante Welt*, 13 Jan 1803: "Die Büste von Kant führt auf die Betrachtung, daß die Imbecillität des hohen Alters ein trauriger Gegenstand für die Skulptur ist. Hr. Hagemann hat ihrehalb eine Reise nach Königsberg gemacht. Man sollte denken, es hätten sich ohne solchen Aufwand so widersprechende Theile zusammenfinden lassen, wie man an diesem Kopfe sieht, da die ausgetrocknete Abgelebtheit in einigen, in andern, z. B. der Nase, eher eine kindische Formlosigkeit neben sich hat. — Die Büste des Professor Herz, welche dicht bei der von Kant steht, hat auch manche Aehnlichkeiten mit ihr: der Anblick von beiden ist unerfreulich".

17 Kant *apud* Reusch, *Kant und seine Tischgenossen*, p. 8: „Herr Kriegs Rath Müller, Oberbaudirektor, wohnhaft auf dem Schloß, verlangt, daß der Herr Bildhauer Hagemann aus Berlin, der blos darum hergekommen ist, um meine Büste abzunehmen, die Zeit dazu bestimmen solle, wenn dieses geschehe. Verlangt daß Montags um 10 bis 11 dies Geschäft verrichte. Soll von weißem cararischen Marmor verfertigt werden“.

me deixar tão velho e feio como eu sou agora”<sup>18</sup>. Na época em que modelava o busto em Königsberg, Hagemann chegou a fazer um desenho à caneta em um guardanapo de papel, de aproximadamente oito centímetros de comprimento, onde se vê um Kant bem encurvado pelo peso da idade, preparando a mostarda para os seus companheiros de mesa. A partir do molde de argila, Hagemann criou duas versões do busto em mármore carrara: o busto de Königsberg, com as marcas da idade mais nuançadas, como lhe havia solicitado Kant, e o busto de Hamburgo, com traços mais expressivos<sup>19</sup>.

O busto de Königsberg foi o único que Kant conheceu. Após a sua morte, ele ornamentou a *Stoa Kantiana* até ser removido, em 1820, para o grande auditório da velha universidade Albertina e, posteriormente, em 1862, para a sala do Senado da nova universidade. No entanto, uma cópia foi preparada por Rudolf Siemering, em 1880, para ser mantida no túmulo de Kant<sup>20</sup> até provavelmente a sua remoção em 1904. Em 1945, o cirurgião Oskar Ehrhardt (1873-1950) resgatou o busto original dos escombros da universidade e o manteve em seu quarto no Hospital Elisabeth até sua transferência para Göttingen em 1947. A partir dessa data o busto original de Königsberg é dado como desaparecido<sup>21</sup>.

O busto de Hamburg, por sua vez, confeccionado por Hagemann, foi uma encomenda de Jonas Ludwig von Heß (1756-1823), que estudou medicina em Königsberg e frequentou a casa de Kant. Ele se encontra até os dias de hoje conservado no *Hamburger Kunsthalle*, na cidade de Hamburgo<sup>22</sup>.

Após a morte de Kant, Schadow confeccionou, em 1808, o seu próprio busto de Kant, utilizando-se do mesmo molde em argila de Hagemann. O busto de Schadow se encontra hoje exposto no memorial de Walhalla, na cidade de Regensburg, na Alemanha<sup>23</sup>.

18 Scheffner, *Mein Leben*, p. 264.

19 Sobre a descrição das diferenças entre os bustos de Hagemann de Königsberg e de Hamburgo: Cf. Karl Heinz Clasen, *Kant Bildnisse*, Königsberg: Gräfe und Unzer, 1924, p. 25-26.

20 Volkmar Essers, Kant-Bildnisse, in Immanuel Kant. Leben – Umwelt – Werk. Ausstellung des Geheimen Staatsarchivs Preußischer Kulturbesitz aus Beständen der Stiftung preußischer Kulturbesitz, der Bayerischen Staatsbibliothek, München, des Hauses Königsberg in Duisburg und anderer Leihgeber zur 250. Wiederkehr von Kants Geburtstag am 22. April 1974. Zusammenstellung und Katalog: Friedrich Benninghoven. (Berlin) 1974, p. 55.

21 Herbert Meinhard Mühlpfordt, *Königsberger Skulpturen und ihre Meister 1255-1945*, Würzburg: Holzner, 1970.

22 Cf. Clasen, *Kant Bildnisse*, p. 25.

23 Cf. Essers, *Kant-Bildnisse*, p. 56.

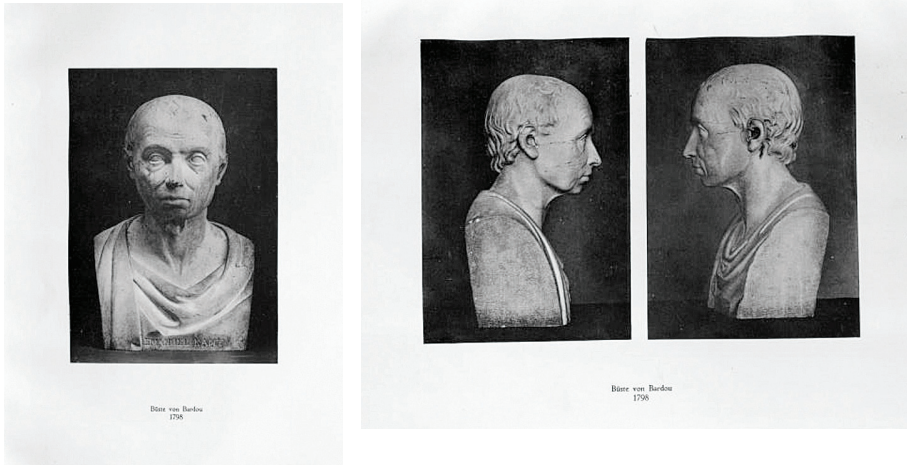


Busto de Hagemann – Exemplar de Hamburgo, 1801 (In: Karl-Heinz Clasen, *Kant-Bildnisse*, Königsberg: Gräfe & Unzer, 1924)



Cópia em gesso do exemplar de Königsberg, de Hagemann, 1801 (Museu Immanuel Kant em Kaliningrado, Rússia. Foto da autora)

No entanto, as análises das imagens das diversas esculturas de Kant nos permitiram concluir que o busto da FAFICH é uma réplica não do busto de Hagemann, de 1801, mas de um outro busto produzido três anos antes, em 1798, por Emanuel Bardou (1744 -1818), que, por sua vez, nunca esteve exposto em Königsberg. Diferente do busto de Hagemann, em que há várias fontes relatando a ida do escultor a Königsberg para a execução de sua obra, não há nenhum registro, nem da viagem de Bardou à cidade de Kant, nem sobre o modo como ele teria modelado o filósofo para realizar a sua escultura. Há, entretanto, semelhanças impressionantes entre o busto de Hagemann de Königsberg e o busto de Bardou, sugerindo que Hagemann, muito provavelmente, tivesse conhecimento da escultura anterior de Bardou. Ambos retratam Kant sem a tradicional peruca e com uma vestimenta ao estilo greco-romano, com um manto drapeado colocado sobre os seus ombros, com a diferença de que a dobra se encontra sobre o ombro esquerdo no primeiro e sobre o ombro direito no segundo. Esse detalhe da dobra do tecido no ombro direito do busto da FAFICH, bem como a inscrição na parte da frente do nome “Immanuel Kant”, com o mesmo tipo de letra, é um forte indício de que ele seria mesmo uma cópia do busto de Bardou e não do busto de Königsberg de Hagemann.



Busto de Bardou, 1798 (In: Karl-Heinz Clasen, *Kant-Bildnisse*, Königsberg: Gräfe & Unzer, 1924)

Emanuel Bardou foi um escultor suíço que trabalhou no atelier de Christian Rauch (1777-1857), em Berlim. Segundo Karl Heinz Clasen, Bardou teria modelado o busto em viagem a Königsberg, a caminho de São Petersburgo. Ele depois teria preparado o busto em Berlim, com a esperança de encontrar compradores dispostos a comprá-lo, dada a importância de Kant<sup>24</sup>. Confeccionado em mármore e medindo aproximadamente 45 cm de altura, ele contém na sua parte de trás o registro do ano e da autoria: “*E. Bardou fecit 1798*”. O busto de Bardou, após sua morte, em 1818, passou a pertencer à coleção do estúdio de Christian Rauch. Sem dar muito valor à obra que herdou, Rauch decidiu expô-la ao ar livre, em 1844, em cima de um alto pedestal ao lado de um outro com a estátua de um fauno, que serviam como peças de ornamentação do pitoresco jardim da Vila d’Alton, na cidade de Halle an der Saale<sup>25</sup>. Essa vila, construída por Rauch para presentear a sua filha e o genro, o professor de anatomia da Universidade de Halle, Johann Samuel Eduard d’Alton, e projetada pelo arquiteto Johann Heinrich Strack (1805-1888), foi vendida, em 1835, ao historiador Ernst Ludwig Dümmler (1830-1902), e, em 1889, ao industrial Max Dehne<sup>26</sup>. Durante esse período, o busto sofreu alguns

24 Cf. Clasen, *Kant Bildnisse*, p. 24.

25 Cf. Peter Findeisen, *Die Villa d’Alton in Halle*, in Max Kunze (Hrsg), *Christian Daniel Rauch. Beiträge zum Werk und Wirken*, Stendal, 1980, p. 65; e Paul Wolters, *Aus Ferdinand Dümmlers Leben*, Leipzig, S. Hirzel, 1917, p. 136-138.

26 Cf. Sabine Zwiener, *Johann Samuel Eduard d’Alton (1803-1854), Leben und Wirken*, Halle, Univ., Med. Fak., Diss., 2003, p. 68-73.

desgastes pela exposição ao tempo. Mais tarde, em 1923, o busto de Bardou foi então adquirido pelo diretor do museu estatal, Theodor Demmler, e passou a integrar a coleção do *Kaiser Friedrich Museum*, em Berlim<sup>27</sup>. O busto se encontra hoje exposto no *Bode Museum* na capital da Alemanha.



Halle 10 d. J. M. 1878

Desenho de 1828 da Vila d'Alton, situada na Schimmelstraße, n. 8, Halle an der Saale, Alemanha. Litogravura de J. S. Eduard d'Alton ou J. H. Strack. (Acervo: Stadtarchiv de Halle an der Saale)



Desenho de H. Töpfer com detalhe do jardim da Vila de d'Alton em que aparece o pedestal com o busto de Kant de Bardou. (In: Paul Wolters, *Aus Ferdinand Dümmlers Leben*, Leipzig: S. Hirzel, 1917, p. 138)

27 Cf. Theodor Dammler, Emanuel Bardous Kantbüste vom Jahr 1798, *Kant-Studien* 29, 1924, 316-320 e Theodor Demmler, Immanuel Kant in den Berliner Sammlungen, *Der Kunstwanderer*, 6. April, 1924, 209-212.

Os dois artigos publicados por Demmler, bem como o livro de Clasen sobre as imagens de Kant, todos eles publicados no ano do bicentenário de Kant, contêm fotos muito nítidas em ângulos distintos do busto de Bardou. Além dessas publicações, há ainda dois artigos de Clasen, de 1924, e um artigo de Erich Biehahn, publicado na *Kant-Studien*, de 1958-59, que descrevem ou fazem referência ao busto de Bardou<sup>28</sup>. Talvez uma dessas publicações tenha sido a fonte de onde Bracher Jr. teria modelado o seu busto de Kant. Não é implausível pensar que Velloso teria tido em mãos um exemplar do volume 29 da *Kant-Studien* ou mesmo um exemplar do livro de Clasen, dado o seu interesse em encomendar várias reproduções de obras artísticas da figura do filósofo que profundamente admirava.

### 5. A placa e seu modelo

A origem da foto que Bracher Jr. usou para a sua reprodução da *Kant-Gedenktafel* é mais intrigante do que a do busto, uma vez que a foto da placa não constava em nenhuma publicação relativa às imagens de Kant.

A inauguração da placa no muro do Castelo de Königsberg, em 1904, como parte das homenagens em celebração ao 100º aniversário da morte de Kant, foi um acontecimento importante na vida da cidade. Este é descrito por Von H. Vaihinger em seu artigo sobre o Jubileu de Kant, de 1904, publicado no ano seguinte na *Kant-Studien*<sup>29</sup>. Há uma foto histórica desse evento de descerramento da placa, tirada pelo fotógrafo alemão Alfred Kühlewindt, em que nela aparecem o Ministro da Educação e Cultura da Prússia, Dr. Conrad von Studt (1838-1921), o marechal de alta patente, Colmar Freiherr von der Goltz (1843-1916), o chefe do Estado-Maior General da Alemanha, Helmuth von Moltke (1848-1916), além do prefeito de Königsberg, Siegfried Körte (1861-1919).

A placa de bronze com a célebre frase da *Crítica da razão prática*, medindo 2 (dois) metros de comprimentos por 1 (um) metro de largura, permaneceu no muro do castelo até os bombardeios dos aliados, que destruíram quase que inteiramente a cidade de Königsberg. A cidade sofreu inicialmente com o bombardeio russo, em 1941, depois com dois bombardeios britânicos, em agosto de 1944, que praticamente destruíram toda a parte central da cidade, e

28 Karl-Heinz Clasen, Wie sah Kant aus? *Leipziger Illustrierte Zeitung*, 17. April 1924; Karl Heinz Clasen, Die Kantbüste von E. Bardou, *Ostdeutsche Monatshefte* 5, 1924, 14-20; Erich Biehahn, Das Berliner Kantbildnis, *Kant-Studien* 50, 1958/59, 255-256.

29 Von H. Vaihinger, Das Kantjubiläum im Jahre 1904, *Kant-Studien* 10, n.1-3, 1905, 106-07.



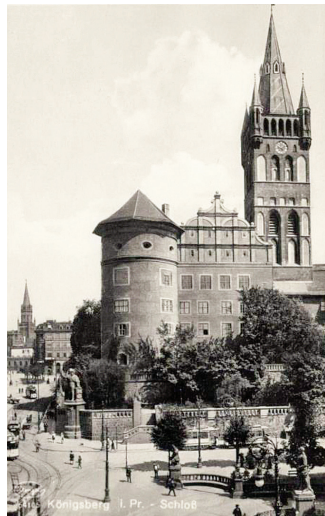
finalmente com os sucessivos bombardeios russos durante a famosa batalha de Königsberg, em 1945. A demolição final das ruínas do Castelo ocorreu em 1968, não se sabe ao certo se a mando do então líder da União Soviética, Leonid Brezhnev, para quem o castelo representava “um ninho de militarismo e fascismo”, ou se foi uma iniciativa dos dirigentes do partido em Kaliningrado.<sup>30</sup> A placa, no entanto, é considerada desaparecida desde 1945.

Foto do descerramento da  
"Kant-Gedenktafel" no muro  
do Castelo de Königsberg,  
em 1904, em evento  
comemorativo ao centenário  
da morte do filósofo  
(Foto de Alfred Kühlewindt,  
domínio público).



1. Kaiserwilleh. 2. Frau. 3. General Jahn. 4. K. Reich. 5. Pfarrer. 6. Müller. 7. Oberbürgermeister. 8. Die  
Zur Feier des hundertjährigen Geburtstages Kants: Die Enthüllung der Gedenktafel an der Felsengasse des Königsberger Rathauses.  
Foto: Kühlewindt.

Cartão Postal do Castelo de  
Königsberg no início do século XX,  
em cujo muro foi exposta a placa  
em homenagem a Kant



30 Miles Glendinning, *The Conservation Movement: A History of Architectural Preservation*, Londres: Routledge, 2013, p. 369.

Assim, o registro fotográfico que chegou às mãos de Velloso para a realização da sua encomenda, muito certamente, foi tirado antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial. Assim, quem, por ventura, após a guerra, visitasse a antiga Königsberg, que em 1946 foi anexada à União Soviética e passou a se chamar Kaliningrado, não mais teria encontrado qualquer vestígio da placa.

Só em setembro de 1993, na Rússia pós-soviética, nas ruínas que restaram do muro do antigo castelo, em Kaliningrado, foi descerrada uma nova placa semelhante à original, mas com a inscrição bilingue, em alemão e russo. Em 2017, devido a obras no local, esta placa memorial foi removida e se encontra hoje no museu de arte de Kaliningrado.<sup>31</sup>

Nas inúmeras vicissitudes das histórias em torno dessa placa, cabe também registrar que seis anos antes da inauguração da placa da FAFICH, em 1955, por ocasião do 700º aniversário da cidade de Königsberg, na cidade alemã de Duisburg, foi inaugurada uma réplica da placa de Kant no *Brunnenhof* da prefeitura da cidade. Seria razoável pensar que, se Velloso tivesse viajado à Alemanha após a guerra e visitado a cidade de Duisburg, ele poderia ter tirado uma fotografia dessa réplica para realizar a sua encomenda. No entanto, a placa de Duisburg guarda diferenças marcantes com a original, notadamente em relação ao tipo de letra, à distribuição das palavras nas linhas e a pequenos detalhes nos elementos decorativos.

A análise comparativa das imagens evidencia que a placa da FAFICH foi, de fato, copiada da original de Königsberg, destruída em 1944-45, e não da placa de Duisburg, inaugurada em 1955.



Placa original, Königsberg, 1904.



Réplica de Duisburg, 1955.



Réplica FAFICH, Belo Horizonte, 1962. (Foto de Cláudio Valentin)

31 Ivan Markov, В Калининграде демонтирована памятная доска с изречением Канта [Memorial plaque with Kant's dictum dismantled in Kaliningrad], 20 July, 2017, <https://www.kaliningrad.kp.ru/online/news/2812790/>



Cartão Postal  
 Impressão frente: Stengel, 55801, Königsberg, Ostpr., Kanttafel  
 Impressão verso: Stengel, Echte Photographie



Cartão Postal  
 Postado em 16 de junho de 1914  
 Impressão no verso: M.R.K. 90  
 Königsberg i. Pr., Gedenktafel an Kant.

Na ausência dos registros que serviram de modelo para o trabalho de Bracher Jr., busquei rastrear a origem da variedade de fotos da placa original que estão disponíveis na internet, a fim de identificar a fonte na qual foram publicadas. Para a minha surpresa descobri que todas elas pertenceram a uma coleção de cartões postais da cidade de Königsberg que foram produzidos na década de 1910. Antes das mensagens eletrônicas, o cartão postal, desde sua invenção em meados do século XIX, foi o meio mais popular de mensagens breves e comunicação rápida, acompanhado por uma imagem produzida em

massa. A série de cartões postais com a foto da placa de Kant, no muro do castelo de Königsberg, coincide exatamente com a idade de ouro dos cartões postais. Como os selos, os cartões postais se tornaram no século passado um item de colecionador, mais valorizado por sua imagem do que por sua mensagem. Parece bem plausível supor que Velloso teve em mãos um desses cartões postais com a fotografia da placa original para fazer a sua encomenda ao escultor Frederico Bracher Jr.

Resta-nos, contudo, conjecturar sobre o possível elo de ligação entre Velloso e alguém que teria visitado ou morado na cidade de Königsberg para ter lhe trazido ou enviado um cartão da placa comemorativa. A sugestão me veio do professor Guido Antônio de Almeida, que foi aluno do professor Velloso. Guido lembrou que em seus tempos de estudante, Velloso se referia muito a um professor alemão de filosofia grega, Professor Arnulf Conrad Paul Ansoerge, que lecionou na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, nos primeiros anos de seu funcionamento. Foi então que o elo se fechou. Descobrimos que o professor Ansoerge teve ligações familiares fortes com a cidade de Königsberg.

Nascido em Weimar, em 17 de setembro de 1894, Arnulf Conrad Paul Ansoerge foi o segundo dos quatro filhos de Margarete Wegelin (1872-1944) e Conrad Ansoerge (1862-1930). Arnulf Ansoerge estudou nas Universidades de Heidelberg, Colônia, Marburg e Berlim, onde obteve seu doutorado em Filosofia. Foi professor visitante de filosofia e literatura alemã na Universidade de Paris antes de ser contratado por Velloso como professor de filosofia grega na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais. Arnulf Ansoerge lecionou por seis anos na capital mineira até o seu falecimento, em 17 de outubro de 1954<sup>32</sup>.

Seu pai, Conrad Ansoerge, foi um famoso pianista e compositor e um dos últimos discípulos de Franz Liszt. Por mais de quinze anos, durante os meses de verão de 1910 a 1925, seu pai conduziu *masterclasses* no Conservatório de Königsberg. Além dessa ligação por parte do seu pai com a cidade de Kant, seu irmão mais velho, Joachim Ansoerge (1893-1947) foi também pianista e professor do *Institut für Schul-und Kirchenmusik*, em Königsberg<sup>33</sup>. Joachim Ansoerge parece ter sido também um grande admirador de Kant, pois o seu nome consta na lista dos novos membros da *Kant-Gesellschaft*, em 1922<sup>34</sup>. Isso nos faz supor que talvez venha dele o cartão postal que teria chegado às mãos de Velloso pelo irmão e então colega da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, Arnulf Conrad Paul Ansoerge.

32 Cf. "Noticiário", Revista de História, USP, n. 20, out-dez, 1954, p. 503.

33 Carl Benedict, "Ansoerge, Conrad", *Neue Deutsche Biographie*, v. 1, 1953, p. 313.

34 Kant-Gesellschaft, Neuangemeldete Mitglieder für 1922, *Kant-Studien*, v. 28, n.1-2, 1923, p. 214.



Retrato de Arnulf Conrad Paul Ansorge. Óleo sobre Tela, de Gentil Garcez, 1959. (Foto da autora)

\*\*\*

A história de objetos não deixa de ser também uma história de homens e de ideias. Incontestavelmente, as marcas da presença simbólica de Kant na FAFICH através do monumento e dos quadros são também marcas da presença do Professor Velloso na vida acadêmica da Universidade e do ideal que orientou o seu projeto de criação da Faculdade de Filosofia. Velloso buscou com essas obras uma forma não apenas de homenagear Kant, mas de evocar seu ideário iluminista como guia exemplar do espírito acadêmico. Arthur Versiani Velloso é assim o grande nome por trás da iconografia de Kant na FAFICH, a quem rendo, com esse artigo, meu tributo e reconhecimento.

### **Agradecimentos**

Eu gostaria de agradecer às pessoas que me prestaram informações relevantes para a realização deste trabalho, em especial, a Guido de Almeida, Hugo Amaral, Gustavo Bracher, Joel Klein, Heiner Klemme, Graziano Mazzocchini, Maria Carolina Mendonça, Daniel Pucciarelli, Adilson Quevedo, Vilma Carvalho de Souza, Cláudio Valentim, Alexei Krouglou e Sandra Velloso.

## Referências

- ALMEIDA, Antonio Ribeiro de. “Memórias do meu mestre de filosofia”. In: *Blocos on line, Portal de literatura e cultura*, s/d. Disponível em: <<http://www.blocosonline.com.br/literatura/prosa/dp/dp02/dp020715.htm>>.
- BENEDICT, Carl. “Ansorge, Conrad”. *Neue Deutsche Biographie*, v. 1, 1953.
- BIEHAHN, Erich. “Das Berliner Kantbildnis”. *Kant-Studien* 50, 1958/59.
- CLASEN, Karl Heinz. “Kant Bildnisse”. Königsberg: Gräfe und Unzer, 1924.
- CLASEN, Karl Heinz. “Wie sah Kant aus?”. *Leipziger Illustrierte Zeitung*, 17. April 1924.
- CLASEN, Karl Heinz. “Die Kantbüste von E. Bardou”. *Ostdeutsche Monatshefte* 5, 1924.
- DAMMLER, Theodor. “Emanuel Bardous Kantbüste vom Jahr 1798”. *Kant-Studien* 29, 1924.
- DAMMLER, Theodor. “Immanuel Kant in den Berliner Sammlungen”. *Der Kunstwanderer*, 6. April, 1924.
- “German philosopher Kant sparks tensions in Russian hometown”. *The Local*, 04 Dec 2018. Disponível em: <<https://www.thelocal.de/20181204/german-philosopher-kant-sparks-tensions-in-russian->>
- GLENDINNING, Miles. “The Conservation Movement: A History of Architectural Preservation”. London: Routledge, 2013.
- GONÇALVES, Regis. “O semeador de Filosofia”. *Boletim UFMG*, nº 1515, Ano 32, 26.01.2005.
- ESSERS, Volkmar. “Kant-Bildnisse”. In: Immanuel Kant. Leben – Umwelt – Werk. Ausstellung des Geheimen Staatsarchivs Preußischer Kulturbesitz aus Beständen der Stiftung preußischer Kulturbesitz, der Bayerischen Staatsbibliothek, München, des Hauses Königsberg in Duisburg und anderer Leihgeber zur 250. Wiederkehr von Kants Geburtstag am 22. April 1974. Zusammenstellung und Katalog. Berlin: Friedrich Benninghoven, 1974.
- FINDEISEN, Peter. “Die Villa d’Alton in Halle”. In: Max Kunze (Hrsg), “Christian Daniel Rauch: Beiträge zum Werk und Wirken”. Stendal, 1980.
- KANT, Immanuel. “Kritik der praktischen Vernunft” [KpV]. Hrsg. von Karl Vorländer. Hamburg: Felix Meiner, 1993.
- KANT, Immanuel. “Crítica da razão prática”. Tradução de Monique Hulshof. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2017.
- KANT, Immanuel. “Was heisst: Sich im Denken Orientiren?” [WDO]. In: *Akademie-Textausgabe*, Bd. 08. Berlin: de Gruyter, 1968.
- KANT, Immanuel. “Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?” [WA]. In: *Akademie-Textausgabe*, Bd. 08. Berlin: de Gruyter, 1968.
- KANT, Immanuel. “Resposta à pergunta: que é Esclarecimento?”. Tradução de Raimundo Vier e Floriano de Sousa Fernandes. In: *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- KANT, Immanuel. “O que significa orientar-se no pensamento?”. Tradução de Raimundo Vier e Floriano de Sousa Fernandes. In: *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- Kant-Gesellschaft. Neuangemeldete Mitglieder für 1922. *Kant-Studien*, v. 28, n.1-2, 1923.

- Markov, Ivan В Калининграде демонтирована памятная доска с изречением Канта [Memorial plaque with Kant's dictum dismantled in Kaliningrad], 20 July, 2017, <https://www.kaliningrad.kp.ru/online/news/2812790/>
- MORTZFELD, Johann Christoph. "Fragmente aus Kants Leben. Ein biographischer Versuch". Königsberg: Hering und Haberland, 1802.
- MÜHLPFORDT, Herbert Meinhard. "Königsberger Skulpturen und ihre Meister 1255-1945". Würzburg: Holzner, 1970.
- "Minas celebra centenário de Arthur Versiani Velloso". *Notícias online UFMG*, quinta-feira, 26 de janeiro de 2006, às 9h01. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/online/arquivos/003073.shtml>>.
- "Noticiário". *Revista de História da USP*, n. 20, out-dez, 1954.
- REUSCH, Christian Friedrich. "Kant und seine Tischgenossen". Königsberg: Tag & Koch, 1849.
- SANTOS, José Henrique. "Elogio de Arthur Versiani Velloso". *Kriterion*, n. 85, 1992.
- SANTOS, Leonel Ribeiro dos. "Metáforas da razão ou economia poética do pensar kantiano". Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- SCHEFFER, Johann Georg. Mein Leben, wie ich, Johann George Scheffner es selbst beschrieben, vol. 2. Leipzig, 1823. Vaihinger, Von H. Das Kantjubiläum im Jahre 1904. *Kant-Studien* 10, n.1-3, 1905.
- VELLOSO, Arthur Versiani. "Idealismo crítico e realismo crítico". *Kriterion*, n. 3, 1948.
- \_\_\_\_\_. "A Filosofia e seu estudo". Rio de Janeiro: Agir, 1947.
- \_\_\_\_\_. "Introdução à história da filosofia". Rio de Janeiro: Agir, 1947.
- \_\_\_\_\_. "A propósito do sesquicentenário de Kant". *Kriterion*, n. 27-28, 1954.
- \_\_\_\_\_. "O Kant de Ruysen." *Kriterion*, n. 33-34, 1955.
- \_\_\_\_\_. "A Vida de Kant". Belo Horizonte: Itatiaia, 1956.
- \_\_\_\_\_. "Honra ao homem". *O Diário*, 03 de maio de 1958.
- \_\_\_\_\_. "Informação sobre o idealismo". *Kriterion*, n. 67, 1973-74.
- \_\_\_\_\_. "Doutrina ético-jurídica de Kant". *Kriterion*, n. 69, 1976.
- \_\_\_\_\_. "Doutrina ético-jurídica de Kant – II (conclusão)". *Kriterion*, n. 70, 1976.
- \_\_\_\_\_. "O estudo da filosofia". Belo Horizonte: Edições Júpiter, 1968.
- WOLTERS, Paul. "Aus Ferdinand Dümmlers Leben". Leipzig: S. Hirzel, 1917. *Zeitung für die elegante Welt*, 13 Jan 1803.
- ZWIENER, Sabine. "Johann Samuel Eduard d'Alton (1803-1854), Leben und Wirken". Halle, Univ., Med. Fak., Diss., 2003.





## ***1968, ONTEM E HOJE***

*João Carlos Brum Torres*  
Universidade de Caxias do Sul /  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
brumtorres@gmail.com

**RESUMO** *A estrutura singular deste artigo deriva das peculiares características do evento Memórias 2 em 1: 25 anos do doutorado em Filosofia da UFMG/1968 ontem e hoje Brasil, Europa, EUA, ao qual esteve vinculada sua elaboração. A combinação no evento do apelo à reflexão filosófica com a remissão a acontecimentos históricos explica por que o artigo divide-se em quatro seções, de teor bem diverso, organizadas como se partes de um mosaico. Na primeira evoca-se o “ambíguo significado dos eventos de 1968, em cujo curso as mobilizações e lutas por uma vida mais livre e por uma sociedade mais justa foram acompanhadas e sobrepujadas pela reação conservadora e autoritária. A segunda relembra de modo mais determinado as revoltas de 68 nos diferentes países e seus melancólicos desfechos. Na terceira seção, o artigo chama atenção para que, na sequência quase imediata de 1968, o processo de globalização e a difusão planetária do neoliberalismo produziram uma alteração profunda na forma de organização das sociedades contemporâneas e nos padrões socialmente esperados dos planos de vida e dos comportamentos individuais cuja consequência foi a abertura de um período histórico novo no desdobramento do qual a associação de insatisfação e aspirações revolucionárias e utópicas das revoltas de 1968 tornou-se irremediavelmente anacrônica. Na quarta e conclusiva parte, o artigo vale-se da lição de Heidegger sobre o conceito de repetição, do modo como Deleuze a comenta, de uma página de Foucault sobre o caráter transistórico das insurreições e da análise de Ricœur sobre a natureza dos conceitos empregados na historiografia para apresentar duas teses filosóficas: a do caráter sui generis*

*da instanciación dos universais históricos e a da vinculação da série aberta dos movimentos insurreccionais ao carácter intrínseca e insuperavelmente problemático da sociabilidade humana.*

**Palavras-chave** maio de 68, época, neoliberalismo, repetição, conceito histórico.

**ABSTRACT** *The unusual structure of this article derives from the peculiar characteristics of the event Memórias 2 em 1: 25 years of the doctorate in Philosophy at UFMG / 1968 yesterday and today - Brazil, Europe, USA, to which its elaboration was linked. The junction of the appeal to philosophical reflection with the reference to historical events in the subject of the conference explains why the article is divided into four sections, of very different content, organized as if they were parts of a mosaic. The first of them evokes the ambiguous meaning of the events of 1968 and highlights the fact that the mobilizations and struggles for a freer life and a more just society typical of those events were accompanied and overcome by the conservative and authoritarian reaction they aroused. The second section recalls in a more determined way the uprisings of 68 in different countries and their melancholic outcomes. In the third section, the article draws attention to the fact that, in the almost immediate sequence of 1968, the globalization process and the worldwide spread of neoliberalism produced a profound change in the form of organization of contemporary societies and in the socially expected patterns of life plans and of the individual behaviors. These changes, argues the text, had as its most important consequence the opening of a new historical period in the unfolding of which the association of dissatisfaction and revolutionary and Utopian aspirations – which were the mark of the 1968 revolts - became hopelessly anachronistic. In the fourth and conclusive part, the article draws on Heidegger's lesson on the concept of repetition, on the way Deleuze comments it, on a Foucault page on the transhistoric character of insurrections and on Ricoeur's analysis of the nature of the concepts employed in historiography to present two philosophical theses: the first on the sui generis character of the instantiations of historical universals, the second on the linkage of the open series of insurrectionary movements to the intrinsic and insurmountably problematic character of human sociability.*

**Keywords** *may 1968, epoch, neoliberalism, repeating, historical concept.*

1. Foi com alguma surpresa, honrado, um pouco apreensivo e com prazer que recebi o convite do Professor Ivan Domingues para participar do evento Memórias 2 em 1: 25 anos do doutorado em Filosofia da UFMG/1968 ontem e hoje – Brasil, Europa, EUA. Honrado e com alguma surpresa pela distinção de ser lembrado, não obstante a distância, os encontros esparsos. Um pouco apreensivo porque falar para os colegas membros de um centro de estudos que tem entre seus nomes históricos Henrique Cláudio de Lima Vaz e José Henrique Santos e que se tornou referência maior no âmbito da cultura filosófica brasileira, queira-se ou não, por amável, informal e simples que seja a invitation, traz implícitas as exigências que são próprias da vida acadêmica de excelência. Também com prazer porque, para quem era estudante e tinha 22 anos em maio de 1968, evocar esse ano é, antes de mais, ver-se devolvido ao momento em que a juventude era mais plena, já livre das adolescentes oscilações de humor e das incertezas quanto a que caminhos seguir, mas ainda não verdadeiramente tocada pelas injunções, pelas dobraduras, impostas pela vida acabadamente madura, assim como pela prudência que a esta acompanha quando o amadurecimento não é só um marco cronológico. Mas prazer também por ainda outra vez ver-me levado a dar-me conta de ter sido testemunha direta, de algum modo participante e ator, desse ano extraordinário. Desse ano em que, por um lado, regozijadamente, todas as rebeldias clamavam e prometiam uma vida mais livre e plena, mas no qual, por outro lado, nós, nós os brasileiros, víamos o regime militar tornar-se mais duro e, com o AI-5, abandonar as veleidades liberais de 64 e assumir-se como uma ditadura plena, entre cujas imediatas manifestações esteve um redobrado e deletério impacto na vida acadêmica nacional. Foi, com efeito, sem tardança que então nossa academia viu-se vitimada, depois do já ocorrido em 1964, por um segundo ciclo de expurgos e intervenções. Este começou já em abril de 1969, com as demissões na USP, continuou quatro meses depois, em agosto, em Porto Alegre, quando no dia 29 fomos 14 os expurgados, logo seguidos por mais 10 colegas que se demitiram em protesto, ou que foram a seguir também demitidos pelas mesmas sem-razões. Em 18 de setembro, foi a vez de Minas, onde, dentre os 12 excluídos<sup>1</sup>, esteve o Professor Guido Antonio de Almeida.

1 De fato, há discrepâncias quanto aos expurgos em Minas e que atingiram a UFMG. Segundo o Decreto de 15/09/69, assinado pela Junta Militar e publicado no Diário Oficial da União, Seção I, Parte I, o total de professores aposentados por força do AI-5 é 15, incluindo entre estes Guido de Almeida. Levantamento recente do historiador Rodrigo Patto, da UFMG, fala em 17. Mais à frente, no artigo de Ivan Domingues, intitulado "Labirintos da memória...", o leitor encontrará mais detalhes sobre as circunstâncias da aposentadoria de Guido A. de Almeida.

Em vista da dupla face desse – a tantos títulos – *annus mirabilis*, atender a convocação do Ivan de que o tomemos como tema de reflexão e que o façamos sem perdermos de vista o modo filosófico de ver que nos é comum, pareceu-me conveniente dividir esta comunicação em quatro apartados, de teor bem diverso e que formam como que um mosaico. Mosaico que espero guarde, não obstante a não linearidade, algo do interesse que certas assimetrias provocam.

Assim, depois deste preâmbulo inicial, na segunda dessas divisões, evocase, minimalisticamente, além do mais conhecido deles, o Maio de 68 francês, alguns dos demais grandes protestos que ocorreram em outros países naquele ano, registrando tão só evocativamente o que creio tenham sido a forma e o sentido de seus desfechos, assim como mencionei, um pouco especulativamente, alguns de seus efeitos de mais longo prazo. No terceiro apartado, chamo atenção para o fato de que, menos de 10 anos depois de 1968, não só haviam chegado ao fim os denominados Trinta Gloriosos, mas alterou-se profundamente a forma de desenvolvimento do capitalismo em plano mundial, assim como os padrões normativos com base nos quais passaram a ser discutidos o sucesso e o fracasso não só de sociedades mas também de indivíduos. Mudanças essas que, convém desde logo antecipar, vieram a tornar definitivamente passados os eventos de 1968, tornando os debates e conflitos de então, pelo menos aparentemente, irrecuperavelmente anacrônicos.

Em um quarto momento, à guisa de conclusão, apresento uma breve reflexão sobre as peculiaridades do tempo histórico suscitada ao correr desse exercício rememorativo. Suscitada tanto pela constatação do divórcio entre a importância simbólica daqueles acontecimentos e a invariável derrota política que sofreram, quanto pela brusca e inesperada substituição do contexto socioeconômico e cultural em que se inseriam e no qual eles ganhavam sentido. Refiro-me à conjuntura, ou, será melhor dizer, ao período histórico cujos eixos estruturadores constituídos no último quartel do século XX – a globalização e a hegemonia neoliberal – evidenciaram claramente que a história contemporânea havia virado uma página.

Ao concluir a conclusão, porém, em vista de que a página virada nos anos 70 do século passado está, por sua vez, a ser deixada para trás pelos eventos que há pelo menos cinco anos têm outra vez profundamente alterado a ordem mundial prevalecente nas últimas quatro décadas, procurei mostrar por que há um sentido – um sentido cuja apreensão depende do acesso aos recursos heurísticos da cultura filosófica – em que os eventos de 68 não morrem nunca.

**2.** A referência emblemática dos protestos de 1968 foi a verdadeira insurreição urbana de origem estudantil que teve lugar em Paris em maio

daquele ano. Naqueles dias de transformação dos paralelepípedos que calçavam as ruas do Quartier Latin em barricadas – dias em que o entusiasmo e o caráter de massa do movimento estudantil provocaram uma greve geral e no qual se expressou com inegável alegria o espírito de revolta contra o caráter formal, hierárquico, econômica e socialmente injusto, moral e existencialmente repressivo e hipócrita das instituições e dos valores tradicionais –, foram desfraldadas as bandeiras e as esperanças de um outro modo de viver, cujo sentido perdurou longamente e muito além das fronteiras francesas. Também ali foi posta em ato a ideia e a ilusão da política feita da rua, pelo conjunto fusionado de indivíduos-cidadãos, expressão direta do **povo**, do povo entendido como sendo, em sua ação direta, a fonte da legitimidade última de todo o poder político – ideia então, como se sabe, por um instante, vitoriosa.

A consideração do 68 francês poderia ser prolongada e sobre ela voltarei abaixo, mas creio que agora convém ter em conta que o exercício que o Ivan nos pede requer que se inclua a rememoração em um contexto ampliado e é isso que quero agora pelo menos esboçar.

A propósito, uma primeira observação é que os eventos do maio de 68 francês, sob muitos aspectos, irromperam como raio em céu azul, pois ainda faltavam sete anos para que se tomassem como findos os já aludidos Trinta Gloriosos, nome que lhes deu Jean Fourastié para por em realce os anos de desenvolvimento econômico intenso e consistente e de consolidação do Estado de bem-estar social em praticamente todos os países da OCDE, cujo conjunto forma, aliás, o que pode ser considerado o período modelar e áureo das sociedades e da civilização contemporâneas.

É verdade, porém, que em 1968 ninguém se atreveria a dizer que o pós-guerra, por mais dinâmico e animador que fosse do ponto de vista econômico, seria um tempo glorioso. Na verdade tudo se passou nesses anos como se a própria prosperidade e a própria restauração democrática, por parecerem naturais e óbvias, obliterassem seu valor, valor inegável, como se vê mais claramente agora, conquanto não eliminassem diferenças de renda e bem-estar e permanecessem consagradas as muitas formas de hierarquização de poder e *status* nas instituições privadas e públicas. Além disso, um tanto paradoxalmente, era como se justamente os avanços econômico-sociais e a ampla democratização abrissem o espaço necessário para que pudessem vir a desabrochar nas novas gerações preocupações mais distanciadas do mais elementarmente necessário à vida e à sobrevivência, que haviam sido inelutavelmente dominantes para quem vivera a segunda guerra mundial e o turbulento período que imediatamente a antecederam.

Preocupações em um sentido mais superficiais, em outro mais profundas como são as mudanças nos valores e nos costumes que estruturam a vida social corrente. Mais superficiais porque os protestos contra o convencionalismo, o autoritarismo e o hierarquismo dos modos de vida tradicionais (presentes seja nas relações assimétricas que rotineiramente regulam as relações humanas no âmbito das famílias, na vida das instituições, seja nos interditos, na prática frequentemente hipócritas, da moral tradicional, especialmente com relação ao comportamento sexual), ou as reservas críticas contra o farisaísmo e o materialismo da sociedade de consumo, ou mesmo os profundos desgosto e revolta contra as desigualdades econômico-sociais, persistentes mesmo nas sociedades mais afluentes, não eram, como de fato não foram, por si só capazes de abalarem as instituições de base do capitalismo e da democracia contemporânea e, ainda menos, do imperialismo, macro instituições que não só resistiram às turbulências da época, mas que, em certa medida, acabaram fortalecidas por elas. Mas mais profundas, contudo, porque elas diziam respeito ao modo como intimamente vivemos e experimentamos o mundo, seu teor e reflexos constituindo o pano de fundo do gosto e do desgosto com que todos convivemos no que Husserl chamou de mundo da vida, vale dizer: na base mesma de toda a experiência humana.

Por certo, em sua dimensão mais imediata, a abertura normativa dos movimentos de 1968 foi mais focada, pois, na hora, o aspecto dominante das lutas então travadas foi de caráter político, mesmo na França e nos Estados Unidos, e ainda mais claramente, nas demais revoltas daquele ano, sejam as ocorridas na chamada Primavera de Praga, no agressivo movimento estudantil alemão em Berlim, nos extraordinariamente amplos e violentos conflitos entre os estudantes e o Governo no México, que culminaram com as muitas mortes ocorridas no chamado massacre de Tlatelolco; também no Brasil, nas muitas passeatas de protesto organizadas e executadas pelos universitários de todo o país contra o governo militar.

Considerada tão só essa dimensão política dos eventos de 68, se os avaliarmos do estrito ponto de vista dos resultados alcançados, não obstante a amplitude e a radicalidade das manifestações, nenhum desses atos de vigoroso protesto teve sucesso. Em França, já em junho, o General De Gaulle restabelecia a ordem e o fazia com legitimidade renovada; em Praga, não obstante a liderança de Dubček, chefe de Estado, as reformas liberalizantes foram logo reprimidas pela ocupação do país pelas tropas soviéticas; em Berlim também a força do movimento estudantil não foi bastante para provocar quaisquer modificações institucionais na sociedade alemã, a despeito de que tenha dado lugar à longa vida do extremismo armado do Grupo Baader-Meinhof, para o qual o Estado

alemão era uma variante do fascismo. Luta que, de resto, funestamente, custou a vida ou a prisão de praticamente todos os seus líderes. No caso mexicano o desfecho foi também cruel, pois os protestos findaram por meio de uma repressão que acarretou centenas de mortes. Nos Estados Unidos o fim dos grandes protestos estudantis foi menos desastroso, pois, afinal, é inegável que, em alguma medida, estes contribuíram para que o governo viesse a tomar a decisão de por fim à estúpida guerra do Vietnã. Na Alemanha, como aludido, e no Brasil, por fim, os resultados foram os piores, porque alimentaram a passagem de muitos dos opositores ao regime à luta armada, cujo resultado foi uma onda repressiva ainda mais violenta e que terminou nos dois países com o encarceramento, as mortes das lideranças e o desmantelamento das organizações insurgentes.

No entanto, o sucesso político imediato não pode ser assumido como a unidade métrica exclusiva com base na qual há de se avaliar a importância histórica desse 1968 de protestos revoltos. Há nele outra força, ou, melhor, outra herança, um diversificado legado. No caso francês, de imediato, o reconhecimento de que o progresso econômico dos *Trinta gloriosos* precisava associar-se com uma melhor distribuição de seus resultados, como se viu já imediatamente quando, para terminar com a greve geral que corria em paralelo à revolta estudantil, De Gaulle autorizou um aumento de 35% no salário mínimo nacional. Foram tomadas também medidas de democratização e descentralização do sistema universitário, de resultados discutíveis, mas que de algum modo procuravam dar resposta à força anticonvencional e antiautoritária do movimento de maio. De outra parte, no plano dos costumes e das formalidades e relações hierárquicas dentro das instituições, notadamente nas Universidades, foram inegáveis os avanços liberalizantes. No plano ideológico, porém, o resultado imediato do movimento foi desastrado e triste. Interrompida a continuidade do movimento – contido pelas forças do Estado e pelo conservadorismo tradicional – boa parte de suas lideranças políticas animaram uma reação intelectual ultraesquerdista, ao mesmo tempo crítica do partido comunista, comprometida com uma recusa libertária do sistema capitalista e do Estado de direito, bem exemplificada pela admiração entusiasmada aos guardas vermelhos maoistas que as levou a um melancólico e rápido estiolamento, como paradigmaticamente ilustrado pelo fim da *Gauche proletarienne*.

Em nível mais profundo, porém, e com consequências mais duradouras, o movimento impactou os costumes, desde logo, por certo, no modo de ver, de viver e de avaliar a dimensão sexual das interações humanas, mas, mais genérica e difusamente, pela persistência e pela intensificação da defesa e promoção dos valores antiautoritários e das políticas hoje denominadas identitárias.

Determinações político-culturais, estas que combinadas com o que (a partir da segunda metade dos anos 70, como efeito do pleno reconhecimento do caráter totalitário da experiência socialista na Europa oriental) tornou-se conhecido como o movimento dos **direitos humanos como política**, vieram a constituir a inconfundível figura francesa da política de esquerda na transição do século XX para o atual.

Malgrado as naturais particularidades de cada país, não foi muito diverso o sentido geral do que veio a ocorrer depois de 1968 nos demais casos mencionados acima. Na Tchecoslováquia, o que se seguiu à Primavera de Praga foi o fim das reformas liberais e o restabelecimento do governo socialista autoritário, policialmente controlador da vida social sob o comando de Gustáv Husák. Todavia, neste caso também é possível ver nos eventos de 68, assim como nos de 56 na Hungria, outro sentido e consequências que, não por serem indiretas, deixaram de ser importantes, pois é inegável que as aspirações de liberalização do regime sob Dubček e as amplas desilusões e raiva provocadas por sua interrupção pela força contribuíram fortemente para a debilitação profunda, ainda que por longo tempo quase invisível, do sistema de crenças que dava sustentação ao socialismo na Europa Oriental. A rapidez com que ocorreu a debacle do sistema e a redemocratização em 1989-1990 são indicadores inequívocos dessa influência tardia dos eventos de 68 na história do país. No México, os resultados de longo prazo tampouco são fáceis de identificar com precisão, mas pode-se dizer com segurança que a violência da repressão de Tlatelolco contribuiu para o fortalecimento da consciência democrática no país e para o enfraquecimento da hegemonia e para o fim do modelo de Estado e de governo do Partido Revolucionário Institucional – PRI. Como aludido acima, nos Estados Unidos o legado de médio e longo prazo dos acontecimentos críticos de 1968 e, em geral das demais manifestações da década de 60, foram mais claros e profundos, ainda que sobrevividos não na cena política propriamente dita, mas no complexo conjunto de desenvolvimento do que veio a ser chamado de contracultura, onde se incluem, além dos movimentos pacifistas, as muitas faces de rejeição do *american standard of life*, cuja expressão mais clara talvez tenha sido a do movimento *hippie*. Já no caso alemão, porém, tendo a crítica ao *establishment* feita pelo movimento estudantil nos anos 60 engendrado o terrorismo da *Rote Armee Fraktion* e sua violenta repressão por todos os meios, inclusive a execução de lideranças aprisionadas e cujos processos estavam em curso, os resultados de longo prazo foram, ao fim e ao cabo, a desmoralização da esquerda radical e o fortalecimento dos partidos de direita. Contudo, como uma espécie de contrapartida, é verdade que na Alemanha a esquerda mais lúcida, da qual a Escola de Frankfurt pode



ser considerada como a expressão teórica e mais refinada, preservou e deu nova forma ao espírito crítico e aos anseios libertários da década de sessenta ao fazer dos ideais de justiça, de democracia participativa e, de modo mais indireto, de respeito ao meio ambiente o norte das políticas de oposição às políticas conservadoras do Estado germânico. Por fim, no caso do Brasil, dentre os desdobramentos dos eventos de 68, o mais importante foi a compreensão que a radicalização militarizada da oposição ao regime autoritário era o caminho a **não** ser seguido. O que é dizer que seu resultado mais profundo e mais consequente foi também indireto: o fortalecimento da consciência democrática nacional, da qual passaram a fazer parte nuclear a compreensão de que a luta contra as profundíssimas desigualdades econômicas e sociais do País é uma prioridade nacional, um desafio a ser confrontado dentro, contudo, dos marcos constitucionais do Estado de Direito. Um desafio frente ao qual, porém, não há como deixar de registrar, continuamos tristemente vencidos.

Por fim, cabe ainda observar que se, assim, com relação a suas ambições políticas e a seus programas de reformas profundas e mesmo de mudanças revolucionárias do *status quo* burguês, os movimentos de 68 malograram, não há como negar, de outra parte, que eles – por meio das mudanças de caráter cultural e ideológico que incontestavelmente provocaram – abriram um espaço de contestação à autossuficiência complacente do *status* civilizatório alcançado pelas forças conservadoras e mesmo social-democratas no pós-guerra, espaço este que permaneceria aberto por longo tempo, ainda que, como se verá adiante, a partir dos anos 70, ele, progressivamente, viesse a muito se estreitar.<sup>2</sup>

**3.** Convém indagar agora, como anunciado na abertura destas anotações, por que ao nos remetermos aos acontecimentos da década de 60 parece inevitável que os vejamos como estranhos, como se, embora, em escala histórica, próximos, pertencessem a outra época, separados de nós por uma fenda cronologicamente estreita, mas muito profunda não obstante as instituições políticas e os marcos institucionais dentro dos quais tem lugar o processo de reprodução das sociedades de nossos dias, se considerado globalmente, seja agora o mesmo dos anos 60 do século passado, pois a verdade é que

2 É verdade que, no âmbito interno dos movimentos emancipacionistas de esquerda, o legado crítico de 1968, embora aqui também controverso – como manifesto na crítica e na defesa do espontaneísmo, ou no elogio ou nas reservas à relação à passagem ilegalidade e à violência no desdobramento das lutas sociais, ou ainda na valorização ou na relativização do primado a ser atribuído às dimensões culturais e sociais dos movimentos de protesto *vis-à-vis* da dimensão de luta política institucionalizada – manteve-se como um marco histórico cuja força simbólica, a despeito das divergências recém-mencionadas, vem sendo recorrentemente mantida. (Cf. de La Porta, 2018)

Mercado e Estado, tais como conformados ao longo da modernidade, lá, como cá, continuam a ser, as instituições fundamentais.

Antes de mais, para diminuir o caráter paradoxal desse registro, é preciso dar-se conta, e admitir sem ressalvas, que as variações nos modos em que, *internamente*, se reorganiza o capitalismo moderno geram formas de sociedade e de vida individual profundamente diversas, ponto sobre o qual convém que nos detenhamos um momento.

O primeiro e mais óbvio destaque a fazer sobre este ponto é que para quem quer que tenha noção da dinâmica econômica e política dos últimos 50 anos, é inegável a impressionante mutação sofrida pelas sociedades contemporâneas a partir da década de 70 do século passado. Em segundo lugar importa também observar que essas mudanças ocorreram em termos e modos inteiramente alheios aos eventos de 68, os quais nem em si mesmos, nem em seus desdobramentos tiveram influência maior no desenho do que viria a ser o essencial do tempo histórico apenas dez anos depois. Pois o que então sobreveio foi antes uma espécie de corte, a liberação de uma força que deu início a uma nova série histórica. Uma série cuja estruturação derivou de uma complexa mudança nos modos de funcionamento e de articulação das instituições fundamentais das sociedades modernas, pois tanto se alterou o modo de conceber e avaliar as funções do Estado, quanto mudou radicalmente a forma de organização e funcionamento do Mercado, cuja consequência imediata foi uma mudança profunda no regime de interação entre essas instituições fundamentais.

Recentemente, ao tratar desse ponto em seu prefácio a *A Grande Regressão*, Heinrich Geiselberger (2019, p. 13-14), muito oportunamente, sugere que o que sucedeu desde então deve ser tomado em termos análogos aos de Polanyi, convindo reconhecer nesse processo como uma segunda *Grande Transformação* do capitalismo. Olhando o curso histórico dessa perspectiva, pode-se figurativamente dizer que o último quartel do século XX deixou à memória dos anos 60 – por conseguinte a nós – a tarefa de deixar aos mortos o enterro dos mortos.

Excede, por certo, os limites desta comunicação reconstituir o que foi e o que vem sendo o processo de globalização e a avassaladora hegemonia neoliberal. Mas, para tornar mais clara a mudança na paisagem histórica do mundo ocidental a partir do final dos anos 70 do século XX, não há como evitar pelo menos algumas observações de caráter geral. É só depois disso que se poderá voltar a discutir a questão do caráter definitivamente anacrônico ou não dos eventos de 68.

Costuma-se ter como marcos políticos da virada em questão a política econômica dos Chicago **boys** de Pinochet, a posse de Margaret Thatcher

como Primeiro Ministro da Inglaterra e a eleição de Ronald Reagan como Presidente dos Estados Unidos. No entanto, dada a vinculação estreita entre a política e a cultura neoliberais com o ideal e, principalmente, com a prática de globalização das atividades econômicas, creio que, um tanto inesperadamente, se deva ter como não menos marcante a declaração de Deng Xiaoping – em 1987, nos atos preparatórios do 13º Congresso do Partido Comunista Chinês – de que conquanto “no passado se dissesse que em uma sociedade socialista o planejamento vinha primeiro”, naquele momento histórico isso “já não se deveria afirmar” (Vogel, 2011, p. 469). E isso assim não porque a abertura da economia chinesa para o mercado internacional tenha sido feita com base no ideário liberal típico, mas porque ela deu um extraordinário dinamismo ao processo de globalização, notadamente por ter provocado um inédito e acelerado processo de *delocalization* de plantas industriais para aquele país e multiplicado o comércio exterior exponencialmente.<sup>3</sup>

No contexto desta comunicação não cabe detalhar a sequência de decisões e de efeitos provocados pelo processo de globalização. O que é possível aqui fazer e o que cá importa é chamar atenção para o sentido geral da série histórica nova que reconfigurou o mundo contemporâneo. Para fazê-lo é necessário, contudo, pelo menos mencionar decisões, providências e políticas que acarretaram ao mesmo tempo a redefinição do papel do Estado no âmbito das sociedades democráticas e a expansão prática e objetiva da cultura neoliberal no mundo.

As medidas de política econômica da ideologia neoliberal são bem conhecidas: controle da inflação, pontualmente mediante a elevação das taxas de juros e, permanentemente, mediante medidas para redução das despesas primárias, especialmente as de natureza social, implementadas por meio de reformas mais ou menos profundas dos sistemas previdenciários, de educação e saúde, mas tanto quanto possível não das despesas de capital; privatizações;

3 Para uma visão resumida do que então estava passando a ocorrer na China, a seguinte passagem de um artigo de Shengjun Zhu & John Pickles é bem ilustrativa: “Consequentemente às reformas e à política de abertura dos anos 70 tardios, a China experimentou três transformações fundamentais: (i) passou de uma economia planejada para uma economia crescentemente baseada no mercado; (ii) passou de uma economia estatizada para uma economia com níveis crescentes de propriedade privada; e (iii) passou de uma economia orientada para o mercado interno para uma economia orientada para o mercado externo; esses processos foram acelerados depois do ingresso do país na Organização Internacional do Comércio em 2001 (He and Zhu 2007). A combinação de reformas internas e demanda internacional levou a uma rápida expansão do setor privado ligado às exportações (Gereffi 1999, 2009) – a assim chamada Política de Trazer – a qual gerou um crescimento do PIB anual 9,8% e das exportações 12.4% durante os anos 90 e de mais de 20% nos anos 2000 (IADB 2005; National Bureau of Statistics of China 2010b). A dependência da economia do comércio exterior (calculada como a soma das exportações e importações dividida pelo Produto Nacional Bruto) elevou-se de 30% em 1980 para 60% em 2008. A China tornou-se em 2005 a líder das exportações globais de 774 itens e o maior exportador do mundo com uma participação de 8% nas exportações mundiais em 2009 (Yang, Sang, and Wang 2006).” (Shengjun Zhu & John Pickles, 2014)

desregulamentação das relações de trabalho, mudanças na legislação relativa à organização sindical, com o fito de reduzir-lhes a influência e poder político; medidas de redução de tarifas sobre o comércio exterior e, sobretudo, liberação regulatória das atividades do setor financeiro e de abertura à livre movimentação internacional dos capitais.

Correlatamente, não obstante a diversidade dessas frentes, salta aos olhos o traço comum que amarra esse conjunto de medidas: a redução do papel do Estado na vida econômica e o correspondente aumento, tão grande quanto possível, da participação da iniciativa privada tanto na determinação das orientações de política pública, quanto na construção de infraestruturas e na prestação de serviços sociais.<sup>4</sup>

Por certo, como não poderia deixar de ser, o ritmo, a importância relativa de cada uma dessas linhas de política pública, as dificuldades de implementação de cada uma, os avanços e recuos em cada frente e mesmo no conjunto delas variaram significativamente. Variaram em função do grau, da consistência e eficácia com a qual as instituições e políticas do Estado de bem-estar social tinham sido implantadas nos diversos países e, correlatamente, em função das relações de força entre os setores sociais e as forças políticas que, em cada caso, os representassem. Por outra parte, progressivamente, as novas linhas de progresso técnico – de enorme impacto social, direta ou indiretamente associadas à economia digital, de alcance mundial – aceleraram enormemente o processo de integração da economia internacional e fizeram com que o comércio exterior tradicional paulatinamente se tornasse uma parte menor das relações econômicas, turbinadas estas pelos enormes movimentos do capital financeiro e pelas massivas políticas de *deslocalization* de plantas industriais para países com custos de mão de obra inferiores aos praticados no mundo industrializado, a China tendo sido, como é agora evidente, ao mesmo tempo o destino principal dessas iniciativas e sua principal beneficiária.

A dinamização do desenvolvimento econômico global desde então foi inquestionável e enorme e, internacionalmente avaliada, contribuiu para uma muito expressiva redução dos níveis de pobreza absoluta no mundo, duplo efeito este cujas consequências sociais e políticas não podem ser subestimadas.

Uma boa maneira de apresentar a profundidade dos impactos do conjunto desses macromovimentos é chamar atenção para o caráter paradoxal de três desdobramentos dessas mudanças econômicas nos domínios da política, da

4 A melhor análise do sentido geral desse processo continua a ser a de Ulrich Beck (Paz e Terra, 1999), “o maior analista social das tendências manifestas e latentes da condição humana na virada do século XIX para o século XX”, como diz Bauman. (In: Geiselberger, 2019, p. 45).

estrutura social e dos comportamentos e mentalidades de todos quem, nós todos, nos vimos envolvidos nesses processos cujo conjunto, como já dito, constituiu uma ruptura profunda com os termos da economia, da vida social e da cultura dos chamados *Trinta gloriosos*, o período de consolidação e desenvolvimento do Estado de Bem-Estar social no pós-guerra.

O primeiro desses paradoxos é que o componente político das mudanças em questão foi extraordinariamente importante e dependeu da ascensão aos centros de poder de Estado nos diferentes países de forças comprometidas com o ideário liberal de redução do papel do setor público no desenvolvimento econômico e social das sociedades. Como exemplarmente analisado por Ulrich Beck, esse processo foi altamente politizado e exigiu, especialmente no caso do Chile e da Inglaterra, lutas político-ideológicas de grandes proporções, nas quais as forças comprometidas com o ideário neoliberal foram vitoriosas. O caráter paradoxal desse processo reside na espécie de autoamputação que o Estado fez de suas competências e responsabilidades. Naturalmente, o resultado natural dessa autodesoneração de encargos e de redução das esferas de provimento de serviços públicos foi a abertura de novos espaços para a iniciativa privada e a redução da contribuição global da sociedade para atendimento das necessidades das camadas sociais cujos rendimentos privados limitaram seu acesso a esses serviços. Essa minimização do princípio e da prática da solidariedade social institucionalizada, que é a marca do Estado de bem-estar social, somada à redução dos empregos industriais nos países desenvolvidos, resultou no rápido e grande incremento das desigualdades de renda e bem-estar nessas sociedades.<sup>5</sup>

O segundo paradoxo envolvido nessas mudanças reside em que, não obstante tenham elas dependido, como se acaba de ver, de decisões políticas de enorme importância e sido implementadas por meio de ações de política pública de grande envergadura, houve, simultaneamente, um segundo processo de desoneração, neste caso de desoneração político-ideológica de responsabilidades de seus autores, os agentes dessas mesmas mudanças. Esta segunda desoneração foi feita mediante a apresentação das reformas institucionais e culturais que constituíram a marca do período como a consequência natural de forças e leis da dinâmica econômica, cuja necessidade só poderia ser contestada por ignorantes, sentimentalistas, corporativistas, políticos de má-fé auto-obnubilados, por isso cegos, incapazes de enxergar o que o progresso técnico e econômico mostra como inquestionável para qualquer pessoa sensata e isenta de interesses particulares.

5 Para uma acurada e sintética apresentação deste ponto veja-se a Introdução de Ulrich Beck ao livro *O que é Globalização?* (Beck, 1999, pp. 13-38).

O terceiro paradoxo envolvido nesse processo está em que – não obstante tais mudanças sejam consideradas como meros efeitos de leis econômicas objetivas e inelutáveis, a resistência às quais só teria como lamentável resultado retardar seu pleno funcionamento – sua implementação veio a exigir a vontade férrea de atores políticos muito determinados. De lideranças dispostas a arrostar os desgastes de crises e protestos para fazer prevalecer seu ideário, projeto exitosamente executado mediante uma luta de caráter cultural e ideológico cuja meta estratégica era alterar, profunda e massivamente, os comportamentos individuais e os ideais definidores do que é adequado, bom e esperável de todos quantos vivam em sociedade. O resultado dessa política foi uma mudança subjetiva de grandes proporções nas expectativas e nos planos de vida individuais. Oliver Nachtwey apresenta bem o significado dessas alterações ao comentar:

O Mercado continua sendo a medida de referência para todas as esferas da vida (...) interiorizou-se o mercado como algo natural, concordando – às vezes voluntariamente, às vezes não – com sua lógica. No neoliberalismo, é grande o peso da autocoção, da sublimação permanente: devemos estar sempre contentes com a concorrência, nos comparar e medir e otimizar. No caso de afrontas, degradações, humilhações e fracassos, a culpa é nossa – e então devemos esperar alegremente por uma nova chance. (In: Geiselberger, 2019, p. 222)

Pois bem, ao compararmos este cenário com a configuração das sociedades desenvolvidas no período que vai do fim da segunda guerra mundial até a década de 70 e, especialmente, com as expectativas e lutas por mudança na forma e no padrão societário então alcançado, cujo pináculo esteve em 1968, é impossível deixar de ver a diferença abissal que os separa, e isso não obstante o Estado e o Mercado – os macromarcos institucionais da sociedade moderna, como já sublinhado acima –, se considerados abstratamente, continuarem os mesmos.

Não fosse a disseminação das visões vulgares da sociedade moderna – que oscilam entre desperceber as mudanças sofridas por esta ao longo do tempo e tomar como incomensuráveis os períodos históricos – não seria necessário insistir em que as variações nos modos em que, *internamente*, se reorganiza o capitalismo moderno geram formas de sociedade e de vida individual profundamente diversas. No caso que estamos considerando, o que aparta as duas situações históricas é que o Estado de bem-estar social consolidado nos *Trinta Gloriosos* foi se corrompendo e como que se desvanecendo com a globalização e a progressiva hegemonia neoliberal. O princípio de solidariedade social – materializado em generosos sistemas de aposentadoria e pensões, de determinação dos níveis de gasto público estabelecidos tendo em vista não só

as necessidades de criação de infraestruturas adequadas para as sociedades contemporâneas, mas também os níveis de emprego e as necessidades de sustentação dos sistemas públicos de educação, saúde e habitação, elementos todos inextricavelmente associados ao caráter progressivo da imposição de encargos tributários, assim como a políticas fiscais de caráter distributivo – foi substituído pelo princípio da responsabilidade tomada como intransferível de cada indivíduo pela situação social em que se encontra e, por conseguinte, pela progressiva redução e, em alguns casos, pela eliminação desses mecanismos de atenuação das diferenças econômico-sociais tão inelutavelmente próprias do funcionamento das sociedades de mercado.

Sendo assim, se agora ensaiarmos comparar já não mais a configuração institucional dos dois períodos que estamos a distinguir, mas as disposições subjetivas, as expectativas pessoais de mudança presentes em um e outro, o primeiro registro a fazer é que se afrouxaram os controles culturais e burocráticos sobre a vida de cada dia.<sup>6</sup> No entanto, essas medidas de desbloqueio dos padrões tradicionais de comportamento – do qual as lutas ditas identitárias são ao mesmo tempo um operador e um sintoma, assim como o é a evidente flexibilidade com que passaram a serem considerados os limites e padrões de organização da vida familiar e sexual – não conduziram a uma vida mais solidária e igualitária, como almejavam as lutas políticas de 68. Levaram antes à radicalização do individualismo e à conversão do sucesso econômico e social individual em valor maior do que talvez caiba bem chamar de a *civilização neoliberal*, cujo correlato foi a elevação do nível de risco e incerteza com que cada um de nós tem de desdobrar o respectivo plano de vida.

Nesta altura, convém, porém, voltar ao plano mais geral e dizer ainda uma palavra sobre as alterações no modo de conceber e avaliar as funções do Estado e a forma de organização e funcionamento do Mercado. O que quero salientar é que a redução das funções e das responsabilidades do setor público e sua desresponsabilização pelas diferenças econômico-sociais acarretaram também uma importante diminuição das expectativas gerais com relação ao que se pode e cabe esperar da ação do poder público. Carrelatamente, isso produziu um desinteresse pela política institucional. Essa mudança nas expectativas com relação à força do poder público foi ainda reforçada por um segundo fator: pela inegável diminuição dos graus de liberdade dos estados nacionais para a

6 Com efeito, houve alguma redução da carga tributária – principalmente para os estratos de renda mais elevados; os padrões de disciplina do trabalho formalmente hierárquicos foram substituídos por formas de gestão de pessoal mais flexíveis; tornaram-se mais abertos os padrões de estruturação das carreiras profissionais claramente delimitadas, tudo isso tendo contribuído para uma mais ampla variação das trajetórias individuais no conjunto da vida social.

implementação de políticas públicas internas em decorrência da incontrolada globalização das atividades econômicas. O que é dizer que se disseminou a crença, em parte verdadeira, de que o dinamismo principal do desenvolvimento econômico e social situa-se fora e muito além dos poderes de controle dos estados nacionais.

Ora, não é difícil compreender, então, que não só tenham se arrefecido as lutas por maior igualdade econômica e social no mundo, mas tenham mudado as expectativas e as estratégias de autodefesa individual no contexto dessa nova forma de organização das sociedades.

Neste novo contexto global, isto é o que queremos agora ressaltar, é natural e inevitável que as inconformidades com o *status quo* e mesmo os interesses e reivindicações dos prejudicados e descontentes assumam formas bem diversas das que animavam os movimentos de protesto do período anterior. Nesse novo contexto, *se anularam as relações entre frustrações sociais e expectativas utópicas* e se reforçaram as reações de autoproteção individual. Em termos gerais isso vem gerando uma sociedade em que o individualismo é o caráter dominante dos projetos de vida, o desligamento dos contextos tradicionais de vida, inclusive os territoriais, tornando-se cada vez mais frequentes e radicalizados, o aumento da disposição para migrações e emigrações sendo um sintoma claro desse mesmo processo.<sup>7</sup>

7 Em contrapartida, como vemos hoje, socialmente considerado, este fenômeno fez com que aumentasse a escuta e as respostas a mensagens de intolerância, de transferência patológica de responsabilização pelas frustrações da situação social presente e pela insegurança com relação ao futuro para bodes expiatórios variados, conjuntamente com a disposição para criar barreiras e muros, seja nas relações interindividuais, seja nos espaços coletivos, neste caso, um tanto surpreendentemente, mesmo com relação ao sentimento nacional, como evidente na ressurreição dos nacionalismos, a começar pelo *America First*, de Trump. Analisando o ponto, Oliver Nachwey observa: "Através da descoletivização do Estado social e da redução de suas reservas de solidariedade (...) o indivíduo está agora individualizado negativamente." (In: Geiselberger, 2019, p. 221). Zygmunt Bauman, por sua vez, escreve: "A heterogeneidade cultural está se tornando rapidamente um traço irremovível, de fato endêmico, do modo urbano de coabitação humana, mas a percepção de tal panorama não ocorre facilmente e a primeira reação é de negação – ou uma rejeição firme, enfática, belicosa. (...) Onde procurar, então, a origem e a motivação desse fenômeno? Em última análise, sugiro, no medo do desconhecido – do qual os 'estrangeiros' (...) são os símbolos mais proeminentes (...). A situação deles é assombrosamente remanescente daqueles assinalados nos mapas antigos com a advertência *hic sunt leones*, escrita nas bordas do inabitável e inabitado οἰκουμένη (...). (In: Geiselberger, 2019, p. 43, 44, 45.) Analisando o mesmo ponto, Manuel Castells escreve: "O temor da globalização incita a buscar refúgio na nação". O medo do terrorismo predispõe a invocar a proteção do Estado. O multiculturalismo e a imigração (...) induzem o chamamento à comunidade identitária. (...) É assim que a crise de legitimidade democrática foi gerando um discurso do medo e uma prática política que propõe voltar ao início. Voltar ao Estado como centro de decisão, acima das oligarquias econômicas e das redes globais. Voltar à nação como comunidade cultural da qual são excluídos os valores definidos como originários. Voltar à raça, como fronteira aparente do direito ancestral da etnia majoritária. Voltar também à família patricarcal, como instituição primeira de proteção cotidiana (...). Voltar a Deus como fundamento. E nesse processo reconstruir as instituições (...)." (Manuel Castells, 2018, pp. 37-38).



Por si só esses elementos já permitem ver com mais clareza a profundidade da fenda que, como dissemos antes, nos separa dos anos 60 do século XX. No entanto, há uma outra ordem de fatores a diferenciar as duas situações, há uma outra força a anacronizar o terceiro quartel do século XX e que têm a ver, sem dúvida surpreendentemente, com o que houve de mais positivo nos anos que os sucederam, não obstante estes mesmos avanços estejam na origem das ansiedades próprias dos tempos atuais e, em parte também, de vários dos aspectos regressivos do tempo em que agora estamos a viver. Refiro-me ao progresso técnico de grande escala e de imenso impacto na vida contemporânea trazido pelo surgimento do chamado mundo digital.

Com efeito, salta aos olhos que o desenvolvimento acelerado das possibilidades de uso da Internet, liderado pelas empresas que operam em hiperescala, como Google, Amazon, Facebook, teve impactos cataclísmicos e ao mesmo tempo ambíguos sobre a vida social, produzindo com força disruptiva efeitos tanto positivos quanto negativos nos padrões de comportamento tradicionais e nos estados psicológicos que tipicamente lhes estavam associados.

O efeito social positivo mais evidente do desenvolvimento da economia e do mundo digital foi a velocíssima ampliação das possibilidades de comunicação interindividual, possibilidades que constituem uma expansão extraordinária do espaço de vigência da vida privada, pois as trocas de opinião entre particulares assumiram uma extensão incomparável com o que até muito recentemente era possível fazer com base em relações presenciais, ou com uso de mensagens transmitidas por meios tecnológicos antigos e convencionais, como as chamadas telefônicas, ou o uso do correio e do telégrafo. Num certo sentido, não há dúvida de que os novos instrumentos de contato interpessoal disponibilizados pelos ditos aplicativos representaram uma enorme e rica expansão da vida privada e conferiram à sociabilidade privada uma dimensão societária global.

Contudo, como se tem chamado atenção cada vez com maiores evidências e com alertas cada vez mais intensos, não é menos claro que esse fenômeno alterou profunda e negativamente os processos de formação da opinião pública que passaram a depender muito mais das chamadas redes de comunicação social, do que de instrumentos tradicionais, como a televisão e o rádio. E isto porque, embora, em geral, os instrumentos tradicionais de formação da opinião pública fossem institucionalizados como empresas privadas, eles cumpriam funções de caráter reconhecidamente público, funcionavam como canais abertos e, enquanto imprensa, atuavam, pelo menos idealmente, com a ideia de compromisso com a apresentação fidedigna de fatos.

Ora, o crescimento exponencial da comunicação no espaço das ditas redes sociais o que tem feito é não só reduzir a importância das instituições que até agora sustentavam a comunicação social, mas também desvencilhar-se da trava desse compromisso com a evidência factual. O que se vê na comunicação em rede é a legitimação das preferências subjetivas, idiossincráticas, partidárias, ideológicas, religiosas, que resultam na cacofonia das opiniões que hoje vemos por toda parte. Como se tem martelado insistentemente nestes dias, a manifestação mais agressiva e crua dessa nova situação, tem sido a produção em escala industrial das chamadas *fake news*.

Contudo, o efeito maior desse fenômeno é o debilitamento da noção de verdade, o incremento do opinionismo e o fechamento de juízos e posições baseados em preferências subjetivas, vulneráveis às inconstantes influências impressionistas, displicentes com relação a justificações e, por isso, sujeitas à manipulação em escala e força historicamente inéditas. O impacto dessa nova forma de comunicação social torna-se ainda mais perigoso e destrutivo por enfraquecer as instituições políticas e desmoralizar o próprio conceito de representação política, assim como o papel dos partidos na constituição das sociedades democráticas.

Para efeito do cotejo com os eventos de 1968, mote das considerações presentes, importa observar que essa nova conformação da vida social muda inteiramente o modo de estruturar as reações críticas, seja de que escala forem, pois o que agora importa – muito mais do que apontar os problemas sociais, indignar-se com os sacrifícios trazidos por eles, clamar por justiça e buscar a credibilidade desses protestos na veracidade das falas e na justificação do clamado por estas – é ou fugir, escapar, física ou psicologicamente, ou insultar, produzir uma versão substitutiva e subjetivamente preferível dos eventos, opiniões, decisões e encontrar o mais rápida e arbitrariamente possível atores, sujeitos individualizáveis, a quem se possa culpabilizar pelas frustrações e perdas sofridas.

Por fim, creio que cabe ainda apontar que nas angústias e dilemas da vida social contemporânea há ainda um fator, de caráter muito geral e menos visível, que é o da percepção obscura da dispensabilidade estrutural de contingentes cada vez maiores de seres humanos, tendo em vista que o norte do progresso técnico – ao qual se dedicam, cada vez com maior denodo e eficácia, muitas das melhores inteligências da época – é substituir, para usar os termos de Marx, trabalho vivo por trabalho morto.

A mensagem sistêmica e extremamente perversa de que gente é um estorvo, de que somos demais, embora só sub-repticiamente presente nas dinâmicas socioeconômicas atuais, não deixa de ser aprendida por quem quer

que viva na sociedade contemporânea e certamente é parte maior na geração dos movimentos regressivos que a crítica política e sociológica recente vem apontando.

Vê-se, assim, que este é mais um dos elementos que deixam o espírito crítico e os protestos sociais e políticos dos anos 60 como pertencentes a um tempo não apenas passado, mas emocional e existencialmente inacessível, como se ele fosse uma espécie de mundo alternativo.<sup>8</sup>

4. Ao de início antecipar o desdobramento desta comunicação, foi dito que ao concluí-la caberia fazer – mudando o plano até agora seguido nestas considerações – uma anotação, esta de caráter propriamente filosófico, sobre as características do tempo histórico, uma anotação suscitada por essa comparação de dois momentos da experiência contemporânea, que, embora, na escala da história, sejam cronologicamente próximos, têm sentido profundamente diverso.

Para tanto, uma passagem do primeiro volume de *Temps et Récit* será útil. No parágrafo que tenho em vista, Paul Ricœur chama atenção para o caráter paradoxal não, por certo, da inamovível estrutura formal do tempo histórico, da distinção entre passado, presente e futuro, mas para a espécie de repetição que se encontra na própria variação hemorrágica de acontecimentos irrecuperavelmente singulares, aliás, conforme o exigido pelo próprio conceito de acontecimento. Diz-se ali o seguinte:

As próprias intrigas são ao mesmo tempo singulares e não singulares. Elas falam de acontecimentos que só acontecem na intriga considerada; mas há tipos de constituição das intrigas que universalizam o acontecimento. (Ricœur, 1983, p. 364)

8 À luz do que se acaba de expor, a responsabilização das lideranças políticas ditas populistas pela crise do mundo neoliberal de nossos dias parece algo tolo e inútil, pois elas são evidente manifestação dos problemas e dilemas civilizacionais trazidos pelos motores do desenvolvimento econômico, social e cultural das últimas décadas – a globalização e a ideologia neoliberal; o que grande parte das elites políticas e bem pensantes que lideraram o mundo desenvolvido no período recente finge não ver. Pois a verdade é que nem à esquerda, nem no centro do espectro político mundial surgiram movimentos consistentes de reforma do sistema econômico, sem o que se torna ingênua e vazia a crença no cosmopolitismo ilustrado. É certo que, recentemente, em movimentos como o *Occupy Wall Street*, como o dos *Gilets jaunes*, como o das recentes revoltas no Chile, como as agressivas passeatas de 2013 no Brasil, com a criação do *Podemos* na Espanha, como na disputa de Elizabeth Warren e Bernie Sanders pela investidura como candidato do Partido Democrata à Presidência dos Estados Unidos, a despeito da enorme diversidade de suas formas e orientações, parece despontar na vida política mundial a tomada de consciência de que é preciso procurar uma linha de enfrentamento das dificuldades estruturais da civilização contemporânea. Uma linha nova que se espera não se reduza ao esforço para restaurar a globalização e a hegemonia neoliberal dos últimos 40 anos, não consagre o neonacionalismo autoritário da direita contemporânea, tampouco volte-se para a restauração do conservadorismo mais arcaico e reacionário, como hoje se vê no nosso país, assim como não queira restaurar o fracassado modelo de sociedade socialista que vimos constituído no século XX.

Vê-se, pois, que, para tratar do ponto, Ricœur apela para o conceito de **tipo**, de tipos de acontecimento. Mas como entender isso? Bem antes, Ricœur havia explicado que “*a espécie de universalidade que a intriga comporta deriva de seu ordenamento*”, pois é a “*conexão interna enquanto tal*” que esboça os universais (Ricœur, 1983, p. 85). Razão pela qual Ricœur conclui: “*os universais que a intriga engendra não são ideias platônicas*”, mas, antes, “*parentes da sabedoria prática, portanto, da ética e da política*” (*Id. ib.*), de modo que “*é a intriga que deve ser típica*” (*Id.*, p. 84.)

É impossível reconstituir aqui a muito complexa teoria da história de Ricœur, mas, para esclarecer minimamente a posição expressa nas passagens citadas, convém esclarecer que muito embora o conceito de **intriga**<sup>9</sup> seja entendido como termo técnico da história narrada e designe a concatenação dos acontecimentos históricos tal como presentes na obra dos historiadores, ele não deixa de remeter às “*entidades orquestradas pelo discurso histórico*” (Ricœur, 1983, p. 321): aos agentes, aos motivos, às intenções, às ações, às interações das quais a narração é narração. Sendo assim, creio que quando Ricœur diz que é a “*conexão interna enquanto tal*” que esboça os universais deve-se entender que muito embora essa conexão seja a conexão presente na narrativa histórica, seu pressuposto é que o narrado tenha uma configuração correspondente. Se for assim, os universais que são gerados pelas configurações típicas das narrativas deverão ter encontráveis suas instâncias, não só nas narrativas dos historiadores, mas também nas articulações dos próprios fatos narrados.

O que é dizer que quando os historiadores demarcam uma **época**, identificam uma **revolução**, descrevem os anos de **desenvolvimento econômico**, ou um período de **incremento demográfico**, eles estão a implicar que esses universais históricos estão a encontrar correspondência com a ocorrência de casos de mudança de época, de revolução, de desenvolvimento econômico, de incremento demográfico nas sociedades e nos tempos cujas narrativas eles estão a fazer.

Agora bem, admitindo que o termo categorial adequado para designar os universais históricos seja **tipo**, como deverá ser formalmente entendida sua relação com os eventos que podem ser considerados como instâncias de tal tipo? Ou, mais simplesmente, como se deve entender a relação entre um universal histórico e suas instâncias?

9 A origem do termo encontra-se na leitura que Ricœur faz da *Poética*, de Aristóteles, e é a tradução adotada por ele de μύθος, tal como usado o termo no início da *Poética*, em 1447a, tradução que se encontra também na versão de Pierre Destrée, incluída na edição das obras completas do estagirita, organizada por Pierre Pellegrin. (Aristóteles, 2014, p. 2761).

Ainda que Ricœur não o faça, se primeiramente prestarmos atenção ao termo por ele empregado para designar os universais históricos, o conceito de *tipo*, *somos* naturalmente levados a pensar no modo como, desde Peirce (Peirce, 1906, p. 492–546), a filosofia anglo-americana tem considerado o ponto, isto é, *somos* levados ao par *type-token*. No entanto, essa *demarche* seria um equívoco, pois basta ler o verbete *Types and Tokens*, de Linda Wetzel, na *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, para dar-se conta de que não só não há consenso sobre como deve ser entendida a distinção, mas também que nenhum dos variados modos em que ela é entendida parece adequado para elucidar o modo como um universal histórico se relaciona com suas instâncias.<sup>10</sup> Para o que nos interessa aqui, o que importa salientar, porém, é que, salvo no caso do que aqui nos interessa, dos universais históricos, a variação temporal da ocorrência das instâncias é irrelevante, não afeta e é alheia à determinação do modo em que o termo universal se relaciona com sua extensão. Na exceção constituída pelos tipos históricos isso não é assim, pois as instâncias são *intrinsecamente* referidas ao tempo, não apenas extrinsecamente datáveis, como é o caso de instanciações de quaisquer outras propriedades e entidades.

Se for assim, nossa pergunta passa a ser: que relação há entre as instâncias de um tipo de acontecimento histórico e o tempo? O que permite dizer que um desses *tokens* é anacrônico, no sentido em que vimos dizendo que os eventos de 1968 do século vinte nos aparecem como irrevogavelmente anacrônicos ao serem cotejados com a experiência e os protestos políticos de hoje?

10 Com efeito, pode-se examinar as relações entre universais e instâncias em vários contextos e as determinações de tais relações variam significativamente. Se tomarmos o exemplo clássico de uma *espécie natural* e seus membros tem-se um regime relacional; se considerarmos uma classe o regime será outro; se considerarmos os casos de um *sortal* ou o da distinção *type-token*, as respectivas relações também serão diferentes. No caso da relação de uma dada espécie com os indivíduos que dela fazem parte o fundamento dessa relação de pertencimento é o fato de que há um elemento físico-fisiológico, o mesmo código genético, que eles têm em comum. Como bem sabido, esse copertencimento é compatível com um grau de variação fenotípica muito considerável. Já o pertencimento a uma classe pode ser tido como determinado por uma propriedade física ou psicológica escolhida mais ou menos arbitrariamente por quem a delimitar, de modo que a variação interindividual de seus membros é indeterminada, podendo ser enorme, se, por exemplo, tomarmos como exemplo a classe das coisas brancas, ou muito pequena, se a classe que nos interessar for a dos diamantes terrestres com mais de 500 quilates. Por outro lado, a relação de um conceito *sortal* ordinário, com os indivíduos que integrem seu domínio de aplicação, varia de acordo com a altura em que se encontre o conceito considerado na árvore de subordinação conceitual. Em cada um desses casos pode-se dizer que varia o modo mais natural de expressar a relação de pertencimento de um indivíduo ao designado pelo termo universal a cuja extensão ele pertence, pois é natural falar dos membros de uma espécie, de elementos de uma classe, de instâncias de um conceito. Já no caso do pertencimento de um *token* a um *type*, notadamente se considerarmos as palavras e os casos de seu emprego – que é, desde Peirce, o caso paradigmático dessa relação – o pertencimento de *tokens* a *types* é regimentado de maneira muito rígida, com base nas letras que constituem a palavra na língua considerada. O mesmo ocorre se tomarmos como tipo um artefato industrial como um carro, pois o modelo de carro de uma marca e certo ano é determinado muito estritamente, sendo possível dizer que cada *token* de uma mesma palavra, ou de um carro de mesmo modelo, o replica.

Para tentar responder a esta questão talvez valha a pena começar pelo polo oposto, prestando a atenção ao que se passa com um evento natural como o alvorecer. Deixando de lado, o que ocorre nos invernos das latitudes extremas, pode-se dizer que cada um de nossos dias começa com o nascer do sol. Nesse caso a identificação de cada evento se faz mediante a determinação cronológica de sua ocorrência, pela indicação da data e hora em que o alvorecer tem lugar. Roberto Casati e Achille Varzi, ao considerarem o ponto, mostram que a identificação de cada alvorecer pode ser feita também indexadamente por “*um par ordenado  $\langle i, \varphi \rangle$  no qual  $i$  é o período de tempo relevante (correspondente ao descritor 'esta manhã') e  $\varphi$  é a sentença 'O sol nasce'*. Nesses casos, pode-se dizer que a repetição cíclica, pelo menos nos grandes intervalos geológicos e se a deterioração do meio ambiente não vier a produzir noites intermináveis, não faz sentido em falar em anacronismo de um dado alvorecer. Em casos como este, muito embora a superveniência dos eventos tenha lugar obviamente em tempos diversos, a diversidade cronológica e, portanto, numérica de cada alvorecer, é inerte com relação à natureza e ao conteúdo intensional dos sucessivos eventos. Neste sentido, as instâncias do conceito de alvorecer são réplicas equivalentes de um evento-tipo.

No caso de um universal histórico, a relação da generalidade com suas instâncias é de outra ordem, para valer-me de uma expressão de Deleuze (Deleuze, 1968, p. 7). E isso não só porque o tempo histórico comporta divisões qualitativas, as expressões de sua divisão fixando os marcos cronológicos – momentos, conjunturas, períodos, épocas e eras – em função da variação de compatibilidades e afinidades entre as instituições, os usos e costumes, a cultura e as decisões ocorrentes na vida social, mas também porque a diferenciação dos casos de instanciação é sensível às mudanças temporais, o que obriga a que sejam considerados como azados, *crônicos*, se admitido o uso especial do termo, ou como desajustados com relação a esse mesmo conjunto de circunstâncias, sendo, nesse sentido, *anacrônicos*.

Pois bem, voltando agora a nosso assunto principal, quando dissemos que os eventos de 68 nos aparecem hoje como *anacrônicos*, o que queríamos dizer é que as mudanças sobrevindas na macroconfiguração do tempo histórico nos últimos quarenta anos, o modo de articulação de Estado e Mercado e a prevalência cultural do neoliberalismo, impactaram de tal modo nossas vidas que o tipo de vínculo que havia no período anterior entre frustração e esperanças utópicas se afrouxou de tal modo que movimentos insurrecionais, ou semi-insurrecionais como os daquele então já não podem ocorrer.

Isso não quer dizer que não ocorram mais protestos de grande envergadura em nossos dias, pois, aliás, depois de um tempo de grandes calmarias dos

movimentos sociais, vimos testemunhando no período mais recente uma espécie de retorno, de volta dos movimentos populares. No entanto, os movimentos atuais se fazem sob o signo da *indeterminação*, da indeterminação conceitual e estratégica, às vezes sob a forma de uma reserva ideológica e programática expressa, como no caso dos *gilets jaunes*, às vezes sob a forma da ambigüidade, como no caso dos grandes protestos urbanos de 2013 no Brasil, ou na emergência simultânea nos Estados Unidos de uma crescente posição de esquerda dentro do *establishment* político, no coração do Partido Democrata, com as lideranças de Sanders e Warren e, por outro lado, de um inegavelmente voto de protesto na candidatura de Donald Trump, ou nos grandes comícios e passeatas ocorridas no Brasil de 2014 até o impedimento da presidente Dilma.

Foi, portanto, levando em conta por um lado, o desligamento de insatisfação social e esperanças utópicas – resultado, como já mencionado, da consagração massiva do individualismo como padrão da vida trazida pela sociedade globalizada e praticamente hegemônica pelo ideal social neoliberal e, por outro, o caráter indeterminado dos protestos sociais presentes – que pusemos em destaque o anacronismo dos eventos de 1968. Na apresentação da primeira dessas fontes anacronizantes – a do desligamento entre insatisfação social e protestos coletivos – enfatizei o papel dominante do avanço do individualismo como forma de vida, mas deixei em segundo outro determinante maior desse fenômeno que foi a desmoralização do socialismo real como forma de estruturação das sociedades modernas ocorrida depois da queda do muro de Berlim.

Antes de concluir o exame deste ponto, convém ainda observar que a alegação que fiz de anacronismo do 1968 do século passado atentou aos e baseou-se nos mais salientes dos aspectos econômicos, sociológicos e políticos do desenvolvimento global ocorrido na sociedade global nos últimos quarenta anos. Convém observar, porém, que seria uma inadvertência grave ignorar que a experiência humana desdobra-se em outras dimensões, de sorte que estruturas econômicas, condicionamentos socioinstitucionais e a prevalência social de comportamentos e valores não só não podem nada contra a dimensão normativa da experiência humana, assim como tampouco bloqueiam, pelo menos não insuperavelmente, nossa inteligência, nossa imaginação e nossas aspirações. Por isso, em um pequeno artigo de 1998, escrito ao ensejo da evocação e comemoração do maio de 68 francês pude escrever:

Mas Maio de 68 tem um segundo destino. Há ali a expressão de uma outra força, a força da repetição, a mesma que faz com que a velhice não tire nada da infância, a que faz com que as demais estações sejam impotentes contra a primavera e que a tudo assegura um inevitável e glorioso recomeço. (...)

Neste novo registro, Maio de 68 não passa nunca, é uma virtualidade constante, a prontidão para a irrupção de eventos que abalam estruturas de poder, cristalizações geracionais, constelações de valores e representações e que abrem espaço para o gesto e o grito em favor de uma vida mais livre, para um cotidiano menos modorrento e gris, para uma sociedade mais alegre, para uma existência de criação e audácia.

Cumpre, porém, observar, que o que é designado acima como *força da repetição* e *virtualidade* são expressões que precisam ser bem compreendidas. Tomo-as no sentido em que Heidegger primeiramente as expôs, aproveitando também a leitura que Deleuze fez de sua lição. Refiro-me ao que Heidegger diz ao abrir a quarta seção de *Kant e o problema da metafísica*:

Entendemos por repetição de um problema fundamental a abertura de suas até então encobertas possibilidades originárias, mediante cuja elaboração ele é transformado e só assim preservado o problemático de seu conteúdo. Preservar um problema significa liberar e velar a força interna que fundamenta sua essência de problema. A repetição das possibilidades de um problema absolutamente não significa simplesmente captar o que é 'dado comumente', o que 'justifica visões do que se pode fazer'. Esse possível é simplesmente o que é demasiadamente efetivo e do qual cada um faz o que quer. Entendido assim, o possível é o que precisamente impedirá toda repetição genuína e assim toda relação com a história. (Heidegger, 2019, p.207.)<sup>11</sup>

Por certo, diretamente, Heidegger está a falar neste texto de um problema filosófico, do problema contido nas três questões de Kant: O que posso saber? O que devo fazer? O que posso esperar? Questões que, comenta Heidegger, explicitam os interesses gerais do homem enquanto 'cidadão do mundo'. Todavia, tais problemas, os problemas filosóficos, não são problemas em sentido disciplinar, não são problemas dos filósofos, mas são problemas constitutivos da experiência humana. E é exatamente por isso que eles podem ser “repetidos”, podem ser repetidos porque, enquanto constitutivos, sua solução implicaria a superação, a maior ou a menor, da própria condição humana. Quando Aristóteles diz ao final do primeiro livro da *Política* que viver solitariamente é algo para o que estiver ou aquém ou além de nós, ele está a nomear não somente a natureza social do homem, mas o caráter constitutivamente problemático da sociabilidade humana, pois não há problemas em sentido próprio na sociabilidade animal, assim como não os haverá para seres hipoteticamente superiores, cuja sociabilidade não seja constitutiva de seu modo de ser.

O que quero dizer é que não sendo os termos da sociabilidade humana resolvidos automaticamente por determinações genômicas, como ocorrem no

11 Tradução ligeiramente modificada.



caso dos demais animais que Aristóteles e também Hobbes diziam políticos – como é o caso das abelhas, das formigas dos cupins –, sendo antes enfrentados mediante soluções institucionais de natureza essencialmente convencional, resulta que estas serão necessariamente *casos de solução*, vale dizer, expedientes protéticos cuja possibilidade reside e cuja razão de ser encontra-se em uma fenda que pode ser colmatada, mas que em si mesma não pode ser extinta e cujo reaparecimento é inevitável, pois as bases de cada formação social, como as placas tectônicas da litosfera terrestre, são móveis. É exatamente dessa natureza constitutiva e estrutural do problema da sociabilidade humana no sentido mais profundo e próprio da palavra problema que decorre nossa relação com a história e as divisões epocais.

Daí se segue o caráter necessariamente anacronizante da história e sua constância virtual. O caráter anacronizante da história decorre de que os modos de enfrentar o complexo de problemas econômicos, sociais, políticos e culturais – os quais, de resto, não são senão os aspectos principais do problema fundamental de toda sociedade humana – são distribuídos contingente e descontinuamente no tempo. Sua constância, porém, decorre da insuperabilidade de seu problemático caráter, do problema fundamental da sociabilidade, de sorte que as soluções institucionais que lhe são propostas não atualizam nenhuma essência, mas são antes a efetivação contingente de virtualidades que lhe são inerentes.

É nesse sentido, como expressão do ponto em que repetidamente, ainda que a cada vez a seu modo, encontra-se o limite de um certo modo de vida social, que eu disse acima que

Maio de 68 não passa nunca, é uma virtualidade constante, a prontidão para a irrupção de eventos que abalam estruturas de poder, cristalizações geracionais, constelações de valores e representações e que abrem espaço para o gesto e o grito em favor de uma vida mais livre, para um cotidiano menos modorrento e gris, para uma sociedade mais alegre, para uma existência de criação e audácia.

O que é dizer que se, enquanto ocorrências datadas, os protestos de 68 podem ser considerados anacrônicos, enquanto sinais de uma dimensão irredutível da sociabilidade humana, eles estão para lá do azado e do anacrônico, pois, como diz Foucault

As insurreições pertencem à história. Mas de certo modo elas escapam dela. O movimento pelo qual um homem, um grupo, uma minoria, um povo dizem: “Eu não obedeço mais” e lança na face de um poder que ele estima injusto o risco de sua vida – esse movimento me parece irredutível. (...) E isso porque um homem que se ergue é, finalmente, sem explicação; é necessário um arranco que interrompa o fio da história e suas longas cadeias de razões para que um homem possa “realmente” preferir o risco da morte à certeza de ter que obedecer. (...) Porque eles estão assim “fora da história”

e na história (...) compreende-se porque os levantes puderam tão facilmente encontrar nas formas religiosas a expressão de sua dramaturgia. (Foucault, 2001, 790-791)

O leitor poderá, por certo, inquietar-se com o paradoxo contido na afirmação de que “*enquanto sinais de uma dimensão irreduzível da sociabilidade humana*” eventos perfeitamente datados podem ser tomados como trans-históricos.

Creio que as considerações feitas acima já permitem entender o sentido dessa afirmação, mas talvez não seja demais repetir que eventos como os de 1968 colocam-se além da história na medida em que seus protestos, ademais de expressarem insatisfações com e contestação de situações históricas determinadas, recolocam o problema geral da sociabilidade humana e dizem: a ***solução que o quadro institucional presente oferece não dá! E não dá*** porque o problema de fundo, o problema de como hão de ser determinados os termos da cooperação entre os membros da sociedade e os mecanismos geradores de diferenças de renda, *status*, poder e cultura entre eles continua mal resolvido e, por isso, inelutavelmente aberto.

O que é dizer que há no coração da sociabilidade humana uma exigência de justiça cuja satisfação não é nunca perfeita e definitiva. Razão pela qual a repetição dos protestos em diferentes momentos históricos pode ser dita trans-histórica, pois o repetir-se recoloca, em uma série necessariamente aberta, essa mesma dimensão estruturalmente problemática da condição humana. Creio que a tese se torna menos paradoxal se pensarmos que assim como se pode dizer que em cada caso de uma adição elementar como  $2+2=4$  o resultado é datado, obtido em um ponto exato do tempo, e, ao mesmo tempo, que ele é atemporal, se pode também dizer que no caso das insurreições sociais o fato de que cada uma delas, ao reabrir o problema estrutural da sociabilidade humana, ocorra em data e momento histórico determinados, não impede que, ao mesmo tempo, seu sentido mais profundo seja trans-histórico.

Repare-se, porém, que a comparação que acaba de ser feita é radicalmente imperfeita e pode gerar mal-entendidos. A repetição do resultado de uma operação aritmética como a mencionada é não só trivial como irrelevante para a determinação do conteúdo do problema, pois tanto este como sua solução decorrem necessária e monotonamente dos axiomas da aritmética, notadamente da função do sucessor. Aqui a força heurística da operação é inteiramente subjetiva, como se vê quando inauguralmente aprendemos a contar e a fazer as primeiras operações. Porém, no caso do que denominamos de *problema da sociabilidade humana* isto não é em absoluto assim, pois a própria determinação do que seja o problema, do conteúdo problemático do problema, depende do modo como os indivíduos que compõem e formam as sociedades entendem o que sejam as dificuldades a resolver. Isto é o que faz com que os problemas sociais

sejam sempre problemas institucionais, problemas que resultam de crenças e atos instituintes, instituintes de instituições. É também por essa razão que tanto a repetição dos atos instituintes quanto a denúncia que as insurreições fazem deles – despeito de que ponham iterativamente em questão a mesma questão dos termos em que se há de regrar a coexistência dos indivíduos humanos – a cada vez variam e, ao variar, abrem o espaço da história. Espaço este no qual toda repetição é repetição do diferente, pois como diz Heidegger na passagem citada acima, na “*repetição de um problema fundamental*” necessariamente tem lugar “*a abertura das até então encobertas possibilidades originárias nele contidas, mediante cuja elaboração o conteúdo que o faz problema é, ao mesmo tempo, transformado e preservado.*” É também nesse sentido que a formação de uma nova forma de sociedade é incomensurável com a formação de um novo formigueiro, ou de uma nova colmeia.

## Referências

- ARISTÓTELES. “Política”. Tradução de Mário da Gama Cury. Brasília, D.F.: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- \_\_\_\_\_. “Œuvres Complètes”. Paris: Flammarion, 2014.
- BAUMAN, Z. “Sintomas à procura de um objeto e um nome”. In: GEISELBERGER, H. (ed.), 2019.
- BECK, Ulrich. “O que é Globalização? Equívocos do globalismo e respostas à globalização”. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BROWN, W. “In the Ruins of Neoliberalism: The rise of antidemocratic politics in the west”. NEW York: Columbia University Press, 2019.
- BRUM TORRES, J. C. “Maio de 68, Filosofia e Memória”. *Gazeta Mercantil* – RS, ed. de 25 de maio de 1998. Porto Alegre, 1998.
- CASATTI, R., VARZI, A. C. “Events”. In: ZALTA, E. N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford, CA: Metaphysics Research Lab., Stanford University, 2015.
- CASTELLS, M. “Ruptura – A crise da democracia liberal”. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- DELEUZE, G. “Différence et répétition”. Paris: P.U.F, 1968.
- DELLA PORTA, D. (org.). “Sessantotto Passato e presente dell’anno ribelle”. Milão: Feltrinelli Editore, Kindle Edition, 2018.
- FOUCAULT, M. “Inutile de se soulever?”. In: FOUCAULT, M. *Dits et Écrits II*. Paris: Gallimard, 2001.
- GEISELBERGER, H. (ed.) “A Grande Regressão – Um debate internacional sobre os novos populismos – e como enfrenta-los”. São Paulo: Editora Liberdade, 2019.
- HEIDEGGER, M. “Kant e o problema da metafísica”. Tradução de Marco Casanova. Rio de Janeiro: Via Veritas, 2019.
- NACHTWEY, O. “Descivilização – Sobre tendências regressivas nas sociedades ocidentais”. In: Geiselberger, 2019.

- PEIRCE, C. S. S. “Prolegomena to an Apology for Pragmaticism”. *The Monist*, Volume 16, Issue 4, p. 492-546. Outubro 1906.
- POLANYI, K. “A Grande Transformação: as origens da nossa época”. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- RICŒUR P. “Temps et récit. Tomo I, L'intrigue et le récit historique”. Paris: Éditions du Seuil, 1983.
- VOGEL, E. F. “Deng Xiaping and the Transformation of China”. Cambridge USA: Harvard University Press, 2011.
- WETZEL, Linda. “Types and Tokens”. In: Edward N. Zalta (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Fall 2018 Edition, URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/types-tokens/>>.
- ZHU, S. & PICKLES, J. “Bring In, Go Up, Go West, Go Out: Upgrading, Regionalisation and Delocalization in China’s Apparel Production Networks”. *Journal of Contemporary Asia*, Vol. 44, No. 1, 2014.
- ZOURABICHVILI, F. “Le vocabulaire de Deleuze”. Paris: Ellipses, 2013.

# **1968: FRANÇA, MAIO E NÓS – CINQUENTA ANOS DEPOIS**

*Ivan Domingues*

Universidade Federal de Minas Gerais

domingues.ivan3@gmail.com

**RESUMO** *O artigo visa reconstituir as grandes linhas do maio de 68 francês e suas repercussões no Brasil, depois de passados exatos cinquenta anos. Quatro são os tópicos recobertos: [i] buscar o embasamento do grande sismo no interior do próprio movimento, numa análise contextual voltada tanto para os entes coletivos diretamente ligados ao grande acontecimento (coletivo 22 de março, etc.), quanto para suas lideranças e sua liderança inconteste: Cohn-Bendit; [ii] recensear as principais interpretações fornecidas pela intelectualidade francesa, ao perguntar pelo sentido ou o significado do mês famoso, a exemplo de Morin, Castoriadis, Lefort, Aron e outros; [iii] indagar pelas implicações filosóficas do ano de 1968, na linha de John Searle em *The Campus War*, tendo por foco Berkeley, o 68 norte-americano e a Califórnia, bem como, no tocante à Paris e à intelligentsia francesa, na linha p.ex. de Alain Renault e Luc-Ferry em *O pensamento de 68*, e no mesmo passo inquirir o que a filosofia poderia dizer sobre 1968 e o maio famoso; [iv] e perguntar como 68 me interpela ontem, nos anos 70, quando estudante na velha FAFICH, na Rua Carangola, e hoje, 50 anos depois, frente à pergunta qual é o 68 que venceu: o de Berkeley e da Califórnia; o da França e de Paris.*

**Palavras-chave** *maio de 68 na França, contexto do grande sismo, principais linhas interpretativas, implicações filosóficas, comparação com o 68 norte-americano, legados do maio francês, repercussões no Brasil, maio de 68 cinquenta anos depois.*

**ABSTRACT** *The paper aims at reconstructing the great lines of France May 68 and their repercussions on Brazil during these fifty years. The four topics discussed are (i) to search for the big quake in the core of the movement, through a contextual analysis that's turned towards collective groups directly linked to the big event (22nd March Collective) as well as to turn to their own leaderships and their undisputed leader: Cohn-Bendit; (ii) to map the main interpretations supplied by French intellectuals, when asked about the sense or meaning of the famous month, like Morin, Castoriadis, Lefort, Aron and so on; (iii) to enquire about the philosophical implications of the year 1968, like in John Searle's thoughts in *The Campus War*, focusing on Berkeley, North Americans 68 and California, as well as Paris and the French intelligentsia, in the line of e.g. Alain Renault & Luc Ferry in *La Pensée 68*, and at the same time searching which Philosophy could tell about 68 and the famous month; (iv) and to ask how 1968 issues challenged me in the 70's when I was a student at the old FAFICH Carangola Street, and today, fifty years after, faced with the question of who the winner was: just Berkeley, California or Paris, France?*

**Keywords** *may 1968 in France, big quake context, main interpretation lines, philosophical implications, comparison with North American 68; french may 68 legacies, repercussions on Brazil, may 68 fifty years after.*

É com grande prazer que compartilho esta mesa com João Carlos Brum Torres, para tratar de um assunto que me é especialmente caro: o ano de 1968, o ano que não terminou, segundo Zuenir Ventura. Não terminou justamente para nós brasileiros, ao dar o título ao seu influente livro publicado 20 anos depois, em 1989, ao evocar os anos de chumbo, dando ensejo a um segundo livro, que veio a lume em 2009, passados quarenta anos, com o título *1968: O que fizemos de nós*. Passada mais uma década, não acabou ainda para os brasileiros de hoje – eu acrescentaria –, nas vésperas dos cinquenta anos do AI-5, baixado no dia 13 de dezembro, e numa sexta-feira, com todo o simbolismo de mau-augúrio que a reunião do número e do dia nos traz. Desta vez renunciando no horizonte que se avizinha, se não novos anos de chumbo, posto que não estamos em plena ditadura, ao menos anos sombrios, como muitos vêm dizendo: agora, depois das eleições, como triste desenlace da democracia e dos trinta anos da Constituição de 1988, não mais com as botas, os tanques e as masmorras da ditadura ameaçando e amordaçando todos nós, mas com as mordanças e o novo

fundamentalismo neopentecostal já na esquina, prestes a ocupar o MEC. De resto, não exatamente afro-americano, como acreditavam Deleuze e Guattari e externado em excelente artigo publicado em 2007 sobre maio, ao qual vou voltar na sequência, mas fundamentalismo de todo jeito – e de extrema-direita – e, como os outros fundamentalismos, muçulmano, como o do Irã, ou não, o anti-68 por excelência.

Contudo, não é o Brasil que será o assunto de nossa mesa, embora continue em nossas mentes desde a mesa de ontem à tarde, já estivesse presente antes e certamente vá continuar depois, mas a França e o mês icônico, com seu alcance político e seu valor simbólico extraordinário: Maio, não o mês sozinho ou em sua inteireza, porém com suas duas ou três datas ultradensas sempre evocadas mais sua semana gloriosa e até hoje lembrada como única e inesquecível, quando ninguém dormiu, conforme lembra Edgar Morin em *1968 – A brecha*, numa obra em parceria com Lefort e Castoriadis, ampliada, traduzida e (re) publicada pela Perseu Abramo em 2018. Tudo isso teve lugar, segundo Morin, em meio a discussões febris, questionando tudo e deixando tudo de ponta-cabeça, bem como num ambiente de rara descontração e de queda de barreiras, quando as pessoas *se tutoyaint* [se tratavam por tu, ou seja, informalmente, como se todo mundo fosse íntimo e o você entre nós], os *chauffers* davam carona a todo mundo e o povo solícito congregava nas ruas: sem as reservas habituais e a *mise-à-distance* conhecida dos franceses e dos parisienses com seu famoso mau-humor. E, no mesmo compasso, junto com o mês, a cascata de acontecimentos que se lhe seguiu, acarretando um verdadeiro terremoto, com o país parado, assistindo a tudo perplexo, as barricadas compostas de *pavés* [pedras de calçadas] arrancados das ruas, os carros revirados no *Quartier Latin*, a Sorbonne e Nanterre ocupadas, a greve geral com dez milhões de paredistas e o governo acéfalo e De Gaulle exilado numa embaixada na Alemanha.

Ao repassar em minha mente este grande acontecimento, constituído de uma multidão de pequenos acontecimentos que foi o maio de 68 francês, para não ser esmagado pela formidável cascata de eventos, ou não me ver desencorajado por eles, em seu formigamento, junto com a necessidade de introduzir um ou mais recortes, ao segmentar e distinguir as esferas – econômica, social, política, estudantil e cultural –, fui levado também a ampliar o foco e a estender as comparações: especificamente, frente à necessidade de considerar o ano e não mais o mês, ou só o mês, assim como os anos que o precederam e aqueles que o sucederam, em busca dos nexos causais junto com a rede dos efeitos, e, ainda, a comparação com outros países, como os Estados Unidos e o Brasil.

A consideração óbvia é que o tempo forte do ano famoso no Brasil, como já ressaltado, não é o mês de maio, mas dezembro e o dia 13 tenebroso,

podendo ser acrescentados ainda o mês de outubro, quando ocorreu o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, no interior de São Paulo, que terminou com 800 jovens presos, e o dia 26 de junho, nas proximidades do mês famoso e emulado por ele, quando ocorreu a famosa passeata dos cem mil, no Rio de Janeiro: um mega-acontecimento com a participação de estudantes, professores e artistas, em reação à morte do secundarista Edson Luís, que estava no meio das manifestações contra o aumento do preço do bandejão, no restaurante universitário Calabouço da UFRJ, e foi fulminado com um tiro no peito pelas forças da ditadura. Ao ser comparado com os Estados Unidos, deixando de lado os meses, o tempo forte ou o ano especial é 1963, quando ocorre a revolta estudantil de Berkeley, com sua agenda específica e norte-americana, a saber: o movimento pró-direito civis dos afrodescendentes, o movimento pacifista contra a guerra do Vietnã e ainda contra a autoridade e o autoritarismo das universidades e das famílias do país dos ianques – tópicos de máxima importância rivalizando com o maio francês, como notou Edgar Morin, onde vamos encontrar lado a lado a agenda política e a agenda cultural, conhecida depois como contracultura, com a liberalização dos costumes na linha de frente e que depois iria alcançar todo o globo. Então, concluindo, 68 são vários e cada qual deverá ser contextualizado e perspectivado, considerando os anos e os acontecimentos antecedentes, bem como os anos e os acontecimentos subsequentes.

Para sorte minha, no caso da França, eu fui largamente facilitado pela existência de uma vasta literatura recobrando o ano famoso, assim como o antes e o depois, e mesmo bem depois, acarretando a necessidade de selecionar e fazer a triagem dos materiais a se avolumarem mais e mais ao longo das décadas, e, paralelamente, aliviando um pouco meu desconforto pessoal, ao tratar do assunto, frente a duas inconveniências. Por um lado, a inconveniência de um brasileiro enfiando sua colher torta e dando palpite sobre um assunto que ele não tem familiaridade e não viveu diretamente; porém, outros viveram e compartilharam a sua experiência, permitindo que outros e de outros pontos do globo retomem essas vivências e análises, como no meu caso. Por outro lado, a inconveniência de alguém vivendo no outro lado do grande oceano e, nesta circunstância, no *lâ-bas*, na parte de baixo do Equador, longe das bibliotecas e dos centros de documentações franceses, com o propósito de escrever sobre esses assuntos e sem as comodidades ou facilidades dos franceses – remediada a inconveniência outrora invencível, como nos meus tempos de PhD em Paris, quando tudo era feito presencialmente e *in locu*, e agora facilitada pela revolução digital e graças à Web, ainda que não cobrindo tudo e muita coisa ainda esteja arquivada nos acervos do hexágono, como a França é conhecida e



referida pelos franceses. Contudo, houve como remediar as coisas e minimizar as inconveniências, como o livro de coautoria, de Edgar Morin, já referido, e os livros-depoimento, de Cohn-Bendit, que esteve à testa dos acontecimentos e voltou aos mesmos em mais de uma ocasião.

Passando à estratégia e aos recortes, ao reconstituir o maio de 68 francês, ao perguntar por sua alma ou por seu *esprit*, eu tratei de delinear quatro diretrizes ou *legs* argumentativas, como dizem os anglofônicos, ou antes quatro *volets*, como preferem os franceses, em alusão à janela e ao ângulo de abertura ou à porta de entrada:

[1] Buscar o embasamento do grande sismo ou da eclosão do acontecimento no interior do próprio movimento, numa análise contextual e imanente, vazada na perspectiva dos protagonistas e dos atores de maio, e com esse propósito, na impossibilidade de retrair tudo, ao menos descrever as ações de um dos entes coletivos diretamente ligados ao evento maior, em que se reconhece o protagonismo, assim como as ações de uma de suas lideranças ou de sua liderança incontestada, se é que existe uma: Cohn-Bendit, no caso;

[2] Recensurar as principais interpretações ou, ao menos, sem poder devassar-lhes as nuances e os conteúdos, ao considerar as visões dos protagonistas, cuidar de mapear as principais linhas interpretativas, uma e outra vertentes ao perguntar pelo sentido ou o significado do mês famoso – e isto tanto ao perguntar por aquelas linhas moldadas no calor dos acontecimentos por observadores e testemunhos privilegiados, e não necessária e diretamente pelos protagonistas, mas pelos intelectuais e estudiosos, quanto por aquelas linhas revisadas e acrescidas por outras abordagens mais tarde, ao longo do tempo;

[3] Inquirir ou indagar pelas implicações filosóficas do ano de 1968, na linha de John Searle em seu instigante livro tendo por foco Berkeley, o 68 norte-americano e os anos precedentes na Califórnia – estou me referindo à obra *The Campus War*, publicada em 1971 – e ainda na linha de Alain Renault e Luc-Ferry, p. ex., que dedicaram ao ano um livro com o mesmo título: *O pensamento de 68*, publicado em 1985, e no mesmo compasso perguntar o que a filosofia poderia dizer sobre 1968 e, em se tratando da França, pelo maio famoso;

[4] E, concluindo, perguntar como 68 me interpela, ontem, quando eu era estudante na velha FAFICH, na Rua Carangola, e hoje, 50 anos depois, frente à pergunta qual é o 68 que venceu: o de Berkeley e da Califórnia; o da França e de Paris.

Sobre o embasamento de maio de 68, ao perguntar pelo aguilhão que deflagrou tudo, ou por seu estopim ou ainda pela gota d'água, e, ainda, ao indagar por seus grandes protagonistas, individuais e coletivos, a julgar por Morin e outros estudiosos, eles deveriam ser procurados em Nanterre e eles

seriam dois. Numa vertente, o coletivo 22 de março, uma organização de ultraesquerda criada no mesmo ano, na véspera dos acontecimentos, e composta por anarquistas, trotskistas, maoístas e os chamados situacionistas, menos conhecidos e em ruptura com todos eles, tendo criado uma outra Internacional, a Internacional Situacionista e inspirada na *Sociedade de espetáculo* de Guy Debord. Já a liderança, parece não haver dúvida de que o nome indisputado, embora ele se declinasse o tempo todo, é o judeu franco-alemão Daniel Cohn-Bendit, citado por todo mundo e num verdadeiro ícone, a quem vou me reportar daqui a pouco.

Voltando ao coletivo 22 de março não consegui ir mais longe em minhas investigações, em grande parte por falta de tempo e por não morar em Paris. Sabe-se, no entanto, que o seu papel foi essencial e que o grupo estava de costas para a esquerda oficial, como o PCF na França, e os sindicatos estudantis e operários, como a CGT e a MNEF, em sua maioria braços do PCF e do PS. Sabe-se também que o gatilho do movimento em Nanterre foi a repressão brutal que caiu sobre o movimento no contexto de suas manifestações contra o autoritarismo absurdo das instituições francesas universitárias, totalmente obtusas e medievais, como se dizia na época, e cuja face talvez mais saliente fosse a separação de dormitórios entre rapazes e moças e a interdição de uns visitarem os quartos das outras e vice-versa. Contudo, não pude apurar mais do que isso, porque em regra os registros são ultraideológicos e arquipolitizados, quase nada dizendo sobre os usos, os quotidianos e os costumes.

Porém, nem tudo estava perdido e ao aprofundar as pesquisas eu me deparei com o documento essencial de 25 p., publicado em 1966, sob os auspícios da UNE francesa, e vindo a lume por estudantes da Universidade de Strasbourg, localizada na cidade de igual nome, ao norte da França, perto da fronteira com a Alemanha. O título do documento é meio espichado, havendo o principal *Da miséria no meio estudantil* e o subtítulo que o acompanha “Considerada sob seus aspectos econômico, político, psicológico, sexual e notadamente intelectual, e alguns meios para remediá-la”, ou seja, para remediar a miséria em suas diferentes faces, não só econômica. Terminando a descrição do documento, assinala-se que ele se divide em três partes ou seções:

[1] “Tornando a vergonha ainda mais vergonhosa, trazendo-a à publicidade”, ao longo da qual se fala de tudo um pouco acerca da vida estudantil, vida sem nenhum *glamour* e atrativo, numa universidade retrógada e aburguesada, funcionalmente organizada para preparar os escalões técnicos da sociedade, e desdenhosamente referidos como *petits cadres* pelo documento. Tudo muito ruim, em suma, somando-se à vida de pobreza material a que está condenado o estudante, ganhando menos do que um salário mínimo em suas bolsas de

estudo e mesadas das famílias, a falta de perspectiva e a total desolação nos outros planos da existência, não havendo nem mesmo a boemia tão decantada e a alegria natural da idade, e tudo terminando no mais total dos tradicionalismos, e mesmo em matéria de sexo, racionado e mediocrizado: aqui, nesta seção, nenhum mestre pensador é poupado, nem “Lapassade, ce con”, nem Althusser, nem Lévi-Strauss e nem mesmo Sartre, que era um ícone das esquerdas e nos acontecimentos de maio, como na Sorbonne ocupada, sempre buscara a interlocução com os estudantes.

[2] “Não é suficiente que o pensamento busque sua realização, é necessário que a realidade busque o pensamento”, é o título da seção seguinte, onde prevalece a tradicional análise da conjuntura e da situação mundial da revolução planetária, com ataques e críticas por todos os lados: ao capitalismo das sociedades superdesenvolvidas, contra a União Soviética e ao capitalismo burocrático de Estado, bem como à China, à Mao e à revolução cultural, além de críticas e ataques a um sem-número de grupúsculos e organizações de esquerda, nomeados e atacados um a um, e só salvando os ditos movimentos situacionistas, cuja análise em filigrana denota sua simpatia por Rosa de Luxemburgo, os espartaquistas alemães e Guy Debord;

[3] “Criar enfim a situação que torne impossível toda volta para trás”, é o título da terceira seção, e eis que estamos no cerne da justificação do nome do grupo e de sua Internacional, mais a sua agenda política de revolução total, de crítica total e da proposta de criar o homem total e o novo humanismo, um humanismo total ou integral, fazendo lembrar Emmanuel Mounier e o personalismo, mas não tendo nada de cristão – uma agenda radical e fantasiosa, alinhada ao proletariado urbano como o grande agente da revolução, tendo como meio ou ferramenta a auto-gestão e os verdadeiros soviets ou conselhos de fábricas: estes serão pois os remédios e os meios para a vida miserável e cinzenta de todo mundo e dos estudantes, com as últimas linhas do documento falando de festa, de festa revolucionária, de jogo e do lúdico, ao dizer que “o jogo é a racionalidade última desta festa, viver sem tempo morto e gozar sem entraves, são as únicas regras que o proletariado poderá reconhecer”. E, desde logo, ficando justificado o rótulo de esquerda festiva – poder-se-ia dizer, boêmia, hedonista e reichiana, não exatamente freudiana, ao se haver com a questão da sexualidade –, cujo traço ou caráter vai marcar uma das vertentes mais salientes do maio de 68 francês e pelo mundo afora, inclusive no Brasil.

Terminando a análise do documento, acrescento que eu não escondo minha frustração ao me deparar que a promessa de retratar a miséria dos costumes e sexuais consistiu numa única citação de W. Reich, referido como “este excelente educador dos jovens” e remetendo o leitor aos seus *A luta sexual dos jovens* e

*A função do orgasmo*, colimando com a crítica corrosiva aos pseudoliberalados, aludidos como os “originais”, que de originais não têm nada, nem de diferentes, e de fato apresentam em seus comportamentos erótico-sexuais os mesmos padrões conservadores das relações intersexuais das sociedades tradicionais. Convenhamos, tudo isso é muito instigante e dá muito o que pensar, mas, por mais que procuremos alguma coisa, como um relatório Hite sobre a sexualidade feminina, publicado em 1942, e que causou tanto furor, ou um relatório de psicologia de grupo sem distinção de gênero e, melhor ainda, não vamos encontrá-lo nunca – e por isso mesmo, ficando do documento francês que estou a examinar, apenas algo sugestivo e pitoresco, num momento conturbado da história da universidade francesa, onde a revolução sexual e dos costumes, que certamente ocorreu e evidências não faltam, dependeu do empuxo de outras correntes e matrizes culturais, e antes de tudo californianas.

Contudo, as coisas melhoram e muito no plano político, como eu vim a descobrir em minhas pesquisas sobre a matéria, ao descobrir a forte presença situacionista na cena francesa, para além da cidade de Strasbourg e dos muros da Universidade. De resto, em pleno 68, em Paris e em outras localidades, dando uma ideia de influência nacional efetiva, em pelo menos duas ocasiões-chave, ao difundir aos quatro cantos o ideário da auto-gestão e dos conselhos de fábrica, também chamados de conselhos operários: na greve geral de 1968, ao lançar o apelo da greve geral na Sorbonne, ocupada no dia 16 de maio; em inúmeros *tracts* ou panfletos incitando a ocupação da Sorbonne, bem como e mais ainda as ocupações das fábricas de aviação na cidade de Nantes, que está na origem da greve geral e que, de repente, num relâmpago, se estendeu ao conjunto da França, ao atingir o patamar nunca visto de 10 milhões de grevistas.

É ocioso dizer que, muito embora não se possa dizer que a greve geral tenha sido uma obra exclusiva do coletivo Situacionista, seu papel foi essencial, com Guy Debord servindo de farol, e tendo seu papel na cena francesa sido paulatinamente diminuído com o refluxo de maio, com a organização se extinguindo em 1972, quando a França já tinha entrado em outro momento de sua história, com maio derrotado e a vitória dos gaullistas: aliás, derrotado bem antes, no início das férias de verão, com as hordas de franceses no mês de agosto, em seus carros, indo para as praias da Côte D’Azur, do sul da Espanha e de outros países mediterrâneos, na parte meridional da Europa, e não muito diferente do que eles faziam todos os anos, antes, e como continuarão a fazer, depois.

Sobre os indivíduos, para concluir, como lembrado, o grande nome e cérebro é Cohn-Bendit, que era ligado não ao movimento situacionista, mas ao grupo 22 de março, fazia sociologia em Nanterre e foi expulso pelo governo

francês, passando uns tempos no exílio, na Alemanha. E, como é sabido, com direito a uma volta triunfal, ao chegar a Paris em meio à França de ponta-cabeça e encandecida, e a quem, como prometido, vou voltar daqui a pouco, ao tratar das interpretações de maio, e entre estas, em dois momentos diferentes, as de Cohn-Bendit.

Passando às linhas interpretativas, ao considerar o contexto mais amplo em que se inscreve o 68 francês, acarretando o transbordamento do movimento da universidade em direção à sociedade, como ressaltam os estudiosos, a França estava em plenos 30 anos gloriosos – em francês, “Les trente glorieuses” –, iniciados depois da segunda grande guerra e só terminando em meados dos anos 70, devido à crise do petróleo em 1973 e aprofundada em 1979.

O ponto é que ninguém esperava uma crise com a escala e a dramaticidade de maio de 68, em meio a uma França mais rica e mais aburguesada, com a classe operária acomodada e todo mundo sonhando e usufruindo as delícias da sociedade de consumo. E eis que, de repente, sem que ninguém esperasse, sobrevém o maio fatídico, em plena primavera e o país sorridente, e, junto com o maio, o grande abalo sísmico e o país de joelhos frente aos estudantes. Como os *révolutionnaires* de 1789, depois da tomada da Bastilha, os estudantes de 1968 se quisessem tomar o poder teriam-no feito com um piscar de olhos, ao subirem a Avenida Champs-Élysées, margeando a sede do governo completamente acéfala, mas preferiram seguir adiante, até chegar ao Arco do Triunfo: ponto alto das datas festivas e das celebrações francesas, onde os estudantes *enragés*, como eram conhecidos seus segmentos ultrarradicais, cantaram a Internacional, não a Marselhesa e, ato contínuo, fincaram suas bandeiras vermelhas comunistas e suas bandeiras pretas anarquistas.

Ora, não tendo um fundamento econômico, ao desafiar os esquemas do marxismo ortodoxo, e mais ainda no contexto de uma França em plenos “Trinta anos gloriosos”, conforme foi lembrado, o decisivo ao interpretar os acontecimentos que temos em mente é que os movimentos, as revoltas e mais ainda as revoluções associadas ao ano de 1968 – e, mais precisamente ainda, ao mês de maio de 1968 – são antes de tudo um fenômeno geracional com uma mensagem social e mais ainda cultural. Ou seja: como notou Edgar Morin, o fenômeno de uma geração de estudantes e de jovens de uma ponta a outra – portanto, em sua essência, um movimento juvenil, como nenhum outro em outras épocas –, transcorrido em várias localidades do globo, com seu significado próprio e variando segundo os diferentes contextos, ao contrastar, p. ex., a França, o Brasil, os Estados Unidos e a Alemanha.

Na França, tendo por ícone o mês famoso, os *affiches* [cartazes] desabusados e as barricadas do *Quartier Latin*, com seu componente anárquico

e descentralizado, contra tudo e contra todos, em suas quatro vertentes: contra o capitalismo, contra o consumismo ou a sociedade de consumo, contra a família e as instituições tradicionais, e contra o imperialismo americano – tudo tendo começado na Universidade de Nanterre, na região parisiense, quando os estudantes se insurgiram contra o interdito de homens e mulheres compartilharem dormitórios, ou melhor dizendo, a proibição de os rapazes irem aos dormitórios das moças, como registrou Ricoeur, e tudo terminando com Paris incendiada e as forças da ordem só habilitadas a retomar o controle da situação, finda a greve geral, ao desocuparem Nanterre e a Sorbonne, dois meses depois.

Ora, não muito diferente foi a situação da Alemanha, porém sem o transbordamento francês e a aliança operário-estudantil, ao se determinar antes de tudo como um movimento estudantil e suas três frentes contra a autoridade e o autoritarismo: na família, na universidade e na sociedade, mas numa escala significativamente menor e bem menos dramática do que no outro lado do Reno. Contudo, além de Berlim e Frankfurt, em sua vertente exclusivamente estudantil, tendo como principal alvo Adorno à testa da Escola famosa, o estudioso do maio alemão deverá haver-se também, se não com seu transbordamento político para toda a sociedade, ao menos com seu componente terrorista e ultraradical – ultraradical de esquerda, bem entendido, como o grupo Baader-Meinhof, que insurgiu na cena alemã no final dos anos sessenta e início dos anos setenta; segundo consta, como grupo, saído do movimento estudantil e das comunas de jovens da década de sessenta, e, como tal, em suas ações, sem paralelo com a França e sem jamais ter atingido toda a sociedade.

Por seu turno, não menos influente do que a França – e talvez até mesmo mais emblemático em certos aspectos quanto ao seu alcance e significado, datada a eclosão do movimento de ao menos três anos antes –, ao cruzar o Atlântico e já nas bordas do Pacífico, é o caso dos Estados Unidos e da Universidade de Berkeley, na Califórnia. Diferentemente da França e da Alemanha, havendo a adesão de professores, mas, antes de tudo, por iniciativa dos estudantes, o movimento de contestação provocou um verdadeiro terremoto naquelas paragens, ao empunhar a bandeira do antiautoritarismo da universidade tradicional com sua estrutura antiquada e paternalista. De resto, não só em Berkeley, mas por toda a parte, com as autoridades e os professores fazendo as vezes da autoridade paterna e da família, ao condenar os alunos ao silêncio, e cuja resultante, em resistência a esse estado de coisas, vai ser o famoso “Free Speech Movement” [Movimento de liberdade de expressão]: segundo consta, o maio de 68 francês se inspirou no *Free speech* de Berkeley que iria ganhar todos os Estados Unidos, ao aliar o movimento pró-direitos civis dos negros,

encabeçado por Martin Luther King, morto em 04 de abril de 1968, com os movimentos civis contra a guerra do Vietnã, que só iria terminar em 1978. Tudo isso teve lugar, somado aos movimentos de contracultura espalhados pela Califórnia e depois aos outros cantos da América do Norte, tendo como epicentro São Francisco, com os movimentos *hippies*, precedidos dos *beatniks*, passando pela estreia da peça *Hair*, na Broadway, em abril de 1968, na *Big Apple*, e culminando com a realização do famoso festival de Woodstock, em agosto de 1969, nas cercanias de Bethel, no Estado de Nova York. Então, de uma costa a outra, era todo um país tomado pela contracultura e a contestação, e como nunca visto antes.

No Brasil, diferentemente, a agenda do ano de 1968 foi por demais carregada pela pauta política da resistência contra a ditadura, resistência armada nos anos setenta, e a que se somou a deriva do revolucionamento dos costumes, como mostra Zuenir em seu livro essencial e com o qual, aliás, o inicia.

Daí a minha afirmação de que o movimento de maio de 1968 e seus congêneres de antes e de depois têm um triplo significado juvenil, estudantil e cultural. Daí também, visando uma perspectiva mais ampla, já com os membros do movimento mais envelhecidos, a afirmação de que o seu legado principal é antes de tudo cultural, com forte incidência sobre os costumes, para além do seu significado social, econômico e político: afinal, as estruturas tradicionais venceram; De Gaulle voltou ao poder na França em junho e só foi afastado no ano seguinte, continuando porém o gaullismo; a guerra do Vietnã acabou, mas antes Nixon ganhou as eleições e o imperialismo americano continuou vivo e arrasador; e a sociedade de consumo ganhou os quatro cantos do globo, como é sabido.

Sobre a alma de 68 ou do indivíduo com a alma 68 – a gente diz em bom português “meia oito”, ao passo que os franceses preferem “soixante-huitard” (em tradução livre: geração 68) –, em que se pode ver em seu movimento incessante e em seu espírito profundo a inquietude e a insatisfação contínua de toda uma geração, poder-se-ia dizer com um dos líderes que estiveram à testa do maio de 68 francês à frente das barricadas do *Quartier Latin* de Paris, Daniel Cohn-Bendit, que “o espírito de 68 é o desejo de liberdade”. Penso que é um bom caminho para entender a coisa e talvez melhor do que o espírito de contestação, em regra associado à adolescência e à idade da revolta. A condição é a gente não se deixar prender ao que fez depois Cohn-Bendit, que era um verdadeiro ícone, tendo escrito o instigante *Nós que amávamos tanto a revolução*, em 1988, e que, passadas duas décadas, em 2008, irá publicar para decepção de todos nós *Esquecer maio de 68!*, ao longo do qual dá a meia-volta e esboça uma visão mais conformista – liberal, dir-se-á – das coisas que prevaleceram depois.

De minha parte, eu ficarei com o primeiro livro e direi que a sua mensagem é mais real, revelando o espírito profundo dos acontecimentos que tiveram lugar naqueles tempos únicos em vários pontos do planeta, inclusive no Brasil. Em favor dessa interpretação, eu lembro as mensagens dos cartazes e dos grafites que fizeram época em Paris e se espalharam por toda parte, em Berlim, em Nova York e em São Paulo: *Il est interdit d'interdire* [É proibido proibir, que dará o título a uma das mais conhecidas músicas de Caetano Veloso], *Jouissez sans entraves* [Gozem sem entraves], *Soyez realistes, demandez l'impossible* [Sejam realistas, peçam o impossível].

Foi pensando nessas coisas, em busca de fundamentos mais sólidos para a interpretação do 68 francês, que tratei de ampliar a bibliografia que eu tinha trabalhado até então e me deparei com o já referido livro assinado por Claude Lefort, Cornelius Castoriadis e Edgar Morin para a edição brasileira, *Maio de 68 – A brecha*, datada de 2018, e como arremate às duas edições francesas anteriores: uma, saída em 1968, sob o calor dos acontecimentos, e outra mais refletida e distanciada, 20 anos depois, com data de 1988. Um livro que, com algum favor ou forçamento, poderíamos colocar do lado esquerdo do espectro político, se deixamos as inflexões tardias em direção ao centro da parte de Morin e Lefort, mas que no Brasil irá pender para o lado esquerdo, ao considerarmos as inclusões de Marilena Chauí e Olgária Matos, com seus dois estudos repercutindo o maio famoso e contextualizando o Brasil. Considerações políticas à parte, a minha ideia era contrastar num primeiro momento as posições de Morin, Lefort e Castoriadis frente às posições de Raymond Aron, que fica à direita do espectro e que também tem sua interpretação própria do ano famoso, com sua sagacidade reconhecida e suas reservas típicas de um conservador francês, desconfiado dos arroubos revolucionários e alinhado com as posições de Tocqueville, dizendo que tudo não passou de um sonho acordado. Porém, em razão das limitações do tempo, fui levado a desistir do propósito, de modo que vou ficar apenas com o livro de Morin e os dois consortes, livro que eu recomendo com entusiasmo, acrescentando que a edição está bem cuidada. Do conjunto do livro, eu recomendo em especial os ensaios de Morin, que no meu modo de ver é o melhor dos três, com a vantagem adicional de ser o mais completo, tendo o autor sobrevivido aos dois parceiros de diferentes épocas – Lefort e Castoriadis já faleceram; Morin continua vivo, beirando os cem anos – e quem voltou aos eventos de maio ao menos três vezes, se deixamos de lado os artigos de jornais e revistas. No caso do livro, duas vezes com os amigos, para as duas edições francesas, e uma terceira, agora, para a edição brasileira, com ele apenas assinando o Prefácio, e o qual vou reter na sequência,



ao percorrer sua meia dúzia de páginas, que pode parecer muito pouco, mas com um resultado a todos os títulos excepcional, conforme veremos.

Então, sumariando as análises argutas de Morin, ao tomar distância das interpretações políticas e econômicas de extração marxista, que eram predominantes no período, mas com inúmeras dissidências, ele dirá, ao concluir o primeiro parágrafo, que em seu denominador comum de revolta estudantil – e neste sentido própria da idade, popularmente conhecida como a idade da revolta, e, como tal, contra o *establishment*, compartilhada por outras insurgências dos estudantes em outros cantos do globo – trata-se antes de tudo de revoltas contra a autoridade em diferentes sistemas, e é aqui que alma ou o espírito deverá ser procurado ou procurada. Uma revolta, portanto, e não uma revolução, como muitos à época entenderam e vaticinaram, como os trotskistas e os maoístas, além dos situacionistas, que viram em maio e no *quake* uma revolução que se iniciara, ao compará-la com 1917 e 1789, e à diferença de Morin, Castoriadis e Lefort, que viram no *quake* e na fenda que o terremoto abriu nas instituições e na sociedade francesa apenas uma brecha. Uma brecha importante, com efeito, permitindo que a classe operária arrancasse o aumento de salário junto aos patrões, como de fato ocorreu, e em cujo espaço aberto uma nova forma de política e de vivência foi experienciada naqueles dias enlouquecidos. Algo novo e inusitado, portanto, dissociado de toda crise e numa época em que a classe operária estava acomodada, como eu já comentei e como mostra o filme *Morrer aos trinta anos*, acarretando a brecha aberta alguma coisa como um *turning point* numa velha Europa cansada e paralisada, ainda que tudo tivesse terminado como dantes, resultando no paradoxo resumido por Morin: “por um lado, tudo estava mudado e, por outro, nada havia mudado” – paradoxo que se desfaz e torna-se plenamente inteligível, ao ser uma coisa e outra interpretadas por ele em termos a todos os títulos convergentes com o meu modo de compreender o maio francês, depois da derrota política, quando tudo voltou ao que era, levando-o a dizer que “houve mudanças de costumes, embora nada mudasse na sociedade” (MORIN *et al*, *A brecha*, p. 12).

Esclarecidos esses pontos, ao percorrer por inteiro o embasamento sociológico do movimento de maio e seus expoentes, estudantes do ensino superior e numa menor proporção do liceu, que corresponde no sistema francês o nosso ensino médio, Morin dirá que estamos diante de um fenômeno juvenil em toda a sua extensão, e, como toda revolta juvenil, uma crise da idade. Ao mesmo tempo que ele verá, na cooptação e instrumentalização do movimento espontâneo e anárquico em curso, nada menos do que a sua perversão e a capturação do processo. Uma coisa e outra consumadas pela ação e cooptação dos sindicatos ligados à CGT e ao PCF, execrados pelos estudantes, assim

como pela UNEF, a Internacional Situacionista, e inúmeras outras entidades estudantis, controladas pelas organizações ultrarradicais de esquerda. Então, concluindo essa linha de raciocínio, depois de passados exatos cinquenta anos, Morin dirá que a grande revolta se explica, não em termos materiais, como no caso do Manifesto de Strasbourg e como gostariam os marxistas, mas como a expressão de uma crise espiritual profunda da juventude francesa e de outros pontos do globo (MORIN, *op. cit.*, p. 13). Com efeito, não uma crise como as outras, nem mesmo uma crise moral ao colapsar os valores, mas uma crise beirando a metafísica, ao se falar de demandas e aflições da alma, surgida de um mundo sem alma e sem qualquer nexos com a matéria e o mundo real, quando tudo funcionava e parecia estar bem, em plena sociedade de bem-estar. Porém, não menos real em seus efeitos, e com uma rara contundência, mesmo que em Nanterre não aparecesse um único mártir naqueles dias de grande ódio e críspação, levando Morin a constatar, na esteira do artigo publicado no *Le Monde*, em 1978, no décimo aniversário do movimento, o desmoramento do marxismo como esquema interpretativo: de fato, não antes ou em maio, nem nos meses subsequentes, mas anos depois, pois maio no início, na cabeça dos estudantes, foi interpretado com as armas e as bagagens do materialismo histórico; não anos depois, quando os esquemas marxistas esboroaram, evidenciados pelas atrocidades do maoísmo durante a revolução cultural, pelas revelações dos Gulags, pelos dissidentes russos, pelo imperialismo do Vietnã vencedor no sudeste asiático e o megagenocídio realizado por Pol Pot ao dizimar dois milhões de indivíduos no vizinho Camboja – tudo isso antes da queda do muro em 1989, acarretando o fim da União Soviética e os estertores derradeiros do socialismo real, em meio de uma crise de fadiga do produto e não tendo mais nada de atraente.

Morin tinha em mente esse estado de coisas nas duas vezes em que voltou a maio de 68, depois de ter escrito seus dois capítulos para o livro, salvo a queda do muro de Berlim, de 89, cuja consideração certamente não iria mudar os rumos de suas análises, que nunca se prenderam à ideia de revolução. Em contraste com os dois primeiros aniversários, de 10 e de 20 anos, em 2018, ao falar de 1968 nesta edição brasileira, passado tanto tempo, muita coisa muda, como as paixões e os sentimentos. Agora, algo esmaecidos e não tão vivazes assim, ele que tinha presenciado tudo em Nanterre e ao escrever à queima-roupa dos acontecimentos, de resto bem mais do que Marx n’*O 18 brumário*, morando em Londres na época, e à diferença dele, agora, no aniversário de cinquenta anos, ao evocar tempos distantes. Segundo ele, “o que permanece vivo, em primeiro lugar, são imagens muito fortes”, como a da Sorbonne ocupada, o povo se confraternizando nas ruas e a tetanização do Estado, que parecia em

seus últimos estertores, poderíamos dizer. Contudo, tudo isso passou, o Estado recobrou os passos e as coisas voltaram ao normal. E o que ficou, passado o turbilhão dos acontecimentos, foi algo como a alma ou o espírito de 68, poderíamos afirmar com Morin, ao precisar a crise espiritual profunda e as demandas da juventude que estão no limiar da revolta, quando tudo parecia bem, dizendo que se tratava de quatro aspirações, ao fim e ao cabo: aspiração por mais liberdade, aspiração por mais autonomia, aspiração por mais fraternidade, e aspiração por mais comunidade (*Ibid.*, p. 17).

Então, se consideramos que liberdade e autonomia são uma coisa só e que o espírito de comunidade é a negação do egoísmo do indivíduo, bem como da hierarquia e da autoridade, restando a comunhão e o convívio entre iguais, estamos bem diante da trinca da *liberté*, da *égalité* e da *fraternité* da revolução francesa, mas com a ênfase recaindo sobre a fraternidade e o comunitarismo. Da mesma forma, como viu Marx, ao se deparar com o seu refluxo e sua frustração, levando-o a dizer que o mundo real era menor do que a frase e a trinca famosa, poderemos dizer algo parecido com respeito ao 68 francês. Este, não muito diferente, depois de sua derrota política, quando tudo voltou à normalidade e/ou mediocridade de sempre, com as pessoas indiferentes e anestesiadas, umas prostradas diante do deus do mercado, outras entregues às delícias da sociedade de consumo: neste cenário, que é o nosso, tudo estava terminado, e nada estava terminado, como notou Morin. Estava terminado, porque 68 passou e o sonho da revolução política acabou. Não estava terminado, porque maio de 68 abriu a brecha de onde saíram outros movimentos que iriam ganhar impulso nas décadas seguintes e se estender a todo o globo. Assim, o feminismo e a questão do gênero, e eu não estou dizendo que o movimento feminista nasceu em 68 e em maio, pois todo mundo sabe que ele começou no século 19, com as sufragistas, tendo S. Mill escrito com sua esposa um livro sobre a *Sujeição das mulheres*, em 1869; o que estou dizendo com Morin é que 68 abriu a brecha e deu novo empuxo ao movimento, turbinando-o, não só na Califórnia e na Europa, mas por toda a parte, ao menos no Ocidente, e inclusive no Brasil. Assim, também, os direitos civis e a pauta das minorias, e noutra vertente o relaxamento da relação pais e filhos, bem como entre professores e alunos, para ficarmos com alguns desses movimentos e suas modificações, revelando a atualidade do ano que não acabou. E desde então, em umas e em outras situações, acabou prevalecendo sobre a política, tão cara aos marxistas, a importância libertária de 68 nos costumes, como notou Morin, e não só na França.

Esta é, pois, a minha visão do maio famoso e a tese que vou tratar de desenvolver na sequência, ao perguntar – na esteira de Morin – pela relação

entre maio e a filosofia e mais precisamente, sociologia à parte, pela maneira ou o modo como maio foi visto pelos filósofos e a filosofia.

Passando ao terceiro tópico, o penúltimo, e facilitado por Morin, vou então na sequência indagar pelas implicações filosóficas do ano de 1968, e no mesmo compasso perguntar o que a filosofia poderia dizer sobre 1968 e, em se tratando da França, acerca do maio famoso.

Digo então, sem mais delongas, que eu tratei nos últimos tempos de ampliar as minhas leituras em várias direções, e não só com respeito à França, quando me deparei por exemplo com John Searle, que dedicou um livro ao *Free Speech* norte-americano, intitulado *The Campus War*, já referido e publicado em 1971, e que em 2014 concedeu uma entrevista à CNN sobre o assunto, por ocasião da celebração dos 50 anos do Movimento. No tocante à França, fui atrás de outras referências filosóficas, e incorporei uma fala de Marcuse aos estudantes norte-americanos, de San Diego, ao que parece, depois de uma estada em Paris e em Berlim durante o maio mitológico. E tem mais, como a interpretação de Raymond Aron, mas vou parando por aqui.

O ponto que está em jogo, em falas como a de Marcuse, é que elas acrescentam muito pouco ao que já sabemos, ao reiterarem, p. ex., que o específico do 68 francês, à diferença do alemão, está em seu transbordamento da universidade rumo à sociedade. Para ficarmos com o que nos interessa agora, não exatamente as opiniões dos filósofos, mas os impactos de maio sobre a filosofia e as implicações filosóficas atinentes, caberá de saída ressaltar três coisas ou ordens de considerações.

Uma primeira nos traz de volta o Manifesto de Strasbourg, o qual na p. 9, depois de chamar George Lapassade de “con [idiota]” e desancar Châtelet, Althusser, Lefebvre, Garaudy, Sartre e outros mestres pensadores não-filósofos, como Lévi-Strauss, condenará todas as filosofias e correntes de pensamento a eles associadas, e a lista é grande: Humanismo, Existencialismo, Estruturalismo, Cientificismo, Novo Criticismo (eles estão pensando em Barthes), Dialético-Naturalismo, Ciberneticismo, Planetismo e Metafilosofismo (e aqui o alvo é certamente Lefebvre, que acabava de publicar seu livro sobre metafilosofia: 1965). Neste quadro enorme, só o marxismo é poupado, pois a lista vem de antes de 68, e o marxismo só sairá de cena depois de maio, como comenta Edgar Morin, nos anos 70, na esteira da denúncia dos Gulags, das desilusões com Cuba, dos estragos da revolução cultural na China e do genocídio comandado por Pol Pot no Camboja, com dois milhões de mortos, conforme já comentado.

Uma segunda ordem de considerações, num ambiente caótico e degradado, com os professores hostilizados e considerados ou agentes do *ancien régime* condenado ou nulidades e tradicionalistas ultrapassados, leva-nos diretamente

à relação do maio francês com os filósofos e antes de tudo com os filósofos parisienses, atuando na Sorbonne, em Nanterre e em outras localidades da Gália: temos então Lefebvre, que atuava em Nanterre, tinha saído de licença em maio e fora substituído por Morin; Althusser que foi atacado por todos os lados, com direito a *affiches* e tudo, na ENS e por toda a parte, como na Sorbonne ocupada, onde apareceu estampada na parede a frase, lembrada por Castoriadis, “Althusser pour rien”; e, pior ainda, Ricoeur, de quem se diz que foi humilhado pelos estudantes, que colocaram uma lixeira sobre a sua cabeça, como se tudo isso tivesse ocorrido em 68, mas que segundo ele, de fato foi em 1970, quando ele era decano da Faculdade de Letras, ou seja Diretor da Faculdade onde estava o Departamento de Filosofia, num momento em que o ambiente, conforme suas palavras, estava “podre” e nada mais podia ser feito, com todo mundo querendo destruir tudo e ele finalmente se demitiu (RICOEUR, P. *A crítica e a convicção*, p. 56-60).

Continuando, das figuras mais proeminentes da cena filosófica francesa, será preciso dizer alguma coisa sobre Sartre, Foucault e Deleuze. De Sartre, em primeiro lugar, que naquele tempo ainda era o maior nome do campo intelectual francês, verdadeiro intelectual público e ícone mundial, gostamos da ideia e desde sempre nos habituamos a ela, ao ver Sartre em meio às barricadas e falando ao megafone: ou seja, nada menos que um “soixante-huitard”, se a idade permitisse, ao lado de Cohn-Bendit, de quem De Gaulle, depois de ter sua prisão solicitada pelo chefe de Polícia, dirá que “não se prende Voltaire”. Porém, esta ideia de Sartre à vontade com os estudantes merece mais de um reparo ou retoque para pormos as coisas no claro e fazermos justiça ao papel e protagonismo de Sartre no maio famoso, como no episódio da Sorbonne ocupada: quando ele lá chega, num certo momento consegue ser escutado e pergunta, depois de se mostrar solidário com os estudantes “enragés”: « *Je suis avec vous, mais expliquez-moi ce que vous faites* », e eis que alguém no meio dos insurgentes lhe diz « Sartre, sois bref ». Penso que é o bastante, e ao dizer isso não quero diminuir Sartre, mas dar uma ideia do clima da situação e de um ambiente para lá de radicalizado, não sobrando pedra sobre pedra, em Nanterre, na Sorbonne ocupada e nas barricadas do Quartier Latin. Some-se a Sartre o nome de Foucault, que no mês famoso estava na Tunísia e assistiu a tudo de longe, o que não o impediu de sofrer o influxo das insurgências de maio, que condenaram as estruturas e os estruturalistas (“As estruturas não descem às ruas”, estampava um grafite cuja mensagem ganhou Paris e o mundo). Some-se, ainda, Gilles Deleuze, que nesta época atuava em Lyon, justamente no período de 64 a 69, e de quem os biógrafos dizem que esteve na linha de frente dos

acontecimentos na Universidade, como registrou François Dosse<sup>1</sup>. E some-se enfim, terminando o périplo, a época em que Deleuze lecionou filosofia na célebre Universidade de Vincennes, que foi fundada conforme ao ideário de maio de 68, e tudo terminando com a sua transferência para Saint-Denis, localizada ao norte de Paris, quando tudo que restava de 68 foi embora.

Dando um passo a mais, quanto às interpretações de maio propostas pelos filósofos, não haveria muito o que dizer.

Ricoeur, p. ex., não fornece uma interpretação filosófica, mas demográfica, enxertada de elementos antropológicos e sociológicos, como veremos na sequência. Assim, em *A crítica e a convicção*, já referida e em que os especialistas veem a sua primeira autobiografia, ele dirá que o único elemento comum que ele enxerga nas revoltas estudantis ocorridas em Paris, em Tóquio, em Berlim e nos *campi* americanos “é o crescimento demográfico rápido, não dominado [controlado] por uma instituição que era elitista por origem, e que se viu muito depressa a ter de obedecer a um destino mais popular, sendo incapaz de reajustar a sua estrutura elitista à sua nova função de distribuição do saber” (RICOEUR, *op. cit.*, p. 57-58).

A esta situação da universidade para dentro, *interna corporis*, e a qual segundo ele ficará “podre” em 69 e 70, quando a própria ideia da universidade como centro de produção e difusão do saber será posta em xeque e se verá atacada por todos os lados, tornando sua permanência à frente da Faculdade de Letras impossível, a esta situação insustentável e difícil, repito, se soma ainda a insatisfação generalizada ligada a questões exteriores ao ensino. Insatisfação já apontada por outros analistas, como Morin e Marcuse, e que recebe uma formulação límpida em Ricoeur páginas antes, ao se referir à proibição de os rapazes poderem visitar as moças nas suas residências: “no fundo”, segundo o filósofo, “o detonador foi um pouco a ‘revolução sexual’” (*Ibid.*, p. 56). Este é o que estou chamado de elemento antropológico e que nos leva aos costumes e à cultura.

Já o elemento sociológico e que se adicionará à explosão demográfica da população dos *campi* universitários, e no caso específico do *campus* de Nanterre, é nada menos do que a extração de classe dos estudantes da universidade. Duas extrações, com efeito, de uma cidade universitária localizada a meio caminho da *banlieu* rica, nomeadamente Neuilly, e os bairros *chics* da cidade, como o XVI, ou abonados, como o XVII, num extremo da pirâmide social, e noutro

1 Segundo Dosse, “ele é um dos poucos professores universitários que declara, publicamente, seu apoio, participando das assembleias gerais e das passeatas dos estudantes de Lyon. Aliás, ele é o único professor do Departamento de Filosofia presente no movimento” (DOSSE, F., *Deleuze e Guattari*, p. 155).

extremo, na base mais baixa, composta pelos meios populares de Nanterre e dos arredores.

O paradoxo, segundo Ricoeur, é a inversão de papéis e de expectativas quando o terremoto de maio de 68 tem lugar e leva tudo de roldão, deixando tudo de ponta-cabeça. Neste cenário, vamos assistir, por um lado, ao protagonismo da elite rica, para a qual a universidade nada significava em termos de ascensão social e que no curso dos acontecimentos se verá mais e mais radicalizada, ao se alinhar aos grupos de extrema esquerda; por outro, num primeiro momento, muito embora oriunda dos meios populares e comunistas, haverá as reservas de uma parcela significativa de estudantes e seu alinhamento a posições mais conservadoras, ligados ao bom funcionamento da instituição e para os quais “a universidade era ainda um meio tradicional de ascensão, oferecendo o saber e a perspectiva de êxito social” (*Ibid.*, p. 57).

Segundo Ricoeur, quando ele se tornou o Diretor da Faculdade de Letras – *Doyen*, em francês –, em março de 1969, num momento em que Nanterre ainda estava em chamas e irá continuar por muito tempo, ele recebeu o apoio político-ideológico inicial dos comunistas antiesquerdistas e dos católicos de esquerda. Correlativamente, compondo o outro extremo do espectro político, os seus adversários foram os burgueses esquerdistas, mesmo ultraesquerdistas, e ainda, sem que ele tenha explicado direito, os burgueses tradicionalistas: estes, eu ousaria dizer, talvez porque não estivessem de acordo com as reformas que estavam sendo implantadas como a autogestão, por pressão do grupo situacionista de ultraesquerda.

O desenlace é conhecido e o paradeiro de Ricoeur: a ultraesquerda ganhou, o ambiente ficou “podre”, conforme sua expressão, ele se demitiu e foi para os Estados Unidos, onde foi ensinar na *Divinity School* na Universidade de Chicago e só voltando para a França dez anos depois. Porém, a situação era totalmente diferente, maio já estava em total refluxo e nada mais lembrava os tempos difíceis que ele enfrentou no epicentro do terremoto de maio, em Nanterre, com a Universidade francesa mais acomodada e uma demografia mais explodida ainda, só que ninguém mais importa, e a vida continua.

Assim, sumariando tudo, o filósofo Ricoeur não fornece para os acontecimentos de maio, nos quais ele esteve no epicentro, em Nanterre, uma interpretação filosófica, mas demográfica, sociológica e antropológica. Todavia, ao registrar essas negativas, eu não quero lamentar a lacuna ou a falha: se não é uma visão filosófica, ao menos é uma visão do filósofo, e ela nos ajudar a entender a situação da filosofia. E ao que parece, algo desaparelhada para enfrentar questões tão pungentes e num momento tão importante da história recente da França, devendo o filósofo buscar socorro alhures.

Por sua vez, Raymond Aron, meio anfíbio, transitando entre a política e a filosofia, *normalien* e colega de Sartre na ENS, com quem vivia às turras, dizia de maio, como lembra Ricouer, que de fato ele não ocorreu e dará para os acontecimentos de 68 uma interpretação psicológica: esta tem lugar, ou vem a lume, depois de Aron esvaziar a realidade subjacente e os acontecimentos que sobrevieram, dizendo que tudo não passava de um grande sonho acordado, tudo tendo retornado ao normal depois e todo mundo esperando que os males circundantes fossem remediados pela própria sociedade industrial.

Por isso, mais uma vez, passamos com Aron longe da filosofia, assim como passamos longe com Lefort e Castoriadis, que são filósofos e à sua maneira dão a maio uma interpretação política: como no caso de Castoriadis ao tensionar o imaginário social que nos leva a sonhar com um outro mundo ou um mundo melhor, e a tecnoburocracia de todos os quadrantes, ao leste e à oeste. Esta camada social poderosa termina por se impor e estragar tudo, levando o filósofo grego no curso de suas análises a contrapor ao princípio do prazer o princípio da realidade, poderíamos dizer, embora não tão clara a invectiva e haja mais de uma nuance. Só que ninguém suporta uma tal situação, de derrota pura e simples do sonho e da fantasia, como notou Marcuse, e ainda que sem ter o maio famoso à vista.

Este estado de coisas, com a filosofia confinada, vai mudar com a dupla Alain Renault & Luc-Ferry que, em *O pensamento de 68*, darão uma interpretação estritamente filosófica, ao ressaltar o anti-humanismo que tomou conta da agenda dos filósofos mais eminentes do período antes e pós-68 e cuja formulação aparece no subtítulo da edição francesa: *Essai sur l'anti-humanisme contemporain*. No mesmo compasso, porém numa outra direção, ao tomar outro caminho, Lipovetsky e o seu influente *A era do vazio*, datado de 1983 e cujo título diz tudo. Contudo, no meu modo de ver, embora instigante e revelando agudeza em suas análises, não é bem do lado do individualismo e do vazio nihilista resultantes, consumando um grande vazio e um enorme *let down*, ao menos em minha perspectiva, que iremos encontrar a verdade ou a chave do 68 francês.

A buscar a companhia de alguém, como já antecipado, eu iria ao encontro de Morin que fala da crise da idade e, mais ainda, da crise de espiritualidade que atingiu de cheio a juventude dos quatro cantos do globo, com sua demanda por autenticidade e sua ânsia por mais liberdade, mais autonomia, mais fraternidade e mais comunidade – tudo isso em reação a um mundo seco e egoísta, bem como a uma sociedade desigual e fraturada, como a francesa, e mais ainda a brasileira, eu acrescentaria.



Contudo, o grande terremoto de maio segundo Morin não levou exatamente a uma revolução, como todo mundo sonhava – e mais ainda do que a de 1789, ao colocar no centro da agenda a fraternidade, que nunca foi realizada em qualquer lugar, e nem mesmo em Paris, passada a efervescência do maio famoso –, mas abriu uma brecha nas sociedades contemporâneas, e a brecha não deve ser diminuída ou tida como de somenos importância.

Este é o último ponto de recuo em que nos deixa Morin, a brecha, sem perguntar pelo nexo causal entre a brecha e o acontecimento, nem pela sua rede de efeitos, como se não houvesse nexos entre causas e efeitos e o acontecimento surgisse *ex-nihilo* ou do nada. Só que não é bem assim e o próprio Morin já tinha publicado um artigo luminoso onde a própria natureza de maio como acontecimento encontraria seu fundamento ontológico, assim como os nexos causais e a rede de causas e efeitos, não necessárias e substanciais, mas randômicas e acidentais: estou me referindo ao artigo *Le retour de l'événement*, publicado por Morin em 1972 na revista *Communications*, no qual eu vejo não a chave hermenêutica para a interpretação de maio, mas seu fundamento ontológico ou metafísico, ao reunir o acontecimento e a história.

Contudo, Morin tinha tudo para fazê-lo, mas não o fez. O contraste e o lamento é que ele tinha as análises encaminhadas no artigo referido e nada mais fácil e natural, para quem já as tinha, do que estabelecer o liame entre acontecimento e história, e mais ainda do que com a geologia, a paleontologia e a cosmologia, como ele o fizera; porém, não com respeito a maio e à história. A pergunta que cabia fazer era o que abriu a brecha ou a fenda. A resposta: foi um evento, e justamente maio. Temos então dois eventos e, uma vez ligados os dois, um processo = devir e o devir = história.

Estava pensando nessas coisas por todo esse tempo que precedeu nosso evento quando travei contato em minhas pesquisas com um artigo minúsculo de duas páginas que saiu em 2007 na revista francesa *Chimères*, que ninguém conhece, e assinada pela mesma dupla de outras caminhadas, Deleuze e Guattari, e o título por eles escolhido não poderia ser mais provocativo: *Mai 68 n'a pas eu lieu*.

O título de fato é provocativo e nos leva às conhecidas denegações do maio famoso, como Raymond Aron, que fala do sonho acordado, como acabamos de ver – sou eu que estou dizendo isso e não a dupla, que não cita Aron –, posto que, a julgar pelo que eles escreveram no artigo, 68 foi bem real e sua realidade, da ordem do acontecimento, ou do *événement*, como se diz em francês.

Assim, escrevem Deleuze e Guattari, “Nos fenômenos históricos, como a Revolução de 1789, a Comuna [de Paris], a Revolução de 1917, há sempre uma parte do *acontecimento* irreduzível aos determinismos sociais, às séries

causais. Os historiadores não gostam deste aspecto: eles logo restauram as causalidades. Mas o acontecimento está desligado [en *decrochage*] ou em ruptura com as causalidades: é uma bifurcação, um desvio em relação às leis, um estado instável que abre um novo campo dos possíveis” (*Ibid.*, p. 23). Ora, é justamente isso que a brecha – no sentido de Lefort, Castoriadis e Morin – abre: um novo campo do possível, cuja formulação aparecerá nos muros e nos cartazes que constituíram a semiótica do maio francês, como naquele que dizia “Demandez l’impossible”, como que dizendo nas entrelinhas “se você quer o possível, peça o impossível”.

Segundo a dupla, tanto à esquerda quanto à direita, não faltarão aqueles que tratarão de conjurar o grande acontecimento que foi maio de 68 e vão dizer “maio passou” [“c’est dépassé”]. Contudo, bem pesadas as coisas, “apesar de o acontecimento ser antigo, ele não se deixa ultrapassar: ele é abertura do possível. Ele passa [transcorre] no interior dos indivíduos tanto quanto na espessura de uma sociedade”.

Desde então – acrescento eu – o acontecimento tem espessura e consistência ontológica, e sua espessura é da ordem do devir, que ao mesmo tempo passa e não passa, porque tudo flui e continua, poder-se-ia dizer, e não é outra a natureza do devir e dos processos históricos, como no caso do maio famoso. Segundo Deleuze e Guattari, “Maio de 68 é antes da ordem de um acontecimento puro, livre de toda causalidade normal ou normativa”. Trata-se de um começo absoluto, sem um antes e com muitos depois, uma vez aberta a série histórica, como aconteceu em Paris no ano fatídico, com suas instabilidades, denegações, ilusões e vertigens, mas segundo a dupla “não é isso que conta”. O que conta é que ele foi um fenômeno de “vidência” [*voyance*], como se a sociedade de repente visse tudo o que ela tinha de intolerável e visse também a possibilidade de uma outra coisa. É um fenômeno coletivo com a forma: “Dê-me o possível, senão eu me sufoco”.

Que dizer então do possível, como ele surge e em que ele consiste, ou antes consistiu nos corações e nas mentes da massa de estudantes anônimos que são o sujeito coletivo do 68 francês?

Segundo a dupla, o possível simplesmente não preexiste, ele é da ordem do acontecimento e, como tal, criado pelo acontecimento. Foi o que ocorreu com o 68 francês. Simplesmente, o possível que a brecha abriu, para ficarmos com a companhia de Morin mais as de Deleuze e Guattari, “o possível criou uma nova existência” e, no mesmo passo, uma nova experiência da “subjetividade”, abarcando segundo eles “novas relações com o corpo, o tempo da sexualidade, o meio, a cultura, o trabalho” (*Ibid.*, p. 23).

Ora, como em todos os grandes *événements*, a exemplo da Revolução Francesa, da Revolução Americana, da Revolução Gloriosa e da Revolução de Outubro, o acontecimento vai junto com a interpretação, podendo haver mais de uma, e, mesmo, interpretações discrepantes, com as dificuldades que a diversidade carrega. Portanto, em matéria de interpretação e do sentido dos acontecimentos, nada está decidido de antemão e a fixação vai depender das narrativas, não faltando aquelas que nos embates travados irão dizer que não houve acontecimento algum, como se fosse uma fantasia de lunáticos. Ou então, depois da surpresa e do susto, como sucedeu com o 68 francês, nas narrativas oficiais ou nas interpretações conservadoras talhadas ao agrado do *establishment*, não faltaram aquelas que não cansaram de repetir o bordão de que as coisas “se arranjariam” [se tasseraint] e no fim tudo voltaria a ser como antes. Ledo engano. Pode até ser que, passado o turbilhão que deixou a França de joelhos, com tudo parado, houvesse a marcha a ré, com De Gaulle de volta ao poder e as coisas novamente em seu lugar: os franceses saindo em massa nas férias de verão, Pompidou ganhando as eleições no ano seguinte, e o gaullismo garantindo a continuidade, ainda que sem De Gaulle e o General aposentado em casa. Tudo isso é verdade, mas, ainda que verdadeiro, passa ao largo do essencial e da verdadeira natureza do acontecimento. Como Morin já tinha lembrado antes e como lembrarão agora Deleuze e Guattari, o essencial do maio francês é que ele não guardou nenhum nexos causal com a crise, nem foi a sua solução: simplesmente, “Maio de 68 não foi a consequência de uma crise nem a reação a uma crise. É, antes, o inverso. É a crise atual, são os impasses da crise atual na França [de hoje, 2007] que decorrem diretamente da incapacidade da sociedade francesa de assimilar Maio de 68” (*Ibid.*, p. 23).

Neste cenário pós-maio, o que se assistiu então, depois de acomodadas as placas tectônicas do grande terremoto, com a grande brecha que ele deixou para trás, foi a tentativa de denegar tudo, com todo mundo, à direita e à esquerda, se empenhando em fechar a brecha, esmagar a nova subjetividade coletiva que se anunciava e trancar o possível e sua abertura para o novo ou a novidade nas estruturas do *déjà-vu* e do velho. E foi desde então o que se passou com a nova juventude que sucedeu à de 68: a denegação pura e simples dos *Soixante-huitards*, anunciando os *Yuppies* dos anos 80, com seu narcisismo, seu individualismo e sua total indiferença frente ao entorno, e no entanto “*très au courant*” [muito consciente], como dizem Deleuze e Guattari, e agindo estrategicamente em busca de vantagens competitivas, eu acrescentaria.

Dir-se-á que tudo isso constitui o escopo e o campo do acontecimento, como mostra maio de 68, com o acontecimento indo junto com a interpretação e o embate pela narrativa, ao se perguntar pelo sentido de tudo, nada

estando decidido de antemão e tudo em seu livre curso sujeito a mutações e reacomodações. Ora, como acabamos de ver, com maio não foi diferente e ao tratarem Deleuze e Guattari desse ponto parece que, além de Prigogine, que é citado, ao precisar a natureza dinâmica do *événement*, há um interlocutor oculto ao se passar ao exame de seu recalque e sua denegação. A minha suspeita é que o interlocutor oculto em apreço é nada menos que Lipovetsky, que em seu influente *A era do vazio* não esconderá suas desconfianças de fundo frente ao 68 francês, colocando em xeque o uso do termo revolução, como se maio não tivesse existido: segundo ele, uma “revolução sem finalidade, sem programa, sem vítimas nem traidores, sem enquadramento político, Maio de 68, a despeito de sua utopia vivaz, permanece um movimento laxista e descontraído, a primeira revolução indiferente” (*Apud* Lefort, *Releitura* (1988), in: MORIN *et al.*, *op. cit.*, p. 252). Em suma, uma revolução sem acontecimentos e sem agentes, uma antirrevolução ao fim e ao cabo, ao se comparar com as outras, efetivas e capazes de deixar o mundo de ponta-cabeça, não maio na França e os movimentos estudantis assemelhados nos quatro cantos do globo.

Já questionada por Lefort e por Castoriadis, que veem no maio de Lipovetsky alguma coisa a meio caminho entre a preparação e o retardamento do individualismo nihilista que triunfará depois, e em que eles enxergam um tremendo equívoco, não o maio real, mas o anti-maio, Deleuze e Guattari, por seu turno, sem citar Lipovetsky, Lefort e Castoriadis, em sua leitura *événementielle* de maio tomarão um outro caminho e contra o vazio nihilista de Lipovetsky usarão como chave interpretativa o *événement* e seu *tournant* [virada, ruptura], ao instaurar um novo horizonte do possível e alargar a esfera da subjetividade. Ou, conforme suas palavras: “Prigogine falou destes estados [estados instáveis que abrem um novo campo de possíveis] ou, mesmo em física, das pequenas diferenças [que] se propagam em vez de se anularem, e onde fenômenos absolutamente independentes se coordenam e se fundem [entrent en résonance, en conjonction]. Neste sentido (e aí chegamos ao ponto para o qual estou chamando a atenção ao falar de maio de 68 – ID), um acontecimento pode ser contrariado, reprimido, recuperado, traído, ele comporta sempre alguma coisa de inultrapassável. São os renegados que dizem: ele passou. Mas o acontecimento ele mesmo, apesar de ser antigo, não se deixa ultrapassar: ele é abertura do possível” (Deleuze & Guattari, *op. cit.*, p. 23).

Ora, é de tal abertura que se trata, e este é o ponto essencial, ponto este e abertura esta que são denegados pelos renegados de Maio e que nos levam de volta à brecha de que nos falam Lefort, Castoriadis e Morin. Ou seja: aberta justamente pelo *quake* que abalou Paris e o *establishment* francês naquele ano único e singular, como aliás todo acontecimento, que se esvai e decai

nos recessos do dever, se não tem uma instituição ou uma estrutura onde se assentar e se inscrever, proporcionando-lhe a requerida estabilidade. Foi o que aconteceu com a Revolução de 1789, não de saída, mas passados cem nos, na 3ª República, depois de esmagada a Comuna, e à diferença de Maio de 1968, mas não vem ao caso.

Penso que o embasamento ontológico fornecido por Deleuze e Guattari é acertado e eu sigo junto com eles até este ponto, sem a necessidade de comprar todo o pacote de sua metafísica e da filosofia da diferença. Quanto ao mais, será preciso todo o elenco de presenças, ausências e avatares para que o campo do acontecimento fique completo e se abra à história: história que ao mesmo tempo é memória, e não vai sem ela, sendo-lhe correlata ou consubstancial, e também esquecimento, estando sempre na espreita o recalque, a denegação e o *oubli*. Uns e outros, como nos grandes traumas quando queremos esquecê-los e não conseguimos, ou quando queremos rememorá-los e trazê-los à memória, e também não conseguimos e nos escapa, nada mais restando que uma imagem pálida, um simples traço raso e um reflexo do reflexo.

Terminando o terceiro tópico, além de Deleuze e Guattari neste opúsculo instigante que eu citei largamente, mas incompleto e devendo ainda ser desenvolvido, considero que os questionamentos filosóficos mais incisivos serão encontrados em Edgar Morin, como já antecipado, e em John Searle, citado de passagem, às voltas com *Free Speech Movement*. Duas são as perguntas, as quais vou formular com uma certa liberdade, em vista das necessidades das análises desenvolvidas até agora: [i] Edgar Morin: Por que maio aconteceu em Paris naquele momento e naquelas circunstâncias, com tanta radicalidade e a disposição de deixar tudo de ponta-cabeça, justamente nos “Trinta anos gloriosos”, com a França mais rica e a classe operária acomodada e cooptada pelas delícias da sociedade de consumo? E a resposta de Morin: se não há uma base material para explicar maio e o grande *tremblement*, a explicação só pode ser moral ou antes espiritual, algo como o vazio nihilista; [ii] John Searle: Por que os embates e os propósitos da esquerda radical, como a ideia de revolução e recomeçar tudo do zero, atraem tanto? Por que têm mais *glamour* e atraem multidões atrás de uma quimera, coisa que os moderados e liberais de diferentes observâncias não conseguem fazer, não passando de conveniências e propósitos de uma pequena elite? E a resposta de Searle: por causa de seu componente religioso e da necessidade pungente de regeneração de uma sociedade invadida pelo pecado e decaída, exigindo sua purificação e recomeçar do zero. Duas explicações diferentes, mas complementares, colocando na raiz dos acontecimentos de Paris e de Berkeley o vazio nihilista e a corrupção das coisas, junto com a necessidade de vencê-los e conjurá-los. Uns mais, outros

menos, mas lá e cá com o potencial e o risco de deixar a política de mãos dadas com a religião, que é a mais poderosa das crenças e das ideologias, e é aqui que ronda os perigos dos estados teocráticos e dos diferentes fundamentalismos.

Sem poder desenvolver esse ponto, penso que tudo isso está em jogo no maio de 68 francês, ao aflorar a sua dupla natureza de acontecimento e de narrativa, ao perguntarmos por seu sentido profundo: como todo acontecimento, tudo passa e o que fica é o sentido, ao voltar como consciência e memória, e o sentido, por sua vez, ele mesmo sofrendo a corrosão do tempo, só se fixa e se transmite adiante à custa de sua permanente ressignificação. Este foi o caso de maio 68, e do meu maio, aqui no *là-bas*: nascido como revolução total para os seus epígonos, na crista dos acontecimentos, ao propugnarem uma revolução política meio anarquista e meio marxista, com os situacionistas na linha de frente, maio chegou até nós como revolução e liberação dos costumes, e não foram Paris e Nanterre que venceram, mas a Califórnia e Berkeley, mas aqui não é mais o fantasma do fundamentalismo que assombra, mas outra coisa, e não menos perigosa, podendo ser o nihilismo e o relativismo. Entrementes, há sonhos e as utopias, que vão e voltam.

Esta é a minha tese e este é o meu maio, ao me colocar na companhia de Morin e de outros tantos. Esta é, aliás, a opinião de Cohn-Bendit, tanto na época dos acontecimentos e em seu primeiro livro, quanto anos mais tarde, no segundo, ao voltar ao ponto mais uma vez.

Ao dizer essas coisas, passo para o último tópico das minhas considerações, indagando como 68 me interpela pessoalmente e em que o maio francês me pega ainda hoje como brasileiro, como indivíduo e como filósofo. Como amigos e colegas sabem, este assunto sempre aparece em minhas conversas e eu mesmo já tive a ocasião de comentá-lo em aulas, assim como em entrevistas, e recentemente numa matéria celebrativa publicada a convite, num jornal de Pedro Leopoldo – uma outra efeméride, daí o interesse insistente do editor, e mais uma vez relacionada com o ano de 68, mas em Pedro Leopoldo, cidade onde eu nasci e fui ligado a um grupo de esquerda católica nomeado JUPEL, que em fevereiro último comemorou 50 anos, embora o grupo tivesse sido criado um ou dois anos antes – e na qual matéria eu começo justamente dizendo que “eu tenho a alma de 68”, ao reconhecer que ela foi gestada em Pedro Leopoldo e moldada em minha juventude pela JUPEL naqueles anos inesquecíveis.

Hoje, ao voltar ao ponto, eu acrescentaria que eu tenho a alma 68, ela foi gestada em Pedro Leopoldo, moldada inicialmente na minha juventude naqueles anos e cujo remate ou acabamento só foi concluído quando eu me mudei para Belo Horizonte, no início dos anos 70. Ou seja, nos idos tempos em que eu era estudante de filosofia na velha FAFICH, na Rua Carangola, 288,

no 8º andar, assim como no “murinho” perto do pátio, e que está lá até hoje, mas sem a alma ou o espírito que animava tudo o que se passava no meio e em torno de nós, naquele endereço mitológico. Naqueles tempos, num ambiente de grande radicalização – eram os anos de chumbo, pós-AI-5, todo mundo tinha medo, mas resistia ao estado de coisas reinante, com muitos colegas presos e as ameaças do Decreto 477 –, tínhamos duas alternativas: Califórnia ou Paris. Ou seja, ou seguir o caminho da esquerda radical, ultrapolitizada e herdeira do maio francês, ou seguir o caminho da *New left*, da Califórnia, não menos politizada, mas aberta à revolução dos costumes e disposta a levar adiante, em Belo Horizonte e na FAFICH, as rotas da contracultura – rotas que, sem que soubéssemos, tinham sido detratadas pelo Manifesto de Strasbourg, como coisas da chamada direita revolucionária e, por isso, por sua natureza festiva, despertavam a desconfiança dos trotskistas e maoístas de diferentes observâncias, como no meu caso.

Passados cinquenta anos, como Morin, eu digo que a Califórnia e a contracultura venceram, não só em São Francisco e em Berkeley, mas nos quatro cantos do globo, em Tóquio, em Berlim, em São Paulo e no Rio, e também em Paris, conforme reconhecerá Cohn-Bendit, como lembrado, e junto com a Califórnia a realização da utopia libertária; porém, dos costumes, e ainda assim não total e completamente.

Então, rigorosamente, como eu reconheci na matéria comentada, Pedro Leopoldo era Paris, a Califórnia estava aqui, no meio de nós, e nós estávamos por toda parte no centro dos acontecimentos e ligados com tudo e com todos, como se estivéssemos numa aldeia global, como imaginávamos na época, ouvindo os Beatles e os Rolling Stones, assim como Caminhando e Morte e Vida Severina. Digo então, mais uma vez, por tudo isso, que eu tenho a alma de 68 e que ela foi gestada em Pedro Leopoldo naqueles tempos idos e, no entanto, continuou a me acompanhar pela vida afora. Naquela época, já anos 70, eu mesmo mais distanciado da esquerda católica, dos documentos de base da AP e de Paulo Freire, e às voltas com os meus 3 Ms, como vim a descobrir mais tarde: Marx, Mao e Marcuse, este meio de lado e um pouco depois, abrindo-se a outras referências e a novas experiências, dilatando o campo do possível e a uma nova relação com a subjetividade, como dirá Deleuze.

Digo então que, passados cinquenta anos, é este o estado de alma em que me encontro até hoje.

Digo também, ao concluir, que neste sentido 68 não acabou e sua pauta ou agenda ainda continua até hoje. O grande legado de 68, como eu disse, foi a mudança dos costumes no sentido amplo, associada à difusão da pílula anticoncepcional e ao fim da sociedade patriarcal, ao menos no Ocidente,

quebrando as hierarquias tradicionais, abrindo espaço para as novas gerações e proporcionando grande protagonismo às mulheres. Como eu disse no início, é justamente em torno desse legado que há uma disputa acirrada no Brasil nos dias de hoje, polarizando a esquerda e a direita, e donde a atualidade do ano de 68 e do maio francês.

Era isso que tínhamos em mente ao realizarmos esses dois eventos, em torno das duas efemérides: uma, consagrada à memória do Departamento e dos 25 anos do Doutorado; outra, à memória do mundo e do ano de 68 – e, como vimos ao longo dos dois eventos, as duas memórias cruzaram e tornaram-se uma só na história de nosso Departamento e do Doutorado.

### Referências

- COHN-BENDIT, D. “Nós que amávamos tanto a revolução”. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. “Forget 68 (Entretiens)”. La Tour d’Aigues: Editions d’Aube, 2008.
- DOSSE, F. “Deleuze e Guattari: Biografias cruzadas”. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DELEUZE, G & GUATTARI, F. “Mai 68 n’a pas eu lieu”. In: “Chimères”, 2007.
- FERRY, L. & RENAULT, A. “La pensée 68: Essai sur l’antihumanisme contemporain”. Paris: Folio, 1988.
- LIPOVETSKY, G. “L’ère du vide: Essai sur l’individualisme contemporain”. Paris: Gallimard, 1983.
- MARCUSE, H. “A grande recusa hoje”. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MORIN, E. *et al.* “1968 – A brecha”. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- RICOEUR, P. “A crítica e a convicção”. Lisboa: Edições 70, 2009.
- SEARLE, J. “The Campus War: A Sympathetic Look at the University in Agony (Political commentary)”. Cleveland: World Publishing Company, 1971.
- VENTURA, Z. “1968: O ano que não terminou”. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- \_\_\_\_\_. “1968: O que fizemos de nós”. São Paulo: Editora Planeta, 2009.





# **O MOVIMENTO ESTUDANTIL ALEMÃO NA DÉCADA DE 1960 E A TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE: ALGUMAS ANOTAÇÕES**

*Rodrigo Duarte*  
Universidade Federal de Minas Gerais  
rodrigoantonioduarte@gmail.com

**RESUMO** *O artigo enfoca, numa ordem aproximadamente cronológica, os acontecimentos mais marcantes no relacionamento entre os expoentes da chamada “Escola de Frankfurt” – especialmente Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse, dentre outros – e os estudantes politicamente organizados da Universidade Wolfgang Goethe, sediada na cidade alemã que deu nome àquela corrente de pensamento. O texto procura mostrar que esse relacionamento sempre foi marcado por certa ambiguidade, na medida em que os principais líderes do movimento estudantil daquela instituição, dentre os quais se destaca Hans Jürgen Krahl, se consideravam inspirados pelos representantes da Teoria Crítica em termos teóricos, ao mesmo tempo em que se sentiam traídos por eles (excetuando-se talvez por Marcuse) no tocante ao posicionamento e à atividade política naquele momento difícil enfrentado pelos estudantes.*

**Palavras-chave** *Escola de Frankfurt, Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse.*

**ABSTRACT** *The article focuses in a succession approximately chronologic the most striking events in the relationship between the major personalities of the Frankfurt School – specially Theodor Adorno, Max Horkheimer and Herbert Marcuse, among others – and the politically organized students of the Wolfgang Goethe University, located in the city that lent its name to the*

*aforementioned current of thought. The text seeks to show that the relationship between the students and its intellectual mentors has been always quite ambiguous, since the main leaders of these – including the most outstanding like Hans Jürgen Krahl – declared themselves on one hand theoretically inspired by the philosophers of the Frankfurt School, on the other hand felt betrayed by them, since they considered their support insufficient (except for Herbert Marcuse's position) facing the very difficult political situation faced by the German student's movement at that time.*

**Keywords** *Frankfurt School, Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse.*

Quando se fala no relacionamento entre o movimento estudantil alemão dos anos 1960 e a Teoria Crítica da Sociedade – mais especificamente tendo em vista os seus representantes históricos ainda ativos na cena de Frankfurt no final da década – a primeira lembrança que se tem diz respeito à ambiguidade entre a adesão teórica por parte dos discentes e os conflitos com os seus mestres, que, na prática, de fato ocorreram. Dentre essas lembranças, provavelmente, predomina a cena da invasão do púlpito, no qual Theodor Adorno proferia uma aula magna, por três ativistas femininas, que, de seios à mostra, acariciaram o filósofo, que, juntamente com Max Horkheimer e Herbert Marcuse, tinha sido um grande inspirador teórico da *praxis* que essas moças acreditavam estar realizando – fato que teve um efeito devastador no moral desse que foi um dos maiores pensadores do século XX. Martin Jay rememorou esse episódio do seguinte modo: “Em abril de 1969, três membros de um grupo de ação militante se lançaram ao pódio, durante uma de suas aulas [de Adorno/rd], desnudaram os bustos e o 'atacam' com flores e carícias eróticas. Adorno, nervoso e humilhado, deixou o auditório com os estudantes proclamando debochadamente que 'como instituição, Adorno está morto'.”<sup>1</sup>

Essa cena patética, certamente, não surgiu do nada e o objetivo deste artigo é lançar luz sobre a complexa e longa história que teve nela talvez o seu ponto culminante, mas não o seu ponto final, uma vez que a Teoria Crítica da Sociedade, de lá para cá, só se fortaleceu e continua encerrando um grande

1 Martin Jay, *Adorno*, London, Fontana Paperbacks, 1984, p. 55.

potencial de inspiração para uma ação política crítica ao *establishment*, que adicione aos seus respectivos atos um forte elemento reflexivo.

Para a síntese crítica que se pretende fazer aqui, a fonte mais importante é a coleção em três volumes, organizada por Wolfgang Kraushaar, intitulada *Escola de Frankfurt e movimento estudantil. Da mensagem na garrafa ao coquetel Molotov*<sup>2</sup>. Nessa coleção, o primeiro volume contém uma cronologia comentada que se inicia no imediato pós-guerra – período em que os principais representantes da Teoria Crítica ainda se encontravam nos Estados Unidos da América, para onde tinham ido na condição de exilados políticos – e termina em meados da década de 1990, quando ainda se aferia o legado da teoria para a política e a sociedade alemãs na contemporaneidade (e, naturalmente, se preparava a publicação da obra, ocorrida em 1998). No segundo volume se encontra uma ampla coleção de documentos, a qual inclui, dentre outras coisas, escritos dos expoentes da Teoria Crítica (incluindo artigos publicados, entrevistas e até mesmo anotações até então inéditas), correspondência pessoal entre eles, panfletos e atas de reuniões de organizações estudantis, súmulas de decisões judiciais etc. Finalmente, o terceiro volume reúne ensaios, escritos *a posteriori* por intelectuais que viveram e viram de perto esses dias turbulentos ou que se propuseram a refletir sobre eles, mesmo que não os tenham vivenciado propriamente. Para a redação deste artigo, foi feito um trabalho de “escavação” nos três volumes, que, juntos, totalizam mais de mil e oitocentas páginas, à busca de material, cujo comentário poderia ser de interesse do público de língua portuguesa que não tem acesso ao original alemão.

Como se sabe, todos os representantes da Teoria Crítica que, fugindo da perseguição nazista, conseguiram chegar aos Estados Unidos a partir de meados até o final da década de 1930, lá residiram até o fim da Segunda Guerra Mundial e, terminado o conflito, deliberaram sobre a oportunidade de voltar ao seu país de origem, sendo que, dentre os mais conhecidos, Adorno e Horkheimer retornaram à Alemanha; Marcuse e Löwenthal permaneceram na Califórnia. Com o retorno daqueles começa a história que nos interessa aqui, pois ainda nos anos 1950, enquanto era reconstruído o Instituto para a Pesquisa Social de Frankfurt (ironicamente, com financiamento estadunidense...) agrupamentos estudantis participavam de manifestações políticas, nas quais estavam representados outros seguimentos da sociedade, a respeito de temas que diziam respeito diretamente ao conflito mundial que terminara havia menos de uma década, como, por exemplo, o ato pela reunificação da Alemanha, realizado em 1955.

2 Wolfgang Kraushaar, *Frankfurter Schule und Studentenbewegung. Von der Flaschenpost zum Molotowcocktail*. Hamburg, Rogner & Bernard, 1998.

Nesse mesmo ano, protestaram mais de cinco mil pessoas em Frankfurt contra o poderoso – e crescente – arsenal nas forças armadas alemãs. E, mais ao final da década, houve, em 03/06/58, um grande ato contra o armamento nuclear no exército alemão – todos eles com forte participação estudantil.

Um dos primeiros tópicos do relacionamento direto do Instituto para a Pesquisa Social com o incipiente movimento estudantil alemão foi o trabalho de investigação realizado por Habermas e outros pesquisadores, em 1961, intitulado *Uma investigação sociológica sobre a consciência política dos estudantes de Frankfurt*<sup>3</sup>, cuja síntese, foi apresentada por Christoph Oehler – investigador participante da pesquisa – na Revista *Deutsche Universitätszeitung*, sob o título “Studenten und Politik – Ergebnisse einer Untersuchung des Instituts für Sozialforschung in Frankfurt/M” (“Estudantes e política – resultados de uma investigação do Instituto para a Pesquisa Social em Frankfurt sobre o Meno”). Essa pesquisa abordou três aspectos mais gerais do tema, a saber: 1) os hábitos políticos dos estudantes entrevistados, 2) seu posicionamento diante do sistema democrático enquanto tal, e 3) se eles possuem uma “imagem da sociedade” e, em caso positivo, qual seria ela.

No que tange ao primeiro aspecto, a pesquisa classificou os grupos mais significativos de entrevistados como: a) “indiferentes” (13%), b) “irracionalmente distanciados” (11%), c) “racionalmente distanciados” (19%), d) “civilmente integrados” (19%), e) “cidadãos refletidos” (29%), e f) “politicamente engajados” (9%). De acordo com Oehler, apenas nesses últimos “pode-se falar de participação política objetivamente adequada. Eles não caem vítima nem da aparência liberal de uma democracia burguesa intacta, nem tomam a política por administração beneficente. A política lhes aparece, antes, como situação singular para decisões históricas, da qual a sua existência privada é indissolúvel.”<sup>4</sup>

No tocante à atitude diante do sistema democrático, os pesquisadores do Instituto para a Pesquisa Social identificaram entre os estudantes frankfurtianos 30%, denominados “democratas genuínos” – especialmente sensíveis a quaisquer ameaças ao estado democrático de direito –, 39% do que chamaram “democratas formais”, os quais simpatizam com uma integração dos cidadãos ao regime democrático de cima para baixo; o grupo identificado como “autoritário”, constituído de 22% dos entrevistados, caracterizava-se principalmente por não repudiarem, em princípio, regras vindas de cima. Finalmente, os pesquisadores

3 Jürgen Habermas et alii, *Eine soziologische Untersuchung zum politischen Bewusstsein Frankfurter Studenten*. Darmstadt, Neuwied, 1961.

4 Wolfgang Kraushaar, *Frankfurter Schule und Studentenbewegung*, op.cit., vol 2, p. 143 et seq.

identificaram como quarto grupo os chamados “indiferentes”, os quais constituíam 9% dos entrevistados.

No que concerne à “imagem da sociedade”, os pesquisadores identificaram um terço de estudantes totalmente desprovidos de “ideologia”, uma parte deles composta de indiferentes, a outra dos que se julgam “realistas”. Um outro terço dos entrevistados considerava o mundo espiritual como autêntico e o da política como essencialmente inautêntico e apenas o terço restante era o único que apresentava um posicionamento relevante para a ação política, ainda que, na sua maior parte, com uma conotação elitista. Nesse contingente, segundo Christoph Oehlen, “resta apenas um grupo realmente pequeno e ainda internamente heterogêneo, cuja imagem de sociedade em geral poderia estabilizar uma tendência democrática.”<sup>5</sup> Esse resultado não deixou de se refletir no posicionamento que expoentes da chamada Escola de Frankfurt assumiram alguns anos depois, diante dos antagonismos que se apresentaram abertamente no ambiente acadêmico.

No ano de 1962, destacam-se os protestos estudantis contra a prisão de jornalistas do semanário *Der Spiegel* e da apreensão de uma de suas edições – episódio em que a justiça alemã se posicionou a favor dessas ações drásticas, tendo em vista a divulgação de matéria pela revista, que envolvia supostas questões de segurança nacional. As preocupações dos estudantes concerniam a um possível retorno da censura à imprensa, tal como imperava no regime hitlerista. Vale ressaltar que, dentre os 285 professores e pesquisadores ligados à Universidade de Heidelberg que assinaram uma carta aberta ao Presidente da República de então, Eugen Gerstenmaier e a outras autoridades federais, protestando sobre o ocorrido, se encontravam dois docentes que viriam a participar ativamente nos acontecimentos marcantes do final da década de 1960, em Frankfurt: Jürgen Habermas e Alexander Mitscherlich.

Nos anos seguintes, o tema que predominou nos protestos do movimento estudantil alemão foi a guerra do Vietnã: em 1965 e 1966 ocorreram manifestações contra o conflito e a favor de neutralidade com relação a ele por parte do governo federal de Bonn – então muito submisso à política externa estadunidense e, portanto, tendente a apoiar Washington nesse caso.

Na esteira desses protestos, o grupo estudantil SDS (Sozialistischer Deutscher Studentenbund – Liga Estudantil Socialista Alemã), entidade que protagonizou muitos dos acontecimentos dos anos seguintes, organizou em maio de 1966, em Frankfurt, o congresso “Vietnam – Analyse eines Exempels” (“Vietnã – Análise

5 *Ibidem*, p. 144 et seq.

de um Exemplo), no qual Herbert Marcuse proferiu uma das palestras de maior repercussão. Essa aparição "em carne e osso" do autor de *Eros e civilização*, então residente nos Estados Unidos da América, na cena frankfurtiana marcou não apenas o primeiro contato pessoal de importantes líderes do movimento estudantil alemão com o filósofo, mas também uma possível conexão com o seu congênere californiano, para o qual Marcuse era igualmente uma forte referência. Digno de nota no estabelecimento de conexões entre o movimento estudantil alemão e o norte-americano, embora não com a mesma relevância de Marcuse, foi também Karl Löwenthal – outro representante histórico da Teoria Crítica que permaneceu nos EUA –, o qual publicou, em julho de 1967, na revista *Diskus*, dos discentes de Frankfurt, um artigo em que analisa a relação do estado da universidade estadunidense, que, segundo ele, teria se tornado uma "service station" para o capitalismo norte-americano, e o advento das pujantes manifestações estudantis em Berkeley àquela época.

Em 1967, um incidente envolvendo a relação da política externa alemã – para além da guerra do Vietnã – com questões internas do país prefigurou o acirramento dos ânimos no âmbito estudantil que ocorreria principalmente nos dois anos seguintes. Esse fato foi o assassinato do estudante de germanística, então com 26 anos, Benno Ohnesorg por um policial, em 02/06/67. O incidente aconteceu em Berlim, na esteira de fortes protestos contra a presença do Xá do Irã na Alemanha, sendo que, depois de muitos conflitos, houve grande repressão, com policiais perseguindo estudantes, chegando ao ponto de Ohnesorg ter sido alvejado pelas costas, com um tiro comprovadamente disparado por um oficial da polícia. No dia seguinte 6.000 membros da comunidade acadêmica berlinense fizeram manifestação no campus da Freie Universität de Berlim, protestando veementemente contra o assassinato. Três dias depois do assassinato, aproximadamente 3.000 estudantes protestaram em Frankfurt em solidariedade aos acadêmicos berlinenses, reforçando as reivindicações de punições severas aos responsáveis pela desastrosa operação policial. Nesse mesmo dia, numa referência explícita ao deplorável assassinato, compartilhando das preocupações de todas as forças democráticas da Alemanha de então quanto ao risco para o estado de direito no país, Adorno declarou, no seu seminário de sociologia, que "Os estudantes assumiram um pouco o papel dos judeus"<sup>6</sup>.

Nesse mesmo ano, um artigo de Monika Steffen, "Tiere an Ketten – SDS und Horkheimer" ("Animais em correntes – o SDS e Horkheimer"), publicado na mesma edição de *Diskus* em que fora publicado o artigo de Löwenthal, descreve

6 *Ibidem*, vol. 1, p. 254.

um encontro entre os estudantes do SDS, por um lado, Horkheimer e Adorno, por outro, no qual o primeiro deveria explicitar a sua posição, considerada conservadora, sobre as relações entre a Alemanha Ocidental e os Estados Unidos da América. Na ocasião, ao ser interrogado sobre a sua posição sobre o assassinato de Benno Ohnesorg, Horkheimer, que não havia se preparado para falar sobre esse assunto, teria passado a palavra a Adorno, que, por um lado, reafirmou o seu pesar pelo incidente e o direito inarredável dos estudantes de protestarem veementemente contra ele, mas, por outro lado, advertiu quanto à impossibilidade de o movimento estudantil ter caráter revolucionário e de ele poder subverter de fato a ordem vigente.

A posição reservada de Horkheimer diante dos graves acontecimentos na política alemã daquele período e – principalmente – quanto às reações a eles por parte do movimento estudantil repercutiu não apenas entre os discentes, mas entre contemporâneos do filósofo como Katja Walch-Lux, que em carta a Horkheimer de 15/07/67, cobrou dele (e também de Adorno) um apoio mais explícito à luta dos estudantes: “Sim, me irrita que *você* e Adorno não cumpriram o que um dia prometeram a nós e aos estudantes. Certamente é necessária muita coragem para se colocar ao lado dos estudantes. Além disso há que se lembrar que nós também protestamos contra o Estado daquela época. Concedo aos estudantes de agora o mesmo direito!”<sup>7</sup>

Embora Walch-Lux tenha assimilado a posição de Adorno à de Horkheimer no trecho citado acima, há que se levar em conta que, esse, talvez traumatizado pelos acontecimentos da década de 1930, tinha uma postura muito temerosa em relação aos riscos que a então jovem democracia alemã corria naquele momento, enquanto Adorno, mesmo explicitando claramente suas diferenças para com líderes importantes do movimento estudantil, não deixou de lhes prestar apoio público em diversas ocasiões. Uma delas foi a discussão com Peter Szondi, em 30/10/67, transmitida pelo “Westdeutsche Rundfunk” (Rádio do Oeste Alemão), na qual Adorno externou a sua solidariedade aos discentes, numa referência explícita àquele que foi assassinado pela polícia: “Primeiramente eu gostaria de responder sobre isso que os estudantes (...) experimentaram os defeitos de nossa democracia no próprio corpo de um modo particularmente amargo. Isso se mostrou no caso Ohnesorg de modo totalmente inequívoco.”<sup>8</sup> Vale registrar que, nesse mesmo debate com Szondi, Adorno demonstrou ter concepções pedagógicas bastante avançadas em relação ao conservadorismo reinante no

7 *Ibidem*, vol. 2, p.278. Observe-se que essa mesma pessoa redigiu outras mensagens com o mesmo teor, dirigidas a Horkheimer, inclusive uma longa carta de 04/05/68, com conteúdo semelhante (cf. p. 372).

8 *Ibidem*, p.304.

universo acadêmico alemão, como, por exemplo, a crítica à forma clássica da *Vorlesung* (espécie de aula magistral que não deveria ser interrompida). Nesse particular, o filósofo afirmou que incentivava os seus alunos a interromper as suas exposições com questões, ainda que não acreditasse numa horizontalidade total, no sentido de não haver certa “divisão do trabalho”, no processo pedagógico, entre docentes e discentes. Mas tal divisão do trabalho não poderia ser tomada no mesmo sentido da da economia capitalista, uma vez que professores não podem ser considerados “exploradores” dos seus alunos, no mesmo sentido, no qual os capitalistas o fazem em relação aos seus empregados.

Havia, entretanto, um tipo de interrupção da exposição de professores por estudantes bem mais drástica do que aquela incentivada por Adorno, que era conhecida pelos discentes sob a rubrica de “go-in”: uma espécie de invasão da aula por grupos estudantis que questionavam insistentemente os docentes sobre aspectos que consideravam discutíveis do conteúdo das disciplinas ou da discrepância entre esses e a prática política daqueles. Esse foi o caso de um “go-in”, de grande repercussão, na aula do Professor Carlo Schmid, em 20/11/67, organizado pelo SDS. No panfleto de convocação desse ato, os estudantes questionam o fato de sua docência preconizar a democracia e, como político, ele ser defensor das leis de exceção: “Como professor de política ele ensina democracia aos estudantes, como ministro da grande coalizão [governo da social-democracia juntamente com a democracia cristã/rd], ele pratica o estado de emergência da democracia.”<sup>9</sup>

Ainda em 1967, em meio a turbulências na política em geral e na universidade em particular, atendendo a pedido dos estudantes, Adorno permitiu que houvesse uma discussão com membros da representação estudantil no seu seminário de Estética. Nessa discussão, que teria como tema principal o “go-in” na aula do Prof. Carlo Schmid, fica registrada uma inflexão interessante no movimento estudantil, que, apesar de mais politizado no que nunca no tocante à ideologia e à sociedade *tout court*, começa a estabelecer uma conexão das questões políticas mais gerais com o *modus operandi* da universidade e do ambiente acadêmico como um todo, propondo, no bojo de uma reforma do ensino superior que estava em pauta, rupturas importantes, por exemplo, na secular hierarquia imperante na universidade alemã. Vale observar que Adorno não apenas concedeu empregar tempo que seria dedicado à aula nessa discussão, mas se mostrou pessoalmente aberto a várias reivindicações dos estudantes, inclusive no que dizia respeito a questões polêmicas. Um exemplo disso é a postura de Adorno no sentido de uma

9 *Ibidem*, vol. 1, p. 279.



participação decisiva dos alunos em questões relevantes para a universidade, fazendo apenas a ressalva de que isso não poderia significar qualquer tipo de facilitação nas atividades que eles deveriam desempenhar como parte do processo pedagógico<sup>10</sup>. Nessa discussão, destacou-se, contrapondo-se a várias posições do professor, o então aluno próximo de Adorno e importante líder do SDS de Frankfurt, Hans Jürgen Krahl, que desempenharia um papel decisivo no auge dos conflitos que se agravaram nos anos seguintes.

O mesmo Krahl proferiu discurso no “Internationaler Vietnam Kongress”, em Berlim Ocidental, em 18/02/68, no qual chama a atenção para o caráter imperialista da intervenção militar norte-americana no Vietnã e como os Estados Unidos, naquele momento, usavam os países mais influentes da Europa Ocidental como possível alívio econômico relativamente aos gastos militares com a OTAN e “exércitos de reserva” para suas frequentes intervenções no Terceiro Mundo, onde houvesse risco, mediante apoio das forças do Pacto de Varsóvia, de instauração de regimes comunistas. Tendo em vista os sucessos do vietcongue na resistência contra os invasores norte-americanos e outros casos de vitórias de movimentos anti-imperialistas, como a revolução cubana, por exemplo, Krahl – citando nominalmente Marcuse – defende a ideia de que deveria haver nas forças democráticas do Ocidente uma “campanha anti-OTAN” que estabelecesse conexões fortes com os movimentos de libertação do Terceiro Mundo. Nessa mesma ocasião, Rudi Dutschke – o mais conhecido líder do SDS e organizador do congresso – fez uma intervenção com conteúdo bem semelhante, porém mais curta, menos “teórica” e mais política, antevendo a possibilidade de uma subversão completa da ordem imperialista, na medida em que houvesse a união de todas as forças democráticas e anti-capitalistas do mundo.

A importância de Dutschke para o movimento estudantil foi reconhecida pelo próprio Marcuse, que, em carta de 11/03/68, lhe disse: “Maravilhoso: alguém que pode pensar e agir, que não se deixa apanhar – nem mesmo pela velha esquerda”<sup>11</sup>. Na mesma correspondência, no intuito de estabelecer uma mediação entre estudantes alemães e californianos, Marcuse lhe pede o texto de um de seus discursos, que ele gostaria de traduzir para o inglês, de modo a divulgá-lo entre os seus alunos estadunidenses, perguntando também quando Dutschke iria aos EUA. A relevância desse líder estudantil para a nova esquerda alemã foi reconhecida não apenas pelos seus correligionários, mas – infelizmente – também para os seus opositores mais ferrenhos (e truculentos): em 11/04/68 ele foi vítima de um brutal atentado a bala, cometido por um simpatizante da

10 Cf. *Ibidem*, vol.2, p. 325.

11 *Ibidem*, p. 347.

extrema direita, Josef Bachmann, que o feriu com gravidade, felizmente, sem ser fatal. Uma vez que se identificou esse incidente como consequência de uma violenta campanha de difamação do movimento estudantil, feita pelos jornais do *Springer Verlag*, os estudantes impediram, em várias cidades alemãs, nos dias seguintes ao atentado, o fornecimento de periódicos dessa casa editorial.

Em meio à imensa onda de reações contra o atentado, erigiu-se, em 13/04/68, uma tenda, em Römersberg – local típico de manifestações políticas em Frankfurt –, na qual ocorreram discussões durante todo o dia, com a participação, dentre outros de Hans Jürgen Krahl. Uma das intervenções mais contundentes foi o discurso de Oskar Negt, no qual ele declarou que: “Antes de tudo devemos reconhecer que os reais culpados pelo infame atentado se encontram nas redações, nos governos, nos parlamentos e nos partidos; eles se acham livres de qualquer culpa, porque um direito penal individualizado lhes confere com irrefutável ‘objetividade’ a mesma proteção pela qual já os responsáveis pelos crimes do Terceiro Reich puderam ficar seguros.”<sup>12</sup>

Poucos dias depois desse protesto foi publicado no semanário *Die Zeit* a “Declaração dos catorze” sobre o atentado contra Rudi Dutschke, assinada por intelectuais como Theodor Adorno, Heinrich Böll, Ludwig von Friedenburg e Alexander Mitscherlich, dentre outros. Nela se enfatizou mais uma vez o papel que os meios de comunicação desempenharam no atijamento da opinião pública contra o movimento estudantil, o qual redundou em mais esse ato de violência contra um discente: “Esse clima foi sistematicamente preparado pela imprensa, que se apresenta como guardião da constituição e pretende falar em nome da ordem da maioria, mas com essa ordem não quer dizer outra coisa que sua dominação sobre as massas indefesas e o caminho para um novo nacionalismo, autoritariamente determinado”.<sup>13</sup>

O mês de maio de 1968 trouxe a eclosão dos protestos estudantis em Paris, num movimento que ficou mais conhecido e celebrado do que o alemão, o qual, como se vê por esta narrativa, não foi menos contundente do que o seu congênere da margem ocidental do Reno. Os pontos de contato entre os protestos estudantis francês e alemão, provavelmente devido à proximidade geográfica, são em maior número e mais fortes do que aqueles entre esse e o movimento estudantil californiano, em relação ao qual a figura de Marcuse, como já se assinalou, desempenhou um papel muito relevante.

Que o pensamento do filósofo berlinense teria tido algum peso no posicionamento dos estudantes franceses, o indica a iniciativa do diário *Le Monde*

12 *Ibidem*, p. 356.

13 *Ibidem*, p. 363.

de publicar em 11/05/68 entrevista de Marcuse ao jornal. Nela, o pensador se mostra cauteloso em relação à sua influência sobre os movimentos estudantis mundo afora, declarando que: “há muito tempo que não faço política militante. Escrevo, ensino, participo de congressos, falo para estudantes: isso é a atividade normal de um intelectual nos EUA, onde a situação em nada é revolucionária, nem mesmo ‘pré-revolucionária’”. Ao ser questionado sobre o que diria aos estudantes se eles lhe perguntassem sobre o juízo acerca de suas manifestações, Marcuse – num posicionamento que ecoa declaração semelhante de Adorno – responde: “Eu lhes diria primeiramente que não se deve esperar nada mais do que grandes manifestações, tal como ocorrem em toda parte; nem mesmo na França, já que lá nos encontramos numa situação que não é, de modo algum, pré-revolucionária, mas que também não é contrarrevolucionária”.<sup>14</sup>

No que tange às relações entre os movimentos estudantis francês e alemão desse período, a figura-símbolo, no entanto, não é Herbert Marcuse, mas Daniel Cohn-Bendit. Filho de judeus alemães que fugiram do Nazismo em 1933, ele se criou na França e, como estudante de sociologia, participou do movimento dos discentes de Nanterre que antecedeu a ocupação da Sorbonne a partir de 03/05/68, tendo sido considerado um dos líderes mais importantes dos protestos estudantis nesse período. Em artigo de 15/02/69, no *Frankfurter Rundschau*, Jean Améry o descreveu como alguém que, tendo em vista a sua aparência física, poderia passar despercebido e, não fosse sua fama de “Dany le Rouge”, não teria se tornado uma espécie de dândi dentre os líderes estudantis. Mas, para além da aparência, Améry chama a atenção para o fato de ele falar tão bem o francês quanto o alemão: “Impressionante, como ele, alternadamente, fala tão perfeitamente francês parisiense quanto alemão berlinense; raramente me deparei com alguém tão totalmente bilíngue.”<sup>15</sup> Vale observar que isso não é pouca coisa, levando-se em conta que a barreira da língua certamente era um empecilho para uma aproximação maior entre os movimentos dos estudantes franceses e alemães, e o caráter perfeitamente bilíngue de Cohn-Bendit, para além de sua habilidade política, explica, pelo menos em parte, o fato de ele ter sido, naquela época, uma figura quase tão importante em Paris quanto em Berlim ou Frankfurt.

O mês de maio de 1968 foi especialmente turbulento não apenas na França, pois, na Alemanha, dentre muitos acontecimentos políticos importantes, relacionados de um modo ou de outro com o movimento estudantil, foi aprovada no parlamento alemão, com ampla maioria – apesar de toda a resistência

14 *Ibidem*, p. 380 *et seq.*

15 *Ibidem*, p. 575.

popular comandada pela APO (“Oposição Extra-Parlamentar”, integrada também por representações de estudantes) –, a lei de exceção, que revogava garantias individuais dos cidadãos, restituídas desde o início do processo de redemocratização da Alemanha após a tirania nazista. Sobre esse fato, Horkheimer – reiterando a sua preocupação de que poderia haver a instauração de uma ditadura, tal como houve em 1933 – declarou: “O comportamento do parlamento (...) e a indiferença, o cinismo dos governados e a sua desconfiança diante do governo e do sistema parlamentar, assim como o desejo cada vez mais urgente de um homem forte lembram de modo fatal os acontecimentos dos últimos anos da República de Weimar.”<sup>16</sup>

Também Adorno se expressou, em 28/05/68, aberta e veementemente no Hessischen Rundfunk – rádiodifusão pública do Estado de Hessen – contra as leis do estado de emergência, fazendo coro às preocupações de Horkheimer sobre o risco que elas representavam para a ainda incipiente democracia alemã, após a ditadura hitlerista: “O apetite aumenta com a comida. Uma vez que se sente seguro de tudo que se pode cobrir com as leis de emergência, então se acharão oportunidades de praticá-las. Essa é a verdadeira razão pela qual se deve protestar com toda veemência contra o fato de que, desse modo, o até agora gradual esvaziamento da democracia seja legalizado.”<sup>17</sup>

Na mesma ocasião dessa intervenção de Adorno – um programa televisivo intitulado “Democracia em estado de emergência” –, Oskar Negt, que ser tornaria um dos principais herdeiros da Teoria Crítica na Alemanha após a morte de Adorno e de Horkheimer, protestou contra a ausência de representantes do SDS no debate, uma vez que esse grupo tinha sido um dos principais opositores à decretação das leis de emergência: “Mas mesmo a argumentação pública, degradada em ritual, só aconteceu porque o SDS, enquanto mais ativo, porém mais desacreditado grupo da oposição ao estado de emergência foi expressamente excluído e pessoas hostilizadas como, como Abendroth e Ridder, por via das dúvidas nem mesmo foram mencionadas no convite”.<sup>18</sup>

Esse momento foi, de fato, o de maior radicalização nas ações do movimento estudantil, acentuando o estremecimento entre esse e os docentes com posição considerada mais conservadora, como Horkheimer e Habermas. A maior ruptura foi, na verdade, em relação a esse último que, em 1967, teria acusado algumas das ações mais contundentes dos estudantes de “Linksfaschismus” (“fascismo de esquerda”). Embora tenha se retratado quanto a essa expressão, Habermas

16 *Ibidem*, p. 383.

17 *Ibidem*, p. 392.

18 *Ibidem*, p. 393.

publicou, em 01/06/68, um longo artigo em suplemento especial do diário *Frankfurter Rundschau*, intitulado “A revolução aparente e seu filhos – Seis teses sobre tática, objetivos e análises da situação da juventude oposicionista”, no qual acusa o SDS de confundir protestos perante a opinião pública com táticas para estabelecimento imediato de uma situação revolucionária:

As novas técnicas de demonstração, que só podem encerrar ações simbólicas, se transformam, na cabeça dos adeptos mais escolarizados do SDS, em meios da luta imediatamente revolucionária. Um bandeira vermelha no momento certo, no telhado certo, pode ter um efeito esclarecedor; ela pode romper limites de tabu, remover uma barreira contra o processo de esclarecimento. Algo diferente é, no entanto, se aquele símbolo engana aqueles que o colocam quanto ao fato de que hoje não pode haver uma queda da Bastilha.<sup>19</sup>

A posição de Habermas havia sido exposta por ele dias antes de sua publicação no *Frankfurter Rundschau* num “teach-in” (reunião estudantil para informação e debate) no restaurante universitário da Wolfgang Goethe Universität de Frankfurt, sendo que, na ocasião, coube a Hans Jürgen Krahl se contrapor aos argumentos de Habermas. A parte mais interessante dessa intervenção é a resposta de Krahl à acusação de que “uma confusão tão grave de símbolo e realidade corresponde, no campo clínico, à patologia do delírio”<sup>20</sup>, na qual consta: “Cego a qualquer experiência histórica, Habermas comete um *quid pro quod* analítico decisivo. Não o SDS confunde desejo e realidade, mas o Estado respondeu ao protesto de grupos desarmados com o emprego de sua máquina de violência, como se tratasse de uma luta de fato pelo poder no Estado.”<sup>21</sup>

Ao longo de todo o ano 1968 foram muitos os debates envolvendo intelectuais frankfurtianos e líderes estudantis, sendo que as críticas a Adorno subiam de tom por sua não participação nos protestos em praça pública, ainda que subscrevesse, em tese, as reivindicações dos manifestantes. Numa *Podiumsdiskussion*, 23/09/68, na qual, dentre outros, participaram também Habermas e von Friedenburg, ao ser perguntado sobre a sua disposição de participar nas manifestações de rua, Adorno respondeu: “Não sei se senhores mais velhos, com alguma obesidade, são as pessoas certas para marchar numa manifestação. Krahl disse antes que seria importante no movimento oposicionista hoje que não o coletivismo desempenhe o papel principal, que o indivíduo assuma o seu direito. Se eu não participo numa passeata, isso recai no meu direito individual.”<sup>22</sup>.

19 *Ibidem*, p. 411.

20 *Idem*.

21 *Ibidem*, p. 414.

22 *Ibidem*, p. 465.

Nos meses seguintes os ânimos dos estudantes foram se exaltando cada vez mais, a ponto de, num panfleto do SDS datado de 04/12/68, convocando para uma discussão no dia seguinte, os representantes da Teoria Crítica na Universidade de Frankfurt serem chamados de autoritários e defensores de privilégios, declarando que: “Estamos cansados, nós em Frankfurt, de sermos formados por esquerdistas moderados na política, que fornecem, após o estudo, o álibi integrado do estado autoritário.”<sup>23</sup> O resultado da discussão anunciada no panfleto foi a decretação de uma greve que, inicialmente, teve o apoio dos três principais professores do Instituto de Sociologia: Adorno, Von Friedenburg e Habermas, tal como demonstra um documento, datado de 11/12/68, assinado pelos três docentes, no qual consta: “Apoiamos o protesto dos nossos estudantes contra os perigos de uma reforma tecnocrática do ensino superior, sobre o qual advertimos há vários anos. (...) Saudamos ainda que iniciativas particulares dos grupos estudantis para trabalhar numa nova ordem didática e de conteúdo de seus projetos de curso tenham encontrado uma ampla ressonância”<sup>24</sup>. Ao lado de propostas que atenderiam parcialmente algumas das reivindicações dos estudantes, ressalvas são feitas pelos professores, nesse documento, quanto à atitude de confrontação por parte daqueles. Apesar de tudo, os estudantes radicalizaram o seu movimento, ocupando dependências da universidade e aumentando o tom das críticas aos seus professores. Diante disso, num documento datado de 17/12/68, os três supramencionados professores, seguidos por Alexander Mitscherlich, conclamam os estudantes a desocuparem o referido prédio da universidade, por considerarem o fato politicamente nocivo aos interesses dos próprios estudantes, relativos às reformas por eles reivindicadas: “Conclamamos uma última vez nossos estudantes a desocuparem imediatamente a casa da Myliusstraße 30. A ocupação do prédio de seminários, como todos os participantes deveriam estar cientes, não é politicamente justificada. Aquelas exigências de reformas dos estudantes, que sempre consideramos fundamentadas, poderiam ser realizadas sem qualquer pressão.”<sup>25</sup>

Esse pode ser considerado o início do momento de maior deterioração no relacionamento dos teóricos críticos com o movimento estudantil alemão dos anos sessenta, o qual se agravaria ainda nos meses seguintes. Em carta a Marcuse de 17/12/68, assinada por Adorno e Horkheimer, consta: “Aqui temos, no momento, altos e baixos: não poucas salas da universidade estão ocupadas. Muitos seminários não podem mais ocorrer, dentre eles os particularmente

23 *Ibidem*, p. 499.

24 *Ibidem*, p. 502.

25 *Ibidem*, p. 519.

avuçados. Exigências estudantis altamente justificáveis e ações questionáveis se misturam tanto que não se pode falar de trabalho produtivo ou mesmo de um pensamento racional.”<sup>26</sup>

No dia seguinte, a referida casa da Myliusstrasse – rebatizada pelos estudantes *Spartacus-Seminar* – foi desocupada pela polícia, aumentando a revolta dos estudantes e a hostilidade em relação aos seus professores. As semanas seguintes foram de muitos atritos, até mesmo com um caso de agressão física a um oficial de justiça que ordenou a retirada de uma faixa da entrada principal da Universidade<sup>27</sup>. Vários incidentes, com maior ou menor gravidade, prepararam aquele acontecimento que, no dia 31/01/69, seria o mais decisivo na história das relações entre os representantes da chamada “Escola de Frankfurt” e o movimento estudantil alemão: a invasão do Instituto para a Pesquisa Social por discentes que não tinham conseguido entrar no prédio da Mylliusstrasse, por esse estar fechado. Durante a entrada abrupta e inesperada dos estudantes no prédio do instituto, Adorno e Von Friedenburg foram agredidos verbalmente e, depois de tentarem uma solução pacífica, sem sucesso, chamaram a polícia para a desocupação do prédio. De acordo com um documento da época, de autoria atribuída a Adorno, assim teria ocorrido o incidente:

Um dos diretores do instituto seguiu os estudantes, escada acima, para o primeiro andar. Diante da porta da sala de seminários ele interpelou o Sr. Krahl e lhe perguntou o que queria aqui. Ele recebeu como resposta que ele não tinha nada a ver com isso e que o grupo iria entrar na sala de seminário. O Sr. Krahl e alguns estudantes entraram na sala e foram depois conclamados formalmente três vezes a deixar o prédio. O Sr. Krahl respondeu ao diretor do instituto que ele deveria calar a boca e sumir. Aos diretores do instituto não restou, portanto, já por razões legais, qualquer outra alternativa do que tomar conhecimento da confrontação que lhes foi imposta, procurar a polícia para apoio na desocupação do instituto e dar queixa contra o Sr. Krahl e os outros invasores por ruptura nos ordenamentos da casa.<sup>28</sup>

Esse lamentável episódio teve um impacto enorme no ânimo dos professores diretamente envolvidos e dos seus colegas e realimentou o ímpeto dos estudantes, que, como se viu, já se encontravam numa tendência de grande hostilidade em relação aos seus mestres. No caso específico de Adorno, tornou-se-lhe impossível ministrar os seus cursos, devido à prática sistemática de ruidosos “go-ins” nas suas aulas. Por isso, no final de abril, Adorno decidiu suspender *sine die* os seus cursos, colocando na porta das salas em que eles ocorreriam o seguinte

26 *Ibidem*, p. 519 et seq.

27 Cf. *Ibidem*, vol.1, p. 387.

28 *Ibidem*, vol.2, p. 557.

aviso, datado de 25/04/69: “Depois de terem duas vezes planejadamente tornado impossível que eu ministrasse a minha aula magna [*Vorlesung*/rd], vejo-me forçado a suspender o curso por tempo indeterminado. Do mesmo modo, o seminário filosófico principal, que deveria abordar em detalhes questões da aula magna não se realizará temporariamente.”<sup>29</sup>

O último desses “go-ins”, ocorrido em 22/04/69, foi exatamente o episódio que se mencionou no início deste artigo, no qual moças seminuas avançaram sobre o púlpito em que Adorno proferia a sua aula. Uma descrição alternativa à de Martin Jay, a qual menciona a paixão de Adorno pela beleza feminina, foi feita por Rudolf zur Lippe, sugerindo uma razão para o efeito tão devastador que o ato teve sobre o ânimo do filósofo: “Aquela ação, que o feriu mais violentamente, tinha isso como alvo. Mulheres com seios nus se apresentaram contra ele, ao redor do seu púlpito. Essa brutalidade no que lhe era mais deleitável o atingiu profundamente.”<sup>30</sup>

Mesmo muito combatido, Adorno ainda tentou retomar as suas aulas no mês seguinte, não tendo tido sucesso, em virtude da continuidade dos “go-ins” nos seus cursos, até que resolveu cancelá-los definitivamente, de acordo com o conteúdo de aviso semelhante ao de 25/04/69, agora datado de 18/06/69: “sob essas circunstâncias, vejo-me, com muito pesar, forçado a cancelar o meu curso principal até o fim do semestre.”<sup>31</sup>

Os meses seguintes de Adorno foram de acentuada depressão e de agravamento de problemas cardíacos previamente existentes, até que numa viagem de férias à Suíça, sofreu um infarto fulminante e faleceu em 06/08/69, a pouco mais de um mês de completar sessenta e seis anos.

Esse fato foi um divisor de águas no relacionamento entre o movimento estudantil alemão do final dos anos 1960 e a Teoria Crítica da Sociedade, pois, embora a grande imprensa sempre tenha tido as suas reservas em relação ao pensador “radical” Theodor Adorno, ela não hesitou em associar diretamente a sua morte à pressão que os discentes exerciam sobre ele, como um pretexto para a continuidade de certa campanha de criminalização das atividades políticas daqueles. Esse fato colocou alguns dos principais líderes do movimento estudantil numa posição defensiva, a ponto de vários deles – inclusive Hans Jürgen Krahl – terem redigido um texto e publicado em 20/08/69 (portanto, apenas duas semanas depois do falecimento do filósofo), no *Frankfurter Rundschau*, no qual afirmam se encontrar numa posição muito mais próxima da de Adorno, cuja

29 *Ibidem*, p. 605 et seq.

30 *Ibidem*, vol.3, p. 119.

31 *Ibidem*, vol.2, p. 651.



teoria teriam tentado traduzir numa prática política radical, do que a imprensa que naquele momento se valia da comoção que sua morte causara para, mais uma vez, atizar a opinião pública contra os estudantes politicamente organizados:

Quem se compreende como discípulo de Adorno, deve reagir contra a colocação de sua obra na esfera dos bens culturais. Mesmo aqueles, dentre os alunos de Adorno, que politicamente se tornaram seus mais veementes adversários, se encontram objetivamente muito mais próximos dele do que aquela imprensa que se pretende como estando acima das coisas.<sup>32</sup>

Por mais que esse posicionamento dos estudantes coloque uma questão importante, infelizmente, não há espaço aqui para entrar nessa discussão, que pode e deve ser abordada em outro momento<sup>33</sup>.

### Referências

- ADORNO, Theodor W. "Resignation". In: "Gesammelte Schriften 10.2". Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1996.
- HABERMAS, Jürgen et alii. "Eine soziologische Untersuchung zum politischen Bewusstsein Frankfurter Studenten". Darmstadt: Neuwied, 1961.
- JAY, Martin "Adorno". London: Fontana Paperbacks, 1984.
- KRAUSHAAR, Wolfgang. "Frankfurter Schule und Studentenbewegung. Von der Flaschenpost zum Molotowcocktail". 3 volumes. Hamburg: Rogner & Bernard, 1998.

32 *Ibidem*, p. 676.

33 O volume 3 do livro de Wolfgang Kraushaar, *Frankfurter Schule und Studentenbewegung, op.cit.*, contém várias contribuições interessantes nesse sentido, com destaque para os textos "Die Frankfurter Studentenbewegung und das Ende Adornos – Ein Zeitzeugnis", de Rudolf zur Lippe, "Hans Jürgen Krahl – Ein philosophisch-politisches Profil", de Dettel Claussen, e "Bodenlose Politik – Dialoge über Theorie und Praxis", de Alex Demirovic.



# ***A LEVEZA DA PRIMAVERA DE 1968. A PRIMAVERA DE PRAGA ATRAVÉS DO OLHAR DE MILAN KUNDERA***

*Giorgia Cecchinato*  
Universidade Federal de Minas Gerais  
giorgia.cecchinato@gmail.com

**RESUMO** *O artigo visa ilustrar algumas das características principais do momento histórico denominado Primavera de Praga e as suas afinidades com o outro movimento que marcou a história da Europa e do mundo, a saber o Maio de 68. As vidas dos protagonistas da novela A insustentável leveza do ser, do romancista tcheco Milan Kundera, vai servir de acesso privilegiado para entender a importância da Primavera de Praga e da sua repressão, não apenas do ponto de vista histórico, mas também individual.*

**Palavras chaves** *Primavera de Praga, Milan Kundera, romance.*

**ABSTRACT** *The article aims to illustrate some of the main characteristics of the historical moment called “Prague Spring”, and to explain its affinities with the other movement that marked the history of Europe and the world, namely May '68. The lives of the protagonists of the romance The unbearable lightness of being of the Czech novelist Milan Kundera will serve as a privileged access to understand the importance of the Prague Spring and its repression, not only from the historical point of view, but also individually.*

**Keywords** *Prague Spring, Milan Kundera, romance.*

## Leve e pesado, história e romance

O romance *A insustentável leveza do ser* começa com esta questão:

O eterno retorno é uma ideia misteriosa e, com ela, Nietzsche pôs muitos filósofos em dificuldade: pensar que um dia tudo vai se repetir como foi vivido e que tal repetição ainda vai se repetir indefinidamente! O que significa esse mito insensato? O mito do eterno retorno afirma, por negação, que a vida que desaparece de uma vez por todas, que não volta mais, é semelhante a uma sombra, não tem peso, está morta por antecipação, e por mais atroz, mais bela, mais esplêndida que seja, essa atrocidade, essa beleza, esse esplendor não têm o menor sentido. [...] Se o eterno retorno é o fardo mais pesado, então, sobre tal pano de fundo, as nossas vidas podem recortar-se em toda a sua esplêndida leveza.

Mas, na verdade, será o peso atroz e a leveza bela? [...]

Que escolher, então? O peso ou a leveza?

Foi a questão com que debateu Parmênides, no século VI antes de Cristo. Para ele, o universo estava dividido em pares de contrários: luz-sombra; espesso-fino; quente-frio; não-ser e ser. Considerava que um dos pólos da contradição era positivo (o claro, o quente, o fino, o ser) e o outro, negativo. Esta divisão em pólos positivos e negativos pode parecer de uma facilidade pueril. Exceto num caso: o que é positivo: o peso ou a leveza?

Parmênides respondia que o leve é positivo e o pesado, negativo. Tinha razão ou não? O problema é esse. Mas uma coisa é certa: a contradição pesado-leve é a mais misteriosa e ambígua de todas as contradições. (Kundera, M., 2017, p. 9-10)

A história de amor dos principais protagonistas do livro, Tomas e Tereza, que é lida a partir dessa contraposição entre leveza e peso, nasce e se desenvolve em Praga entre a leveza da Primavera de 1968 e o peso da invasão russa em agosto do mesmo ano e os seguintes anos da “normalização” soviética. *A Insustentável leveza do ser* foi escrito em 1982 e publicado na França em 1984. Kundera já tinha emigrado há nove anos para a França e apenas em 2006 o livro foi publicado em tcheco, no país de origem do autor. Mesmo tendo os acontecimentos de 1968 tanta importância no enredo, segundo Kundera não se trata de uma novela histórica, pois o romance não tem a tarefa de ilustrar de maneira peculiar informações de outros saberes, mas dizer o que apenas o romance pode dizer. Isto significa, em relação aos eventos históricos, que esses serão levados em consideração apenas pelo fato de criarem para os personagens uma situação existencial e, além disso, a própria história deve ser analisada em si mesma como existencial<sup>1</sup>. Os fatos históricos de 1968, que constituem a existência dos personagens, são considerados então também existencialmente, segundo a chave de interpretação do texto, como algo leve ou pesado.

1 O próprio Kundera expôs a própria teoria do romance em KUNDERA, M. 2016.

Nos parágrafos a seguir introduziremos a Primavera de Praga e a repressão soviética. Iremos ver como esses fatos tiveram um peso existencial nas vidas de Tomas e Tereza, personagens da *Insustentável leveza do ser*. Se é verdade, como afirmou Aristóteles, que a arte é mais universal e mais verídica do que a história, a obra de Kundera vai nos servir para entender o impacto da história na existência dos indivíduos. Por último, para entender melhor esse fenômeno histórico iremos confrontar a Primavera de Praga com Maio de 68 e individuaremos analogias e diferenças.

### **A leveza da Primavera e o peso da invasão soviética**

A eleição de Alexandre Dubček como primeiro secretário do PCCh (Partido comunista Tcheco) no lugar do estalinista Antonin Novotný inaugurou aquele período de reformas e democratização do regime socialista que é conhecido como “Primavera de Praga”. Tratou-se de um movimento político que foi preparado por um fermento intelectual na inteira década de ’60, e teve um incrível apoio popular até depois da sanguinária repressão soviética<sup>2</sup>.

O estalinismo, que caracterizou a política da década de ‘50, a censura e a repressão de várias formas de expressão artística e literária atingiu as vozes mais originais da literatura tcheca. A explosão criativa da década seguinte pode ser interpretada como uma reação a um período de repressão e estagnação. Em junho de 1967 teve início o Congresso da União dos Escritores. Foi um jovem romancista, praticamente desconhecido fora das fronteiras de seu país, que mostrou sua preocupação a respeito das “pequenas nações” da Europa Central, sempre expostas ao perigo de serem anexadas ou subjugadas por potências maiores (a alusão é aos nazistas e aos russos). A tônica do discurso foi a necessidade do diálogo entre países e a liberdade de expressão. O romancista foi ovacionado e os oradores que falaram depois mantiveram o mesmo enfoque<sup>3</sup>. As autoridades não conseguiam conter a efervescência cultural e intelectual que queria acabar com toda e qualquer autoridade. Esse foi o “prelúdio da Primavera” (LINS RIBEIRO G., 2009) de Praga e o romancista que tomou a palavra primeiro era o próprio Milan Kundera.

O poder central tcheco, orientado pela União Soviética, aumentou a repressão, mas a revolta que teve origem nos círculos intelectuais e movimentou todas as esferas da sociedade civil permitiu a eleição do reformista Dubček. Vale lembrar que o objetivo das reformas que foram implementadas por Dubček

2 Sobre as raízes da Primavera de Praga nos movimento intelectuais da década de 60 veja CATALANO, A., 2011, em particular as páginas 35-40.

3 Veja sobre isso (LINS RIBEIRO G. 2009).

não era o fim do socialismo, mas, sim, a introdução de um socialismo “com face humana”, entendendo com isso mais liberdade de palavra, expressão e pensamento, mais abertura ao ocidente e respeito às tradições e às peculiaridades dos povos tchecos e eslovacos frente à uniformização soviética. Nunca foram colocados em questão, pelo menos pelas autoridades tchecas, o partido único e a fidelidade ao Pacto de Varsóvia.

Enquanto o governo avançava nas reformas e tentava dialogar, sem muito êxito, com Moscou e com os países do Pacto, difundiu-se na população um senso de esperança e de euforia. O momento mais significativo dessa época de renovação foi o das celebrações do Primeiro de Maio: pela primeira vez em um país da esfera soviética a marcha não foi conduzida ordenadamente pelo exército, mas foram os cidadãos, que chegaram espontaneamente com cartazes improvisados, com *slogans* irônicos, críticos e às vezes divertidos. Os sorrisos e a alegria daquele momento são documentados pela televisão tcheca, o país inteiro estava despertando e apoiava as reformas e pedia mais: mais liberdade, mais autonomia<sup>4</sup>.

Tomas refletia sobre as circunstâncias que o levaram a se apaixonar por Tereza, por um lado o amor deles é o fruto de uma série de coincidências: o chefe do serviço onde Tomas trabalhava fora chamado de urgência para atender a um surto muito grave de meningite no hospital da cidade de Tereza. Porém este estava com ciática e, como não se podia mexer, Tomas fora em seu lugar a esse hospital de província. Havia cinco hotéis na cidade, mas, por acaso, Tomas instalara-se no hotel onde Tereza trabalhava. Por acaso, também, tinha algum tempo livre antes de voltar e resolveu sentar-se na cervejaria. Tereza estava, por acaso, de serviço e, por acaso, estava de serviço à mesa de Tomas. Fora portanto necessário toda uma série de seis acasos para fazer chegar Tomas até Tereza, por isso o amor deles pode aparecer totalmente aleatório, leve, sem peso nem necessidade; porém todo romance é feito para nos mostrar que nada é tão simples como parece. As modalidades com que Tereza entregou a ele a própria vida, e a responsabilidade que ele sentia por esse ser que simplesmente apareceu um dia e pediu os seus cuidados e as suas curas, lembravam-lhe aquelas histórias mitológicas de crianças abandonadas em cestas e deixadas na corrente: Moisés, Édipo. Repensando o mito de Édipo, por causa de Tereza, começou a se perguntar se os tchecos que apoiavam os russos na década de '50, os que apoiaram o estalinismo, sabiam que o regime estalinista teria deportado,

4 Veja a projeção do documentário *Praga 1968. L'impossibile primavera*, com imagens do repertório da Televisão Tcheca, com Vaclav Havel, e a manifestação de Primeiro de Maio de 1968. Introdução de Walter Ottolenghi e Ruzena Ruzochova, em: <[https://www.youtube.com/watch?v=4b\\_AejqxXXk&t=2048s](https://www.youtube.com/watch?v=4b_AejqxXXk&t=2048s)> Acessado em 17/02/2020.

reprimido e censurado e se perguntava em que medida eles seriam responsáveis. No clima de liberdade e distensão da Primavera de Praga, Tomas um dia passou para o papel as suas reflexões sobre Édipo e mandou-as para o jornal da União dos escritores Tchechos. Ele ignorava que alguns meses depois esse artigo ia condená-lo a deixar o amado trabalho de cirurgião e se tornar um limpador de janelas.

Depois da leveza da primavera, chegaram a dureza do verão e a violência do outono: em junho uma exercício militar soviético em território tcheco preparou a invasão que aconteceu na noite entre os dias 20 e 21 de agosto. Tropas polonesas, húngaras, alemãs do leste ultrapassaram os confins da Tchecoslováquia e em todos os aeroportos do país desembarcaram aviões militares que carregaram tanques. Na madrugada do dia 21 de agosto as ruas e as praças de Praga se encheram de tanques soviéticos. Na manhã do mesmo dia Dubček e as principais autoridades do partido comunista tcheco foram presos e levados a Moscou. Os cidadãos de Praga estavam incrédulos e atordoados, afinal de contas os invasores eram os mesmos russos que poucos anos antes os liberaram do inimigo nazista. Logo se manifestaram pacificamente nas ruas e nas praças, resistiram com o entusiasmo e coragem, tentaram conversar com os soldados soviéticos para convencê-los que aquilo era um absurdo, que estavam invadindo um país amigo. Segundo Kundera o romance deve contar acontecimentos que a historiografia esqueceu, um dos mais significativos é a provocação das jovens mulheres tchechas contra os soldados, os infelizes soldados russos em abstinência sexual: elas beijavam, sob os seus narizes, o primeiro desconhecido que passasse.

Era um atentado ao pudor dos soldados russos forçados há vários anos à abstinência sexual. Em Praga, deviam julgar que estavam num planeta inventado por um romancista de ficção científica, um planeta povoado de mulheres incrivelmente elegantes a exibirem o seu desprezo do alto de pernas tão longas e esculturais como há cinco ou seis séculos a Rússia inteira não vira. (Kundera, M., 2017, p. 210)

Na ficção literária esse e outros acontecimentos da invasão são fotografados por Tereza, que, naqueles dias de atordoamento, transformados rapidamente em conflito aberto, circulando pelas vias da cidade e fotografando, sente-se finalmente leve e não pensa nos adultérios de Tomas.

Mas a euforia geral só durara os sete primeiros dias de ocupação. Kundera define esse período como a “exaltante festa do ódio” (KUNDERA M., 2017, p. 117), e “ódio aos russos”, que sequestraram e mantiveram presos por uma semana Dubček e outros reformistas, representantes do partido comunista, como se fossem criminosos, “era inebriante como o vinho” (KUNDERA M., 2017, p. 117). Numa semana morreram 3.000 tchecos e foram feridos mais de

80.000. Nos hospitais cheios os cidadãos faziam fila para doar o sangue para os feridos.

No dia 27 de agosto os russos liberaram Dubček e os outros homens de Estado Tchechos. Dubček pronunciou um discurso na rádio tcheca no qual convidava os compatriotas a não provocarem nem cederem às provocações, a manterem a calma, pois “não há outra coisa para fazer”.

“Desde que Dubček voltou, tudo mudou” (KUNDERA M., 2017, p. 170), diz Tereza a Tomas. Acabou a Primavera de Praga e acabou a festa do ódio, “não há festa que dure eternamente” (KUNDERA M., 2017, p. 117). Segundo as palavras de Kundera:

os russos tinham forçado os representantes do povo checo, sequestrados, a assinar um compromisso com Moscou. Dubček voltou para Praga com esse compromisso e fez um discurso pela rádio. Os seis dias de cárcere tinham-no diminuído a tal ponto que mal podia falar: gaguejava e parava para tentar tomar fôlego, fazendo pausas intermináveis de quase meio minuto no meio das frases.

O compromisso salvou o país do pior: das execuções e das deportações em massa para a Sibéria, que todos receavam. Uma coisa, porém, se tornou imediatamente clara: a Boêmia tinha de baixar-se perante o conquistador. Daí em diante, e para todo o sempre, ia gaguejar, tartamudear, parar para tentar tomar fôlego como Alexandre Dubček. A festa acabara. Passava-se à banalidade da humilhação.

Tereza explicava tudo isto a Tomas e Tomas sabia que era verdade. (Kundera, M., 2017, p. 170-171)

Aqui fica claro como a história não é apenas pano de fundo para as existências humanas, mas ela mesma torna-se uma situação existencial: Dubček, depois de ter sido deportado, talvez torturado, preso e constrangido a negociar com Brejnev, voltou para a cidade Tcheca. Pronunciando o discurso na rádio, quase não consegue falar, nem respirar. As longas pausas pelas quais ele pede desculpa no começo do discurso, esperando que os tchecos entendam o que as provoca, são longas e penosas. Duas horas depois os técnicos da rádio cortaram essas pausas, pois revela fraqueza e assim tal episódio foi esquecido. O que está em jogo aqui não é a fraqueza particular de Dubček, mas a fraqueza como categoria existencial. “Mesmo com um corpo de atleta como Dubček, somos sempre fracos quando confrontados com uma força superior” (KUNDERA M., 2017, p. 181). Tereza não pode suportar a fraqueza repugnante e humilhante e decide emigrar, fugir com Tomas para Suíça. Porém, frente às contínuas infidelidades do marido em Zurique, repensou em Dubček e sentiu uma espécie de solidariedade para com ele.

Compreendia que fazia parte dos fracos, do campo dos fracos, do país dos fracos e que lhes devia fidelidade precisamente por serem fracos e tentarem tomar fôlego no meio das frases. Sentia-se atraída por essa fraqueza como se tivesse vertigens (Kundera, M., 2017, p. 181).



Quem tem vertigens cai, é atraído pela queda, cai como algo pesado, e Tereza quis cair, abandona Tomas e volta para Praga.

O peso da fraqueza e o peso do amor levam Tomas e Tereza de volta a Praga onde eles vivem mais alguns anos sob a opressão da censura, da vigilância e da violência. A leveza da Primavera e a série de acasos que resultaram no amor tiveram afinal consequências pesadas. Talvez a leveza tenha sido insustentável porque o amor é mais pesado do que se pensa, talvez o peso do amor não seja afinal tão pesado: “O espírito do romance é o espírito de complexidade. Cada romance diz ao leitor: As coisas são mais complicadas do que você pensa”. (KUNDERA M., 2016, p. 26)

### **A leveza de Paris e a leveza de Praga**

Para quem observa os filmes e os documentários sobre Maio de ‘68 e sobre a Primavera de Praga, o elemento mais evidente e imediato de comparação é a euforia. Rostos na sua maioria jovens e felizes que marcham juntos e ocupam os espaços da cidade: as praças e as ruas. Talvez seja justamente a aparente leveza o caráter em comum entre os dois eventos históricos, apesar da violência e de episódios tensos de guerrilha urbana.

Tanto Maio de ‘68 e a Primavera de Praga pareciam se mover em paralelo, mas de fato dirigiram-se para direções opostas: a França havia se recuperado da Segunda Guerra Mundial e vivido anos de prosperidade econômica acompanhada de tensões sociais. Foi sobretudo a infeliz reforma educacional que abriu o caminho para os protestos estudantis, pilotados pela esquerda. Os protestos culminaram entre maio e junho na Sorbonne e também envolveram o mundo dos trabalhadores. Houve semanas de guerrilha urbana, que se seguiram de greves, crises políticas e mudanças no governo.

A Tchecoslováquia, na década de 1960, era um país que emergia da sombria fase stalinista: aqui também o padrão de vida estava se estabilizando e, segundo o poeta e dramaturgo Václav Havel, era governado por um regime “nascido no terreno do encontro histórico entre ditadura e civilização do consumidor” (citado por BONAUGURO, A., 2018).

No entanto, do ponto de vista cultural, enquanto o Maio francês queria a revolução com base em um projeto político, a Primavera de Praga indicou o caminho oposto. Segundo Milan Kundera: “Maio de 68 – questionou o que chamamos de cultura europeia e seus valores tradicionais. Pelo contrário, a Primavera de Praga foi a apaixonada defesa da tradição cultural europeia no sentido mais amplo e abrangente do termo (defesa do cristianismo e da arte moderna, proibida pelo regime)”. (KUNDERA, M., 2013, p. 34) Segundo o

romancista, enquanto o mês de maio francês foi caracterizado por um “lirismo revolucionário” radical e violento justamente por ser ideológico, o que preparou a primavera ao longo de muitos anos resultou em uma revolta popular moderada. (KUNDERA, M., 2013, p. 34)

A linguagem de protesto usado pelos jovens da Europa Oriental também era diferente de seus pares na Europa Ocidental. Enquanto os estudantes parisienses olhavam para Praga com suspeita, os tchecoslovacos só podiam sorrir para as ilusões que pareciam inacreditáveis, ridículas ou, pior ainda, perigosas.

Quando Rudi Dutschke, o líder estudantil de Berlim, foi convidado para uma reunião sobre o diálogo entre católicos e marxistas, organizado em Praga em abril de 1968, ele não impressionou os colegas locais. Na revista *Student* podemos ler um comentário da reunião: “Dutschke tem um vocabulário político-econômico bem articulado e refinado. Ele usa continuamente conceitos como: produção, reprodução, manipulação, repressão, transformação, obstrução, circulação, integração, contra-revolução [...]. Como palestrante, ele é certamente excelente, seu discurso é claro e bem estruturado, mas foi precisamente sua racionalidade elevada à utopia que nos deixou uma sensação de opressão”. (Citado por BONAUGURO, A., 2018)

Dez anos depois, pouco antes de morrer, Dutschke reconheceu: “Acho que o jogo em 68 não foi jogado em Paris, mas em Praga. Mas então não conseguimos entender”. (Citado por BONAUGURO, A., 2018)

O ex-presidente do Senado Tcheco Petr Pithart, reformista comunista, afirmou, confrontando o que aconteceu nas universidades da Europa Ocidental com o que aconteceu em Tchecoslováquia, que se tratou de dois fenômenos substancialmente diferentes. O denominador comum era uma espécie de sentimento de esperança [...].

Os jovens de Praga tinham ideias diferentes das dos estudantes ocidentais com relação ao que seria uma “sociedade boa”. Os franceses lutaram contra tudo: contra o *establishment*, a democracia parlamentar, os partidos políticos. Os estudantes de Praga, queriam isso tudo! Nunca acreditaram que a democracia ocidental estivesse exausta<sup>5</sup>. Então, quando líderes estudantis de Paris ou da Alemanha foram até Praga, não foi possível encontrar uma linguagem comum: eles tendiam para a esquerda, acenavam com os folhetos de Mao, até mesmo – pelo menos no começo – pareciam apoiar Pol Pot; nesse sentido, os manifestantes de Praga poderiam ser tomados como tendencialmente posicionados “à direita”.

5 Também Konstant Gebert aponta para a desconfiança entre os revolucionários de Paris e os reformistas de Praga. Veja Konstant, G., 2011, p 190.

Eles queriam retornar aos valores iluministas da democracia parlamentar. Sempre segundo Pithart, aos olhos dos protagonistas da Primavera de Praga, os pares da Europa Ocidental pareciam irresponsáveis, tanto que a revolta de Paris pareceu um luxo para crianças mimadas que não percebem o que podem perder. No entanto, há algo de fundamentalmente comum entre os dois movimentos que representa o momento histórico transformador pelo qual passou a sociedade ocidental na segunda metade do século passado<sup>6</sup>.

Apesar das diferenças de contexto, das premissas históricas e dos êxitos, podemos afirmar que as duas primaveras, a de Praga e a parisiense procuraram, talvez em diferentes sentidos, a insustentável leveza da liberdade.

### Referências

- BONAUGURO, Angelo. “I cinquant’anni della Primavera di Praga, l’altro ’68”. Artigo publicado em 28/01/2018, in: <<https://www.tempi.it/blog/i-cinquantanni-della-primavera-di-praga-laltro-68/>>, acessado em 17/02/2020.
- CATALANO, A. “All’ombra della primavera. La letteratura ceca nel 1968”. In: CACCAMO, Francesco, HELAN Pavel, TRIA Massimo. “Primavera di Praga, risveglio europeo”. Firenze: Firenze University Press, 2011, pp. 35-50.
- GEBERT, Konstant. “Un secolo in dieci giorni. Dieci eventi cruciali del novecento europeo”. Milano: Feltrinelli, 2011.
- KUNDERA, Milan. “A insustentável leveza do ser”. Tradução de Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- \_\_\_\_\_. “A arte do romance”. Tradução de Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca. 1ª ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2016.
- \_\_\_\_\_. “Um encontro”. Tradução de Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca. 1ª ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2013.
- LINS RIBEIRO, Gustavo. “A primavera de Kundera”. In: <<https://diplomatie.org.br/a-primavera-de-kundera/>>, 5 de Abril de 2009. Último acesso em 17/02/2020.
- SCHWARZ, Daniel R.. “Milan Kundera’s *The Unbearable Lightness of Being* (1984): History as Fate”. In: SCHWARZ, Daniel R. “Reading the Modern European Novel since 1900”. Oxford: John Willey & Son Ltd., 2018.

6 A entrevista a Pithart está publicada em BONAUGURO, A., 2018.



## ***AGAINST THERMIDOR: LESSONS FROM THE SIXTIES***

*Jeremy J. Shapiro*  
Fielding Graduate University  
(Santa Bárbara, Califórnia)  
jshapiro@filding.edu

“The moment I was held down, my world went from color to gray.  
I was begging for mercy, asking them not to press anymore”.

(Protester in Hong Kong during protest, August 11, 2019)<sup>1</sup>

**RESUMO** *Se os períodos históricos possuem cores, então o momento anterior aos anos sessenta, que poderiam ser considerados como se estendendo até 1965 seria cinza, já que – não apenas simbólica, mas até mesmo materialmente – tudo nele era acinzentado. Quando, finalmente, se entrou na década de sessenta, as coisas ficaram coloridas – roupas, carros, relações interpessoais e, de um modo muito peculiar, a política. Isso porque a esquerda ingressou numa fase mais arejada, em que não apenas a exploração do proletariado pelo capital, mas também a opressão das mulheres pelos homens (inclusive da esquerda tradicional), a destruição da natureza, o abuso de animais, dentre outras coisas, passaram a fazer parte dos movimentos mais radicais de oposição aos poderes constituídos. O título do texto, à primeira vista hermético, remete ao livro Eros e Civilização, no qual Marcuse desenvolve a noção de “thermidor psíquico”, segundo a qual há forças psicológicas no indivíduo que obstam a sua emancipação e, para o autor, o significado da “nova esquerda” teria sido exatamente procurar reverter o poder exercido nas pessoas por essas forças.*

<sup>1</sup> in video in New York Times, September 23, 2019, <https://nyti.ms/351UZ0z>

**Palavras-chave** *movimento feminista, nova esquerda, movimento ecológico.*

**ABSTRACT** *If historical periods had colors, the moment just prior to the sixties, that could be considered as extending itself until 1965, would be gray, since not only symbolically but also materially everything – cars, men’s suits, boys and girls school’s uniforms – in it were in some extent grayish. When finally the decade of 1960’ arrives, things became almost instantly colorful: dressing, automobiles, personal relations and – in a very peculiar way – politics. It happened because the leftwing entered a quite airy, open-minded phase, in which not only the exploitation of proletarians by capitalists but also the oppression of women by men (also by leftists), the destruction of natural environment, the abuse of animals, among other topics, were at stake in the most radical movements against the powers to be. The at first sight hermetic title of the article refers to Herbert Marcuse’s Eros and Civilization, in which the author develops the notion of “psychic Thermidor”, according to which there are psychologic forces inside people that obstruct their emancipation. To the article’s author, the significance of the “new left” – typically originated in the sixties – would have been exactly attempting to revert the power exerted by these forces on people’s mind.*

**Keywords** *feminist movement, new left, ecological movement.*

Things started out gray. History is not only political, social, and cultural but also symbolic and perceptual. The Fifties were gray. When I think about how I experienced the Sixties, by which I mean 1965 to 1974, what first comes to my mind as a perceptual background to the events and movements, is color. For me, the period of the 1950s and early 1960s was gray. It felt gray. Popular books then were *The Man in the Gray Flannel Suit* and *The Organization Man*. General Eisenhower, after leaving the Army and becoming a civilian, wore a gray suit. Even in junior high school and high school, the fashion for boys was to wear grey flannel pants. And it was also the military color: the color of battleships and bombers, the color of barracks, that shaped the Cold War. Indeed my very first memory of gray is from about two years after the end of World War II, when my father and brother and I assembled a model battleship and painted it gray to make it look like the real thing. When I first moved to Frankfurt in 1961, the apartment buildings that had been hastily

erected after the devastation of aerial bombing were gray. As the Hong Kong protester suggests, oppression and domination can change color into gray.

In the post-war period gray could be described as the color horizon for the new, conformist, "other-directed" people whose lives became oriented to consuming and to receiving the approbation of others – the people Holden Caulfield called "phonies" in Salinger's *The Catcher in the Rye*. To be colorful, to stand out as an individual, invited rejection. Theodor W. Adorno, commenting on his experience in America, observed that the term "character", which used to mean strong individuality, now meant being weird: to say that someone was a "character" meant that the person was a weirdo, a peculiar person. And if you were "colorful", that meant that you were a flamboyant weirdo, somewhat allowed to entertainers but not to regular members of society. To have rich, colorful experience and express it was thus socially taboo. Gray had implicitly become the preferred color of experience and behavior:

The color gray is no one's color. It is the color of cubicles and winter camouflage, of sullage, of inscrutable complexity, of compromise. It is the perfect intermediate, an emissary for both black and white. It is the color of soldiers and battleships, despite its dullness. It is the color of the death of trees. The death of all life when consumed by fire. The color of industry and uniformity. It is both artless and unsettling, heralding both blandness and doom. It brings bad weather, augurs bleakness. It is the color other colors fade to once drained of themselves. It is the color of old age.<sup>2</sup>

In *One-Dimensional Man*, published in 1964, right before the Sixties proper began, Herbert Marcuse described the historical uniqueness of advanced industrial society's ability to absorb all of its contradictions and flatten them out, eliminating transcendence and the sense of tension between what is and what could be. It produced a shallow "Happy Consciousness" in which the transcendent element in love, sexuality, and art is eliminated and replaced by "'repressive desublimation", a kind of harmless, frictionless pleasure that decorated the world of what C. Wright Mills called "cheerful robots." So gray could be regarded as the color of "one-dimensional man". But in keeping with the cheerfulness of the robots of the new middle-class and the Happy Consciousness of one-dimensional man, it would be gray with a smiley face.

When I think back to the political and protest activities in which I was involved prior to the Sixties proper, that is before 1965, in my mind's eye I see them taking place against a gray background, even when the sun was

2 Megan Flaherty, "Ode to Gray" in the Paris Review, August 21, 2018. Url: <https://www.theparisreview.org/blog/2018/08/21/ode-to-gray/>

shining bright. The first was as a member of the Fair Play for Cuba Committee. At the time of the Bay of Pigs Invasion, a CIA-sponsored attack on Cuba, we demonstrated in the Boston Common, 30 or 40 of us, walking up and down carrying placards saying "Hands Off Cuba". We felt proud, but puny compared to the CIA. An older woman stood watching us, shaking her head while muttering "All beatniks! All beatniks!" Beatniks were a known image of some kind of social deviance, perceived as gray, if not black. She didn't think to call us Communists, just beatniks.

My second action in the gray period was in Frankfurt-am-Main. I had joined a small group called Subversive Aktion (Subversive Action), influenced by Situationism, surrealism, and the Frankfurt School's critique of the ideology of advanced capitalism. There were five or six of us, affiliated with a few other groups in Berlin and Munich. Our first public action handing out a flier to Christmas shoppers on the Zeil, Frankfurt's Broadway or 34<sup>th</sup> Street, to use a New York analogy, or Boulevard Haussmann, to use a Parisian one. The flier was a critique of consumption in the form of a satire on a passage from one of the Gospels. When the group met at a later date to plan its next action, one of the leaders wanted us to blow up a bomb in the steeple of a Frankfurt church. When I think of it now, just as I thought of it then, I visualized sneaking into the gray church steeple in the dead of the night, surrounded by the gray buildings of Frankfurt. It seemed scary. And it seemed wrong. I realized that this was not the kind of action I wanted to be involved in and dropped out of the group. I don't think they did set the bomb.

By contrast, at the level of perception, the Sixties proper, back in the U.S., arrived as a flood of color, rich, vibrant, variegated, radiant color, bursting into the world of gray, black, and white. In the U.S. color transmission and reception became the dominant form of television between 1964 and 1966: mass culture itself became colorful. Tie-dyed clothing with patterns of bright, "psychedelic" colors became popular among young people and were worn at both rock concerts and political demonstrations. The Beatles, the predominant and most characteristic popular music group of the Sixties, made color part of their image, especially on the album cover of Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band and in their animated film *Yellow Submarine*. A number of the cultural movements and phenomena of the Sixties had appellations that included color terms: Flower Power, the Rainbow Coalition, Mao Tse-Tung's Little Red Book. People who took hallucinogenic drugs reported vividly colorful experiences: my most striking memory of taking mescaline in the Sixties was seeing a gigantic purple claw disappearing into the sky.



Expanding the scope of consciousness and of perception was a defining feature of the movements of the Sixties in the U. S. A. The desire to escape from the limits of culturally defined restrictions on perception was one of the factors that led young people to experiment with drugs, especially marijuana and LSD. Inversely, their experience when under the influence of drugs confirmed that one could actually escape. One could perceive things radically differently. I remember that in my early experiences with marijuana, what most stood out was a striking alteration of my experience of time. When listening to music, it seemed as though the music, instead of flying by with the passage of everyday time, remained temporally suspended, as though one could hold onto a particular musical phrase and listen to it as many times as one wanted before letting the music pass on to the next phrase. Such experiences were a kind of confirmation that "normal" time consciousness was not the only way in which time could be experienced. For some of those who were open to, involved in, or committed to social and political change, such structural change seemed quite naturally to involve an accompanying change in perception and experience. In 1954, Marcuse had published *Eros and Civilization*, which argued that a technologically advanced society of material abundance made possible a civilization without repression – sexual repression in the Freudian sense – in which the world would be experienced aesthetically rather than in the interest of control and domination. This implied fundamental changes in the psychological structure of the individual as well as in her/his perception. It was as though some of the generation active in the Sixties didn't want to wait for utopia. We wanted to experience it directly. As the slogan said so powerfully – a leading slogan during the May events in France in 1968 – "Be realistic, demand the impossible."

Of course perceptual changes were not responsible for the sociopolitical, cultural, psychological, and ideological changes that constitute the Sixties. In the U.S.A., without the Civil Rights Movement, the anti-Vietnam-war movement, the women's movement, and the New Left, these perceptual and experiential changes might have remained pure fashion. On the other hand, those four movements alone could not have brought about what we think of as the Sixties with its distinctive counterculture, including new forms of consciousness, new beliefs, new practices, and new symbols. And there is no reason to think that those movements could have led to the belief in the possibility of the liberation of things that were not previously part of the horizon of emancipation found among radical social movements. The new sensibility that was part of the counterculture and the New Left extended beyond the traditional concerns of left-wing political parties, and the new use of color

is just one example of the factors that helped define the political and cultural movements as connected to a new, comprehensive rebellion against not only prevailing social forms but the prevailing culture.

Yes, the Old Left had been committed since the late 19<sup>th</sup> century, over and above its advocacy of the liberation of the working class from the chains of capitalism, to the emancipation of women in some form since the late 19<sup>th</sup> century, but not the liberation of animals and the liberation of nature, even its non-sentient parts. In the early 1970's Peter Singer's book *Animal Liberation* and a number of writings about the domination and liberation of nature received an eager audience. When in 1970 I started teaching at the California Institute of Arts, which had just opened, some colleagues and I decided to lead a discussion group of students who were sitting in a circle on the floor. We would ask a question and the students would answer it one by one. One of the things we asked was, "What do you feel oppressed by?" Students gave multiple different answers, but when we came to one young man he said something that sounded like a string of nonsense syllables, or perhaps a foreign language that none of us knew. When we repeated the question, he finally answered, "I feel oppressed by the English language!" So broad was the range of what people, especially young people experienced as oppression. It was often at quite a distance from the traditional forms of oppression, especially of the working class, that were the primary concerns of traditional socialist parties and of Marxian theory. Even spirituality, which from the perspective of Marxist-Leninist materialism was a hoax visited upon the masses, became married among some of its practitioners to radical action for social change, partly through the example of Vietnamese Buddhist monks and the legacy of Gandhi. In Los Angeles a colleague and I led a workshop on "meditation and social action". The idea was that if through meditation you could free yourself from attachment to ideas and desires that were part of your socialization into the prevailing order, you could come to protest more effectively and with mental clarity rather than as a way of acting out anger and resentment.

There was, though, a deep connection between these personal or cultural concerns and a new emphasis in Marxian theory, especially among theorists influenced by Hegel as well Marx. This was the focus on Marx's early writings, the so-called *Economic and Philosophical Manuscripts* as well as *The German Ideology*, which were only discovered and published in the 1930's and had not been known by the founders of Marxism-Leninism or social democracy and, in particular on the concept of alienation (*Entfremdung* in German), especially as presented in Fritz Pappenheim's *The Alienation of Modern Man* (1959)

and Herbert Marcuse's *Reason and Revolution: Hegel and the Rise of Social Theory* (1941, but reissued in 1954 and again in 1960). The way in which capitalism and its division of labor and class structure alienated a person from his/herself could be used to understand contemporary oppression – including one's own! – even if the latter didn't fit into the traditional Marxian idea about oppression as class domination and the exploitation of labor. Alienation separated the individual from his- or herself, his or her underlying nature or "species-being" (*Gattungswesen*), to use a term from the *Economic and Political Manuscripts*.

This notion of alienation was something that made palpable sense to student radicals. It seemed more directly applicable to our existence as students than did calls to unite the working class. For example, in our all-male college dormitories, we were not allowed in the dining room unless wearing a jacket and tie, and we were allowed to have young women in our room only a few times a week for a limited number of hours. Some of us experienced these regulations as irrational and oppressive, and we did what we could to get around them.<sup>3</sup> We could understand them more easily through the concept of alienation than through the concept of class struggle. Of course we sympathized with the plight of the industrial working class, but that was because it made sense to us intellectually and ethically, not experientially. Although there were a few members of my generation who came to the New Left from Communist and Marxist-Leninist versions of Marxism, many like me had no relation to those earlier movements and their current dogmatic implementations. We experienced anti-Communism, the official ideology of American society at that time, as irrelevant to us. Except for the initially small number of students who thought of ourselves as socialists, what catapulted many students and young people into a radical political stance was the Vietnam war, from a mixture of ethical repugnance and solidarity with the foreign victims of an imperialist war led by our own country.

There were a number of factors that led to the emergence of Second Wave Feminism, which was so integral to "the Movement".<sup>4</sup> Within "the Movement", a significant driver was the prevalence of sexism in the anti-war movement and the New Left. Traditional gender roles reproduced themselves within their organizations. Men talked more at meetings than women. After a meeting that

3 While the reader might see this as a typical manifestation of adolescent rebellion, that would be an adultist way to see it.

4 Much has been made of the role of the availability of birth control pills in increasing women's sense of personal and sexual autonomy. Approved by the U. S. Food and Drug Administration in 1960, the pill was used increasingly widely until it finally became available to unmarried women in all states of the U.S.A. by 1972.

included food, men expected the women to clean up and wash the dishes. This was so jarring, and seemed so unfair, that it was one of the factors that led to the formation of women's consciousness-raising groups, in which women could share their experience of sexism not only in the political movement but in other life domains, including their marital and love relationships. A key feminist concept and slogan was enunciated: "the personal is political". This experience and idea became central to "the Movement". It opened up to theory and practice domains of life that had been occluded from left-wing politics and to some extent kept secret. Men whose female partners had joined consciousness-raising groups were suddenly forced to examine their own roles, behaviors, and feelings, which led to the creation of men's consciousness-raising groups. This brought about significant changes in everyday life. For example, it was through this change and new awareness that I learned how to wash dishes. I had been brought up in a traditional family in which household work was defined as "women's work." My mother washed the dishes after meals and never asked her husband or her two sons to help her. So when I, a radical, and my girlfriend, a radical, lived together, it seemed normal to both of us that she would wash the dishes, and it never occurred to me to participate. As happens with a social distribution of tasks of this sort, I actually didn't know, or didn't feel that I knew, how to wash dishes. Even if I had wanted to help, I wouldn't have known what to do. Now all of a sudden the question arose: "Why is she washing the dishes?" And, of course, "Why am I not washing the dishes?" So she taught me how to do it, and from then on, I have washed dishes. Indeed I enjoy it. I like the feeling of immersing my arms in a sink full of warm soapy water. I like the feeling of scrubbing food waste from the dishes and making them clean. These were sensual experiences that I had been deprived of without realizing it.

These consciousness-raising groups led to both women and men raising to awareness deep aspects of themselves that they had never examined before and of which they were unaware only partly aware. Thus they inevitably had psychotherapeutic or at least psychodynamic aspects and side-effects. This was at a time when psychotherapy had extended to a wider population of individuals, and when, within the field of psychotherapy itself there started to be a greater focus on group psychotherapy, family therapy, and marital therapy. Simultaneously in both the academic and business worlds, the field of group dynamics was evolving, with a focus on how people interacted in groups and the intersection between people's group and communicative behavior on the one hand and psychodynamics on the other. In other words, connections started to emerge among political and social structures, gender relationships, patterns

of communication, and the psyche. It became easier to see and grasp patterns of manipulation and domination as they occurred in relationships and small groups. These trends led to the attempt to introduce therapeutic approaches and understandings into personal life, relationships, and groups.

It was in this context that attempts emerged to integrate the theory and practice of psychotherapy into the radical theory and practice of the Movement, and vice versa. They had several foci: looking at how patterns of domination and oppression manifested themselves into the individual psyche; bringing radical social theory and practice into the practice of psychotherapy; and democratizing psychotherapy in order to make it accessible to the masses of the population. Attempts had been made to integrate psychoanalysis and Marxism as far back as Wilhelm Reich's efforts starting in the late 1920s in Vienna. But these new attempts were not descended from Reich. "Radical therapy" emerged from an American form of personal and group psychotherapy called "transactional analysis; "Re-evaluation Counseling", or co-counseling arose independently of psychotherapy. Both placed emphasis, in different ways, on "internalized oppression", the process through which societal patterns of oppression become lodged in the psyche of the individual, such that they not only cause suffering to the individual but in certain ways make him/her an unwitting collaborator with the status quo. So the healing of the individual was inherently connected with him/her taking an active role in combating societal oppression. Re-evaluation Counseling rejected entirely the traditional relationship of therapist to client or patient. The idea was that individuals could help one another heal psychologically without resorting to professionals. They could do this by learning certain basic listening techniques that encourage one another to focus on the emotional sources of their patterns of distress and free themselves from the effect of painful emotions. Individuals met in pairs and alternated in taking the "counselor" role and the "client" role. The goal was to help one another recover their personal intelligence and power from the limitations that had been imposed by a repressive social order. This would make them happier and also more effective social change agents. In his article "Progress and Freud's Theory of Instincts"<sup>5</sup>, Marcuse put forward the concept of "psychic Thermidor", the notion that there are internal psychological forces in the individual, especially feelings of guilt, that lead him/her to undermine emancipation, experienced as transgression, by returning to and reinforcing the forces against which he/she rebelled. The modalities of radical therapy

5 Herbert Marcuse, "Progress and Freud's Theory of Instincts". In: *Five Lectures. Psychoanalysis, Politics, and Utopia*. Translations by Jeremy J. Shapiro and Shierry M. Weber. Boston, Beacon Press, 1970, p. 38.

were designed to strengthen the emancipatory forces in the individual and weaken the oppressive ones.

Because of the breadth of "everything lib", i.e. the recognition of the manifold ways, domains, and dimensions in which human and social existence occur and the manifold ways in which restriction, domination, and oppression can manifest themselves in those dimensions, the Sixties, both in the United States and globally, have left us with a rich variety of resources fruitful for social change movements and for the flourishing of a more humane existence enriched by creativity. Perhaps the most important, but also the most daunting legacy of that period is the understanding that all of the dimensions of society and culture are interlocked in such a way that it is difficult to make changes in one dimension without also changing the others. This is the basis for a different kind of Thermidor. If we think of society as a system whose dimensions are more or less adapted to each other, then, if a single dimension is transformed, the other dimensions will try to undo that transformation and re-establish the prior state of the system. For present purposes we can define these dimensions, in any society, as basic social structures, i.e. the class structure, the political structure, and the family structure; the structure of interpersonal communication; the structure of personality; the structure of belief systems; and the human and social relationship to nature. In a social system these dimensions mutually reinforce one another, such that the full existence of the system requires a particular configuration of each of them and will regenerate them as needed if there is for any reason a change in one part of the system. It's a little bit like the monster Hydra in Greek mythology, which, if you cut off its head, would grow another head to replace it. In the present perspective, all parts of the system things are causes of one another; it is not just as though one is the cause and the others are the consequences. Because, although from a traditional sociological point of view it is convenient to say that the hierarchical social structures of domination determine the rest, in fact, if you try to eliminate hierarchical domination among people who have deformed identity and distorted communication, they will probably voluntarily recreate a hierarchical social structure. For if they have a negative self image, they feel powerless, and if they cannot communicate as equals and cooperate with one another, what will come out of that will be a hierarchical social structure. So the most important lesson of the Sixties is developing strategies for change that take into consideration the complementary transformations in the different dimensions of society that will be necessary to produce more effective movements and an emancipated society.

## References

- FLAHERTY, Megan. "Ode to Gray". *The Paris Review*, August 21, 2018. Available at: <https://www.theparisreview.org/blog/2018/08/21/ode-to-gray/> [accessed: 01/06/20].
- MARCUSE, Herbert. "Progress and Freud's Theory of Instincts". In: "Five Lectures. Psychoanalysis, Politics, and Utopia". Translated by Jeremy J. Shapiro and Shierry M. Weber. Boston: Beacon Press, 1970.







# ***SOBRE O 68 AMERICANO: ESTRUTURA E EXCLUSÃO, OU OS LIMITES DA NEW LEFT***

*Eduardo Soares Neves Silva*  
Universidade Federal de Minas Gerais  
eduardosns@ufmg.br

**RESUMO** *O artigo persegue a tese de que a concepção da relação entre teoria e prática elaborada e protagonizada por duas pensadoras norte-americanas, Jo Freeman e Angela Davis, nos anos finais da década de 1960, não apenas implica a necessidade de revisitar as narrativas clássicas sobre o período, como, e sobretudo, impacta diretamente o ambiente político norte-americano, ao revelar um componente indigitado na tessitura de movimentos voltados à ampliação das liberdades.*

**Palavras-chave** *Jo Freeman, Angela Davis, New Left, Teoria, Prática, Liberdade.*

**ABSTRACT** *The article deals with the idea that the relationship between theory and practice put into execution by the philosophical works of two American thinkers, Jo Freeman and Angela Davis, in the late 1960s, exerts the need to rethink the classic narratives about the period and, above all, reveals a pattern of exclusion in politics, even in its progressive moments.*

**Keywords** *Jo Freeman, Angela Davis, New Left, Theory, Practice, Liberty.*

O diagnóstico que dá contorno a essa breve contribuição remete a um esforço de outra ordem, cujo foco recai sobre um tema com efeitos sobre as narrativas de eventos históricos. Em artigo recente, examinei a relação entre

teoria e prática na obra de Theodor Adorno, a partir da consideração desse par em pontos nodais da tradição filosófica alemã (SILVA, 2019). Embora ali sejam tratadas inflexões conceituais e argumentativas condicionadas por essa tradição, é possível retirar consequências da hipótese de que a relação entre teoria e prática se vê necessariamente enredada à ampliação de práticas de liberdade ou, nos termos do artigo, à revelação dos fantasmas da liberdade que persistem, em cada época, como intangíveis e, portanto, intocados pelas narrativas. A cadeia de efeitos desse problema em distintas formas de atuação política – se quiserem, o lado concreto da relação teoria e prática – revela, por extensão, os limites da constituição de si por sujeitos históricos específicos, no caso, aqueles cuja autocompreensão se dá em torno a 1968. A condição de possibilidade de tal investigação é a ideia de que conceitos fazem alguma coisa, no mais das vezes malgrado o que deles pensem seus formuladores. Nesse sentido, conceitos são contas a pagar.

Dada essa condição e demanda, tracei três contra-narrativas do que teria sido 1968, na Alemanha, na França e nos Estados Unidos da América. Não cabe aqui retomar cada um desses cenários, mas apenas indicar sucintamente o que notei em relação aos dois primeiros para, então, desenvolver com um pouco mais de atenção o caso estadunidense.

Contra a tese de que o 68 alemão seria a eclosão de uma revolução estudantil expressiva e coesa, radical em seus fundamentos e interrompida a duras penas, avalio que ali se deu meramente o trecho final de um processo de desnazificação, ou ainda, o início da forma democrática, com os atropelos típicos de uma geração ainda formada em um contexto autoritário, justamente a estudantil, hipótese construída a partir do trabalho monumental de Wolfgang Kraushaar (1998). Ao contrário da situação, por exemplo, dos Estados Unidos da América, na qual uma muito específica experiência democrática já se encontrava em andamento regular, a situação alemã ainda era de adesão superficial a ela, traçada dentro de uma esfera pública na qual a mentalidade de subordinação à autoridade se via atrelada à desconfiança em relação ao estado e ao papel dos intelectuais. 68 é na Alemanha um ponto de chegada, não um início.

Contra a tese de que o 68 francês teria sido a emergência de um “tudo é possível”, uma revolução ainda mais fecunda, porque dispersa entre vários sujeitos sociais, sustento – aceitando a literalidade da ideia de que essas pessoas estavam “ombro a ombro” lutando por uma transformação radical – que ali se deu a autoprodução de uma sociedade civil de jaez associativista, fundada na individuação do ator político (TOURAINÉ, 1984), algo até então ausente da experiência francesa, mas igualmente regular na norte-americana, o que marca o ocaso de uma geração de *mâitres à penser*, a “sentença de morte do

estruturalismo” (Didier Anzieu *apud* WOLIN, 2006, p.172), que havia sido guindado à forma da consciência pública por força de um vínculo íntimo com a lógica interna dos partidos. 68 é na França o florescimento e condição basal de uma democracia participativa.

E o que teria sido o 68 americano? O que há nele de revolucionário e o que é, ainda, outra coisa?

Uma descrição canônica da vida nas grandes cidades e, especialmente, nos *campi* norte-americanos falaria da efervescência política, das aulas públicas para milhares de pessoas, da crítica ao consumismo, da oposição à doutrina Nixon e a estratégia em relação ao Vietnã, falaria de uma lenta maturação que teria conduzido a vida das classes médias norte-americanas a uma espécie de politização do Verão do Amor, o *Summer of Love*. Há alguma verdade nessa descrição. Porém, quero indicar que ela oculta dois processos de maior significação, a saber, ela oculta os *race riots*, os conflitos étnico-raciais que eclodem por toda parte no mesmo verão de 1967, e oculta o período formativo do movimento de liberação feminina, o *Women's Liberation Movement*, em marcha desde ao menos 1966.

Começarei por esse último, não sem antes observar que não pretendo, de modo algum, fazer uma historiografia desses processos, mas somente encontrar um ponto de entrada que me permita traçar uma contra-narrativa, a partir de argumentos apresentados pelas pessoas que – em uma reposição radical da relação entre teoria e prática que examinei no artigo anteriormente mencionado – protagonizaram tais processos e pensaram não apenas nas questões envolvidas, mas em seu próprio protagonismo.

No excepcional documentário intitulado “Ela é bela quando está zangada” (*She's Beautiful When She's Angry*), de 2014, a diretora Mary Dore acompanha o movimento de liberação feminina, entre 1966 e 1971, a partir do relato de muitas pessoas, dentre as quais está Jo Freeman. Para os propósitos desta intervenção, há algo a se destacar nessa escolha: seria possível indicar que, entre outras, uma inovação do pensamento de Jo Freeman, mesmo em relação ao movimento do qual faz parte, é considerar a própria condição do movimento como uma controvérsia. Para compreender o que está em questão, tomarei o texto-chave de sua produção, o artigo “A tirania da ausência de estrutura” (*The Tyranny of Structureless*), cuja primeira versão data de 1970.<sup>1</sup>

1 A autora indica que, por se tratar primeiramente de uma intervenção no debate feminista da época, foram publicadas três versões do texto, entre os anos de 1971 e 1973. Para a composição do argumento deste artigo, levei em consideração as três versões, ainda que as citações sejam todas retiradas da compilação feita pela própria Jo Freeman, disponível em sua página acadêmica (<http://www.jofreeman.com/joreen/tyranny.htm>).

Se eu tivesse que sintetizar as razões desse texto ser um absoluto clássico, diria que são duas as principais. Em primeiro lugar, emergindo no contexto da segunda onda feminista, articula de modo muito contundente uma crítica à misoginia implícita na assim chamada Nova Esquerda (*New Left*), justamente em função dela se organizar meramente em torno de uma visão idealizada, porque excludente, da categoria de democracia participativa, justamente a prática, que como notei acima, já definia os contornos da experiência pública americana, antes dela se consolidar na França e na Alemanha. Em segundo lugar, e ainda mais importante, Jo Freeman, ou Joreen, como assinava à época, toma como objeto de sua reflexão *também* a resposta do movimento de liberação feminina a essa limitação. Dito de modo bastante direto, seguindo o percurso dado pela própria autora, o ensaio avança quatro teses em ordem lexical: 1) ao tomar como tarefa a contraposição à lógica idealizada da democracia participativa, o movimento é quase de modo exclusivo o responsável pelo desenvolvimento de modelos não-hierárquicos de tomada de consciência em relação à justiça social; 2) esses modelos têm em comum, à parte suas diferenças, a rejeição de estruturas de governança, não apenas no que concerne à questão geral do estado, mas também à sua própria organização como movimento; 3) compreendendo-se como uma comunidade de consenso, a organização é transferida da liderança para os grupos de ação (*actions groups*), a quem cabe, caso a caso, definir rumos e ações a serem tomadas; finalmente, com notável consistência; 4) a ausência de estrutura, uma resultante direta das condições anteriores, gera uma situação na qual o consenso se torna impraticável, a disputa se torna permanente e ocorre uma internalização do conflito, não mais dirigido às estruturas formais, autocráticas e excludentes, mas a uma estrutura informal, invisível, interna ao movimento. Cito Freeman:

Ao contrário do que gostaríamos de acreditar, não há algo como um grupo sem estrutura. Qualquer grupo de pessoas, de qualquer natureza, que venha a se juntar por qualquer período de tempo, para qualquer propósito, irá inevitavelmente se estruturar de algum modo. A estrutura pode ser flexível; pode variar com o tempo; pode distribuir tarefas, poder e recursos de modo justo ou injusto (...) mas ela será formada independentemente das habilidades, personalidades ou intenções das pessoas envolvidas. (FREEMAN, 1971, tradução minha)

Mais à frente, Freeman elabora: “O fato de elites serem informais não significa que elas sejam invisíveis. Em todo encontro de um pequeno grupo, qualquer pessoa com um olho atento e um ouvido aguçado pode dizer quem está influenciando quem”. O que a leva a concluir: “Não podemos decidir se teremos um grupo estruturado ou sem estrutura, apenas se teremos, ou não, um formalmente estruturado” (FREEMAN, 1971, tradução minha).

As teses de Jo Freeman levam a corolários de enorme impacto. Quando a ausência de estrutura se torna um fim em si mesmo, o que ocorre é que uma estrutura oculta passa a operar: algumas pessoas serão nela incluídas, outras serão excluídas. Dado que tal estrutura, em tese, não existe, ela forma uma elite, também, oculta. Uma elite que não pode ser confrontada porque, literalmente, não tem nome. Essa dinâmica não apenas implica a internalização do conflito, como notado, o que torna compreensível a miríade de disputas que caracteriza o movimento, mas esconde uma condição crítica da situação em pauta: não é nenhuma estrutura reconhecível e formalizada a responsável pela exclusão das mulheres, cada uma delas é efeito. De modo brutalmente sintético: a estrutura oculta operada por uma elite sem nome, nem forma, também oculta, é que gera a exclusão. Ora, se já no interior do movimento de liberação feminina, em suas formas mais progressistas, é possível afirmar que toda exclusão em uma situação que se entende como não-estruturada é realizada por algo não-nomeado (um fantasma, para reatar com meu argumento), o mesmo ocorre na política e na sociedade em geral: o operador da exclusão é, em certo sentido, sempre o não-dito, ao passo que as estruturas formais e institucionalizadas de exclusão são epifenômenos. Jo “Joreen” Freeman estabelece um ponto de ancoragem para a análise da construção de consenso por elites informais na esfera pública, além de fundamentar uma questão que, como um raio, atravessa o debate feminista desde então: a nomeação do operador de exclusão, articulado a partir do conceito de patriarcado.

Por essa via, o 68 estadunidense é extraordinariamente rico para pensar o problema da relação entre teoria e prática, bem como a ideia de revolução, essa que, também no caso norte-americano, atravessa a narrativa mais usual acerca do período. O que nos indicaria um diagnóstico de tempo que tomasse como significativa a eclosão do movimento de liberação feminina, a partir das teses de Freeman? Além do que ela efetivamente aponta, o que ainda poderia ser dito? Parece-me que é possível alegar que, retomando o que observei acima, há uma inflexão rumo a autocompreensão: questionar a lógica tácita e a estrutura formal da democracia representativa passa a ter como condição adicional a reflexão acerca do que significa assumir protagonismo. Ou seja, isso que chamei de uma reposição da questão teoria e prática envolve o reconhecimento do problema interno a todo protagonismo: a superação de um sofrimento de indeterminação depende não apenas de eu tomar a narração da minha história, ser protagonista, mas de pensar o que implica assumir esse protagonismo, ou ainda, que consequência terá a forma da atuação política que escolho. Está aí, talvez, o ponto cego que ainda não chegamos a superar.

Se pudermos admitir, seguindo uma intuição de Max Weber, que o processo de racionalização, característico do mundo moderno e contemporâneo, pode ser redescrito como uma diferenciação progressiva das esferas axiológicas, e se aplicarmos essa ideia ao movimento real das práticas políticas, o que teríamos, ao menos no cenário norte-americano, é justamente uma diferenciação das pautas de minorias, afinada ainda à lógica descortinada por Freeman: se cada qual busca nomear um operador de exclusão e, com isso, diz simultaneamente o seu nome próprio, então a consequência não seria apenas uma sociedade civil cada vez mais complexa, mas também, em função da dinâmica do reconhecimento, a necessidade de pensar a si mesmo como operador, refletir sobre quais consequências têm suas próprias práticas de resistência. Será que fazemos isso?

Uma breve referência a outra autora do 68 estadunidense conduz a uma resposta, ao menos naquele momento, ambígua.

A impressão consolidada pelos relatos e estudos dos *race riots* que, entre junho e julho de 1967, fizeram do período um “*long, hot summer*”, bordão cínico que resume as centenas de mortes, milhares de confrontos e dezenas de milhares de prisões em Atlanta, Buffalo, Chicago, Detroit, Milwaukee e Newark, entre muitas outras cidades, afirma que eles fazem parte do movimento pelos direitos civis, antecedendo – e já essa justaposição indica muita coisa – o assassinato de Martin Luther King, em Memphis, em março do ano seguinte. Do mesmo modo que no caso anterior, tratar-se-ia de um movimento. Mais do que isso, teria sido a etapa final do movimento pelos direitos civis. Como entender essa expressão? Etapa final porque depois viria uma luta pelos direitos fundamentais de segunda e terceira ordem, dado que os civis e políticos teriam sido garantidos? Etapa final porque depois do assassinato de King a vida política norte-americana se altera em definitivo? Não me parecem plausíveis nenhuma dessas explicações, nem me parecem empiricamente demonstráveis e de modo algum moralmente defensáveis.

Voltemos a Freeman. Recupero o que eu mesmo concluí a respeito: toda exclusão política e social em uma situação que se entende como não-estruturada é realizada por algo não-nomeado; um operador não-dito é institucionalizado por estruturas formais. Ora, sempre foi o mesmo o caso em questão: escravidão é a proto-forma e laço de permanência, racismo é o nome do operador, a instituição permanece sendo a privação de liberdade. Ao considerarmos sob essa chave a questão que coloquei logo acima – será que refletimos sobre as consequências de nossas próprias práticas de resistência? –, veremos que aqui há uma diferenciação na experiência e, portanto, outra forma de reconhecimento. Consistentemente, é preciso refletir acerca das práticas de resistência, é preciso pensar o modo do

protagonismo. Ninguém colocou essa questão com tanta pertinência naquele momento quanto Angela Davis.

Entre os anos finais da década de 60 e o nosso presente, Davis introduziu um amplo conjunto de categorias teóricas no debate feminista. Ao invés de reiterar o que ela mesma já fez, farei um percurso a partir de um de seus textos, mais precisamente a partir de um de seus argumentos, de modo a concluir este comentário sobre o 68 americano. Pensar seu próprio protagonismo, mais do que isso, fazer dessa relação um modo de vida é o traço que mais salta aos olhos na trajetória de Angela Davis. Em uma frase mil vezes citada, retirada de uma entrevista de 2007, ela afirma: “Herbert Marcuse me ensinou que era possível ser uma acadêmica, uma ativista, uma *scholar* e uma revolucionária” (*apud* FOKOS, 2007). À parte a referência a Herbert Marcuse, com quem Davis trabalhou, uma questão importante aí evocada, diretamente ligada ao legado das teses de Freeman, é que não apenas está sendo afirmada uma relação indiferenciada entre teoria e prática, como, e sobretudo, há o emprego do termo “revolução”. Bem, o que é isso, revolução, na forma apresentada por Davis?

É notório o entrelaçamento entre a atuação política de Davis e vários processos históricos reais, carreados pela designação de “revolucionários”: na verdade, não me lembro de nenhum país que tenha sido promovido a inimigo dos Estados Unidos da América e que não tenha recebido dela alguma atenção. Porém, passado tanto tempo e reconhecida a incomensurabilidade entre o que puderam realizar todos esses movimentos e o que o termo revolução visa abarcar, parece-me válido enunciar outro sentido, mais restrito e mais efetivo, desse termo na obra de Angela Davis.

Em um artigo de 2005, “O legado de Marcuse” (*Marcuse’s Legacies*), com o qual Davis prefacia um volume de ensaios do autor denominado, pelo editor, “A nova esquerda e os anos de 1960” (*The New-Left e the 1960’s*), ela afirma: “As possibilidades emancipatórias residem nas mesmas forças que são responsáveis pela obscena expansão de uma ordem cada vez mais exploradora e repressiva” (DAVIS, 2005, p. xi, tradução minha). Tal ideia tem dois efeitos: por um lado, assume a ressignificação da noção de revolução operada pelo par emancipação-repressão, um aspecto herdado de Marcuse; por outro lado, com a ideia de que a emancipação tem suas condições dadas em uma dinâmica já presente, Davis repõe a ideia da crítica imanente, como essa aparece tanto em Marx quanto nos primeiros teóricos críticos frankfurtianos, Marcuse incluído, e que se viu atualizada, por Axel Honneth, a partir da antecipação contrafáctica pela via do reconhecimento. Até aí, ela se mostra discípula. Contudo, na continuação do artigo, ela se afasta de Marcuse, por meio de uma estratégia dual: reconhecendo a importância de diagnósticos de tempo para a colocação da tarefa da crítica, ou

ainda, o caráter histórico da teoria, Angela Davis assume outro objeto e outro modo de teorizar. Para concluir, procurei demonstrar que essa inflexão se segue a uma compreensão arguta da tarefa legada pelo movimento que a antecedeu.

Tomando de memória sua experiência junto a Marcuse, Davis afirma que a lição que retirou de suas aulas públicas foi “a necessidade de recapturar a capacidade de comunicar entre divisões que foram construídas para manter as pessoas separadas”. Mais do que isso, segundo ela, “[u]m dos grandes desafios de qualquer movimento social é desenvolver novos vocabulários” (DAVIS, 2005, p. xiii, tradução minha). Em uma casca de noz, está aqui o passo para além de Freeman e ao lado das *race riots*: se é preciso assumir o protagonismo e refletir sobre ele de modo a superar uma estrutura informal que opera a exclusão, isso se fará a partir de um novo vocabulário.

Levemos a sério a ideia e tiremos a consequência que está aí à frente, flutuando para ser pega: chamar as *race riots* de *long, hot summer*, etapa final dos direitos civis, é um erro de nomeação. O termo direito civil, em sua gênese, não comporta a reflexão acerca da questão que importa: os direitos civis existem nos Estados Unidos da América como função da escravidão. Essa é uma nomeação que, de imediato, exclui: alguém precisa ser incluído *nisto*. Neste direito. Depois em outro. E assim por diante.

Como Davis afirma, nas linhas finais do seu texto, a tentativa é de

[...] desenvolver novos vocabulários de resistência hoje, vocabulários que tenham como efeito uma ruptura com a equação ação afirmativa e “racismo reverso”, vocabulários que reflitam a visão utópica de uma sociedade sem prisões, ou ao menos sem o monstruoso sistema corporativo que chamamos de complexo industrial prisional [...] (DAVIS, 2005, p. xiii, tradução minha)

Dito de outro modo: a estrutura institucional se altera, mas o operador, o racismo, se mantém, e sua instituição, a privação de liberdade, apenas ganha outra forma: a prisão. Com isso, Davis, afirmando que é mulher e negra, encontra um objeto, o define como destino teórico-prático de seu pensamento e recompõe a ideia de revolução. Noutros termos, ela expõe o fantasma da liberdade nos movimentos progressistas americanos.

O 68 norte-americano foi muitas coisas. Foi tudo o que enunciei lá atrás, mas foi especialmente a emergência de um novo modo de pensar a relação entre teoria e prática, a saber: assumir como tarefa pensar o que implica ser protagonista. Tarefa que jamais foi colocada para uma elite de homens brancos, para quem o protagonismo, muitas vezes contra suas próprias intenções, sempre foi inerente. Neste sentido, o 1968 americano foi a sentença de morte da *New Left*.



## Referências

- DAVIS, Angela. “Marcuse’s legacies”. In: MARCUSE, Herbert. “The new left and the 1960’s: Collected papers of Herbert Marcuse”. London; New York: Routledge, 2005.
- FOKOS, Barbarella. “The Bourgeois Marxist: UCSD’s Herbert Marcuse Remembered”. 2007. Artigo disponível em: <https://www.sandiegoreader.com/news/2007/aug/23/bourgeois-marxist/>. Acesso em: dezembro de 2019.
- FREEMAN, Jo. “The Tyranny of Structurelessness”. 1971. Artigo disponível em: <http://www.joffreeman.com/joreen/tyranny.htm>. Acesso em: dezembro de 2019.
- KRAUSHAAR, Wolfgang. “Frankfurter Schule und Studentenbewegung. Von der Flaschenpost zum Molotowcocktail”. Hamburg: Rogner & Bernhard, 1998.
- SHE’S Beautiful When She’s Angry. Direção de Mary Dore. New York: International Film Circuit, 2014. 1 DVD (92 min.).
- SILVA, Eduardo Soares Neves. “Fantasmas da liberdade: a relação entre teoria e prática como crítica às formas de reconciliação entre espírito e natureza”. *Veritas*, v.64, n.1, 2019.
- TOURAINÉ, Alain. “Le retour de l’acteur”. Paris: Fayard, 1984.
- WOLIN, Richard. “From the “Death of Man” to Human Rights: The Paradigm Change in French Intellectual Life, 1968–86”. In: “The Frankfurt school revisited: and other essays on politics and society”. New York; London: Routledge, 2006.





# **‘QUARUP’: A ‘DESEDUCAÇÃO’ DO PÚBLICO**

Sérgio Alcides  
Universidade Federal de Minas Gerais  
sergioalcides@ufmg.br

**RESUMO** *O romance Quarup, de Antonio Callado, publicado em 1967, marcou o ambiente cultural e o debate público sobre o papel da intelectualidade diante da crise política vivida no Brasil desde o golpe militar de 1964. Tem sido observada nesse livro a oscilação entre a utopia e o desencanto. No entanto, a pesquisa sobre a sua primeira recepção mostra que o polo desencantado inicialmente não despertou tanta atenção quanto o apelo ao engajamento político do intelectual, no sentido proposto por Jean-Paul Sartre. Este artigo discute esse fato a partir da análise de alguns dos principais aspectos do contexto da publicação do romance.*

**Palavras-chave** *Antonio Callado, romance brasileiro, ditadura militar, engajamento político.*

**ABSTRACT** *Since it came out in 1967, Antonio Callado's novel Quarup became a milestone in the Brazilian cultural setting and the public debate on the role of intelligentsia in response to the military coup of 1964. The oscillation between utopia and disenchantment has been noted in the book. However, research on its immediate reception shows that firstly the disenchanted side did not attract as much attention as the demand for political engagement of intellectuals, in the sense proposed by Jean-Paul Sartre. This article discusses this fact by analyzing some of the main aspects of the intellectual and political context of the novel's publication.*

**Keywords** *Antonio Callado; Brazilian novel; military dictatorship; political engagement.*

O Ato Institucional nº 5 foi baixado a 13 de dezembro de 1968. No dia 14 mandaram prender Antonio Callado. Um indivíduo com esse nome foi levado para a Vila Militar, no Rio de Janeiro, onde fez o seguinte pedido a seu companheiro de cela, o poeta Ferreira Gullar: “O senhor, que é jornalista, fale com os homens que nunca escrevi nada, nem livro, nem artigo. Mal sei escrever” (Ventura, 2008, p. 263). Era um homônimo do autor de *Quarup* – o romance brasileiro mais lido naquele ano que chegava ao fim junto com as últimas ilusões de quem ainda acreditava que o regime de exceção instalado em 1964 acabaria a curto prazo.

O escritor seria detido horas depois, em sua segunda prisão desde o golpe militar, desta vez por uma temporada de duas semanas. A anedota exprime uma ironia dolorosa: o romance social, que almejava uma interferência direta no curso da história e procurava aproximar a literatura das pessoas em geral, para além da intelectualidade e do restrito público leitor, chegara a interferir diretamente num dia da vida de um cidadão comum, que de repente se viu bem próximo de um poeta importante – só que em plena cadeia. Por outro lado, a ordem de prisão contra um escritor (e jornalista) confirmava que a expectativa de efetividade política da palavra escrita estava presente também no lado da repressão.

Cinquenta anos depois, em contexto que lamentavelmente lembra alguns aspectos do tempo sombrio de *Quarup*, este em particular parece esquecido: o apelo ao “engajamento” da literatura, à esquerda, ou, do ângulo oposto, o receio de que ele surta efeito imediato. Também por isso é tão fascinante reler depois de 2016 o romance com que Callado pretendeu reagir a 1964. A distância no tempo ressalta o que se tornou anacrônico, no livro. Já no espaço a sociedade brasileira felizmente continua próxima, mas seu caráter hierárquico, excludente e violento não mudou tanto quanto se pretendeu ou sonhou, após o fim da ditadura militar, em 1985. Daí a perturbadora sensação de atualidade que brota da estória de Nando, o protagonista que se embrenhou no Xingu em busca do centro geográfico – e da alma – do Brasil.

Essa duplicidade entre o anacrônico e o atual de algum modo ecoa o teor ambíguo que desde sempre se inscreveu nas páginas do romance: *Quarup* era um chamado à ação, mas não deixava de ser também um detalhado estudo sobre a intelectualidade brasileira, inclusive aquela que se pretendia mais “progressista” ou esclarecida. Os leitores mais argutos não deixaram de apontar no romance uma “dimensão crítica” (ou mesmo autocrítica). Ligia Chiappini, por exemplo, chama a atenção para “uma crítica radical ao projeto iluminista e à retórica dos intelectuais que se propõem como líderes do povo” (Chiappini, 2010, p. 36). Eduardo Jardim observa que o livro “reivindica a implantação

de uma nova ordem, mas, ao mesmo tempo, põe em dúvida a possibilidade de realização dessas aspirações” (Jardim, 2017, p. 52). A contradição entre utopia e desencanto seria estrutural para a narrativa e a caracterização dos personagens (Cf. Chiappini, 2010, p. 66).

Contudo, a pesquisa sobre a primeira recepção de *Quarup* mostra que o polo desencantado não pareceu tão apreensível, de imediato. Um rastilho de pólvora: assim se espalhou o entusiasmo do público pelo “romance da crise brasileira de nossos dias”, como dizia o texto editorial da contracapa: da leitura desse livro, “ninguém sairá inatingido no mais profundo de sua consciência” (Callado, 1967, quarta capa). A expedição ao centro geográfico do território também visava ao cerne da consciência pública nacional – e se arriscava assim a encontrar também neste o imenso formigueiro que Nando e seus companheiros descobriram no outro, fervendo “com um fogo negro-fulvo de cabeças e ferrões” (Callado, 2014, p. 350).<sup>1</sup>

O fervor de *Quarup* foi um fenômeno de 1967 – como tantas marcas do 1968 brasileiro, sua cultura e sua radicalidade. A publicação data de junho daquele ano. No romance, a expedição ao centro também ocupa o meio da narrativa – que transcorre em dez anos cruciais da história então recente, desde a crise de 1954, que levaria Getúlio Vargas ao suicídio, até os meses imediatamente posteriores ao golpe de 1964. Os ângulos adotados, no entanto, fogem da centralidade política e cultural do Sudeste, para ressaltar aspectos do Brasil mal conhecidos pela esfera do público: os movimentos sociais do campo, particularmente em Pernambuco, e o destino das populações indígenas, inclusive os grupos ditos “isolados”, na região do Xingu.

O padre Nando é um jovem intelectual ligado às então recentes inclinações da Igreja Católica para a esquerda. Envolvido com a politização dos camponeses pernambucanos, ele sonha em mergulhar no Brasil profundo, a fim de fundar sua utopia junto do gentio. Sua trajetória passa pela descoberta do sexo e da política real, nos meandros da capital (ainda o Rio de Janeiro) e do Estado, através do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), pertencente ao Ministério da Agricultura. No Xingu o herói abandona a batina e se torna um indigenista a mais no posto Capitão Vasconcelos. Lá, os índios preparam a festa do *quarup* – que ritualmente pretende trazer os mortos de volta à vida social. Só depois se organiza a ida ao centro geográfico, uma viagem em busca do conhecimento de um Brasil sempre esquivo e irreduzível. É nesse contexto que se aprofunda a relação amorosa entre Nando e Francisca, que em Pernambuco tinha sido a

1 Sobre a noção de “público”, ver Habermas, 1992; Koselleck, 1999; e Taylor, 2004, pp. 83-99.

noiva do ativista Levindo, assassinado em conflito com latifundiários e usineiros. Poucos anos depois o casal de militantes está de volta ao Nordeste, onde trabalha na alfabetização de camponeses e pescadores, quando vêm o golpe, as prisões, a tortura e o beco sem saída, que leva Francisca para o exílio e empurra Nando para a clandestinidade e a luta armada, depois de retomar em sua comunidade o *quarup* dos índios, com a celebração dos dez anos do sacrifício de Levindo.

Onde estaria o personagem, se fosse real, quando o romance chegou às livrarias? O ano de 1967 se iniciara com a rejeição de eleições diretas pelo Congresso e a imposição de uma nova constituição. Esta vinha abrir um marco de legalidade postiça para o regime ditatorial. Entre suas disposições, várias hoje parecem preparar o formigueiro da nação para os abusos do AI-5 e das emendas introduzidas em 1969: eleições presidenciais indiretas, restrições ao direito de greve e à liberdade de expressão, ampliação da justiça militar, ênfase no tema da “segurança nacional”. Com tais sinais de fortalecimento da “linha dura”, tomou posse da Presidência da República, em março, o ministro da Guerra do governo anterior, Artur da Costa e Silva. Tinha sido eleito indiretamente pelo Congresso (com abstenção de toda a bancada da oposição), depois de ser elevado à patente máxima de marechal do Exército (Cf. Lemos, 2001).

Callado era então um dos jornalistas mais reconhecidos do país, ex-redator-chefe do *Correio da Manhã* e editorialista do *Jornal do Brasil*, com passagens pela BBC de Londres e pelo Serviço Brasileiro da Radio-Diffusion Française, em Paris. Estava associado à esquerda desde muito cedo, e grande parte da ficção elaborada em *Quarup* se ligava diretamente à anterior atividade jornalística do autor. Sobretudo à sua cobertura, em 1952, da expedição às cabeceiras do rio Xingu patrocinada pelos Diários Associados e liderada pelo sertanista Orlando Villas Boas, à procura da ossada do explorador inglês Percy H. Fawcett, que desaparecera na região em 1925. Foi o primeiro contato direto do escritor com índios (de várias tribos) e com a região xingwana, o qual resultaria no livro-reportagem *O esqueleto na lagoa verde* (Callado, 1953). Pouco depois, em 1958, ele voltaria ao local do futuro parque indígena acompanhando o grupo integrado por Aldous Huxley e Elizabeth Bishop (Cf. Arruda Callado, 2012, p. 13).

Também marcou a ficção de *Quarup* uma polêmica série de reportagens de Callado sobre a desapropriação do Engenho Galileia, em Pernambuco, publicada pelo *Correio da Manhã* em 1959 e em livro no ano seguinte. Desse modo o repórter contribuiu decisivamente para dar notoriedade em âmbito nacional para a atuação no Nordeste das Ligas Camponesas e seu líder, Francisco Julião (Callado, 1960). Outras reportagens de grande impacto saíram no *Jornal do Brasil*, em 1963, acerca das reformas socializantes introduzidas pelo novo governador pernambucano, Miguel Arraes, e do envolvimento da ala “progressista” da

Igreja católica; a série tinha chegado às livrarias poucos meses depois do golpe de 1964, que levava Arraes à prisão e, depois, ao exílio (Callado, 1964). O repórter também trazia no currículo um par de romances (Callado, 1954 e 1957) e algumas peças de teatro, sendo mais conhecida a que estreara em 1957, *Pedro Mico*, dirigida por Paulo Francis para o Teatro Nacional de Comédia, em que a cenografia de Oscar Niemeyer representava a favela onde vivia o herói – um revolucionário negro, espécie de novo Zumbi (Callado, 1957a).

Os antecedentes jornalísticos ajudam a entender o plano e alguns elementos de *Quarup*, embora de jeito nenhum o “expliquem”, já que a parte da imaginação não se deixa subordinar ao material colhido em campo.<sup>2</sup> Entretanto, se desejamos compreender também o fenômeno histórico do romance, em sua primeira recepção, faltaria assinalar o papel de intelectual público (se não for redundante a expressão) que tanto o escritor quanto o jornalista desempenhavam no período. Um antecedente significativo para isso foi o episódio dos “Oito do Glória” – uma das primeiras manifestações contra os abusos do regime militar. No dia 17 de novembro de 1965, no Rio de Janeiro, seria aberta a 2ª Conferência Extraordinária da Organização dos Estados Americanos (OEA), sediada no Hotel Glória, com a presença do Marechal Castelo Branco, que então ocupava o cargo de presidente da República. Do lado de fora, uma faixa saudava os participantes estrangeiros com os dizeres: “*Bienvenidos a nuestra dictadura*”. Os oito manifestantes foram imediatamente presos: dois jornalistas e escritores (Callado e Carlos Heitor Cony), um poeta (Thiago de Mello), três cineastas (Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade e Mário Carneiro), um diretor teatral (Flávio Rangel) e um diplomata (Jaime de Azevedo Rodrigues).<sup>3</sup>

Callado e seus companheiros foram levados para o quartel da Polícia do Exército (PE), na rua Barão de Mesquita, no Maracanã, onde permaneceram encarcerados por quase um mês. A repercussão negativa na imprensa, dentro e fora do Brasil, contribuiu para que fossem finalmente postos em liberdade – mas sobretudo demonstrou a existência de um elo público entre o jornalismo, a literatura e outras artes. Desse âmbito alargado da cultura se poderia esperar uma palavra de intervenção.

Nessa zona de interseção social se gerou a forte expectativa causada pelas primeiras notas saídas em jornais do Rio sobre o novo romance que Callado

2 Ver, sobre a complexidade das relações entre reportagem e ficção na obra de Callado, Arrigucci Jr., 1997. O que diz Alexandre Nodari (2008, p. 9) sobre o “silenciamento simbólico” dos indígenas em Quarup – supostamente submetidos a “simplificação” devida a “ausência de qualquer pesquisa aprofundada (para não dizer interesse)” – é o exato oposto da verdade.

3 Ver, sobre o episódio, o depoimento prestado pelo próprio Callado, em Ridenti, 2016, pp. 104-106. Ver também Arruda Callado, 2012, p. 12.

lançaria em breve.<sup>4</sup> Em fins de junho de 1967 o livro estava nas livrarias, publicado pela Civilização Brasileira, a editora de Ênio Silveira, cuja sede muito a propósito ficava numa rua chamada Sete de Setembro, no centro do Rio. Na época, era a casa editorial mais associada à esquerda – e em seu próprio nome denotava um vínculo estreito com o projeto modernista que vinha da década de 1920. Em 4 de julho, o “Panorama das Letras”, do *Jornal do Brasil*, informava que a publicação recebia “grande aceitação do público”. No mesmo diário, a 18 desse mês, a coluna “Informe JB” registrou um fato raro:

Ontem, no botequim do Lili, era proibido falar. Estavam todos lendo *Quarup*, de Antonio Callado. O livro exige concentração.

Desse modo, a primeira tiragem não demorou a se esgotar. Em dezembro de 1967 já estava distribuída a segunda – e a terceira saiu emblematicamente em maio de 1968. Cada leva chegava à marca de dez mil exemplares, e não espanta a constatação feita anos depois de que *Quarup* foi o livro mais vendido no Brasil durante a década de 1960 (Cf. Cortina, 2006, p. 105). “Muita gente não leu”, disse uma colunista do “Caderno B”, do *Jornal do Brasil* de 17 de abril, sobre *Quarup*. “Mas porque ficou na moda todo mundo fala dele como se tivesse lido”.

1968 começou embalado pela estória de Nando e Francisca, que era também a narrativa alegórica do amor (difícil) da intelectualidade pela pátria – e do apelo ao sacrifício por esta. Na moda, na praia, nos botequins, nos jornais, a presença de *Quarup* significava bem mais do que um evento literário. Nesse período a opinião pública se abriu amplamente para o tema da luta armada como alternativa política, à medida que se espalhava também a notícia de que a tortura era praticada nos porões da ditadura.

*Quarup* foi uma das três obras que tiveram papel fundamental nesse sentido. As outras duas foram o filme *Terra em transe*, de Glauber Rocha, e outro romance, *Pessach: a travessia*, de Carlos Heitor Cony. Coincidentemente, as três tiveram trechos importantes escritos na mesma cela da PE, depois da prisão dos “Oito do Glória” (Cf. Kushnir, 2000, p. 232).<sup>5</sup> Em todas, no fim, o herói termina com uma arma na mão. Como Nando, o poeta e jornalista Paulo Martins (interpretado por Jardel Filho) também se vê sem outra saída, na alegórica República de Eldorado glauberiana. Mais resistente a uma atitude

4 A nota mais antiga que encontrei, em pesquisa na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>) data de 31 de dezembro de 1966, da coluna de Valdemar Cavalcanti em *O Jornal*: “Antonio Callado com romance novo, pronto para o prelo: *Quarup*”.

5 Ver também os depoimentos de Callado (1993) e Cony (1993) a respeito.



de participação, o escritor Paulo Simões, de *Pessach*, será progressivamente arrastado para a guerrilha (Cony, 1967).

*Terra em transe* estava proibido em todo o território nacional quando foi exibido no Festival de Cannes e venceu o Prêmio da Crítica Internacional, em maio de 1967. Nesse mês, *Pessach* começou a ser distribuído. Na sua coluna no “Caderno B”, o cronista José Carlos Oliveira, que era um dos mais lidos do país, contou que Cony já tinha percebido “uma semelhança estrutural e ideológica entre o seu livro, o filme *Terra em transe* e o romance *Quarup*, de Antonio Callado, ainda inédito”. Essa afinidade era o salto participativo:

Da mesma forma como a juventude aderiu a Glauber Rocha e a Nelson Pereira dos Santos, Cony atrairá os melhores dentre nós – aqueles para os quais escrever, por exemplo, não é um luxo que conduz à Academia, e sim uma arma com a qual podemos lutar contra os inimigos do homem (Oliveira, 1967a).

Callado não divergia desse posicionamento, como deixou claro em “orelha” que redigiu para a reimpressão de um romance anterior de Cony, lançada em 1968 pela Civilização Brasileira: para ele, *Pessach* era “um divisor de águas na obra e (...) na vida” do autor. Por quê? A resposta era simples: “É seu primeiro livro de autor engajado na luta revolucionária de seu tempo” (Callado, 1968). O breve trecho indica a retomada de uma herança importante do romantismo, de valor existencial: a politização da estética também engajava a obra e a vida, como coisas indissociáveis.

A expectativa de que a escrita (ou a cinematografia) atuasse como arma na mão foi a marca mais específica do momento de *Terra em transe*, *Pessach* e *Quarup*, tanto do ponto de vista da criação quanto na linha de chegada: a leitura passara à ação. A esse respeito, o sisudo “Informe JB” de 30 de junho – quando o romance de Callado mal saíra dos prelos – permitiu-se uma ironia: “Ler *Quarup* é indispensável, para estar bem com a civilização brasileira”. O nome da editora já indicava a “causa” a perseguir.

Contudo, enquanto a repressão atacava duramente os movimentos sociais, na esfera pública ainda se dispunha de alguma liberdade, antes do AI-5. Em 1967, a luta armada era objeto de debate aberto. No início do ano tinha sido publicado em Paris o libelo de Régis Debray, que não deixou de ecoar no Brasil: *Révolution dans la révolution?* – indagava o título, antes de explicitar o assunto: *Lutte armée et lutte politique en Amérique Latine em 1966* (Debray, 1967). Na capa, o livro exibia os retratos de Fidel Castro e Ernesto “Che” Guevara. O postulado principal, a partir de discussões com os líderes da revolução cubana de 1959, era o chamado “foquismo”: a organização de focos de vanguarda revolucionária por toda parte, em âmbito internacional, a fim de despertar as

massas em cada país e assim enfraquecer o imperialismo das potências do Primeiro Mundo.

O próprio Callado fez a resenha, para o “Suplemento do Livro”, do *Jornal do Brasil* de 17 de junho. “Debray é o primeiro filósofo armado”, afirma. E observa como a doutrina do autor alterava a relação entre os partidos e os movimentos revolucionários:

Debray prega a guerrilha como a guerra que há de libertar a América Latina, talvez sem o Partido Comunista, talvez quase a despeito ou contra ele. Debray não parte da ideia de uma revolução. Parte dela, da guerrilha. A guerrilha é que gerará a revolução e o Partido (Callado, 1967a).

Junto ao texto, diagramada acima de uma fotografia do ativista francês, uma nota informava que o resenhista estava com “um livro novo quase nas livrarias”, no qual se avistava “um Brasil em que as cidades, o interior, os indígenas se encontram nos seus diferentes planos de vida e de crença”.

No âmbito da literatura e das artes, a contraparte do chamado às armas era a adoção de uma estética de participação, que pretendia livrar o refinamento artístico de seu vínculo tradicional com as classes dominantes, solidarizando-o, supostamente, com o ponto de vista e os interesses das camadas oprimidas pela ordem burguesa. Do ângulo particular do escritor e do artista, tratava-se de compreender, antes de mais nada, a “situação” do sujeito. “O homem não é mais que uma situação” (Sartre, 1945, p. 27), escreve Jean-Paul Sartre, que nessa época era um filósofo especialmente próximo da esquerda latino-americana, sobretudo por seu alinhamento às lutas anticolonialistas e sua tomada de posição a favor da Revolução Cubana, em 1959. À frente da revista internacionalista *Les Temps Modernes*, editada na França, Sartre formulou o conceito mais acatado de “engajamento” nas artes. Para ele, o artista não tem a liberdade de não fazer uma escolha política: “Ele está engajado. É preciso apostar. A abstenção é uma escolha” (*idem*, p. 28). Aquele que pensa abraçar o absenteísmo apenas permite o próprio engajamento na ordem dominante.

Tal era o contexto intelectual e político imediato de *Quarup*. Reflexos do debate sobre a luta armada bailavam nos paratextos da primeira edição. Na capa de Marius Lauritzen Bern, uma seta vermelha atingia em cheio o círculo branco que se destacava sobre o fundo preto. O texto de quarta capa, já citado, recorria à linguagem do sacrifício diante de uma crise que atingia “de maneira peculiar a cada um de nós, mas que de todos – inocentes ou culpados, atores ou

espectadores – exige o pagamento de amargo quinhão”.<sup>6</sup> A “orelha”, assinada pelo jornalista e crítico literário Franklin de Oliveira, ressaltava o valor ético do romance, “a par de sua importância estética”:

Das páginas deste romance sairá outro tipo de Homem Brasileiro, mais aderido à vida, mais sensível à sua límpida grandeza, tão magna é a revolução que ele deflagará em nossa consciência (Oliveira, 1967).

A magnitude das expectativas punha o romance em posição privilegiada, no debate contemporâneo. Com ele se atingia o ápice da escalada de interesse público pelo engajamento, às vésperas de 1968. Se *Terra em transe* optava pelo esquema alegórico e *Pessach* se restringia ao ponto de vista individual, narrado em primeira pessoa, *Quarup* se apresentava como o “romance nacional” por excelência: aberto em perspectiva épica, num plano que cobria desde as origens ameríndias até o horizonte futuro prometido pela luta armada. “Sua estória é a história presente do Brasil” – como dizia a “orelha”.

Ficou famoso o vaticínio de Franklin de Oliveira: “*Quarup* representará para a literatura brasileira, no decênio de 60, o mesmo impacto que, na década de 50, importou *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa” (Oliveira, 1967). Por uma coincidência triste, o criador de Riobaldo viria a morrer a 19 de novembro, de enfarte, alguns meses depois do lançamento de *Quarup*. Mas não sem antes, a 13 de agosto, enviar a Callado um bilhete registrando suas impressões:

Acabei de ler. Primeira leitura. O detalhe, o pormenor. A gente para. (...) E está cheio de frases, de pensamentos importantes, metidos em parágrafos de ação, de movimento. Muitas vezes passei por eles. E pulei para trás. Coisas sérias e graves. Não só como leitura. Para a vida da gente também. Para guardar. Para meditar. *Quarup* saiu grande na pintura e no desenho, nas minúcias e no todo, em fundo e na superfície. Colosso (*apud* Arruda Callado, 2013, p. 81).

Não sabemos a reação de Callado (que era conhecido pela discrição) às palavras do colega mais velho e mais consagrado. Mas elas deixam claro o sentido de reconhecimento e sanção fraterna, como endosso do missivista, ao terminar a leitura relatada, da profecia que constava da “orelha”.

O aspecto colossal frisado por Guimarães Rosa ainda se materializava no próprio objeto, fisicamente: um volume de quase quinhentas páginas que

6 Para registro, deve constar o fato engraçado de esse texto institucional ser intitulado com os dizeres em latim “*Per ardua ad astra*” (“por árduas vias até os astros”) – que são no Reino Unido o lema da Royal Air Force (RAF), também sugestivo da noção de sacrifício pela elevação da pátria.

o leitor levava para casa por dez cruzeiros novos. Também no peso era “um *senhor-romance*”, como diz Franklin de Oliveira (1967, grifo do autor). Ou “um tijolão”, na observação maliciosa de Millôr Fernandes, em sua coluna, no *Correio da Manhã* de 10 de agosto: “Se fosse gente, seria no mínimo um bispo” (Fernandes, 1967). “Está ali, na minha frente, me olhando, em desafio”, ironiza o humorista, ao confessar que ainda não leu o que todo mundo em volta dele estava lendo. “Quero ver quando é que ele vai arranjar tempo para me enfrentar” (*idem*).

A pressão para a leitura era alta, no meio intelectual mais inclinado à esquerda. As primeiras reações (entusiásticas) começaram a ser divulgadas dias apenas depois da publicação. A 8 de julho o “Informe JB” já repercutia as opiniões do “médico e escritor” Hélio Pelegrino – para quem *Quarup* seria para a literatura brasileira o que *Guerra e paz*, de Tolstói, era para a russa – e do “crítico” Leandro Konder – “um livro que marcará época”. Eneida de Moraes, no seu “Encontro Matinal” do *Diário de Notícias*, fez uma resenha curta, a 15 de julho; ex-militante do PCB, espinafrou os personagens comunistas, mas não destoou da exaltação: era “um grande e belo romance, que precisa e merece ser lido” (Moraes, 1967). Até o *Jornal dos Sports* aderiu ao coro, a 4 de agosto (dia de Fla x Flu pela Taça Guanabara), com uma ampla matéria no seu suplemento “Cultura JS”, incluindo um trecho do romance em primeira mão.

Um ponto de vista moderado sobre *Quarup* saiu na página de opinião do *Jornal do Brasil* de 4 de setembro, na coluna semanal de Barbosa Lima Sobrinho. Para ele, o livro surgia “como a confiança de uma geração que já não sabe como reagir, ou sobreviver, em face de uma realidade que a esmaga” (Lima Sobrinho, 1967). De fato, o encurralamento amargo e impiedoso antecede a decisão de pegar em armas, nas três obras que marcaram o ano. De outra forma não parece possível a Paulo Martins, Paulo Simões e Nando/Levindo vencer a perplexidade diante das circunstâncias políticas e das injustiças estruturais que vêm a confrontar. É como se a intelectualidade não estivesse preparada para uma reação, no momento “da crise que mais demoniacamente já feriu o Brasil” (Oliveira, 1967).

Entretanto, antes que pudessem ver em *Quarup* um “romance de formação” ou “de educação”, nos moldes germânicos do *Bildungsroman*, Callado marcou o desfecho com a ideia oposta. Nas últimas linhas da narrativa, o ex-padre, ex-sertanista e ex-intelectual penetra armado no sertão, acompanhando um guerrilheiro do povo:

Nando já a cavalo mal ouvia Manuel Tropeiro. Sentia que vinha vindo a grande visão. Sua deseducação estava completa (Callado, 2014, p. 554).

A continuação revela o substrato alegórico, subjacente ao traço realista, de maneira que o herói possa resumir a intelectualidade, enquanto sua amada – sempre esquivada, e agora exilada – fique simbolicamente assimilada à própria pátria:

O ar da noite era um escuro éter. A sela do cavalo um alto pico. Da sela, Nando abrangia a Mata, o Agreste e sentia na cara o sopro do fim da terra saindo das furnas de rocha quente. E viu: aquele mundo todo com sua cana, suas gentes e seus gados era Francisca molhando os pés na praia e de cabelos ardendo no Sertão (*idem*).

As iniciais maiúsculas – a Mata, o Agreste, Francisca, o Sertão – vêm cumprir a fusão simbólica entre a particularidade dos personagens e seu aspecto alegórico, mais amplo. Para essa realidade é que Nando precisou “deseducar-se”, desprendendo-se de uma formação artificial que o impedia de alcançá-la.

O próprio Callado, entrevistado dias depois do lançamento de *Quarup* pela “Página Literária” do *Diário de Notícias*, frisou justamente essa problemática. “O livro, de certa forma, é uma tentativa para que os brasileiros ingressem no século XX”, disse o escritor. O entrevistador o interrompeu: “De que maneira? Educando-se?” E a resposta veio imediata:

Principalmente deseducando-se. O brasileiro vive num ambiente de falsa cultura, de uma cultura extravagante e que desconhece a realidade do país. É preciso alfabetizar as massas e deseducar as elites (Callado, 1967b).

O escritor sublinhava desse modo exatamente a missão de Francisca, alfabetizadora de camponeses e pescadores, e o destino de Nando. Não demorou a revelar que o título provisório do romance era “A deseducação de Nando”.<sup>7</sup> E, entrevistado também pelo *Jornal do Brasil*, em agosto, procurou afastar-se do modelo clássico:

Os alemães fazem romance de educação, onde os personagens são mostrados nas diversas etapas de sua formação cultural. Callado afirma que fez “um romance de deseducação”. Seu personagem Nando parte de uma concepção de mundo barroca, sofisticada, e vai despojando-se dela em busca de um contato mais direto com a realidade (“Caderno B”, 1967).

Sem malcriação não se alcançaria a dignidade humana, no Brasil herdeiro do genocídio dos índios, da escravização dos africanos e seus descendentes, da espoliação dos camponeses e de tantas outras injustiças. No *Bildungsroman*

7 O tema da “deseducação” foi justamente a tônica do artigo de Ferreira Gullar sobre *Quarup*, publicado na *Revista da Civilização Brasileira* (Gullar, 1967).

invertido de Callado, o herói “se deseduca” até estar pronto para o enfrentamento – no caso, armado – da realidade. São anos de “desaprendizado”: a narrativa de *Quarup* não aspira ao teor “espiritual” ou metafísico que caracteriza o romance de formação. Trata-se da politização da consciência, formadora de “outro tipo de Homem Brasileiro”. As iniciais maiúsculas, porém, traem a infiltração do materialismo: elevado acima de si mesmo e da realidade que o circunda, ele já pode ir em busca de sua meta política – pela qual está pronto a “pagar seu quinhão”.

Essa elevação foi o que mais impressionou o público na primeira recepção de *Quarup*. Callado conduz a estória de Nando de maneira a transformá-lo – em termos sartreanos – num “centro de indeterminação irredutível” (Sartre, 1945, p. 26). A “deseducação” libera-o para autodeterminar-se, conforme uma tomada de consciência que lhe aponte as próprias escolhas. Ele contrasta assim com Fontoura, o sertanista desencantado, entregue à malária e ao álcool, incapaz de suportar a própria consciência trágica que tem a respeito do destino dos índios que deseja proteger. Para este, se houvesse parque indígena, seria melhor cercá-lo inteiro de arame farpado: “Eletrificado. Contra o Brasil” (Callado, 2013, p. 148). Seu grande feito foi descobrir o imenso formigueiro no centro geográfico, onde chegará doente e cairá morto – em página antológica da literatura brasileira:

Fontoura se levantou, mas pesado, muito mais pesado do que antes. Francisca esfregou a cara e o pescoço de Fontoura negros de saúvas, passou a mão no próprio rosto, arrastou Fontoura para fora do formigueiro que agora fervia com um fogo negro-fulvo de cabeças e ferrões. Fontoura caiu sem sentidos e Francisca o agarrou pelos sovacos, arrastou-o por cima de milhões de formigas, arrastou-o com um esforço bruto até não saber mais se o arrastava ou se eram seus próprios braços que alguém puxava pelas mãos, se não eram as saúvas que a chupavam com seu fardo para dentro do caldeirão borbulhante. Depois o tranco nas costas, a escuridão. Nando encontrou Francisca sem sentidos contra um tronco de árvore, sentada. Entre suas pernas, aninhado no seu ventre, Fontoura como se tivesse acabado de nascer dela. Só que estava morto (Callado, 2013, p. 350).

A imagem lembra uma *Pietà* precarizada: a pátria mal pode sustentar o fardo de seu filho desperdiçado. Chegando ao fim o leitor saberá que, ao testemunhá-la, Nando cumpria uma etapa de sua “deseducação”. Da mesma forma – assim esperaria o autor – podia ir o leitor brasileiro desvencilhando-se do seu próprio modo convencional de (des)conhecer o Brasil. Callado ainda acena para os precursores de sua tentativa de abarcar o país com a literatura, mais claramente para o Mário de Andrade de *Macunaíma*, pelo famoso ditado: “Pouca saúde e muita saúva, os males do Brasil são” (Andrade, 1988, p. 69).<sup>8</sup>

Aludindo ao mesmo bordão ele se distancia, com Mário de Andrade, de um discurso médico-sanitarista a respeito do Brasil e da sociedade brasileira – assim como Nando se distancia de Ramiro, que ecoa sarcasticamente a frase famosa do Dr. Miguel Pereira, para quem “o Brasil é ainda um imenso hospital” (Callado, 2013, p. 118).<sup>9</sup> Ramiro é um intelectual de gabinete, de formação à francesa e herdeiro de uma farmácia anacrônica, que apenas por conexões sociais chega ao cargo de chefe do SNI; no Xingu, ele será o mais perplexo e talvez o mais estrangeiro de todos os expedicionários.

Por fim, entre a galeria de personagens representativos da intelectualidade brasileira que interferem no destino de Nando, não tem menor importância o repulsivo Coronel Ibiratinga, dublê de torturador católico e intérprete do Brasil, que frivolamente declara ao herói prisioneiro: “Meu inquérito é sobre a alma do Brasil” (Callado, 2013, p. 418) – antes de enviá-lo aos porões. A frase é tanto mais perturbadora por coincidir com a meta de Nando (e do próprio romance). Com Ibiratinga, o leitor se depara com um intelectual engajado, mesmo que à extrema-direita. Ele não oculta o seu projeto: “O Brasil começa conosco”, diz, justificando a tortura. “Começa agora” (*idem*, p. 438). Em suas mãos, o “deseducando” experimenta mais uma etapa de sua trajetória, crucial.

No fim, cumprido o périplo e assimilada a experiência, valem para Nando as palavras do teórico do engajamento:

Tal é o homem que concebemos: o homem total. Totalmente engajado e totalmente livre. É, no entanto, esse homem livre que se precisa *liberar*, alargando suas possibilidades de escolha (Sartre, 1945, p. 28, grifo do autor).

*Quarup* pretendia contribuir para essa liberação, no momento de sua primeira publicação. O engajamento de Nando na luta armada contra o regime militar supostamente correspondia ao do escritor, com suas armas próprias, pela mesma causa. No entanto, a suposição de uma “liberdade total” não implicava necessariamente a garantia do êxito: “uma serpente de ouro em relva escura” – dizem as últimas palavras do romance. Era como Nando via “o fagulhar ligeiro entre as patas do cavalo” (Callado, 2013, p. 555). A esperança precisaria avançar em meio à treva.

A ambivalência do romance, menos reconhecida em sua primeira recepção do que a médio e longo prazo, tem a ver com a cerrada crítica à intelectualidade, por um lado, e por outro com a virulência da repressão, retratada no capítulo 5 (“A palavra”). Esta só passaria a ser conhecida mais de perto depois do AI-5 –

9 Ver, sobre o discurso médico-sanitarista na “interpretação do Brasil”, Lima & Hochman, 2000.

e para o público em geral ainda mais tarde, com a abertura e o fim do regime militar, nos anos 1980. Inicialmente, o romance assumiu o valor de um apelo, e foi avidamente procurado como alternativa de saída para a sensação geral de impasse.

Enquanto isso, o ano de 1968 – radical, contracultural, antissistêmico – levaria adiante para toda uma geração o projeto de “deseducação” da esfera do público no Brasil. Não terá sido pouco relevante o papel de *Quarup*, nessa tarefa.

## Referências

- ANDRADE, M. de. “Macunaíma. O herói sem nenhum caráter”. Edição crítica coordenada por T. P. A. Lopez. Paris, Brasília: Association Archives de la littérature latino-américaine, des Caraïbes et africaine du XX<sup>e</sup> siècle, CNPq, Col. Archives, 1988.
- ARRIGUCCI JR., D. “O sumiço de Fawcett”. In: “Outros achados e perdidos”. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARRUDA CALLADO, A. “Antonio Callado: cadeira 8, ocupante 4”. Rio de Janeiro, São Paulo: Academia Brasileira de Letras, Imprensa Oficial, Série Essencial, 2012.
- ARRUDA CALLADO, A. (ed.). “Antonio Callado: fotobiografia”. Recife: Cepe, 2013.
- DEBRAY, R. “Révolution dans la révolution? Lutte armée et lutte politique en Amérique Latine en 1966”. Paris: Maspero, 1967.
- CADERNO B. “Quarup. A dança do Brasil de hoje”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1967, “Caderno B”, p. 5.
- CALLADO, A. “O esqueleto na lagoa verde. Um ensaio sobre a vida e o sumiço do Coronel Fawcett”. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, 1953.
- \_\_\_\_\_. “Assunção de Salviano”. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- \_\_\_\_\_. “A madona de cedro”. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- \_\_\_\_\_. “Pedro Mico e Colar de coral (teatro)”. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro do Ministério da Educação e Cultura, 1957a.
- \_\_\_\_\_. “Os industriais da seca e os ‘galileus’ de Pernambuco”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- \_\_\_\_\_. “Tempo de Arraes. Padres e comunistas na revolução sem violência”. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.
- \_\_\_\_\_. “Quarup”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- \_\_\_\_\_. “A revolução na revolução?” *Jornal do Brasil*, 17 de junho de 1967a, “Suplemento do Livro”, p. 3.
- \_\_\_\_\_. “Antonio Callado fala sobre ‘Quarup’”. Entrevista. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 23 de julho de 1967b, “2ª Seção”, p. 2.
- \_\_\_\_\_. Texto de “orelha”. In: CONY, C. H. “Matéria de memória”. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. “Dois livros que saíram da prisão”. Folha de S. Paulo, 4 de abril de 1993, “Livros”, p. 11.



- \_\_\_\_\_. "Quarup". 23ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.
- CONY, C. H. "Pessach: a travessia". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- \_\_\_\_\_. "Matéria de memória". 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. "'Quarup' percorre dez anos de história brasileira não-oficial". Folha de S. Paulo, 4 de abril de 1993, "Livros", p. 11.
- CORTINA, A. "Leitor contemporâneo: os livros mais vendidos no Brasil de 1966 a 2004". Tese de livre-docência. Araraquara SP: Unesp, 2006.
- CHIAPPINI, L. "Antonio Callado e os longes da pátria". São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FERNANDES, M. "Vis-à-vis, homem e obra". Correio da Manhã, 10 de agosto de 1967, "2º Caderno", p. 1.
- GULLAR, F. "'Quarup', ou ensaio de deseducação para brasileiro virar gente". *Revista da Civilização Brasileira* 15. Rio de Janeiro, setembro de 1967.
- HABERMAS, J. "The Structural Transformation of the Public Sphere. An Inquiry into a Category of Bourgeois Society". Tradução de T. Burger. Cambridge MA: MIT Press, 1992.
- JARDIM, E. "Tudo em volta está deserto. Encontros com a literatura e a música na época da ditadura". Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.
- KOSELLECK, R. "Crítica e crise". Tradução de L. Villas Bôas. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 1999.
- KUSHNIR, B. "Depor as armas: a travessia de Cony e a censura no Partidão". In: REIS FILHO, D. A. (ed.). "Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX". Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.
- LEMONS, R. "Artur da Costa e Silva". In: ABREU, A. A. de (ed.). "Dicionário histórico-biográfico brasileiro". Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 2001. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-da-costa-e-silva>. (Acessado em 5 de fevereiro de 2020).
- LIMA, N. T., & HOCHMAN, G. "Pouca saúde, muita saúde, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país". *Ciência & Saúde Coletiva* 5, 2, 2000.
- LIMA SOBRINHO, B. "Entre o romance e o jornalismo". *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1967, p. 6.
- MELLO E SOUZA, G. de. "O tupi e o alaúde. Uma interpretação de 'Macunaíma'". 2ª edição. São Paulo: Editora 34, Duas Cidades, 2003.
- MORAES, E. de. "'Quarup'". *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1967, "2ª Seção", p. 3.
- NODARI, A. "Virar o virá, virá o virar". In PENNA, J. C. "O tropo tropicalista". Rio de Janeiro: Circuito/Azogue, 2008, pp. 9-19.
- OLIVEIRA, F. de. Texto de "orelha". In: CALLADO, A. "Quarup". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- OLIVEIRA, J. C. "'Pessach'". *Jornal do Brasil*, "Caderno B". Rio de Janeiro, 9 de junho de 1967a, p. 3.
- RIDENTI, M. "Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV". São Paulo: Unesp, 2016.

SARTRE, J.-P. “Présentation des Temps Modernes” (1945). In: \_\_\_\_\_. “Situations, II. Littérature et engagement”. Paris: Gallimard, 1948.

TAYLOR, C. “Modern Social Imaginaries”. Durham NC: Duke UP, 2004.

VENTURA, Z. “1968, o ano que não terminou”. 3ª edição, revista. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.



# ***AS TRÊS CARAVELAS DE 68***

*Myriam Ávila*

Universidade Federal de Minas Gerais / CNPq

myriavila@gmail.com

**RESUMO** *Em meio às turbulências político-sociais que deram um caráter único ao ano de 1968 no Brasil, um grupo veio balançar toda a cena cultural brasileira, obrigando-a a um rearranjo total, estético e ideológico. Este texto identifica três vertentes artísticas plenamente delineadas em 68: a vanguardista, a populista e a tropicalista, aqui comparadas às três caravelas de Colombo, festejadas numa canção caribenha que Caetano e Gil retomam em versão bilíngue no LP Tropicália. Porém, na mais viva dessas vertentes, a tropicalista, ao contrário da viagem intencionada das caravelas de Colombo, o que está em jogo “não, não é uma estrada, é uma viagem (...) que não tem sul nem norte”, como diz a canção dos Novos Baianos, “Ferro na Boneca”. Hoje, o empreendimento tropicalista nos causa admiração ainda pela disposição de enfrentar pela aposta na criação e na cultura um cenário político que parecia não oferecer nenhuma perspectiva de superação.*

**Palavras-chave** *Tropicália, Caetano Veloso, Gilberto Gil.*

**ABSTRACT** *Amidst the complex political-social turmoil that lent the year of 1968 in Brazil a unique character, a group emerged who shook the whole cultural scene, forcing it to rearrange itself completely, in aesthetic and ideological terms. This text identifies three well outlined artistic trends in 68: the avantgarde, the populist and the tropicalia and compares them to Columbus' three caravels, celebrated in a Caribbean song that Caetano Veloso e Gilberto Gil recorded in that year. Today, Tropicália, as a cultural movement, still inspires us due to the disposition of its young participants to stand up to a political scenario that seemed to offer no perspective of change.*

**Keywords** *Tropicalia, Caetano Veloso, Gilberto Gil.*

O ano de 1968 representa um ponto de inflexão na literatura brasileira, no sentido de que acontece nesse momento uma confluência inédita entre âmbitos diversos da nossa cultura. A conjunção música/poesia já se anunciava há algum tempo e se tornara patente com o ingresso de Vinicius de Moraes no movimento da Bossa Nova, alguns anos antes. Mas, enquanto Vinicius surgia como um dissidente ou desistente da literatura, toda a configuração da poesia brasileira se alterava a partir de novos nomes, de uma nova geração. Depois da consolidação do modernismo, uma série de poetas que haviam começado a produzir nos anos 40 compunha, por volta de 60, um cenário heterogêneo e sem contorno definido que ficou conhecido como geração de 45.

O governo JK, com seu clima de progresso e combate ao atraso, gerava nos artistas mais jovens um ímpeto de vanguardismo que culminou no surgimento de nomes como Hélio Oiticica e Lígia Clark, nas artes visuais, Koellreutter e os representantes da Música Nova, com polos em São Paulo e em Salvador, na música erudita, e, na poesia, os irmãos Campos e Décio Pignatari. O momento político, plenamente democrático, ensejava também um esforço de compreensão profunda da realidade do país e a crítica à desigualdade e injustiça social. Muitos artistas se sentiram chamados a um trabalho de conscientização do chamado povo, fantasmagoria de feição – pelos menos no imaginário dos militantes, ainda eminentemente rural. Os vanguardistas nunca abraçaram essa missão, que tomou a forma, em 1962, de uma organização de origem estudantil denominada Centro Popular de Cultura. O CPC, como é mais conhecido, pretendia assumir uma dicção popular, legítima mas alienada, e infundi-la de caráter político, com o objetivo de mobilizar as massas e despertá-las para a ação revolucionária. Esse movimento, que teve grande ênfase no teatro, ostentou, no âmbito da poesia, como nome de destaque, Ferreira Gullar. Gullar e seus companheiros de Violão de Rua<sup>1</sup> acreditavam no contato direto com entidades populares, como os sindicatos e as ligas campesinas e viam nos meios de comunicação (a televisão fora introduzida no Brasil em 1950) um canal disseminador de ideologia burguesa. Ao contrário, os vanguardistas sentiam-se atraídos pelo apelo visual da propaganda, sua linguagem sintética e paronomástica, portadora, aparentemente, de um hálito de criatividade formal. Décio Pignatari, em especial, engajou-se em projetos publicitários, assim como o artista plástico Waldemar Cordeiro, pioneiro no Brasil na utilização criativa do computador.

1 Segundo Tadeu Paschoal de Paula, “A coletânea de poemas engajados Violão de Rua, organizada pelo Centro Popular de Cultura (CPC), da União Nacional dos Estudantes (UNE), foi publicada ao longo dos anos de 1962 e 1963 e materializa muito das agitações político-ideológicas e estéticas que marcaram a literatura do período.” (2009, Resumo).

Temos, assim, delineadas duas correntes, ambas, vistas de hoje, lideradas por poetas de grande reconhecimento nacional. Uma com sede em São Paulo, outra no Rio. Em São Paulo, os poetas se ligavam à vanguarda musical erudita. No Rio, surgia um dos mais criativos movimentos artísticos a que o Brasil já assistira, tendo como figuras de proa Hélio Oiticica e Lygia Clark, com o qual se identificava o poeta Ferreira Gullar. Mas um terceiro polo insuspeitado gestava um grupo que veio balançar toda a cena cultural brasileira, obrigando-a a um rearranjo total, estético e ideológico.

Salvador era nesse momento não só um celeiro de artistas como um centro de pesquisa musical de base erudito/popular. Ali, na Universidade Federal da Bahia, por obra e graça do visionário reitor Edgard Santos, tinham sido criados os Seminários Livres de Música, reunindo o alemão Hans-Joachim Koellreutter e o suíço Walter Smetak, entre outros. Esses dois músicos de vanguarda não eram jovens: Koellreutter tinha, em 68, cinquenta e cinco anos, e Smetak, cinquenta e sete. O grupo dos músicos eruditos, totalmente comprometidos com a música contemporânea e com o Brasil, atraiu os jovens compositores populares Gilberto Gil, Tom Zé, Caetano Veloso e o multiartista Rogério Duarte. Salvador também ostentava em suas fileiras o cineasta Glauber Rocha, ganhador dos Prêmios de Cannes de 67 e 68.

Nem tudo, porém, era vanguarda em Salvador. Tom Zé, Capinam e Waly Salomão, mesmo se sentindo chamados a participar de experiências formais e a uma atividade artística urbana e cosmopolita, integravam, entre outros, o CPC da Bahia. Conforme o depoimento de Waly, “A gente levava as peças ou na Concha Acústica do teatro Castro Alves de Salvador ou nas favelas nascentes da cidade como no Nordeste de Amaralina. Eu dava aula sobre [as teses sobre] Feuerbach de Marx, fazia palestras na faculdade de Medicina. Organizei também um centro de estudos chamado Antônio Gramsci (CEAG), bem antes de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder traduzirem Gramsci na capital.” (Bressane, 2008, p. 119)

Vemos que as vertentes vanguardista e engajada marcavam o panorama da cultura brasileira nos anos 60, às vezes em confronto, às vezes em aproximações inesperadas. Embora o CPC tenha sido suprimido pela ditadura militar em 1964, seu espírito continuava, em 68, a pautar a atividade de muitos artistas – principalmente os da palavra. A força da música e da atuação cênica na tentativa de levar a consciência revolucionária ao “povo” continuou impulsionando a cena cultural. Depois da sequência dos musicais do Arena, *Zumbi*, *Tiradentes* e *Bahia*, sobe ao palco em 1968 o *Roda Viva*, de Chico Buarque, atraindo violenta reação do Comando de Caça aos Comunistas, que depredou o teatro e espancou o elenco. A música popular encontra, por outro lado, um espaço

relativamente protegido nos festivais da canção, entre os quais o da Record, que tinha perfil mais político. Ali também se evidenciou a dicotomia entre o que se chamava na época “canção de protesto” e as primeiras manifestações do tropicalismo, em 1967, gerando a polêmica sobre o uso da guitarra elétrica – vista como americanizada e, portanto, como influência imperialista. Quando Caetano Veloso ensaia uma dicção politizada, com “É proibido proibir”, no Festival da Canção da TV Globo em 1968, a reação do público diante da tentativa de inserção do político na vanguarda é de rejeição imediata e violenta<sup>2</sup>. O lp *Tropicália* tinha sido lançado um mês antes, com uma pegada inusitada dentro do panorama dominado pelo samba-canção e pela marcha-rancho. Energia, ritmo, incorporação do brega de Vicente Celestino (aliás, falecido justamente em 68), humor e imagens cheias de cor e impacto marcavam esse empreendimento coletivo. Gilberto Gil resumia a multiplicidade de elementos na expressão “geleia geral”. Também em 68, foi lançado o quarto lp de Chico Buarque, este mais lento, em parte trabalhando o tema da vida amorosa e da subjetividade e em parte buscando a simplicidade formal que os cepecistas acreditavam ser a mais palatável para o gosto do povo.

Abriçando as duas tendências – e quase sem lugar para as canções de tipo mais tradicional – os festivais da canção atraem os olhares de um público inusitadamente amplo, em cadeia nacional, comprovando a preponderância da música popular no cenário cultural dos primeiros anos da ditadura militar.

Temos, então, três vertentes artísticas plenamente delineadas em 68: a vanguardista, a populista e a tropicalista. Ocorre-me aqui compará-las às três caravelas de Colombo, festejadas numa canção caribenha que Caetano e Gil retomam em versão bilíngue no lp *Tropicália*<sup>3</sup>:

Un navegante atrevido  
 Salió de Palos un día  
 Iba con tres carabelas  
 La Pinta, la Niña y la Santa María  
 Hacia la tierra cubana  
 Con toda su valentía  
 Fue con las tres carabelas  
 La Pinta, la Niña y la Santa María

2 Temos de levar em conta aqui a diferença entre o público da Record, uma emissora menos poderosa, e o da Globo, já então em consenso tácito com o poder.

3 *Três Caravelas (Las Tres Carabelas)*, **composição de** E. Moreu-A. Algerô Jr., versão de João de Barro.

Muita coisa sucedeu  
 Daquele tempo pra cá  
 O Brasil aconteceu  
 É o maior, que que há?!  
 Um navegante atrevido  
 Saiu de Palos um dia  
 Vinha com três caravelas  
 A Pinta, a Nina e a Santa Maria  
 Em terras americanas  
 Saltou feliz certo dia  
 Vinha com três caravelas  
 A Pinta, a Nina e a Santa Maria  
 Mira, tú, que cosas pasan  
 Que algunos años después  
 En esta tierra cubana  
 Yo encontré a mí querer  
 Viva el señor don Cristóban  
 Que viva la patria mía  
 Vivan las tres carabelas  
 La Pinta, la Niña y la Santa María  
 Viva Cristóvão Colombo  
 Que para nossa alegria  
 Veio com três caravelas  
 A Pinta, a Nina e a Santa Maria (Veloso *et alii*, 1968)

A opção por um mambo, ritmo contagiante e alegre, com uma menção a uma Cuba feliz, é bem representativa da postura anarcopolítica dos tropicalistas. Parafraseando Nietzsche, eles só acreditariam em uma revolução que soubesse dançar.

Na frota de Colombo, Santa Maria, Pinta e Nina eram de formato e tamanho diferentes. Mas sua função e importância mudam durante a viagem: “Após o encalhe e naufrágio da ‘Santa Maria’, no Natal de 1492, a ‘Nina’ se converteu na capitânia da expedição, porquanto a ‘Pinta’ *explorava* há várias semanas *outros lugares por conta própria*. A bordo da ‘Nina’, Colombo regressou à Europa [grifos meus].”<sup>4</sup> A independente Pinta, “considerada por alguns especialistas a melhor e mais rápida embarcação da expedição”<sup>5</sup> (EQUIPE Museu Marítimo,

4 Disponível em: <<https://www.museumaritimo.com.br/single-post/2016/1/4/Tr%C3%AAs-naus-e-um-destino>>

5 Disponível em: <<https://www.museumaritimo.com.br/single-post/2016/1/4/Tr%C3%AAs-naus-e-um-destino>>

2016 [Online]) acabou, por sua habilidade de driblar uma tempestade, sendo a primeira a chegar ao reino espanhol para comunicar as novas da descoberta. Se pensarmos na dominância tradicional da cultura letrada e nas duas posturas artísticas que a caracterizam nos anos 60, a “discursiva”, como se dizia na época, para a qual o fulcro temático se sobrepunha a efeitos puramente formais, e a que privilegiava os meios de expressão sobre os sentidos preestabelecidos, ambas, entretanto, gozando do estatuto da grande arte ou da grande literatura, podemos associá-las às naus capitânicas da cultura. Se a corrente cepecista, mais “pesada”, mais comprometida com uma posição ideológica, pode ser vista, nessa metáfora que estabeleço, como a Santa Maria – que acaba por encalhar –, a corrente vanguardista, ao alcançar uma visibilidade impar nas três artes (literatura, música e artes visuais), não deixa de ter seu momento de comando. Enquanto isso, a Pinta – na nossa metáfora, o tropicalismo da música popular – explora por conta própria caminhos não previstos pela crítica, o que, no fim das contas, lhe permite chegar primeiro ao público com descobertas estéticas de um novo tempo.

A ideia da descoberta, das caravelas, que já aparecia nos manifestos do modernismo, se atualiza em direção contrária nos anos 60: passamos a ser descobridores ou lançadores de moda, para lembrarmos um termo de Ezra Pound: o concretismo nasce antes aqui do que em outras partes do mundo e a música popular, já exportada com sucesso em forma de Bossa Nova, leva adiante, em outra clave, o casamento perfeito entre inovação rítmica e poética. No Brasil, em lugar da nostálgica volta às raízes, à feição do movimento *hippie* americano, tomava-se de assalto a paisagem urbana com todas as suas contradições e toda a sua energia explosiva.

A metáfora marítima prenunciada pela gravação do mambo cubano no lp *Tropicália* prospera nos anos seguintes. Recuando em termos de confronto político, os tropicalistas não abrem mão do novo, do inusitado, do chocante e do delírio, em meio a uma atmosfera cinzenta e ameaçadora. O fenômeno da explosão da então chamada “imprensa nanica” – cujos netos são os *blogs* de hoje, incluiu, entre outras, a efêmera revista *Navilouca*. Capitaneada por Waly Salomão e Torquato Neto, que acabou morrendo antes do lançamento, a revista colorida e nada *clean*<sup>6</sup> já se anunciava como edição única. A colagem da capa era um *trailer* (como se dizia na época – hoje, *teaser*), da mistura de gente muito jovem com gente nem tão jovem, populares e vanguardistas eruditos, de baianos, paulistas e cariocas cujas poéticas nem sempre se harmonizavam: os poetas

6 A revista pode ser baixada no link <[https://monoskop.org/images/b/b2/Navilouca\\_1974.pdf](https://monoskop.org/images/b/b2/Navilouca_1974.pdf)>



concretistas conviviam ali com representantes da geração mimeógrafo e com a pouco depois legendária Lygia Clark, um dos maiores nomes do neoconcretismo, que rompera com o grupo paulista no início da década. A revista foi lançada já na década de 70, impulsionada, por incrível que pareça, pela necessidade de sobrevivência cultural – ou contracultural – nos anos de chumbo em que o AI-5 nos lançara, em dezembro de 1968. Depois de um ano meio morto, o de 69, marcado por prisões e tortura, não de guerrilheiros somente, mas de intelectuais e profissionais da cultura, a década de 70 emergiu com um grande investimento de vida por parte da geração que alcançava a maioria a essa altura. Desprezo pelo consumo, pelos costumes burgueses, valorização da vida comunitária e das drogas não manipuladas quimicamente, da descontração, da espontaneidade e da alegria – se o clima “alto astral” da juventude não era resultado de uma capitulação diante do *Brasil pra frente* da ditadura, atraía, entretanto, as críticas dos engajados, que ali viam apenas escapismo.

O comandante da ‘operação navilouca’, Waly, antigo militante do CPC junto com os amigos Torquato e Tom Zé, foi preso alguns anos depois do seu período de militância, não em decorrência de ação política, mas por ter sido flagrado fumando maconha. Passou menos de um mês preso no Carandiru e teve o processo contra ele anulado. Mas a experiência na detenção lhe rendeu um texto que a princípio se chamou *Apontamentos do Pav 2* e a criação do pseudônimo Sailormoon, por paronomásia a Salomão – mais tarde retraduzido por ele mesmo como Marujeiro da Lua. Ao contrário do que diz a letra de “La Bamba” (“yo no soy mariñero, soy capitán...”), o timoneiro da navilouca dispensava a patente para se colocar como um simples marujo, embora de uma nave lunar. Pois, ao contrário da viagem intencionada das caravelas de Colombo, em 1970, o ano do revide desejante da arte brasileira, o que está em jogo “não, não é uma estrada, é uma viagem” (proporcionada pela marijuana, muitas vezes, diga-se de passagem), “que não tem sul nem norte”, como diz a canção dos Novos Baianos, “Ferro na boneca”.

Waly Sailormoon, tendo se descoberto como escritor, mostrou o manuscrito para todo mundo que conhecia, sem despertar interesse. Finalmente, o artista Hélio Oiticica, ainda não residente em Nova York, “levou o texto a sério e [...] por conta própria sentou na prancheta e fez uma diagramação especialíssima para o texto que mais tarde foi apreendida pela polícia na casa de Rogério Duarte”. Contendo uma menção – até uma vontade de filiação – a *Recordações da Casa dos Mortos*, de Dostoiévski, o texto custou a ser reconhecido como obra literária, mesmo depois de sua publicação no livro *Me segura que eu vou dar um troço*.

A propensão marítima de Sailormoon aparece outra vez na canção “Vapor Barato”, em parceria com Jards Macalé. Com os versos “eu vou descendo por todas as ruas/ E vou tomar aquele velho navio”, a canção, quase um hino dos anos 70, como propõe Walter Salles em *Terra estrangeira*, se torna uma espécie de “olha, aqui tá todo mundo muito vivo”<sup>7</sup>. A viagem afirmava-se aí como o grande significante da geração ditadura, mas sem se reduzir, apesar de ser também um corolário das drogas *hippies*, ao escapismo denunciado pela então chamada “patrulha ideológica”, que só não era muito assustadora porque não detinha nenhum poder.

Por que escorregar dos anos 68 nesta rememoração, dando certo protagonismo à década seguinte? O ano de 68, como “ano que não acabou”, deixou sem continuidade um movimento poderoso de renovação da nossa arte e da nossa cultura, que passou uma rasteira na alta literatura, na música erudita e nas belas artes – mas também cooptou muitos dos representantes dessas três, já que, atrás desse trio elétrico só não ia quem já morreu. 1969 foi o ano da ressaca, ou do “bode”. Os frutos de 68 vão surgir com sabor apurado em 1970. Como predissera Gilberto Gil no Festival da Canção da Globo (“você vai, eu fico. Você fica, eu vou”)<sup>8</sup>, durante o exílio de Gil e Caetano outros criadores tocaram o barco da alegria, ou “a barca da transa”, como cantou Caetano em disco de 1971: “por outros mares de loucura vai, ela fatura e sai e nunca vai chegar”.

Mesmo tendo sido lançado já em 1972, o livro *Me segura que eu vou dar um troço*, referência a uma marchinha de 62, que mencionava a censura *avant la lettre*<sup>9</sup>, descreve a tentativa de sobreviver pela palavra à depressão que tomou conta da cena cultural pós AI-5, quatro anos após o igualmente traumatizante golpe de 64. Vejamos a respeito um trecho de entrevista de Waly a Heloísa Buarque de Hollanda:

HBH: E depois de 1964?

WALY: Em 64, o corte foi o mais abrupto possível. Mas foi também nessa época que li *Tremor e temor*, de Kirkegaard, aquele genial protestante existencialista, que contava de repetidos ângulos a história de Abraão incumbido por Deus de matar Isaac. Um livro de perspectiva cinética. Fiquei com isso na cabeça. *Em volta, as pessoas andavam assombradas, amedrontadas, perdidas. Comecei a olhar outros caminhos. Na vida, se a via fica estreita, você tem sempre que descobrir como seguir.* (Hollanda, 2003 [Online])

Não apenas testemunho de uma sobrevivência, mas um sinalizador, para nós hoje, de que haverá algum caminho a seguir. Provavelmente, diferente

7 Ver em (<http://museudacancao.blogspot.com/2012/11/vapor-barato.html>).

8 O título da canção é Questão de ordem.

9 “Menina, você é uma gostosura/Foi proibida, pela censura” (marchinha carnavalesca de Jackson do Pandeiro).

daquele encontrado pelos tropicalistas. Pois nenhum caminho será o melhor se nós mesmos, ou vocês mesmos, não o inventarem. Como aconselhavam os Novos Baianos em 70, “necas de olhar pra trás”<sup>10</sup>.

### Referências

BRESSANE, Ronaldo. “Onde está o Waly?” *Trip*, set. 2008, 116-121 [Online]. Disponível em:

<<https://revistatrip.uol.com.br/trip/revistas>>

EQUIPE Museu Marítimo. “Três naus e um destino”. 2016 [Online]. Disponível em: <<https://www.museumaritimo.com.br/single-post/2016/1/4/Tr%C3%AAs-naus-e-um-destino>>

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. “O novo secretário nacional do Livro e da Leitura: a face política e sonhadora de Waly”. Entrevista publicada em 3/2/2003 no site Portal Literal. Reproduzida em SOUTO, M. P. D. “Navegando nas águas do mito: as múltiplas rotas de Waly Salomão” [Online]. Disponível em: <[repositorio.ufu.br/bitstream](http://repositorio.ufu.br/bitstream)>

PAULA, Tadeu Paschoal de. “Violão de rua: canto de uma utopia romântica”. 2009. 145 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2009 [Online]. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/91531>>

VELOSO *et alii*, Caetano. “Tropicália ou Panis et circencis”. São Paulo: RGE, 1968. 1 disco de vinil, 33 rpm, estéreo.

10 Na canção “Ferro na boneca”.





# Normas para publicação

## Escopo e política

A revista *Kriterion* publica artigos inéditos em filosofia ou que tenham relevância filosófica. Os artigos são submetidos ao exame cego de dois pareceristas. Todos os artigos publicados são julgados por pareceristas, exceto quando o editor convida algum filósofo a participar com um artigo na revista.

A atual política editorial da *Kriterion* é alternar números reunindo artigos diversos entre os submetidos continuamente para apreciação pelo Conselho Editorial e números especializados, versando sobre temas e áreas filosóficas de relevo.

## Processo de análise e aprovação de artigos: *Peer review*

Uma vez que o artigo foi recebido e o editor o julgou adequado para ser encaminhado para um parecerista, indicado por consulta aos membros do conselho editorial, o texto é despersonalizado e enviado aos pareceristas, com vistas à impessoalidade do processo de análise e aprovação. O parecerista deverá preencher um formulário uniforme e objetivo. É concedido o prazo de três meses para a emissão do parecer. Contudo, não é possível estabelecer com exatidão os prazos para o processo em razão da disponibilidade dos pareceristas. No caso dos artigos julgados inadequados em uma triagem inicial de pertinência filosófica, o editor justificará aos autores a recusa do conselho editorial.

A aceitação poderá ser parcial (no caso de o parecerista e/ou o editor requerer modificações no artigo) ou total (aprovação sem ressalvas). O editor permanecerá em contato com os autores para dirimir controvérsias que resultem do processo de análise e esclarecer o parecer negativo.

• • •

## Scope and policy

*Kriterion* publishes articles on philosophy or that have philosophical relevance, in any philosophical field.

*Kriterion* is published biannually, with one issue dedicated to articles on general philosophy (June) and the other to articles on a common theme (December) edited by one or more professors who teach at the Philosophy Department and who invite contributors.

## Process analysis

All submitted articles are peer reviewed, refereed by anonymous expert readers, including a fluent speaker of the language of the article. Once the paper has been received by the editor, if it is considered inadequate, it is mailed back to the author

with the reasons for refusal. Referees may take around three months to send in their review sheets; depending on the availability. Acceptance or refusal letters are sent to authors, accordingly, with reasons / arguments for either one.

• • •

### **Exigências quanto à forma e preparação de manuscritos**

O **artigo** deve ser inédito, tanto por meio impresso quanto por meio digital. Por meio digital entende-se um artigo indexado/ISSN, quer em algum periódico eletrônico, quer em atas de congressos.

O tema deve ser pertinente e atual na área de interesse do trabalho submetido. Os objetivos devem ser claramente expostos e a conclusão contemplar os propósitos iniciais.

A bibliografia deve ser atualizada e demonstrar um profundo conhecimento das pesquisas atuais da área.

Contribuições que sejam apenas uma lembrança do estágio atual das pesquisas não serão aceitas.

**Exigências para submissão:** *O texto deverá ser adequado às normas abaixo para efeito de submissão. Uma vez aprovado para publicação, deverá ser adequado às normas para publicação.*

Os **artigos** podem estar escritos em português, inglês, francês, espanhol, italiano ou alemão. As exigências quanto à forma e preparação dos manuscritos se aplicam integralmente a autores estrangeiros ou a contribuições de autores brasileiros em língua estrangeira.

Os originais deverão ser digitados em espaço 1,5 e deverão obedecer aos limites mínimo e máximo de 15 e 20 páginas, respectivamente, com a fonte Times New Roman tamanho 12.

O artigo deverá apresentar um pequeno resumo (*abstract*) de seu conteúdo no idioma em que foi escrito e em português (quando redigido neste último idioma, o segundo resumo deverá ser em inglês). Logo abaixo do resumo, deverá ser feita a indicação das palavras-chave (entre três e seis) em português e inglês.

As **resenhas** deverão tratar de um livro publicado recentemente, ter o número máximo de cinco páginas e obedecer às especificações acima indicadas para formatação do texto.

*As submissões podem ser feitas por meio do formulário de submissão eletrônica disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/kriterion> ou por e-mail [kriterion@fafich.ufmg.br](mailto:kriterion@fafich.ufmg.br), informando os seguintes dados para fins cadastrais: filiação institucional, último grau acadêmico, endereço para correspondências, telefone e e-mail.*

**Exigências para publicação:** *O texto, uma vez aceito para publicação, deverá ser estandardizado conforme o disposto abaixo.*

### Referências

Os textos consultados deverão estar listados no final do artigo, conforme o exemplo:

MONTAIGNE, M. (1580). “Les Essais”. Ed. Pierre Villey, 3 vols. Paris: Quadrige/PUF, 1992.

HEIDEGGER, M. “Sein und Zeit”. Tübingen: Niemeyer, 1927.

HUME, D. (1777). “Enquiries Concerning Human Understanding and Concerning the Principles of Morals”. 2ª ed. Oxford: Clarendon Press, 1902.

Detalhes de traduções, edições, reedições etc. deverão ser mencionados.

PASCAL, B. “Pensées in Œuvres complètes”. Ed. L. Lafuma. Paris: l’Integrale/Seuil, 1963. Tradução para o português de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ADORNO, T., HORKHEIMER, M. “Dialética do Esclarecimento”. Tradução de Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

KITCHER, P. “Projecting the Order of Nature”. In: *Kant’s Philosophy of Physical Science*. Ed. Robert E. Butts. Dordrech, the Netherlands: D. Reidel, 1986. Reprinted in: *Kant’s Critique of Pure Reason: Critical Essays*. Ed. Patricia Kitcher. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 1998.

Para trabalhos reeditados, os detalhes acerca da edição original devem ser informados, mas é permitido que conste apenas a paginação da reedição.

WALZER, R.R. “New Light on the Arabic Translations of Aristotle”. In: *Oriens*. Vol. 6, Nr. 1. Leiden: Brill, 1953. Reprinted in: *Greek into Arabic: Essays on Islamic Philosophy*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1962. pp. 142-163.

Livros contendo artigos deverão ser citados separadamente dos últimos.

P. Horwich (ed.). “World Changes”. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1993.  
EARMAN, J. “Carnap, Kuhn, and the Philosophy of Scientific Methodology”. In: P. Horch (ed.), 1993. pp. 9-36.

*Pede-se cuidado redobrado com pontuação da referência. A referência deve dispor os dados da publicação de modo completo.*

### Citações

Autor seguido de data entre parênteses deve ser usado para citações internas ao texto, como em:

Vide Comte (1929).

Deve haver vírgula após a data, tal como em:

Foucault (1975, pp. 90-99) anuncia uma espécie de decálogo, com o qual os reformadores tentam influenciar com eficácia universal os comportamentos sociais da política criminal.

Citações curtas podem aparecer apenas entre aspas duplas. Citações longas devem aparecer com recuo, precedido e sucedido por um espaço de linha, e não devem estar entre aspas. As informações sobre a referência devem constar ao final do texto citado, de acordo com o exemplo:

“Assim como a mercadoria é a unidade imediata de valor de uso e valor de troca, o processo de produção, o processo de produção de mercadoria, é a unidade imediata do processo de trabalho e do de valorização. Como mercadorias, isto é como unidade imediata de valor de uso e valor de troca, como resultado, como produto, aparecem ao processo {aus dem prozess herauskommen}, então como um elemento constituinte dele” (Marx, RuP, p. 11).

### **Citações de obras clássicas**

Para obras clássicas, os autores podem usar uma abreviatura em vez da data. Por exemplo, um autor, referindo-se a “O Capital” de Karl Marx, poder-se-ia escrever “De acordo com Marx (RuP, p. 11) ...”. A abreviatura utilizada deve ser mencionada na seção de referências bibliográficas, como esta:

MARX, K. “Resultate des unmittelbaren Produktionsprozess”. In: *Das Kapital*. I. Buch. Der Produktionsprozess des Kapitals. VI. Kapitel, Archiv sozialistischer Literatur, 17. Frankfurt: Verlag Neue Kritik, 1970.

Artigos clássicos podem ser citados pelo título entre aspas:

Kant, em a “Crítica da razão pura”, estabelece a diferença entre juízos sintéticos e juízos analíticos.

Citações de periódicos eletrônicos seguem o seguinte exemplo:

STEVENSON, O. “Genericism & specialisation: the story since 1970”. *British Journal of Social Work*, 35, julho de 2005 [Online]. Disponível em: <http://bjsw.oxfordjournals.org/> (Acessado em 05 de setembro de 2008).

### **Aspas**

Aspas individuais devem ser usadas para referir uma palavra ou símbolo, como em

Por ‘Cícero’ refiro-me ao homem que denunciou Catilina.

Para mencionar uma expressão dentro de outra que já esteja entre aspas simples, utilize aspas duplas. Caso contrário, aspas duplas devem ser usadas apenas para citar, ou sugerir usos especiais (ironia etc.). Pede-se colocar sinais de pontuação fora das aspas.



### **Notas de rodapé**

Para inserir notas, utilize notas de rodapé (numeradas com algarismos arábicos), mas não notas finais. Citações dentro de notas de rodapé seguem as convenções acima.

Reconhecimento em nota de rodapé: Se o autor decidir incluir uma nota de reconhecimento, isto deve ser referenciado no título, por meio da indicação de um “\*” (o que significa nota não numerada).

Notas de rodapé não devem ser utilizadas para citações normais. Deve-se utilizar, no texto, a convenção *autor (data)*. Nas citações de notas de rodapé, a data deve constar da publicação original, e não da reedição, ainda que as referências de páginas sejam da reimpressão.

Assim, um autor referindo-se a de Putnam “Matemática sem fundamentos” (publicado originalmente em 1967), com a segunda edição reimpressa em livro de matemática de Putnam, “Matemática, matéria e método” (publicado em 1979) citará da seguinte maneira: (Putnam, 1967, p. 43).

### **Palavras estrangeiras**

Palavras estrangeiras devem estar em itálico.

• • •

## **Article format and presentation guidelines**

Submitted papers must be originals (not having been published either in print or in any digital form, meaning indexed articles (ISSN) published either in electronic journals or in congress proceedings). Paper themes must be pertinent and up to date in specific areas; objectives should be clearly stated and conclusions refer back to initial purposes. Papers that limit themselves to exposing the state of the art will not be accepted. References should be up to date and show knowledge of recent research.

**Requirements for submission:** *The text should be adequate to the rules below for the purposes of submission. Once approved for publication, it should observe the appropriate standards for publication.*

The languages of the journal are Portuguese, Spanish, English, French, Italian and German. Admission criteria apply equally to Brazilian as well as to foreign contributors.

Originals must be typed in Times New Roman, font size 12, 1,5 spacing, limited between 15 and 20 pages. Quotes should refer to references in footnotes.

Abstracts should be provided in two languages (text in Portuguese / abstract in English or text in other languages / abstract in Portuguese). The same goes for keywords (up to six).

Full bibliographical references should be given at the end of texts.

Modifications and/or corrections suggested by referees as to the composition (spelling, punctuation, syntax) or to the content of submitted texts will be sent to respective authors. A short deadline will be established for corrections to be made.

**Reviews** should refer to recently published books, have a maximum of five pages, and comply as well with recommendations indicated above for text formatting.

### **Manuscripts submission**

*Submissions may be made through the website <http://www.fafich.ufmg.br/kriterion> application or sending an e-mail to [kriterion@fafich.ufmg.br](mailto:kriterion@fafich.ufmg.br) informing the following data for registration purposes: institutional affiliation, last academic degree, mailing address, telephone and email.*

**Requirements for publication:** *The text, once accepted for publication, should be standardized as provided below.*

### **References**

All works quoted in the text should be listed at the end of the article, according to the following sample:

MONTAIGNE, M. (1580). “Les Essais”. Ed. Pierre Villey, 3 vols. Paris: Quadrige/PUF, 1992.

HEIDEGGER, M. “Sein und Zeit”. Tübingen: Niemeyer, 1927.

HUME, D. (1777). “Enquiries Concerning Human Understanding and Concerning the Principles of Morals”. 2<sup>a</sup> ed. Oxford: Clarendon Press, 1902.

Details about translations, editions, reprints, etc., should be mentioned:

PASCAL, B. “Pensées in Œuvres complètes”. Ed. L. Lafuma. Paris: l’Intégrale/Seuil, 1963. Tradução para o português de Mário Laranjeira, São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ADORNO, T., HORKHEIMER, M. “Dialética do Esclarecimento”. Tradução de Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

KITCHER, P. “Projecting the Order of Nature”. In: *Kant’s Philosophy of Physical Science*. Ed. Robert E. Butts. Dordrech, the Netherlands: D. Reidel, 1986. Reprinted in: *Kant’s Critique of Pure Reason: Critical Essays*. Ed. Patricia Kitcher. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 1998.

For reprinted works, the details about the original edition should be given, but the pages can be just those of the reprinted edition:

WALZER, R. R. “New Light on the Arabic Translations of Aristotle”. In: *Oriens*. Vol. 6, Nr. 1. Leiden: Brill, 1953. Reprinted in: *Greek into Arabic: Essays on Islamic Philosophy*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 1962. pp. 142-163.

Books containing articles are cited separately:

P. Horwich (ed.). “World Changes”. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1993.  
 EARMAN, J. “Carnap, Kuhn, and the Philosophy of Scientific Methodology”. In: P. Horch (ed.), 1993. pp. 9-36.

Follow carefully the punctuation convention as in the samples above, and be as complete as possible regarding the facts of publication.

### **Quotations**

The *author (date)* convention should be used for quotations internal to the text, as in:

“Vide Comte (1929)”.

Further details follow a comma after the date, as in:

Foucault (1975, pp. 90-99) anuncia uma espécie de decálogo, com o qual os reformadores tentam influenciar com eficácia universal os comportamentos sociais da política criminal.

Short quotations may appear just enclosed in double quotation marks. Longer quotations should appear as indented material, preceded and succeeded by a line space, and should not be enclosed in quotation marks. The information about the source of the reference should appear as part of the indented material, after the full stop, according to the following sample:

“Assim como a mercadoria é a unidade imediata de valor de uso e valor de troca, o processo de produção, o processo de produção de mercadoria, é a unidade imediata do processo de trabalho e do de valorização. Como mercadorias, isto é como unidade imediata de valor de uso e valor de troca, como resultado, como produto, aparecem ao processo {aus *dem prozess herauskommen*}, então como um elemento constituinte dele” (Marx, RuP, p. 11).

### **Quotation of Classical Works**

For classical works, authors might prefer to use an abbreviation instead of the date. For example, an author referring to Marx’s *Capital* could write “According to Marx (RuP, p. 11)...”. The abbreviation used should be mentioned in the reference section at the end, as in

MARX, K. “Resultate des unmittelbaren Produktionsprozess”. In: *Das Kapital*. I. Buch. Der Produktionsprozess des Kapitals. VI. Kapitel, Archiv sozialistischer Literatur, 17. Frankfurt: Verlag Neue Kritik, 1970.

Classical articles may be quoted by their name, enclosed in quotation marks:

Kant, em a “Crítica da razão pura”, estabelece a diferença entre juízos sintéticos e juízos analíticos.

Quotes for online journals follow this model:

STEVENSON, O. “Genericism & specialisation: the story since 1970”. *British Journal of Social Work*, 35, July 2005. [Online] Available at: <http://bjsw.oxford-journals.org/> (Accessed 5th September 2008).

Quotation marks:

Single quotation marks should be used for mentioning a word or symbol, as in By ‘Cicero’ I shall mean the man who denounced Catiline.

Double quotation marks should be used only for quoting, or to suggest special usage (irony, etc). Please place punctuation signs outside the quotation marks.

### **Footnotes**

For notes, please use footnotes (numbered with arabic numerals), and not endnotes. Quotations within footnotes follow the same conventions above.

Footnotes should not be used for normal quotations; these should be incorporated in the text, using the *author (date)* convention. For all articles or books quoted, the date used in the text should be the one of the original publication, and not the one of the reprint, even if the page references are to the reprint.

Thus, an author referring to Putnam’s “Mathematics without foundations” (originally published in 1967), using the second reprinted edition in Putnam’s book *Mathematics, Matter and Method* (published in 1979) would quote from the first page of the article in the following way: “(Putnam 1967, p. 43)”.

### **Foreign words**

Foreign words (to the language in which the article is written, of course) should be italicized.



Esta revista, composta na fonte Times New Roman, corpo 11/13,  
papel Off-Set 90g e capa em Supremo 250g.